

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior

Madian de Jesus Frazão Pereira

Elio de Jesus Pantoja Alves

Carla Regina Assunção Pereira

organizadores

Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim



EDUFMA

São Luís, 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Natalino Salgado Filho
Reitor

Prof. Dr. Antonio José Silva Oliveira
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva
Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Dr. Lyndon de Araújo Santos
Diretor de Centro

Prof. Dr. Marcelo Domingos Sampaio Carneiro
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais

Editora da Universidade Federal do Maranhão

Ezequiel Antonio Silva Filho
Diretor

Design Gráfico
Raquel Noronha

Ecos dos conflitos socioambientais: a Resex de Tauá-Mirim
/ Organizadores: Horácio Antunes de Sant`Ana Júnior,
Madian de Jesus F. Pereira, Elio de Jesus P. Alves, Carla
Regina A. Pereira . – São Luís: Edufma, 2009.

322 p.

ISBN 978-85-7862-099-8

1. Conflitos socioambientais 2. Reserva Extrativista de
Tauá-Mirim 3. Movimentos sociais 4. Socioambientalismo

CDD 303.6

CDU 316.48:504



Sumário

Apresentação

pág. **07**

Introdução

pág. **17**

A Resex de Tauá-Mirim, grandes projetos de desenvolvimento e a resistência socioambiental: introduzindo o debate

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, Madian de Jesus Frazão Pereira,
Elio de Jesus Pantoja Alves e Carla Regina Assunção Pereira

1 Primeira Sessão: o território e questões territoriais

1 Ordenamento territorial e impactos socioambientais no Distrito Industrial de São Luís – MA

pág. **41**

Fernanda Cunha de Carvalho

2 O ambiente, a política e o espetáculo: a Lei de Zoneamento e o projeto do pólo siderúrgico de São Luís

pág. **61**

Allan de Andrade Sousa

3 Unidades de conservação da natureza x indústrias potencialmente poluidoras: o caso da implantação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim

pág. **87**

Ana Caroline Pires Miranda

Segunda Sessão: o modo de vida

2

4 Identidade e diferença: manipulação da categoria populações tradicionais no contexto de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim na Ilha do Maranhão

pág. **109**

Rafael Bezerra Gaspar

5 O homem e o manguezal: percepções ambientais e expectativa de efetivação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís – MA

pág. **125**

Elena Steinhorst Damasceno e Elizângela Maria Barboza

6 Formas de apropriação dos espaços e recursos naturais e relações de sociabilidade na Comunidade Taim, São Luís – MA

pág. **153**

Sislene Costa da Silva

3 Terceira Sessão: agentes individuais e coletivos

7 Entrevista com Alberto Cantanhede, o Beto do Taim
realizada por Ana Caroline Pires Miranda, Maiãna Roque da Silva Maia
e Rafael Bezerra Gaspar **pág. 177**

8 Entrevista com Maria Máxima Pires
realizada por Ana Maria Pereira dos Santos e Elizângela Maria Barboza **pág. 205**

9 Movimentos sociais, desenvolvimento e capital social:
a experiência do Reage São Luís
Raphael Jonathas da Costa Lima **pág. 225**

Quarta Sessão: o desenvolvimento em questão **4**

10 Desenvolvimento sustentável: uma discussão crítica
sobre a proposta de busca da sustentabilidade global
Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior e Lenir Moraes Muniz **pág. 255**

11 Tempo do aço: modernidade, desenvolvimento e
progresso na Amazônia Legal Brasileira
Bartolomeu Rodrigues Mendonça **pág. 277**

12 A questão ambiental numa indústria de alumínio
Antonio Marcos Gomes e Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior **pág. 301**

Sobre os autores **pág. 320**



Apresentação

Com este livro, o Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) busca trazer a público um conjunto de conhecimentos obtidos através de, ou articulados à pesquisa “Modernidade, Desenvolvimento e Consequências Sócio-Ambientais: a implantação do pólo siderúrgico na Ilha de São Luís-MA”, que foi realizada entre os anos de 2005 e 2009, no âmbito da Universidade Federal do Maranhão.

O Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) é vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). É registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e, atualmente, composto por professores do Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC) e do Colégio Universitário (COLUN) da Universidade Federal do Maranhão; doutorandas em Agroecologia, Sociologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidad de Cordoba (Espanha), em Agricultura Familiar pela Universidade Federal de Pelotas e em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão; mestrandas em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão e em Geografia pela Universidade de Brasília; gradu-

andos em Ciências Sociais, Geografia, Filosofia, História, Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão, Direito pela Unidade de Ensino Superior Dom Bosco e Contabilidade pela Faculdade Athenas Maranhense; alunas de especialização em Educação Ambiental pela Universidade Estadual do Maranhão; profissionais em Biologia, Ciências Sociais, Geografia e Letras. É, portanto, um Grupo de Estudos voltado para a temática da relação entre sociedade e ambiente, com destaque para os conflitos socioambientais.

O Grupo, na medida que envolve profissionais e estudantes de várias áreas de conhecimento e busca um diálogo permanente com os agentes sociais com os quais lidas em suas práticas de pesquisa e extensão, opera com a compreensão de que as mudanças ambientais globais resultantes do sistema de produção e distribuição de riquezas dominante desde a Revolução Industrial exigem, o que o epistemólogo mexicano Enrique Leff (2001) denomina de uma revolução nos métodos de pesquisa e nas teorias científicas. A ênfase na especialização que levou à construção de fronteiras epistemológicas tão cuidadosamente erguidas na constituição das ciências modernas vê-se questionada diante da complexidade dos fenômenos ambientais e da evidência, cada vez maior, da interdependência dos processos sociais e naturais. Assim, os estudos destes fenômenos e processos exigem uma nova epistemologia, que tenha um caráter transdisciplinar, isto é, que atravesse as várias áreas do conhecimento científico, rompendo com o isolamento de saberes especializados, e reformule a relação com outras formas de conhecimento, reconhecendo-lhes a legitimidade (LEFF, 2001). Entendemos que esta epistemologia deve procurar estabelecer um diálogo que vise aproximações e trocas que respeitem e valorizem outras formas de conhecer, em especial aquelas produzidas tradicionalmente e que, por muito tempo, vêm sendo relegadas à condição de arcaísmos, sobrevivências de um passado remoto e em vias de desaparecimento, superstições. Temos procurado, mesmo que a passos lentos, nos orientar por esta perspectiva.

A pesquisa “Modernidade, Desenvolvimento e Conseqüências Sócio-Ambientais: a implantação do pólo siderúrgico na Ilha de São Luís-MA” foi concebida com o intuito de investigar a tentativa de implan-

tação de um grande pólo siderúrgico na Ilha do Maranhão¹, município de São Luís, suas conseqüências socioambientais e sua relação com a instalação, em curso, da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim.

Os primeiros esforços de pesquisa demonstraram a importância do pleito pela instalação da Reserva Extrativista (RESEX) de Tauá-Mirim, demandado por organizações sociais e/ou lideranças dos povoados² situados na ou nas proximidades da porção geográfica que seria destinada ao pólo de siderurgia e que reivindicam a condição de “população tradicional”. Assim, a demanda pela RESEX de Tauá-Mirim foi alçada para o centro da construção do objeto da pesquisa, apesar de não constar do título apresentado na elaboração de seu projeto, pois reflete um importante aspecto de como acontecem os conflitos sócio-ambientais e territoriais suscitados pelo projeto do pólo e nesse sentido se torna um elemento fundamental para a pesquisa. Aqui, um elemento da realidade pesquisada se impõe aos pesquisadores e, por isso, assumiu papel relevante na elaboração deste livro.

Para execução da pesquisa, o Grupo de Estudos contou com sala de trabalho e reuniões, equipamentos de informática, material de escritório e apoio técnico da Universidade Federal do Maranhão; com recursos dos pesquisadores; com uma bolsa e recursos do Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores (PRODOC) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); com bolsas de Mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA); com bolsas de iniciação

1. Na formulação inicial do Projeto de Pesquisa, foi utilizada a denominação corrente de Ilha de São Luís, que foi incorporada ao título do Projeto. No entanto, o aprofundamento dos estudos demonstrou que a denominação geograficamente correta é Ilha do Maranhão, que passou a ser utilizada no corpo dos trabalhos e textos produzidos com o decorrer da pesquisa.

2. Em vários trabalhos aqui apresentados e durante toda a pesquisa, para nos referirmos às localidades estudadas, utilizamos também a categoria comunidade, em uma apropriação da forma como os moradores referem-se a si mesmos enquanto grupo social. O uso intensivo da categoria comunidade pelos moradores tem uma relação direta com a forte presença da Igreja Católica e de suas Comunidades Eclesiais de Base na região estudada.

científica do Programa Institucional de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq), Programa Institucional de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão BIC/FAPEMA) e do Programa Bolsas de Estudo para a Conservação da Amazônia do Instituto Internacional de Educação do Brasil (BECA/IEB); com recursos financeiros do CNPq obtido através do Edital MCT/CNPq 61/2005 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas; com recursos do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PROCAD/CAPES), através de um convênio entre o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A equipe de pesquisa, nos seus cinco anos de realização foi coordenada pelos professores Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior e Elio de Jesus Pantoja Alves, contou com a participação das professoras Madian de Jesus Frazão Pereira e Carla Regina Assunção Pereira e dos pesquisadores Allan de Andrade Sousa, Ana Caroline Pires Miranda, Ana Lourdes Ribeiro, Ana Maria dos Santos, Bartolomeu Rodrigues Mendonça, Bruno Henrique Costa Rabelo, Elena Steinhorst, Elizângela Barbosa, Eva Maria Pereira Souza, Fabiano Rocha Soares, Fernanda Cunha de Carvalho, Laiane Sousa Silva, Maiâna Roque da Silva Maia, Márcio de Jesus Azevedo de Matos, Paula Marize Nogueira Pereira, Rafael Bezerra Gaspar, Rafael do Rêgo Barros Dantas, Sislene Costa da Silva.

Os esforços pessoais e coletivos e os recursos advindos das várias instituições citadas acima foram fundamentais para a realização da pesquisa e, conseqüentemente, para a publicação deste livro. Destacamos, ainda, de forma agradecida, a colaboração da equipe da Superintendência Regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais no Maranhão (IBAMA-MA) e de sua, então, Gerente Executiva, Marluze Pastor Santos; e do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), coordenado por Kátia Barros. Coparticipação e parceria são palavras que podem definir a relação estabelecida no processo de pesquisa.

Por fim, não poderíamos deixar de ressaltar nossa admiração e agradecimento às lideranças e moradores dos povoados da Zona Rural de São Luís envolvidos na pesquisa, com especial destaque para aqueles dos povoados Rio dos Cachorros e Taim, por partilharem suas experiências de vida e de luta e seus conhecimentos com os pesquisadores, pela receptividade e carinho, pelo sentimento de parceria e participação e pelo entusiasmo e disposição em colaborar.

Dessas experiências e parcerias resultou a realização deste livro que busca mapear os conflitos sócio-ambientais e territoriais a partir de diferentes recortes e dos diversos atores e perspectivas desse processo. O livro conta com artigos de pesquisadores diretamente envolvidos na pesquisa e de pesquisadores convidados por participarem das parcerias nas quais o Grupo se envolveu. Conta, ainda, com duas entrevistas realizadas com agentes sociais que atuaram como importantes interlocutores e foram fundamentais para as lutas sociais aqui estudadas e para realização da pesquisa.

O livro é composto por um capítulo introdutório, que faz a apresentação geral dos resultados obtidos com a pesquisa, e quatro sessões, cada uma delas com três capítulos, apresentados na forma de artigos (com exceção da terceira sessão, que é composta por duas entrevistas e um artigo).

A primeira sessão, intitulada “O território e questões territoriais”, é composta pelos capítulos:

1 “Ordenamento territorial e impactos socioambientais no Distrito Industrial de São Luís-MA”, de Fernanda Cunha de Carvalho. Neste capítulo, a partir do conhecimento geográfico, a autora analisa os processos legais do chamado ordenamento territorial numa zona do município de São Luís cujo controle é disputado por grupos sociais locais e por grandes empreendimentos capitalistas, demonstrando que a legislação tem buscado atender aos interesses destes últimos, sem levar em consideração seus impactos sociais e ambientais, também demonstrados no artigo.

2 “O ambiente, a política e o espetáculo: a Lei de Zoneamento e o projeto do pólo siderúrgico de São Luís”, de Allan de Andrade Sousa. Partindo do acompanhamento das audiências públicas realizadas no processo de modificação da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de São Luís – MA, demonstrando que essa modificação respondia ao interesse de implantação de um pólo siderúrgico na Ilha do Maranhão, o texto analisa os discursos e as ações que caracterizam as disputas políticas entre os diversos agentes sociais: populações tradicionais, movimentos sociais, grupos empresariais e poder público.

3 “Unidades de conservação da natureza x indústrias potencialmente poluidoras: o caso da implantação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim”, de Ana Caroline Pires Miranda. Neste capítulo, inicialmente, a autora lança mão de seus conhecimentos sociológicos e jurídicos para discutir a legislação ambiental brasileira, em especial, aquela voltada para a regulação de unidades de conservação. A seguir, apresenta seu estudo de caso sobre a proposta de criação Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, permeada por conflitos resultantes de interesses diferenciados de grupos sociais locais e de grandes projetos de desenvolvimento.

Na segunda sessão, “O modo de vida”, encontramos os seguintes capítulos:

4 “População tradicional: notas sobre a invenção de uma categoria no contexto de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís – MA”, de Rafael Bezerra Gaspar. Fazendo uma discussão sobre identidade e diferença a partir da categoria populações tradicionais no contexto da proposta de criação da Reserva Extrativista do Tauá Mirim, na Ilha do Maranhão (MA), o autor reflete sobre como identidades coletivas, em situações de reivindicações de direitos, são construídas e (re)afirmadas através de diferentes estratégias estabelecidas pelos agentes envolvidos, o que acaba potencializando o sentido político das ações em jogo.

5 “O homem e o manguezal: percepções ambientais e expectativa de efetivação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim (São Luís - MA)”, de Elena Steinhorst Damasceno e Elizângela Maria Barboza. Neste artigo, as autoras procuram revelar parte do contexto no qual está inserida a RESEX, situando a luta pela legitimidade do território, travada entre a comunidade local e os grandes e médios empreendedores, assim como privilegiam relatos da situação socioeconômica e percepções ambientais dos moradores das comunidades, relacionados com seu modo de vida extrativista e os problemas ambientais por eles enfrentados.

6 “Formas de apropriação dos espaços e recursos naturais e relações de sociabilidade na Comunidade Taim, São Luís – MA”, de Sislene Costa da Silva. A partir de uma pesquisa etnográfica no Taim, uma das comunidades que compõe a Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, a autora faz considerações acerca das relações de sociabilidade, enfocando as trocas enquanto processos dinamizadores de várias práticas quotidianas dos moradores, evidenciando uma importante rede de entreaajuda, o que implica na constituição e/ou reforço de vínculos de amizade, parentesco, compadrio, vizinhança intracomunidade e entre determinadas comunidades vizinhas ao povoado.

A terceira sessão, intitulada “Agentes individuais e coletivos”, é composta por dois capítulos que trazem, em cada um, entrevista realizada com lideranças locais e um capítulo elaborado na forma de artigo. A publicação das entrevistas é uma forma de dar, diretamente, voz pública a agentes sociais com forte vínculo com suas comunidades e que, em grande medida, são invisibilizados por planejadores governamentais e da iniciativa privada:

7 “Entrevista com Alberto Cantanhede, o Beto do Taim”, realizada por Ana Caroline Pires Miranda, Maiâna Roque da Silva Maia e Rafael Bezerra Gaspar. Nesta entrevista, Beto do Taim relata como a Reserva Extrativista de Tauá-Mirim foi concebida, descreve os inúmeros problemas socioambientais decorrentes da implanta-

ção de grandes indústrias na Zona Rural de São Luís e revela importantes aspectos do modo de vida do povoado Taim e das demais localidades da região.

8 “Entrevista com Maria Máxima Pires”, realizada por Ana Maria Pereira dos Santos e Elizângela Maria Barboza. Partindo de um breve relato histórico da comunidade de Rio dos Cachorros, D. Máxima, como é mais conhecida, apresenta uma emocionada descrição do modo de vida do povoado em que nasceu, de suas relações com as comunidades vizinha, das lutas travadas contra as ameaças de deslocamento compulsório e dos enfrentamentos cotidianos com os grandes empreendimentos localizados nas proximidades.

9 “Movimentos sociais, desenvolvimento e capital social: a experiência do Reage São Luís”, de Raphael Jonathas da C. Lima. O autor reflete sobre o movimento Reage São Luís, analisando a sua inserção na discussão relativa ao pólo siderúrgico, em 2004. Analisa como, a partir desse debate, o projeto teve séria repercussão e desencadeou uma ampla mobilização, indicando o movimento como parte de uma rede de movimentos sociais, de reivindicação transclassista, sob a forma de uma coalizão, interferindo na trajetória do desenvolvimento local, sendo referência prática e teórica para organizações de base.

A quarta e última sessão é intitulada “O desenvolvimento em questão” e é composta pelos capítulos:

10 “Desenvolvimento sustentável: uma discussão crítica sobre a proposta de busca da sustentabilidade global” de Lenir Moraes Muniz e Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior. A partir de uma perspectiva crítica, e retomando o percurso histórico de configuração da questão ambiental, que passa a ocupar lugar de destaque na agenda política nacional e internacional, o artigo põe em discussão as implicações trazidas pela proposta de busca da sustentabilidade global.

11 “Tempo do aço: modernidade, desenvolvimento e progresso na Amazônia Legal brasileira” de Bartolomeu Rodrigues Mendonça. O texto discorre sobre o processo de ocupação industrial do espaço amazônico e as profundas alterações nos modos de vida das populações, tendo por base, a crítica sociológica ao modelo de desenvolvimento e progresso subjacentes. Partindo de experiências de pesquisa de campo, o autor utiliza as categorias de “Tempo da Natureza” e “Tempo o Aço”, refletindo o confronto das diferentes lógicas de ocupação, apropriação e significação no uso dos recursos amazônicos e revelando a importância de sua história social.

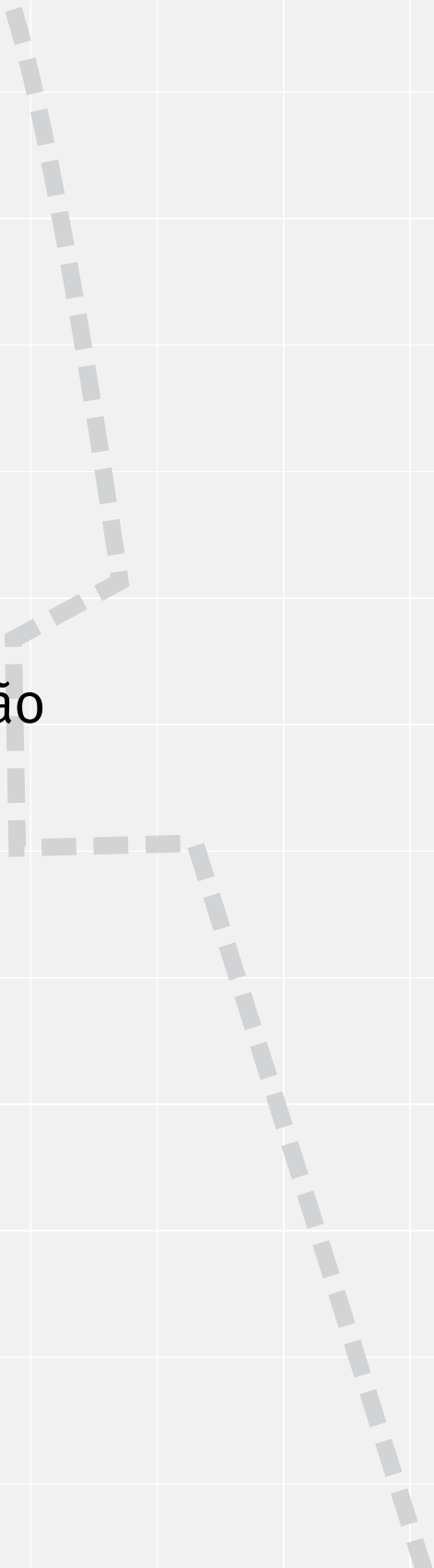
12 “A Questão Ambiental numa Indústria de Alumínio” de Antonio Marcos Gomes e Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior. O artigo discute a questão sócio-ambiental a partir do estudo de caso da indústria do alumínio no Maranhão, o Consórcio Alumar. Discorre sobre como a questão do meio ambiente passa a fazer parte da agenda sócio-política da empresa, através de programas que compõem a preocupação ambiental como resultante da chamada *cultura de negócios* e das *tecnologias gerenciais*, disponíveis no mercado como empreendedorismo social.

São Luís, dezembro de 2009

A Equipe de Pesquisa

Referência

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.



Introdução

***A Resex de Tauá-Mirim,
grandes projetos de desenvolvimento
e a resistência socioambiental:
introduzindo o debate***

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior

Madian de Jesus Frazão Pereira

Elio de Jesus Pantoja Alves

Carla Regina Assunção Pereira

No Brasil e, especialmente, na Amazônia brasileira há, atualmente, uma retomada acelerada de grandes projetos de desenvolvimento, cuja compreensão remete aos desdobramentos do modelo de desenvolvimento decorrente das investidas modernizadoras (WAGNER, 1994) dos governos ditatoriais, instalados após o Golpe Militar de 1964, e que contaram com a ativa participação da iniciativa privada, brasileira e internacional, e de grandes agências internacionais de financiamento. Este modelo previa a industrialização e, conseqüente, modernização do país e, concomitante e associadamente, a integração da Amazônia à dinâmica econômica nacional e internacional (BUNKER, 1988; SANT'ANA JÚNIOR, 2004). Como instrumento para garantir a efetivação de seu modelo de desenvolvimento, o governo federal planejou para a Amazônia brasileira a instalação de infraestrutura básica (construção de grandes estradas de rodagem, ferrovias, portos, aeroportos, usinas hidroelétricas) que permitisse a rápida ocupação da região, entendida então como um grande vazio demográfico (D'INCAO e SILVEIRA, 1994).

Na Amazônica brasileira, atualmente, grande parte dos projetos de infraestrutura planejados nos governos ditatoriais e não implantados ou parcialmente implantados até então, estão sendo retomados, intensifi-

cados e novos projetos e programas são, respectivamente, elaborados e implementados, envolvendo agências governamentais e privadas. Mesmo considerando-se todas as mudanças políticas, sociais e econômicas ocorridas desde o final dos anos 1970, no Brasil e internacionalmente, que não permitem que se afirme simplesmente a continuidade do modelo de desenvolvimento concebido no período ditatorial, não se pode deixar de perceber permanências e, principalmente, de constatar os efeitos objetivos dos desdobramentos contemporâneos do modelo, que promovem intensas consequências sociais e ambientais.

O entendimento, ainda presente, da Amazônia brasileira como um grande vazio demográfico a ser ocupado desconsidera a existência de inúmeros grupos sociais e povos que milenar ou secularmente ocupam a região e nela constituem relações produtivas, sociais e culturais, com características próprias. Vários desses grupos sociais e povos, em maior ou menor intensidade (o que somente pode ser verificado em cada caso empírico) reagem, enfrentam e propõem alternativas ao modelo de desenvolvimento que os impacta, na medida em que seu modo de vida entra em confronto com a lógica do desenvolvimento industrial ou da agropecuária de grande porte.

Essas reações, em boa parte dos casos, se iniciam como um conflito de caráter social, em torno da posse de territórios (ALMEIDA, 1996) e passam, crescentemente por processos que Leite Lopes (2004) define como “ambientalização dos conflitos sociais”, podendo ser configurados como “conflitos socioambientais”. Estes conflitos podem tanto se constituir como “conflitos pelo acesso e uso dos recursos naturais” (em especial pelo controle do território), quanto incorporar, principalmente nos casos vinculados à industrialização ou à agricultura com uso intensivo de produtos químicos, a dimensão de “conflitos por distribuição de externalidades”¹, isto é, conflitos relativos a si-

1. Na ecologia econômica, externalidade pode ser definida como aqueles fatores que não entram no cálculo do processo produtivo, como, por exemplo, os efluentes líquidos e gasosos de um empreendimento industrial ou fertilizantes e herbicidas que atingem cursos d'água em função de sua utilização na agricultura, fazendo com que os ganhos do processo produtivo sejam mantidos privadamente, pelos empreendedores, e seus custos ambientais sejam socializados (MARTÍNEZ ALIER, 2007).

tuações em que “o desenvolvimento de uma atividade comprometa a possibilidade de outras práticas se manterem” (ACSELRAD, 2004b, p. 25), devido a seus efeitos. Consoante Acsehrad (2004b, p. 26), os conflitos a que nos referimos são

aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis ... decorrentes do exercício de práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc.

As populações locais tendem a constituir um modo de vida (CÂNDIDO, 1997) peculiar (cultura, sociabilidade, trabalho), em grande medida, adaptado às condições ecológicas, predominando economia polivalente, ou seja, agricultura, pesca, extrativismo, artesanato, com um calendário sazonal anual, conforme os recursos naturais explorados, normalmente, sob o regime familiar de organização do trabalho (ALMEIDA e CUNHA, 2001; LITTLE, 2002; SANT’ANNA, 2003; ALVES, SANT’ANA JÚNIOR e MENDONÇA, 2007).

A implantação na Amazônia brasileira de um modelo de desenvolvimento altamente impactante sobre populações e ambientes, concebido no regime ditatorial de 1964, resultou no confronto com lógicas diferenciadas de construção de territórios e uso de recursos. Este modelo, ainda hoje, é mantido em boa parte de suas características e continua a impactar grupos sociais que reagem, na busca de manter seus modos de vida. Se não conta mais com o poder de repressão assegurado no período militar, recorrentemente utilizado nos processos de deslocamento compulsório² de grupos que manti-

2. Almeida (1996, p. 30) define deslocamento compulsório como sendo “o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos”.

nham territórios almejados pelos projetos a serem implantados ou para a repressão de protestos resultantes de externalidades geradas por estes mesmos projetos, hoje é crescente a utilização de processos de manipulação dos instrumentos legais por parte de grandes empreendedores e agências governamentais assim como esta encontra a contrapartida na organização social dos grupos atingidos, com maior ou menor sucesso, em boa medida, em função da capacidade de organização e resistência de grupos locais e do apoio que encontram em movimentos e outros grupos sociais.

Na Amazônia Oriental, o Projeto Grande Carajás (CARNEIRO, 1997; MONTEIRO, 1997), “concebido para garantir a exploração e comercialização das ricas jazidas de minério localizadas no sudeste do Pará” (AQUINO e SANT’ANA JÚNIOR, 2009, p. 47) e com consequências em uma grande área de influência e vários ramos de atividade econômica, constituiu-se na expressão mais visível do modelo de desenvolvimento implementado a partir dos governos ditatoriais e que se mantém com essas novas características.

No Maranhão, os desdobramentos deste projeto e de outras iniciativas desenvolvimentistas levaram à implantação da infraestrutura necessária para a exploração e/ou escoamento da produção mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial do próprio estado e de estados vizinhos. Desde o final da década de 1970, foram implantados: extensa rede de estradas de rodagem cortando todo o território estadual e ligando-o ao restante do país; a Estrada de Ferro Carajás, ligando as grandes minas do sudeste do Pará ao litoral maranhense (administrada pela Companhia Vale do Rio Doce, conhecida atualmente apenas como Vale); o Complexo Portuário de São Luís, formado pelos Portos do Itaqui (administrado pela estatal Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP), da Ponta da Madeira (pertencente à Vale) e da Alumar (pertencente ao Consórcio Alumínio do Maranhão, subsidiária da multinacional do alumínio Alcoa); a hidrelétrica de Estreito e a Termelétrica do Porto do Itaqui (estes últimos em fase de construção). Paralelo e associadamente às grandes obras de infraestrutura, foram instalados neste mesmo período: oito usinas de processamento de ferro gusa nas margens da Estrada de Ferro Carajás,

vinculadas a uma extensa rede de produção de carvão vegetal³; uma grande indústria de alumina e alumínio (Alumar) e bases para estocagem e processamento industrial de minério de ferro (Vale) na Ilha do Maranhão; um centro de lançamento de artefatos espaciais (Centro de Lançamento de Alcântara – CLA), no município de Alcântara; monocultura agrícola extensiva (soja, sorgo, milho) no sul e sudeste do estado; monocultura de eucalipto, apresentada como “projetos de reflorestamento”, em várias regiões do estado; extensa rede, em grande parte ilegal, de madeireiras, na região da Pré-Amazônia maranhense; criação de búfalos, na Baixada Maranhense; ampliação da pecuária bovina extensiva, em todo o Maranhão; projetos de carcinicultura, no litoral.

Esse conjunto de iniciativas, decorrentes de planejamentos governamentais e envolvendo ou não a iniciativa privada, tem provocado profundas consequências socioambientais, alterando biomas e modos de vida de populações locais (que em muitos casos reivindicam a condição de populações tradicionais, com direitos previstos na legislação ambiental brasileira; ou de quilombolas ou indígenas, com direitos resguardados na Constituição Federal de 1988), através do reordenamento socioeconômico e espacial de áreas destinadas à implantação dos mesmos, derivando em potenciais conflitos socioambientais.

No Maranhão, conflitos socioambientais se configuram desde o início dos anos 1980 e continuam a surgir novos, ainda que as características impactantes do modelo de desenvolvimento dominante pareçam, mesmo que discursivamente, amenizadas através da incorporação de noções como desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. Os efeitos desse modelo continuam nefastos devido à lógica de ocupação espacial e produção que o sustenta.

3. Este carvão vem sendo sistematicamente obtido através do abate da porção maranhense e do sudeste paraense da Floresta Amazônica e, também, de formas ilegais de exploração da mão-de-obra (CARNEIRO, 1989 e 1995; MONTEIRO, 1995 e 1997). Nos últimos trinta anos, a utilização da madeira florestal para obtenção de carvão vegetal, aliada à extração da madeira de lei para o mercado nacional e internacional, provocou a quase total extinção da porção maranhense de Floresta Amazônica.

A pesquisa que originou o presente livro alia o interesse do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente em examinar os projetos de desenvolvimento e de modernização econômica e suas consequências sociais e ambientais, especialmente na Amazônia brasileira, com o caso concreto de tentativa de instalação de um grande pólo siderúrgico na Ilha do Maranhão, focando no debate público existente em torno desta questão. Buscou, então, detectar quais são os variados agentes, coletivos e individuais, envolvidos neste debate, quais são suas posições, quais os conflitos internos a cada instituição ou segmento social, quais os instrumentos de divulgação de suas posições. Procurou mapear e analisar os discursos de defesa e de oposição à instalação do Pólo, bem como, as iniciativas concretas que foram sendo tomadas para que o mesmo pudesse se efetivar. Considerando que houve uma ameaça concreta de deslocamento compulsório dos povoados existentes na área pleiteada para implantação do pólo siderúrgico, a pesquisa buscou, através de trabalho etnográfico, conhecer a organização social, cultural e econômica local com destaque para as relações com o ambiente natural, bem como, com as consequências detectáveis da possível implantação do pólo siderúrgico; a história social e os vínculos afetivos entre os grupos sociais, o território e seus recursos. Verificou, ainda, o processo de instalação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim e o debate público em torno de sua instalação.

1 A Reserva Extrativista de Tauá-Mirim

Na Zona Rural de São Luís, vários povoados convivem, permanentemente, com a ameaça à reprodução de seu modo de vida (CÂNDIDO, 1997), pois, desde o final da década de 1970 e início da década de 1980, presenciam a instalação e funcionamento em suas circunvizinhanças da Estrada de Ferro Carajás e seus terminais, do Complexo Portuário de São Luís e de grandes indústrias minero-metalúrgicas, como o consórcio ALCOA/ALUMAR, a Vale e sucursais administrativas de indústrias petrolíferas, como a PETROBRÁS. A instalação destes empreendimentos implicou em deslocamentos compulsórios de

vários povoados e seu funcionamento acarreta uma série de problemas ambientais. Além disso, devido às condições logísticas existentes para a instalação de novos empreendimentos industriais, há uma possibilidade constante de novos deslocamentos dos povoados localizados em áreas em que a regularização fundiária é muito insipiente, o que os fragiliza quanto à posse e controle do território. Estes grupos são submetidos, também, a constantes constrangimentos simbólicos, pois a percepção de sua condição de fraqueza é sempre reforçada diante do que é apresentado como sendo a força dos grandes empreendedores públicos e privados.

Na disputa pelo controle e uso da área em questão, algumas associações de moradores de localidades em vias de serem deslocadas, sob liderança das associações de moradores dos povoados do Taim e de Rio dos Cachorros, solicitaram ao CNPT/IBAMA⁴ que desse andamento ao pedido de constituição da Reserva Extrativista que vinha sendo discutido desde 1996 e que foi demandado, através de abaixo assinado, no ano de 2003. Segundo Alberto Catanhede Lopes, mais conhecido como Beto do Taim⁵, a demanda pela Reserva Extrativista é anterior ao debate em torno do projeto do pólo siderúrgico e cor-

4. O Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais (CNPT) se constituía em um órgão integrado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), criado através da portaria nº 22, de 10/02/1992, com a finalidade de promover a elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandadas por grupos sociais classificados como *populações tradicionais*, através de suas entidades representativas, e/ou indiretamente, através dos órgãos governamentais constituídos para este fim, ou ainda, por meio de organizações não-governamentais. Na página eletrônica do IBAMA, figura um histórico do CNPT que apresenta dentre suas atribuições: “criar, implantar, consolidar, gerenciar e desenvolver as Reservas Extrativistas em conjunto com as populações tradicionais que as ocupam”. Com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, através da lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, o CNPT está, atualmente, integrado a esse novo órgão federal. (www.icmbio.gov.br e www.ibama.gov.br, consultados em 12 de outubro de 2008).

5. Liderança no Povoado do Taim, dirigente nacional do MONAPE (Movimento Nacional de Pescadores) e do GTA (Grupo de Trabalho Amazônico).

responde ao anseio de regularizar o uso e controle do território⁶ ancestralmente ocupado e de manter as possibilidades de reprodução social do grupo (entrevista com Alberto Cantanhede realizada em 24/03/2007, por Ana Caroline Pires Miranda, Maiana Roque da Silva Maia e Rafael Bezerra Gaspar⁷). O IBAMA, desta forma, seguindo a legislação ambiental brasileira e atendendo à demanda local, abriu o processo de implantação da Reserva Extrativista, então denominada, do Taim⁸. A solicitação de instalação da Reserva Extrativista configura-se, atualmente, como um dos desdobramentos conflituosos que surgiram da mobilização crescente dos povoados ameaçados pela instalação de grandes projetos de desenvolvimento na Ilha do Maranhão. A área proposta para a Reserva abrange os povoados Cajueiro, Limoeiro, Porto Grande, Rio dos Cachorros e Taim; engloba também parte da Vila Maranhão e a Ilha de Tauá-Mirim⁹, na qual localizam-se os povoados Amapá, Embaubal, Jacamim, Portinho e Tauá-Mirim, e um amplo espelho d'água, totalizando 16.663,55 hectares e perímetro de 71,21 km.

6. Adotamos, aqui, a noção de território como sendo o espaço socialmente construído (LITTLE, 2002).

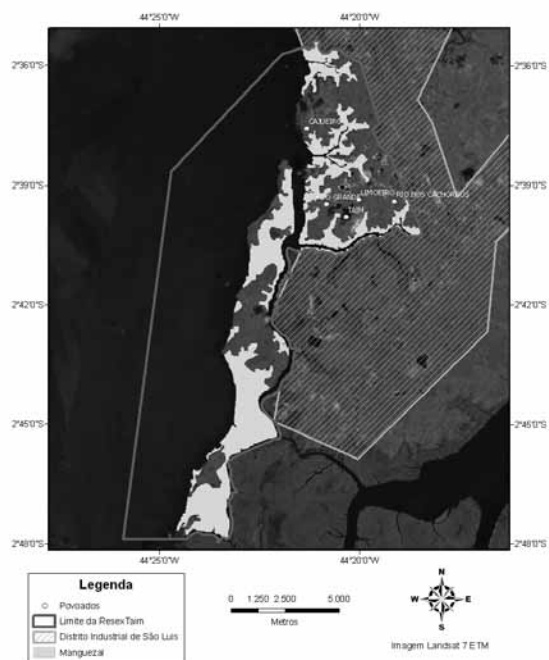
7. Ver a íntegra desta entrevista no Capítulo 7 deste livro.

8. O pedido de criação da unidade de conservação foi feito com a denominação de Reserva Extrativista do Taim, pois este é o nome de um dos povoados da área demandada. No entanto, como desde 1978 existe a Estação Ecológica do Taim, no Rio Grande do Sul, depois que o processo de criação chegou ao Ministério do Meio Ambiente, em 2008 foi sugerida a mudança do nome da reserva a ser criada. Após uma consulta às organizações sociais locais, ficou decidido que o nome seria mudado para Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, denominação que passamos a adotar, desde então. Por isso, alguns documentos e textos referidos neste livro, por serem anteriores a 2008, utilizam a denominação Reserva Extrativista do Taim.

9. Segundo Alberto Cantanhede, esta ilha, quando é maré cheia, constitui-se num arquipélago, voltando à condição de uma única ilha na maré vazante (entrevista com Alberto Cantanhede realizada em 24/03/2007, por Ana Caroline Pires Miranda, Maiana Roque da Silva Maia e Rafael Bezerra Gaspar).

Figura 01

Área proposta para a criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim



Fonte: Laudo Socioeconômico e Biológico da Resex do Taim, IBAMA, 2007.

As reservas extrativistas são uma modalidade de unidade de conservação ambiental, prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei 9.985/2000¹⁰, que contem-

10. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza prevê dois tipos de unidades de conservação: 1) de proteção integral e 2) de uso sustentável. As Unidades de Uso Sustentável têm como objetivo “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” e são composta por sete categorias: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; **Reserva Extrativista**; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. As Unidades de Proteção Integral têm por objetivo básico “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais” e são compostas pelas seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre (BRASIL, 2000. Grifo nosso).

plam a presença de população humana e atividades econômicas de baixo impacto ambiental e que garantam a conservação dos recursos naturais (SANT'ANA JÚNIOR, 2004; SANT'ANNA, 2003). Seu processo de instalação é resultante de demanda, atualmente, junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade¹¹, por parte de grupos sociais organizados que pleiteiem a condição de “população tradicional”, conforme o previsto no SNUC. A categoria legal “população tradicional” consta da Lei que constituiu o SNUC que, no entanto, não a conceitua explicitamente.

Mais recentemente, em 2007, foi publicado o Decreto nº 6.040¹² em que consta uma definição normativa dessa categoria que se reproduz na Instrução Normativa nº 01¹³ do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, transcrita abaixo:

população tradicional: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais; que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, pp. 101-102).

A busca de reconhecimento oficial por parte de determinados grupos sociais do status de “população tradicional” é um processo de autoconstituição. Almeida e Cunha (2001, p 192) afirmam que, internamente, “esse processo autoconstituente requer o estabelecimento de regras, bem como de lideranças institucionais legítimas. Externamente, precisa de alianças com organizações externas, fora e dentro do governo”. Os autores lembram ainda que

11. Antes da criação deste Instituto, em 2007, a solicitação deveria ser encaminhada ao IBAMA.

12. Decreto Federal que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT (www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm, consultado em 20/06/2007).

13. Instrução Normativa nº 01, de 18 de setembro de 2007. Publicada no Diário Oficial da União, nº 182, Seção I, páginas 101 e 102 (BRASIL, 2007).

a categoria de “populações tradicionais” é ocupada por sujeitos políticos que estão dispostos a conferir-lhe substância, isto é, que estão dispostos a constituir um pacto: comprometer-se a uma série de práticas, em troca de algum tipo de benefício e sobretudo direitos territoriais (ALMEIDA e CUNHA, 2001, p. 192).

Parte dos moradores da área disputada para instalação do pólo siderúrgico, através de suas associações e lideranças, reivindica a condição de “população tradicional”, argumentando que praticam a pesca, coleta de mariscos, agricultura familiar, mantendo uma relação sustentável com os recursos ambientais, mantêm suas próprias formas de organização comunitária, ocupam ancestralmente a área, constituindo um modo de vida e uma cultura próprios.

A vasta extensão de manguezais e a existência de um modo de vida ancestralmente construído, com baixos índices de agressão ao meio, permite configurar a região como um território ocupado por populações tradicionais que utilizam e se apropriam de espaços e recursos naturais a partir de seus conhecimentos tradicionais e suas relações de reciprocidade e de parentesco. Esses são os principais argumentos para justificar a criação da RESEX de Tauá-Mirim.

Desde as primeiras pesquisas exploratórias realizadas pelo IBAMA para verificar a viabilidade da Reserva, com levantamentos preliminares sobre as características ocupacionais das famílias, as informações indicam que grande parte da população se caracteriza por um modo de vida peculiar adaptado às condições ecológicas locais. Isto é, os grupos utilizam tanto os recursos marinhos (crustáceos, pescados), encontrados nas vastas áreas de manguezais, nos rios e no mar, quanto, as áreas de terra firme, constatando-se a prática da agricultura familiar em pequena escala, complementada com a criação de animais de pequeno porte e o extrativismo (IBAMA/CNPT-MA, 2007). Essas atividades são desenvolvidas concomitantemente numa dinâmica sazonal, cuja orientação das atividades produtivas ainda é fortemente influenciada pelo “tempo da natureza”. No entanto, a força da pressão mercantil e da especulação imobiliária, aos poucos vem impondo, gradativamente, um novo ritmo e uma nova dimensão temporal sobre esse modo de vida.

Sobre a utilização tradicional dos recursos, é possível afirmar a relativa conservação dos mesmos, dado o baixo impacto que esse modo de vida apresenta, tendo em vista sua forma de manejar os ambientes produtivos. Em grande parte, o manuseio dos ecossistemas se organiza conforme o ciclo de reprodução natural dos recursos, permitindo um impacto menor, se comparado às modalidades de exploração dominantes no contexto industrial, agrícola ou pecuária de grandes proporções, voltadas ao mercado.

O processo de instalação da Reserva cumpriu as fases, legalmente previstas, de elaboração de laudos biológicos e socioeconômicos e de consulta pública à população, visando verificar se a demanda pela Reserva corresponde efetivamente à vontade dos agentes sociais envolvidos. No momento em que estamos encerrando este livro, depois de ter passado pelo exame por parte do Ministério do Meio Ambiente, foi encaminhado para a Casa Civil da Presidência da República e aguarda a sanção do Presidente da República.

Aqueles que demandam a criação da Reserva Extrativista, atualmente, vivem um momento de expectativa, pois existe uma orientação geral da Presidência da República de que novas unidades de conservação geridas pelo Governo Federal somente seriam instaladas com a aceitação formal dos governos dos estados nos quais seriam criadas. A consulta, presentemente, está sendo feita ao Governo do Maranhão, que sofre fortes pressões por parte de planejadores estaduais, empresas nacionais e estrangeiras e empreendimentos mineradores (de areia e pedra) que atuam na área ou a percebem como local estratégico para novos empreendimentos, em função da infraestrutura (portos, ferrovia, rodovia) disponível. Por outro lado, as organizações sociais dos povoados implicados, com apoio de movimentos sociais, estudiosos, organizações sociais, buscam fazer valer seus interesses, articulando formas de intervenção no processo decisório.

2 O pólo siderúrgico

Em parte da área pleiteada para a criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, desde 2001, houve a tentativa de instalação de um pólo siderúrgico, envolvendo uma ampla negociação da qual fizeram

parte, diretamente, os poderes executivos federal, estadual e municipal, que proporcionariam a infraestrutura necessária, incluindo a concessão da área para as instalações físicas e de incentivos fiscais, além da regularização dos aspectos legais que viabilizassem sua instalação. Envolvia, também, os legislativos estadual e municipal e a iniciativa privada, através da Vale, que apontava, em 2004, o interesse de grupos empresariais estrangeiros no empreendimento, tais como Baosteel Shanghai Group Corporation (chinês), Arcelor (francês), Pohang Steel Company-Posco (sul-coreano) e Thyssen Krupp (alemão), sendo que as negociações, visando o estabelecimento de parcerias, estariam, então, mais adiantadas com os dois primeiros (ALVES, SANT'ANA JÚNIOR e MENDONÇA, 2006).

O planejamento de um pólo siderúrgico para São Luís constitui-se em desdobramento do Programa Grande Carajás, pois seria composto de três grandes usinas siderúrgicas para produção de placa de aço e uma para produção de ferro gusa, beneficiando em larga escala a produção do minério de ferro obtido na região de Marabá, no sudeste do Pará (somente na primeira fase, previa-se a produção de 3,7 milhões de toneladas de placas de aço). Este empreendimento teria a vantagem adicional de minorar os custos com transporte, pois se localizaria proximamente ao Complexo Portuário de São Luís, cujos portos são equipados para exportação em grande escala de minérios, de seus derivados, e da Estrada de Ferro Carajás, que faz a ligação entre as minas de ferro do Pará e o município do São Luís. Além disso, o projeto inicial do pólo previa a utilização do carvão mineral extraído na China. Esta possibilidade é apresentada oficialmente como uma alternativa ao uso do carvão vegetal e, conseqüentemente, uma medida que viria a amenizar o processo de desmatamento da Floresta Amazônica. No entanto, não se pode deixar de considerar o efeito altamente vantajoso para os empreendedores em manter os navios sempre carregados de aço ou de carvão (a Vale obtém boa parte de seus lucros com o transporte oceânico). Além disso, todo o projeto poderia contar com a disponibilidade de energia elétrica advinda das hidrelétricas do Rio Tocantins (Tucuruí, já em funcionamento e instalada no Pará, e de Estreito, em construção na divisa do Maranhão com o Tocantins), das respectivas redes de transmissão para São Luís e de mão-de-obra abundante e barata (FORUM CARAJÁS, 2006).

Em 2001, o Governo do Estado do Maranhão assinou um protocolo de intenções com a Vale com vistas à construção do pólo siderúrgico. No projeto original do pólo, a área destinada às instalações físicas das usinas seria de 2.471,71 hectares, localizados entre o Porto do Itaqui e o Rio dos Cachorros, na região administrativa municipal do Itaqui/Bacanga. Em 2004, esta área foi declarada como de utilidade pública para fins de desapropriação pelo governo do Estado do Maranhão (Decretos nº 20.727-DO, de 30/08/2004, e nº 20.781-DO, de 29/09/2004), o que implicaria no deslocamento compulsório de seus moradores e/ou daqueles que a utilizam de forma produtiva. Estes moradores são estimados em mais de 14.400 pessoas distribuídas em doze povoados (Vila Maranhão, Taim, Cajueiro, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Limoeiro, São Benedito, Vila Conceição, Anandiba, Parnuaçu, Camboa dos Frades e Vila Madureira).

Figura 02

Povoados ameaçados de deslocamento para implantação do Pólo Siderúrgico



Fonte: IBAMA/CNPT-MA, 2007

Segundo Alves, Sant'Ana Júnior e Mendonça (2006, p. 33):

Visando viabilizar o deslocamento daqueles que atualmente ocupam a área destinada ao pólo, o Governo do Estado e a Companhia Vale do Rio Doce contrataram a empresa paulista Diagonal Urbana Consultoria LTDA para fazer o Diagnóstico Sócio-Organizativo da área (MENDONÇA, 2006). A Diagonal entrou em contato direto com os moradores, levantou dados e chegou a marcar com tinta preta e numeração as casas das famílias que deveriam ser deslocadas (com exceção de parte das casas de Rio dos Cachorros e do povoado do Taim, onde os moradores resistiram e impediram esta marcação). Paralelamente, a Companhia Vale do Rio Doce instalou uma draga na praia próxima ao Povoado do Cajueiro, que retira areia do local e visa aumentar a profundidade das águas. Esta draga tem trazido problemas e prejuízos para os pescadores do povoado, que afirmam ter diminuído os estoques de peixe e crustáceos, e aumentado a sensação de insegurança com relação às possibilidades de permanência no local.

Desde 2004, a presença e atuação da empresa de pesquisa Diagonal na área prevista para a instalação do pólo suscitaram uma série de incertezas e expectativas nos moradores. Aliada às notícias veiculadas na imprensa e aos momentos públicos de debate (audiências públicas, reuniões, assembleias de associações de moradores, sermões e pregações nas igrejas), esta presença já provoca impactos no modo de vida e na organização social destes moradores. O diagnóstico da área, aliado ao debate público, suscitou uma movimentação incomum nos povoados que seriam atingidos e, através de suas associações de moradores, igrejas e outras instâncias, a discussão sobre a possibilidade de deslocamento populacional tomou corpo (MENDONÇA, 2006).

Mais uma vez, com o debate em torno da instalação do pólo, ficou evidente que, devido à proximidade daquela área com o Complexo Portuário de São Luís e com a Estrada de Ferro Carajás, a mesma esteja recorrentemente na meta de empreendimentos industriais. Assim, os moradores da região se dividem em, pelo menos, duas posições: a) os que, diante da aparente inevitabilidade do deslocamento, posicionam-se favoravelmente ao mesmo e buscam obter ganhos nos processos de indenização e de negociação quanto aos futuros lo-

cais de moradia; b) aqueles que acreditam que existem possibilidades de resistência, não querem abrir mão de seu modo de vida, ancestralmente construído, e acionam a demanda pela criação de uma reserva extrativista como instrumento de defesa do território.

Por outro lado, segundo a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Luís, em vigor desde 1992, a área planejada para instalação do pólo siderúrgico está situada na Zona Rural II do município de São Luís. Isto se constituiu em um empecilho legal para a efetivação do pólo, pois, segundo a Lei acima citada, empreendimentos industriais somente podem ser implantados em Zona Industrial. Visando eliminar esta dificuldade, a Prefeitura de São Luís encaminhou à Câmara Municipal um projeto de alteração da Lei, convertendo a área em Zona Industrial. Essa ação do executivo municipal abriu uma ampla polêmica pública. Como a legislação brasileira prevê que alterações em leis de zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo devam ser precedidas de consultas à população a ser afetada, o projeto de lei do executivo municipal provocou a realização de audiências públicas, envolvendo os mais variados grupos sociais do município e ocorrendo em locais diversos (igrejas, associações de moradores, Universidade Federal do Maranhão, hotéis, Associação Comercial de São Luís). Provocou, também, acalorados debates no Plenário da Câmara Municipal e a mobilização de moradores e de organizações que atuam na área, de movimentos ambientais, sociais e populares, de entidades empresariais. Constituiu-se, assim, um amplo debate público, com posições polarizadas entre os defensores e os contrários à instalação do pólo.

Dentre os defensores da instalação do pólo com maior presença nos debates locais, podemos destacar a Vale, os governos municipal e estadual, setores do empresariado local e parte dos moradores dos povoados da área prevista para instalação do pólo siderúrgico.

Por outro lado, questionando a viabilidade socioambiental do pólo siderúrgico, encontravam-se parte das organizações sociais dos povoados atingidos, a Igreja Católica (com pronunciamento contrário ao empreendimento feito publicamente pelo Arcebispo de São Luís e com a atuação das paróquias que atuam na área) e, a partir de então, constituiu-se o Movimento Reage São Luís, que envolvia várias

entidades sindicais, ambientais e populares. Este movimento buscou realizar ações conjuntas com outras forças sociais contrárias à instalação do pólo, estabelecendo alianças com moradores das localidades em vias de serem atingidas, setores empresariais, universidades, entidades e grupos de organização de professores e funcionários, estudantes, setores governamentais.

Segundo Alves, Sant'Ana Júnior e Mendonça (2006, p. 33),

No debate público constituído em torno do tema, vários agentes sociais se pronunciaram, segundo pontos de vista diferenciados e interesses múltiplos. Os que defendiam a instalação do pólo em São Luís apontavam como principais virtudes do projeto o incremento do desenvolvimento econômico da capital e do estado, possibilitando melhorar os baixos índices de desenvolvimento econômico e humano que marcam o Maranhão no conjunto da federação¹⁴; a criação de milhares de empregos diretos e indiretos; a diversificação da estrutura social local, com a ampliação das oportunidades de emprego qualificado; a incorporação de novas tecnologias produtivas, contemplando as mais modernas práticas administrativas e de prevenção de impactos ambientais; a ampliação das possibilidades de produção local de ciência e tecnologia, através da formação de mão-de-obra especializada e do fortalecimento das instituições de ensino e pesquisa; a melhoria na balança comercial brasileira, na medida em que agrega valor ao minério produzido no país, através de sua industrialização local e da redução de sua exportação *in natura* (ponto?)

Aqueles que se posicionam contrariamente ao empreendimento (ou, ao menos, à sua instalação na área prevista), através da imprensa local e de outros instrumentos de participação no debate público (reuniões, panfletos, participação em eventos), produziram e divulgaram análises técnicas e considerações quanto à pertinência da implantação de empreendimento de tamanho porte na Ilha do Maranhão.

14. Segundo o *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado em 2005 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o estado do Maranhão apresenta o segundo pior índice do Brasil, sendo superado negativamente apenas pelo estado de Alagoas. Informações disponíveis em www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3038&lay=pde, consultado em 15/11/2009.

Dentre estes argumentos, destacam-se duas ordens de problemas que se constituiriam como possíveis consequências da implantação do pólo:

1) impactos ambientais: aumento do consumo de água potável (equivalente a 207 milhões de litros por dia, o que corresponde à totalidade de consumo atual da população do município de São Luís); emissão de 2,4 mil litros de vapor d'água por segundo, carregados de resíduos sólidos e a emissão de 1,5 toneladas de dióxido de Carbono para cada tonelada de aço produzida; alterações climáticas significativas; ameaça de destruição de 10 mil hectares de manguezais, ecossistema no qual parte da população explora tradicionalmente os recursos pesqueiros, tanto para o consumo próprio como para a produção de excedentes destinados ao mercado local, e que se constitui em uma das áreas de reprodução do peixe-boi, espécie marinha ameaçada de extinção;

2) impactos sociais: deslocamento compulsório de cerca de 14.400 pessoas distribuídas nas localidades situadas na área destinada ao pólo, algumas delas centenárias e outras localizadas ali há mais de meio século; atração de grande contingente populacional para o município de São Luís, sem a devida infraestrutura urbana para abrigá-lo e sem áreas para expansão urbana que respeitem os níveis de sustentabilidade ambiental; ampliação da violência urbana; saturação dos serviços e equipamentos disponíveis no município.

A pressão de entidades e grupos sociais contrários à implantação do pólo não impediu que a Câmara Municipal aprovasse a mudança na Lei. No entanto, esta mesma pressão levou à alteração do projeto inicialmente enviado pelo Executivo Municipal. Foram excluídas as áreas de preservação permanente, constituídas das nascentes e cursos d'água existentes e as áreas de recarga de aquíferos¹⁵, o que re-

15. Devido à sua conformação geológica, de forma afunilada, estas áreas acumulam águas das chuvas que, ao passarem para o subsolo, recarregam os aquíferos de água potável, atualmente responsáveis pelo abastecimento de cerca de 40% da água consumida pela população da Ilha do Maranhão. A impermeabilização do solo, para cons-

duziu a área convertida em Zona Industrial para 1.063,6088 hectares (FORUM CARAJÁS, 2006). Desta forma, o distrito industrial se restringiria à instalação de uma usina siderúrgica (ao invés das três inicialmente previstas).

Segundo o noticiário local, a redução da área disponibilizada para o pólo teria frustrado a expectativa de sua instalação e a Vale teria abandonado o projeto. Contudo, atualmente, outros empreendimentos estão se instalando na região, a exemplo da Termelétrica Porto do Itaqui, que, segundo os empreendedores, utilizará carvão mineral importado da Colômbia e está sendo construída pela empresa MPX. Para realização da obra, em 2009, foram deslocadas cerca de oitenta famílias do Povoado Vila Madureira.

3 O conflito social e a ambientalização do conflito

Na investigação sobre as consequências sociais e ambientais que a tentativa de instalação do pólo siderúrgico provocou, constatamos que governos, setores empresariais, organizações ambientais, grupos sociais em vias de serem atingidos por políticas de desenvolvimento não são instâncias monolíticas. Da mesma forma que o debate público em torno da instalação do pólo siderúrgico em São Luís foi marcado pela polarização entre favoráveis e contrários a sua instalação, as várias instâncias que participam do debate também estavam permeadas por dissensos (MENDONÇA, 2006).

A reação de parte da população atingida e a disputa por território daí advinda assumem relevância, pois permitem uma análise do potencial de realização dos interesses dos vários agentes sociais envolvidos e, portanto, da possibilidade de garantia de ações de conservação ambiental e de manutenção do modo de vida de grupos sociais. Esta preocupação se faz necessária, sobretudo, pelo fato de que os planejamentos governamentais e empresariais de caráter modernizador e sob a bandeira do desenvolvimento econômico, normalmen-

trução das usinas siderúrgicas poderia diminuir o processo de recarga e comprometer estes aquíferos, pois os mesmos sofrem permanentes pressões das águas salgadas do mar e sua não recarga pode levá-los à salinização.

te, tendem a desconsiderar a história social e os vínculos afetivos entre os grupos sociais, o território e seus recursos.

Diferentes lógicas de apropriação do território, sejam dos povoados em questão sejam dos grupos que gerenciam os grandes projetos de desenvolvimento ou daqueles que se aliam aos mesmos, conduzem esse cenário de disputas para um “conflito ambiental”, entendido como resultante dos diferentes modos de significação do território, a partir das diferentes categorias, representações e atores sociais que buscam legitimidade (ACSELRAD, 2004a). Na medida em que este conflito ambiental tem um de seus pilares na resistência de grupos sociais que visam garantir o uso e controle de seus territórios ancestrais e que, para tanto, incorporam em sua luta e em seus discursos a questão ambiental como instrumento de universalização de sua luta particular, como já dissemos anteriormente, podemos identificar um processo de “ambientalização de um conflito social” (LEITE LOPES, 2004). Essas diferenciadas formas de apropriação do meio ambiente são forjadas por atores sociais na luta pela legitimidade de suas ações.

O projeto inicial do pólo siderúrgico operou com a noção de que a Amazônia brasileira é um grande vazio demográfico e cultural, provocando a invisibilidade de agentes e grupos sociais localizados nas áreas de interesse estratégico para grandes projetos de desenvolvimento. A reação de parte dos moradores demonstra que os mesmos não aceitam esta condição de invisibilidade e reivindicam um assento nas mesas de negociação cujas decisões interferem diretamente em seu modo de vida.

Referências

- ACSERALD, HENRI. **As Práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004a.
- ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004b.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. In: **Travessia**. maio/agosto, 1996. pp. 30-35.
- ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de e CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro, et.al. (org.) **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**: avaliação e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001, p.92-107.
- ALVES, Elio de Jesus Pantoja; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. Projetos de Desenvolvimento, Impactos Sócio-Ambientais e a Reserva Extrativista do Taim. In: **Ciências Humanas em Revista**. Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas. São Luís, 2007. v. 5 Número Especial. Semestral. pp. 29-40.
- AQUINO, Maria J. S. e SANT'ANNA JÚNIOR, Horácio A. Ferro, "Canga", Mangue: conservação ambiental e exploração mineral na Amazônia brasileira. In: FERRETTI, S. F. e RAMALHO, J. R. **Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural**. São Luís: EDUFMA, 2009.
- BRASIL. **Diário Oficial da União**. nº 182, Seção I, Brasília: 2007. pp. 101 e 102.
- BRASIL. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza** (Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.
- BUNKER, Stephen G. **Underdeveloping the Amazon; Extraction, Unequal Exchange, and the Failure of the Modern State**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1988.
- CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 1987.
- CARNEIRO, Marcelo D. S. Do latifúndio agropecuário à empresa latifundiária carvoeira. In: COELHO,

- M. C. N. e COTA, R. G. (Orgs.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997. pp. 223-250.
- CARNEIRO, Marcelo D. S. Estado e empreendimentos guseiros no Programa Grande Carajás. In: CASTRO E. e MARIN, R. A. (Orgs.). **Amazônias em tempo de transição**. Belém: UFPA/NAEA/ARNI/CELA, 1989. pp. 151-192.
- CARNEIRO, Marcelo D. S. Relações de trabalho, propriedade da terra e poluição urbana nas atividades de carvoejamento para a produção de ferro-gusa em Açailândia. In: GONÇALVES, F (Org.). **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** São Luís: CPT/Estação Gráfica, 1995. pp. 107-134.
- FORUM CARAJÁS. **Informe 2005 DHESC - Pólo Siderurgico no Maranhão**. Disponível em www.forumcarajas.org.br/documentos. Publicado em 11/05/2006.
- IBAMA/CNPT-MA. **Lauda Sócio-Econômico e Biológico para a Criação da Reserva Extrativista do Taim**. São Luís: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - Maranhão, 2007. Mimeo.
- LEFE, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. In: **Série antropológica**. nº 322. Brasília, 2002. Disponível em http://www.unb.br/ics/dan/serie_antro.htm, consultado em 29/08/2007.
- LOPES, José Sérgio Leite (Coord.). **A “ambientalização” dos conflitos sociais; participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2004.
- MARTÍNEZ ALIER, Juan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração**. Trad. Maurício WALDMAN. São Paulo: Contexto, 2007.
- MENDONÇA, Bartolomeu. **Cajueiro: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço**. São Luís: UFMA, 2006. Monografia de Graduação.
- MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, 2006. Disponível em www.mma.gov.br, consultado em 19/06/2007.
- MONTEIRO, Maurílio. A siderurgia e a produção de carvão vegetal no corredor da Estrada de Ferro Carajás. COELHO, M. C. N. e COTA, R. G. (Orgs.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997. In 183-222

MONTEIRO, Maurílio. Sidero-metalurgia e carvoejamento na Amazônia Oriental brasileira. In: XIMENES, Tereza (Org.). **Cenários da industrialização na Amazônia**. Belém: UNAMAZ/UFPA/NAEA, 1995. pp. 49-104.

SANT'ANA JÚNIOR. Horácio Antunes. **Florestania: a saga acreana e os Povos da Floresta**. Rio Branco-AC, EDUFAC, 2004.

SANT'ANNA, Renata. Populações humanas em unidades de conservação. In: **Boletim Rede Amazônia**. Ano 2, nº1. Rio de Janeiro, 2003. pp. 117-123.

WAGNER, Peter. **A sociology of modernity**; liberty and discipline. Londres: Routledge, 1994.

Consultas à Internet

www.icmbio.gov.br, consultado em 12/08/2008.

www.ibama.gov.br, consultado em 12/12/2005 e 12/08/2008.

www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm, consultado em 20/06/2007.

www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3038&lay=pde, consultado em 15/11/2009.

A decorative dashed line in a light gray color, consisting of several segments of varying lengths, curves around the central text, and extends towards the top right corner of the page.

Primeira Sessão: o território e questões territoriais

1

Ordenamento territorial e impactos socioambientais no distrito industrial de São Luís – MA¹

Fernanda Cunha de Carvalho

1 Introdução

A polissemia do termo território, dada, sobretudo, pela falta de apropriação de um conceito trabalhado, remete a dificuldades em se definir concepções de outros termos advindos deste. A exemplo, pode-se falar sobre a indefinição de expressões, tais como: desterritorialização, reterritorialização, multiterritorialização, ordenamento territorial.

Tal como a concepção de território, que assiste mudanças de acordo com visões de áreas e/ou vertentes de concepções, a expressão ordenamento territorial pode ter, entre tantos outros sentidos, propósitos de transformação do espaço regional; técnicas de administração, refletindo decisões públicas com repercussão territorial; de planejamento físico, na política pública; envolvendo métodos de análise e modelagem do território, na ciência; características que, na prática, resultariam no planejamento territorial.

1. Síntese de trabalho monográfico apresentado para conclusão do curso de Geografia Bacharelado da Universidade Federal do Maranhão.

A temática do ordenamento territorial² (ponto central do presente trabalho) é uma questão fundamental para se debater como o componente espacial está estreitamente ligado à tentativa de “legitimidade” de um determinado grupo social. Traçar geografias, espaços diferentes, é uma forma de conseguir mostrar os fundamentos sociais que estão “por trás” de um ordenamento territorial.

Da diversidade de instrumentos voltados ao planejamento territorial, o Plano Diretor configura-se como um mecanismo de ordenamento que possibilita revelar os vários fundamentos e interesses de grupos sociais, assegurado pelo usufruto de uso e ocupação do solo. Em virtude disso, busca-se, no Plano Diretor de São Luís e sua respectiva Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo³, compreender a organização do solo do município e a forma de divisão em zonas, o que ajuda entender a funcionalidade atribuída a determinadas áreas e de que forma esses usos estabelecem um ordenamento territorial voltado a interesses variados, entre grupos sociais que possuem visões opostas.

Para o presente estudo, foi elaborado um mapa de localização da área, feito a partir da imagem de satélite CCD/CBERS 2 (2004), obedecendo os limites determinados na captação de uma figura exposta pela Secretaria de Estado da Indústria e Comércio do Maranhão, a qual foi georreferenciada e, em seguida, convertida em produto.

A pesquisa também contou com a produção de uma carta de Unidades de Paisagem referente ao Distrito Industrial de São Luís – MA, na escala de 1:120.000, para se ter uma percepção das alterações ocasionadas ao meio. Para tal, dados obtidos através de sensoriamento remoto foram extremamente úteis para os estudos e levantamentos

2. Segundo Rogério Haesbaert (2006, p. 290), existem duas formas ou lógicas básicas de territorialização, a citar: a lógica zonal, de controle de áreas, limites ou fronteiras; e a lógica reticular, de controle de fluxos e polos de conexão e redes. Considerando-se que as concepções e práticas distintas do espaço na lógica zonal privilegiam a homogeneidade e a exclusividade, acredita-se que a proposta de ordenamento territorial, disseminada a partir de instrumentos utilizados para a obtenção de organização do território, enquadra-se nessa lógica.

3. Não se separa, aqui, a análises do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo. Portanto, ao analisar o Plano Diretor, considera-se a leitura conjunta com sua lei complementar de zoneamento.

ambientais, por fornecerem uma visão sinótica em que se permite ver grandes extensões de área em uma mesma imagem e por possuir uma resolução temporal que facilita os estudos dinâmicos de uma região. Foram utilizadas as cartas topográficas da Diretoria de Serviço Geográfico (DSG, 1980) MI 549, Folha SA-23-Z-A-V, assim como imagens do Google Earth (2008) e o aplicativo MicroStation.

Foi feita, também, a pesquisa em campo, objetivando sanar a necessidade de constatações voltadas aos aspectos captados por imagens de satélite, e, também, como uma forma de verificação do meio social. As áreas visitadas foram: BR 135, Povoado Taim, Rio dos Cachorros, Limoeiro, Porto Grande, Vila Maranhão, Matinha, e alguns trechos percorridos da Baía de São Marcos (sub-bacia Rio dos Cachorros, Estreito dos Coqueiros, e diversos igarapés).

Tais metodologias foram fundamentais para se chegar a uma concepção do que se entende por ordenamento territorial no presente trabalho. Para isso, passou-se por reflexões de como o planejamento espacial, segundo o interesse de grandes empresas capitalistas, vai sendo efetivado com o amparo de meios legais e de como se explicitam as contradições socioambientais postas por um ordenamento territorial imposto pelos grandes empreendimentos em São Luís.

2 A temática do ordenamento territorial e a discussão de leis/decretos que “organizam” o solo de São Luís

O tema ordenamento territorial como instrumental de políticas voltadas à organização do uso do solo possibilita uma reflexão sobre a relevância, os limites e a eficácia das Políticas Públicas formuladas e operadas a partir de estratégias em torno do território.

O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) é uma regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que tem como preceito orientar a política urbana em todo o país. Nele, são dispostos instrumentos da política urbana, definindo os Planos Diretores como tais que objetivam sumariamente organizar o crescimento e funcionamento dos municípios (especificamente citados no art. 4º, inciso III, alínea ‘a’ e nos arts. 39º ao 42º). Os Planos, segundo a Lei, ao fazerem uma leitura do componente espacial de uma cidade,

devem obter, em seu processo de elaboração, a identificação e análise das características físicas, atividades predominantes e vocações, bem como as situações problematizadas e potencialidades, para, em conjunto com a sociedade organizada, determinar a forma de crescimento da localidade a ser promovida, seus instrumentos de implementação, objetivos a serem alcançados, intencionando-se a melhoria da qualidade de vida da população das áreas urbanas e rurais e a preservação dos recursos naturais.

Pensar a heterogeneidade dos atores sociais é o grande dilema a ser enfrentado na elaboração de um Plano Diretor com sua política de ordenamento territorial. À medida que há um estabelecimento de um ordenamento territorial nesse documento, tem-se que entender que as linhas espaciais traçadas para demarcar fronteiras no uso e ocupação do solo podem não corresponder a diferenças existentes no modo de viver dos atores sociais.

Entende-se que os traçados para delinear uma territorialidade podem ser “o barril de pólvora” para intensificar os conflitos entre grupos que possuem *modus vivendi* e *modus operandi* diferenciados.

É com esta ressalva que se vê uma tentativa de disciplinamento do uso do espaço, por meio de estabelecimento de zonas e fronteiras espaciais contidos na política de ordenamento territorial de um Plano Diretor, com olhos diferenciados de entidades do Poder Público (tal como veiculados em trabalhos organizados pelo MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2006) que, através de suas ressalvas, induzem a pensar que o ordenamento territorial sempre caminha na direção de um disciplinamento no uso do território, de modo a compatibilizar ou, ao menos, diminuir eventuais conflitos existentes.

Um dos maiores pontos de conflito na elaboração de leis que objetivam gerir a organização do solo tem sido o estabelecimento das áreas de uso e ocupação destinadas às atividades industriais. Este fato, geralmente, é bastante polêmico, por se tratar de uma delimitação espacial ligada fortemente aos aspectos racionais modernos de planejamento espacial, de acordo com os moldes do capitalismo econômico, em detrimento de um “modo de viver” de determinados grupos.

Assim, a definição das áreas industriais na cidade de São Luís, constantemente, é alvo de debates, fazendo emergir inúmeras dis-

cussões, caracterizando abordagens bastantes divergentes e conflituosas em torno dos interesses sobre a questão do solo. Assim, em várias situações, de um lado, encontram-se parcelas significativas da população das zonas rurais e, do outro, interesses econômicos vinculados a grandes empreendimentos.

Diversas modificações em torno da definição do perímetro de áreas têm ocorrido ao longo do tempo, amparadas por leis e/ou decretos federais, estaduais e municipais, que por vezes têm gerado inúmeras desordens, considerando os processos urbanos, industriais e agrários conflitivos e tendências da dinâmica da cidade, bem como, a necessidade de orientação e monitoramento.

Para melhor compreensão do presente trabalho é necessário uma breve abordagem sobre a gama de leis e decretos que objetivam gerir a organização do solo em São Luís, que são, em caráter primário, a Lei do Plano Diretor, a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e o decreto específico para áreas industriais, que orienta a organização do solo no Distrito Industrial de São Luís (DISAL).

Segundo o Instituto da Cidade da Prefeitura de São Luís (SÃO LUÍS, 2006, p. 8), já na década de 1970 foi elaborado e aprovado o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado em São Luís “para orientar o crescimento físico decorrente da implantação de grandes plantas industriais”, tendo uma reformulação posterior em 24 de dezembro de 1992 (Lei Municipal nº 3.252) e uma seguinte em 11 de outubro de 2006 (Lei Municipal nº 4.669), lei esta que já viria com uma definição de conteúdo, a partir de modificações efetuadas na lei de zoneamento, para beneficiar o setor industrial.

A Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de São Luís é de 1992 (Lei Municipal nº 3.253, de 29 de dezembro), porém sofre uma modificação (Lei Municipal nº 4.548, de 09 de dezembro de 2005) que tem como premissa básica facilitar a implantação de indústrias em áreas anteriormente consideradas rurais, quando determina que 1.063,6088 ha destas áreas sejam convertidas em área industrial.

O DISAL teve seu primeiro traçado baseado no Decreto Estadual nº 3.589, de 28 de novembro de 1974, que delimitava a área industrial do Itaqui-Bacanga. Posteriormente, o Decreto Estadual nº 3.840, de 22 de abril de 1977, determina como industrial a área do Tibiri-Pedrinhas.

A obrigatória adequação do DISAL à legislação ambiental, com as áreas Itaquí-Bacanga e Tibiri-Pedrinhas unificadas em um só Distrito, resultou na formulação do Decreto Estadual nº 7.632, de 23 de maio de 1980, que declarava que o Distrito Industrial de São Luís obtinha uma área de 19.946,2316 ha (FIGUEIRÊDO, 1994, p.59). Foram efetuadas reformulações em 2002 e, depois, em 2004 (Decreto Estadual nº 20.727, de 23 de agosto), configurando a análise desta última como essencial para as considerações efetuadas nesse artigo, uma vez que é esse decreto que vai acrescentar áreas no perímetro do Distrito Industrial.

O discurso da necessidade de alterações nos limites do Distrito Industrial para viabilizar a circulação econômica, trouxe à tona o interesse do Poder Público, em consonância com grandes empresas capitalistas, em rever aspectos urbanísticos legais da cidade de São Luís, utilizando-os para proporcionar benefícios a grupos específicos.

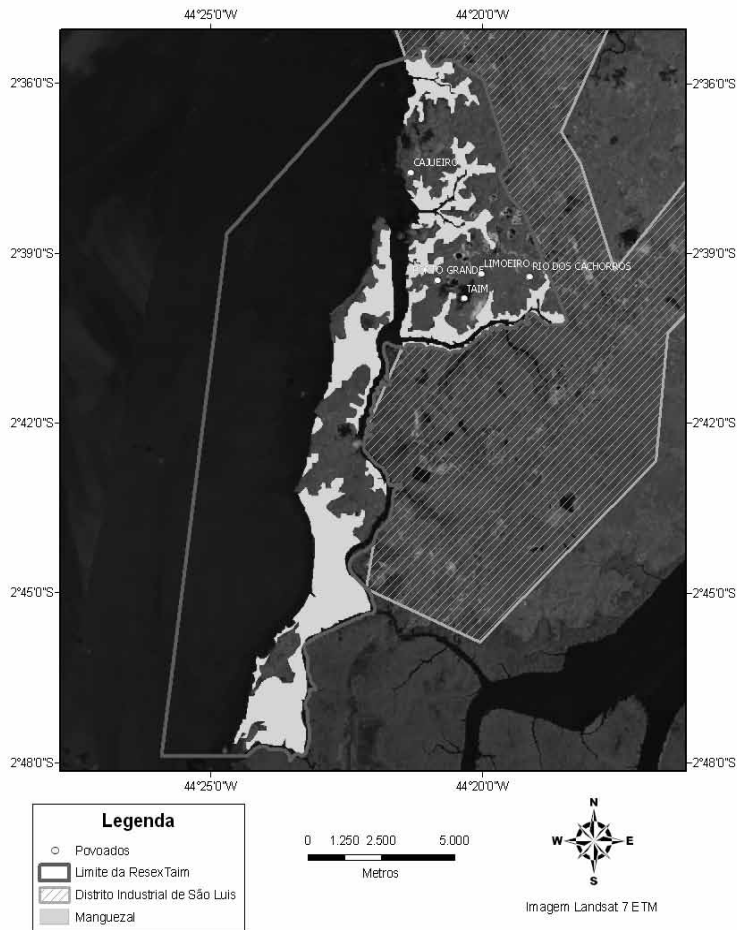
Tem sido notório que a configuração do zoneamento, tal como efetuada em sua atual elaboração, é vista como um problema por determinados representantes do Poder Público, considerando-se afirmações que dizem ser inconcebível a utilização de uma previsão do Distrito Industrial, que existe desde 1980, e que o local ainda seja uma área rural. Tais fatos inspiram a reflexão sobre o fundamento do que seria o termo “desenvolvimento sustentável”, na abrangência de todas as suas vertentes, seus critérios⁴.

O atual traçado do Distrito Industrial (Figura 01) não demonstra nenhum corte para representar a retirada de zonas rurais do seu perímetro, englobando não somente zonas industriais, mas também a zona marítima, a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), o Terminal Pesqueiro do Porto Grande, o Cinturão Verde, o Parque Ecológico da Alumar, zonas residenciais e zonas rurais, em que estão inseridos os Povoados Rio dos Cachorros, Porto Grande, Taim, Limoeiro, Santa Rita. Tal fato remete a uma falsa impressão de que os povoados rurais localizados no interior perimetral do DISAL estariam enquadrados nas áreas que poderiam ser utilizadas pelo setor industrial,

4. Não serão aprofundadas aqui, análises às concepções do desenvolvimento sustentável. Para tanto, ver páginas 85 a 88 contidas em Sachs 2002, sobre os “critérios de sustentabilidade” e o Capítulo 10 do presente livro.

o que acaba induzindo a maiores pressões para as alterações, seguindo os objetivos “funcionais” das áreas. A Figura 01 demonstra a localização do Distrito Industrial em relação à Ilha do Maranhão.

Figura 01: Mapa de localização do Distrito Industrial de São Luís - MA



Fonte: CARVALHO, 2009.

O ponto central da questão nessa discussão de convergência de áreas (rural para industrial) pode ser caracterizado, também, pela restrita participação da sociedade, dada a forma pela qual todo o processo foi efetuado pelo Poder Público. Aqui se pensa no processo da seguinte maneira: primeiramente foi alterado o perímetro do Distrito Industrial (2004), logo após ocorreu a alteração da Lei de Zoneamento (2005), para, daí então, ser reformulado o Plano Diretor da cidade (2006), o qual afirma em um dos seus artigos que o uso e a ocupação do solo deverão ser regulamentadas por lei complementar que deverá:

III. adequar as zonas industriais, às reais necessidades do parque industrial do Município, analisando e redimensionando os atuais limites que contemplam áreas industriais fixadas anteriormente a elaboração deste Plano Diretor (Art. 20º, III).

Nesse contexto, a alteração do zoneamento municipal parece, de fato, ser mais um ato voltado às pressões diretas de empresas, com apoio do aparelho público, prevalecendo sobre o interesse dos moradores situados no perímetro espacial da nova zona industrial e antiga zona rural, criando discursos favoráveis a um ordenamento territorial com vocação para a atividade industrial. Carvalho (2008, p. 56) demonstra um discurso encontrado em notícias vinculadas no site da Associação Comercial do Maranhão, que afirma: “[...] O Porto do Itaqui, o corredor de exportação Carajás deixam clara a vocação industrial daquela área. Dessa forma o tratamento não deve ser o de estímulo a atividade rural [...]”.

Essa noção de “vocação” para a atividade industrial é vista aqui como uma tentativa discursiva de dar um “dom” ao componente espacial de forma a naturalizar a sua funcionalidade. Por mais que se tente tornar algo natural a uma realidade, tem que se ter ciência de que “os princípios de classificação do mundo social, até mesmo os mais naturais, referem-se sempre a fundamentos sociais” (LENOIR, 1996, p. 64), tendo sempre um interesse, uma construção social por detrás daquilo que se coloca como natural.

As populações rurais existentes na área tecem diversas críticas aos agentes implementadores da revisão do Plano Diretor. Estes alegam que tais agentes “não as ouviram”, desconsiderando o fato das mesmas serem, em sua maioria, habitantes ancestrais das áreas ru-

rais, obrigando-as a constituir a área industrial do município.

Lideranças de populações residentes na área afirmavam que a prefeitura municipal pretendia ampliar o zoneamento industrial de forma a beneficiar os grandes projetos, fato que se evidenciou quando o governo estadual oficializou o pedido de conversão para área industrial. Através dos acontecimentos, é possível constatar que a dita necessidade de nova demanda por áreas, atende, sobretudo, à lógica dos poderes locais dominantes, que necessitam desses espaços para atender seus interesses mercadológicos.

3 Uso e ocupação do solo no Distrito Industrial de São Luís - MA

É certo que a sociedade e o ambiente são alterados direta e indiretamente por todo processo industrial, então alguns meios são impactados, em maiores graus, outros em menores, uns positivamente, enquanto outros negativamente. Tal como Acserald (2004) retrata, os impactos de grandes projetos provocam o confronto de lógicas diferenciadas de apropriação do ambiente, conduzindo esse cenário de disputas para “conflitos ambientais”.

A abordagem analítica dos impactos sócio-ambientais faz-se essencial para que se possa inferir até que ponto esses empreendimentos têm se apresentado como não-degradantes da relação entre homem e meio, próprio do debate geográfico. Assim, é interessante discorrer sobre esses aspectos, dada as instalações dessas atividades na localidade em análise, o Distrito Industrial de São Luís, o qual dispõe de uma série de empresas, tais como: de torrefação, cervejaria, fábrica de tratores agrícolas, fábricas de pré-moldados de cimento, agroindústria de babaçu, indústria de beneficiamento de camarão, peixe e sururu, fábrica de oxigênio e acetileno, olarias, bem como empresas de maiores portes, do ramo minero-metalúrgico.

A identificação de impactos através de matrizes podem assumir a função de reconhecer possíveis alterações ambientais decorrentes da implantação de grandes projetos já existentes. Como uma demonstração, decidiu-se pela elaboração de um checklist, considerando-se que este é encarado como uma ferramenta útil para uma primeira aproximação na identificação de impactos (Ver Quadro 01).

Quadro 01: Matriz de impactos

IMPACTOS – MEIO BIOFÍSICO
Alteração das condições climáticas locais
Alteração da qualidade do ar
Alteração da qualidade do solo
Alteração da qualidade e quantidade dos recursos hídricos
Alteração ou destruição de habitats
Diminuição da produtividade dos ecossistemas
Deslocamento ou perda da fauna
Destruição de áreas de preservação permanente
IMPACTOS – MEIO ANTRÓPICO
Impacto visual
Desconforto ambiental
Riscos à saúde humana
Destruição de ambientes já existentes
Perda de traços culturais
Alteração ou perda de sítios arqueológicos
Destruição ou perda de patrimônio arquitetônico
Alteração no turismo local
Possíveis acidentes (ferimentos, mortes)
Redução da produtividade agrícola
Aumento populacional
Aumento da atividade comercial
Aumento da demanda de serviços públicos
Perturbação da vida comunitária
Capacitação da força de trabalho local
Sobrecarga da infraestrutura
Aumento da arrecadação tributária
Alteração dos modos de vida tradicionais
Alteração das relações sócio-culturais
Limitação das opções de uso de solo
Valorização/desvalorização imobiliária

Fonte: CARVALHO, 2008, p.68.

Como problema social, causado pela inserção das atividades industriais em zona rural, pode-se citar a remoção de inúmeras famílias, fato demonstrado em São Luís desde a década de 1970 com a implantação de dois grandes empreendimentos: Vale e Alumar⁵. Essas famílias perderam seus territórios tendo que fixar moradia em outros locais, geralmente destinados pelo empreendimento, lugares esses que não oportunizam as mesmas condições de vida anteriores. A remoção de muitas famílias acabou ocasionando o aumento da violência (relações conflitivas), a perda de laços culturais (impossibilidade de continuidade de manifestações religiosas e de cultura popular), a perda de suas formas de manutenção (ambiente desfavorável).

O aumento populacional também é um fator social consequente, já que os empreendimentos atraem um grande número de pessoas, à procura empregos, absorvendo grande contingente de força de trabalho de baixo custo e que, após a fase de construção civil, é praticamente toda dispensada.

O Poder Público acaba tornando-se o responsável por enquadrar as consequências dos projetos à realidade local, o que, por vezes, não traz resultados satisfatórios. Como a geração de empregos é insuficiente para suprir a demanda gerada e a massa populacional passa a viver de trabalhos informais, observa-se a expansão das cidades e sua favelização, assim como uma maior pressão sobre áreas inadequadas ao estabelecimento de moradias, na medida em que há a procura por novas terras. As experiências indicam ser desprezível, para fins estatísticos, o índice de aproveitamento de pessoal das áreas desapropriadas na operação dos empreendimentos.

Em São Luís, a Vale detém o Complexo Portuário da Ponta da Madeira, localizado na margem da Baía de São Marcos, em torno da Ponta da Madeira, que permite que navios de até 26 metros de calado atracuem (VALE, 2008). Já a Alumar possui um porto particular que se encontra na Baía de São Marcos, a oeste da Ilha do Maranhão, que

5. Alumar é a denominação dada para o Consórcio de Alumínio do Maranhão e Vale é a antiga CVRD (Companhia Vale do Rio Doce), que desde 2007 passou a adotar somente o nome fantasia Vale.

fica a 10 km ao sul do Porto do Itaqui (que é controlado pelo Governo estadual, através da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP), na confluência do Rio dos Cachorros com o Estreito dos Coqueiros (ALUMAR, 2008). Esses portos localizam-se muito proximoamente à maioria das comunidades presentes na zona rural e seus habitantes declaram sempre o grau da diminuição da produtividade pesqueira da região após a chegada dos grandes empreendimentos.

Substâncias nocivas são desembarcadas nos portos, a exemplo, o coque, o carvão e a soda cáustica, que certamente mantêm algum tipo de relação com as alterações ocasionadas ao meio social (manifestações de doenças) e ambiental (modificações nos ciclos naturais – acréscimos de temperaturas, adições de substâncias não absorvidas pelo meio).

Outra questão relacionada aos portos são as constantes dragagens efetuadas, necessárias para manter a profundidade do canal, considerando-se o grande calado dos navios, fatores esses que causam o rebaixamento e/ou a extinção de inúmeras espécies marítimas, ocasionando um desequilíbrio ambiental significativo, que além do meio natural, atinge grande parte da população que necessita de tais recursos para sua sobrevivência.

Alberto Cantanhede, pescador e líder comunitário do povoado Taim (Zona Rural de São Luís) afirma que:

[...] o assoreamento de canal no momento de instalação da Alumar, que permitia o acesso das comunidades a leste à Baía de São Marcos, acarretou uma diminuição na rentabilidade destes pescadores. Antigamente eram gastos 40 minutos com o transporte de canoa do Rio dos Cachorros para a Ilha de Boa Razão, pescadores de várias comunidades saíam juntos para a pescaria. Com o canal ‘entupido’ não passa mais canoa e eles têm que fazer outro caminho, que só pode ser feito com barco a motor, o que não é acessível para a maioria [...]. (entrevista realizada em 24/03/2007 por Ana Caroline Pires, Maiana Roque e Rafael Gaspar⁶).

6. Entrevista publicada no Capítulo 7 deste livro.

E ainda:

[...] A redução do camarão, da tainha..., o camurim sumiu do rio, seguido do desaparecimento do sururu, isso quebrou todo equilíbrio ecológico do mangue, diminuindo substancialmente a produtividade pesqueira nos povoados localizados no entorno da fábrica... Eu lembro bem que no começo do inverno a água do rio ficou esverdeada, como se tivessem amassado um mato nela... depois disso, duas ou três marezadas depois... sumiu todo o camarão [...] (declaração de Alberto Cantanhede – líder comunitário do Taim) (IBAMA, 2007).

O sistema de produção da Vale, em nível mundial, está ligado ao minério de ferro *in natura* e em pelotas, níquel, carvão, alumínio, potássio, cobre, caulim, manganês e ferroligas. São Luís faz parte do sistema norte da empresa, que se utiliza do Terminal Marítimo da Ponta da Madeira e da Estrada de Ferro Carajás para efetivação de seus projetos.

Ao chegar ao Terminal da Ponta da Madeira, o minério de ferro de Carajás é estocado em pátios e exportado para clientes de diversas partes do mundo, com exceção da parcela que é destinada ao chamado *pellet feed*, que é a transformação do minério de ferro em pelotas e segue para a produção na usina de São Luís. Desde 2002, a capacidade anual de produção de pelotas na cidade é de 4,1 milhões de toneladas (VALE, 2008). O cobre também passa pela Ponta da Madeira e pela Estrada de Ferro Carajás.

Além dos empreendimentos de maiores portes, a área do Distrito Industrial e seu entorno têm sofrido alterações atribuídas a atividades cujas atuações interferem significativamente no meio, fato que altera diretamente os modos de vida locais. O processo atrativo das grandes empresas tem início na época dos planos nacionais de integração nacional, concebidos no período da ditadura de 1964, e a instalação de outras empresas, de pequeno e médio portes, se dá como desdobramento deste processo. Podem ser destacadas: a fábrica de cerveja Ambev, matadouros, algumas olarias e empresas que se beneficiam da extração de recursos minerais.

A fábrica de cerveja Ambev, antiga Brahma, que tem suas instalações às margens da rodovia, libera durante o processo de fabricação,

leveduras que são despejadas nos rios, provocando a morte de espécies aquáticas que servem de sustento para inúmeras famílias.

A dispersão da fumaça expelida de chaminés baixas e sem filtro de olarias ganha maiores proporções considerando-se os índices de calmaria e direção dos ventos da Ilha, causando poluição atmosférica. Essa ocorrência pode provocar uma degradação dos ecossistemas devido ao lançamento de inúmeras substâncias que, por não respeitarem “fronteiras”, ultrapassam a margem da problemática local. Este tipo de poluição pode ocasionar alterações no clima, diminuição da qualidade do ar, interferir diretamente na saúde da população, favorecendo o surgimento de problemas respiratórios e oculares.

O grande e crescente índice de empresas mineradoras, que promovem a extração de areia e pedra em vários trechos do percurso das zonas industrial e rural, ocasiona áreas marcadas por intensos processos erosivos, com desgaste do solo e alteração no equilíbrio natural do mesmo. A retirada desses recursos minerais é utilizada para suprir as necessidades do crescente mercado de construção civil, sendo que não é uma atividade exclusiva de empresas, já que alguns moradores residentes na zona rural também fazem extrações, configurando tal como uma complementação de suas rendas. Embora, a extração por estes apresente menores proporções do que as efetuadas por aquelas, essa alternativa acaba causando um desequilíbrio ambiental local⁷.

Com a diversidade de modificações ocorrentes desde a implantação do Distrito Industrial, são fatos constatados a ausência de vegetações antes existentes, o aparecimento de uma gama de solos expostos (Ver figura 02), assim como o aterramento de alguns cursos d’água:

7. Lideranças comunitárias afirmam que a população local que efetua extração mineral declara-se ciente dos grandes impactos ao ambiente consequente dessas atividades, mas por não terem outros meios, ou terem sido reduzidos os meios para sustento utilizados anteriormente (tais como a redução do pescado e o aumento gradativo da infertilidade de trechos do solo), são levadas a recorrer a esse tipo de prática. É importante enfatizar que essas extrações abastecem o mercado da construção civil local e que esse fato é mais um desdobramento da introdução dos grandes projetos na cidade de São Luís e no Maranhão.

Figura 02: Vista aérea do Distrito Industrial de São Luís, demonstrando a grande quantidade de solo exposto



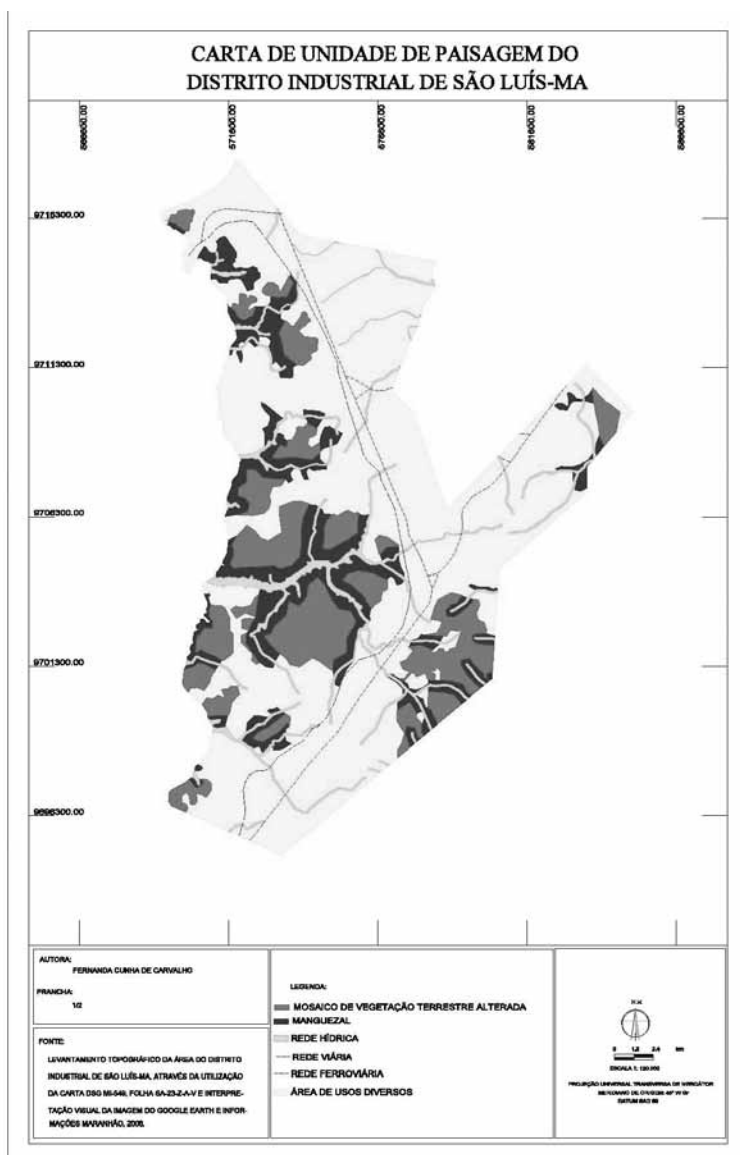
Fonte: Skyscraper City, 2008.

As áreas rurais do Taim, Porto Grande, Rio dos Cachorros, Limoeiro, Santa Rita, situados na parte superior da sub-bacia do Rio dos Cachorros, localizados a sudoeste da Ilha do Maranhão, são afetadas diretamente pelo funcionamento das zonas industriais, uma vez que circundam essas localidades.

Foi desenvolvida uma carta de Unidades de Paisagem do Distrito Industrial de São Luís – MA, na escala de 1:120.000⁸, objetivando perceber as alterações ocasionadas ao meio. Para tal, foram utilizadas a carta topográfica da DSG MI 549, Folha SA-23-Z-A-V, (DSG, 1980), assim como imagens do Google Earth (Figura 03).

8. Por se tratar de uma área de grandes proporções a carta não oferece riqueza de detalhes, o que justifica as descrições mais abrangentes.

Figura 03: Carta de Unidades de Paisagem do Distrito Industrial de São Luís - MA



Fonte: CARVALHO, 2009.

O mosaico de vegetação ainda existente na área trata-se (em geral) de vegetação secundária com presença de manguezais, embora grande parte destes já tenha sido degradada, descumprindo o Código Florestal (Lei Federal nº 4.771/65), que considera a vegetação de mangues como APP (Áreas de Preservação Permanente) e que em seu artigo 2º, declara como áreas protegidas as florestas e demais formas de vegetação natural, situadas em torno dos cursos d'água, tendo sua dimensão referida pela largura destes (BRASIL, 1965). A existência de espécies nativas na área tem diminuído cada vez mais.

A devastação da vegetação se dá, em geral, através da instalação de empreendimentos, das substâncias liberadas pelo processo de funcionamento dos mesmos (muitas caracterizadas como nocivas ao meio), assim como por construções de áreas residenciais, principalmente por ocupações desordenadas, reforçadas, em proporcionalidade, pela chegada de projetos que atraíram grandes fluxos populacionais.

A rede hidrográfica referida na carta teve como principal base a carta da DSG (1980). Durante a confecção da carta de unidades de paisagem percebeu-se que alguns cursos d'água que existiam na década de 1980 não estão mais presentes na atualidade (tendo como referência atual os trechos apresentados nas imagens do Google Earth). Constata-se que os recursos hídricos devem ter sido aterrados ou erodidos, através da devastação de suas matas ciliares e/ou deposição de materiais no seu curso.

O Rio dos Cachorros, que se configura como um significativo corpo hídrico local, apresenta grandes proporções e se localiza entre zonas rurais e zona industrial (grande parte pertencente ao módulo da Alumar), é caracterizado como de extrema importância para as populações que vivem da pesca e da agricultura assim como os outros riachos e igarapés (a exemplo o Igarapé do Cajueiro) e as nascentes espalhadas por toda área industrial e em seu entorno rural.

A degradação ambiental tem alterado os modos de vida da população, comprometido a capacidade hídrica (área detentora de inúmeros aquíferos), assim como tem ocasionado problemas à saúde humana (ingestão de alimentos contaminados).

As áreas de usos diversos caracterizam-se, em geral, como sendo áreas de implantações industriais e ocupações residenciais. Há grandes áreas de solos expostos, decorrentes de diversos tipos de atividades, tais

como extração mineral, devastação da vegetação, ocupação irregular do solo. As extrações normalmente levam grandes áreas a um estado degradatório, modificando, por vezes, áreas como nascente e vales de rios, alterando os canais naturais dos mesmos e modificando a paisagem.

A leitura da respectiva carta de unidades de paisagem leva à reflexão de que a atuação dos empreendimentos instalados no Distrito Industrial, mesmo com funcionamento “pautado” em legislações, não têm se adequado a uma lógica que mantenha um equilíbrio local, na medida em que (como citado) ocasiona uma série de impactos à sociedade e ao ambiente. Tais fatos demonstram existir uma forte contradição entre os princípios básicos da preservação ambiental e aqueles do funcionamento do capitalismo.

4 Considerações finais

As disputas entre os atores sociais em torno das alterações nas legislações sobre a organização do solo da cidade de São Luís mostram que não há um entendimento único quanto à tentativa de ordenamento territorial proposta. A demarcação espacial, que deveria ter intuito de disciplinar o uso e ocupação do espaço, vem também, ou principalmente, demarcar interesses sociais dos grandes empresários capitalistas e não da população de hábitos rurais existentes na área englobada pelo Distrito Industrial.

As contradições e conflitos expostos no espaço geográfico do Distrito Industrial, por meio de um desequilíbrio, vêm desconstruir uma legitimidade de qualquer tentativa de se rever a expansão, naquela localidade, de serem adquiridos mais territórios como áreas industriais. O cenário geográfico de caos socioambiental desconstrói a crença na inserção de grandes projetos como uma alternativa à qualidade de vida da população local.

Em virtude do crescente “desencantamento do mundo”, como diria Weber (2004), que leva a desqualificação dos saberes e fazeres locais, fica perceptível que as comunidades que habitam as áreas de interesse para serem convertidas em zona industrial, são quase que totalmente ignoradas nas discussões sobre a uma nova demarcação espacial de zoneamento.

Ressalta-se que a atuação do poder público é fator de extrema importância para o sucesso de uma prática de ordenamento territorial, evitando o surgimento de conflitos e promovendo a garantia do equilíbrio ambiental. Para isso é necessário que o mesmo, considere os interesses das populações diretamente afetadas, todo o *ethos* existente e não somente os fatores econômicos, quando for momento de compor as demarcações territoriais necessárias a uma gestão racional do componente espacial da cidade.

Referências

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

BRASIL. **Lei nº 4.471, de 15 de setembro de 1965**. Institui o novo Código Florestal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 set. 1965. Disponível em <http://www.mma.gov.br/conama/legiabre.cfm?codlegi=311>, consultado em 12/04/2008.

_____. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm, consultado em: 12/04/2008.

CARVALHO, Fernanda Cunha de. **Ordenamento Territorial e Impactos Sócio-Ambientais no Distrito**

Industrial de São Luís - MA. São Luís: Monografia do curso de Geografia Bacharelado da Universidade Federal do Maranhão, 2008.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. Disponível em <http://www.cvr.com.br>, consultado em 28/04/2008.

CONSÓRCIO DE ALUMÍNIO DO MARANHÃO. Disponível em <http://www.alumar.com.br>, consultado em 28/04/2008.

DSG – **Diretoria de Serviços Geográficos. Folha AS-23-Z-A-V**. Brasília: Ministério do Exército, 1980.

FIGUEIRÊDO, Carlos Henrique Campos. **Do Parque têxtil à diversidade dos gêneros industriais: a evolução industrial no município de São Luís**. São Luís: Curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão, 1994. Monografia.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos**

Territórios à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

IBAMA/CNPT – MA. **Lauda sócio-econômico e biológico para criação da Reserva Extrativista do Taim.** São

Luís: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – Maranhão, 2007. Mimeo.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: MERLIÉ, Dominique et all. **Iniciação a prática sociológica.** Petrópolis: Vozes, 1996.

MARANHÃO. Decreto Estadual nº 20.727 de 23 de agosto de 2004. Reformula a área do Distrito Industrial de São Luís – DISAL, aprovado pelo Decreto Estadual nº 18.842 de 17 de julho de 2002 e dá outras providências. **Diário Oficial do poder Executivo.** Ano XCVIII – Maranhão, 30/08/2004, nº 168.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Subsídios para a definição da Política Nacional de Ordenação do Território – PNOT (versão preliminar).** Brasília, agosto de 2006. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/pnot.asp>, consultado em 08/08/2008.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SÃO LUÍS. **São Luís: uma leitura da cidade.** Prefeitura de São Luís/ Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.

_____. Lei nº 3.252 de 29 de dezembro de 1992. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor do município de São Luís, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município.** Ano XIII – São Luís, 15/04/1993, nº88.

_____. Lei nº 3.253 de 29 de dezembro de 1992. Dispõe sobre o Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do solo urbano e dá outras providências. Disponível em <http://www.gepfs.ufma.br/legurb/LEI%203253.pdf>, consultado em 02/09/2009.

_____. Lei nº 4.548 de 09 de dezembro de 2005. Altera a Lei nº 3.253, de 29 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo urbano de São Luís. **Diário Oficial do Município.** Ano XXV – São Luís, 0/12/2005, nº 232.

_____. Lei nº 4.669 de 11 de outubro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor do município de São Luís, e dá outras providências. Disponível em <http://www.gepfs.ufma.br/legurb/LEI%204669.pdf>, consultado em 02/09/2009.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

2

O ambiente, a política e o espetáculo: A Lei de Zoneamento e o projeto do Pólo Siderúrgico de São Luís¹

Allan de Andrade Sousa

1 Introdução

O presente artigo tem como preocupação fundamental o estudo da relação estabelecida, contemporaneamente, entre a dimensão política e os problemas/conflitos socioambientais e foca-se, especialmente, no projeto de instalação de um pólo siderúrgico no município de São Luís e nos processos de discussões públicas consequentes deste projeto.

Segundo Alves, Sant'Ana Júnior e Mendonça (2006, p. 30):

O projeto de implantação de um pólo siderúrgico no Município de São Luís envolve uma ampla negociação da qual fazem parte, diretamente, os poderes executivos federal, estadual e municipal que proporcionariam a infra-estrutura necessária, incluindo a concessão da área para as instalações físicas e de isenções fiscais, além de proporcionar a regularização dos aspectos legais que viabilizem sua instalação; os legislativos estadual e municipal; a iniciativa privada

1. Este artigo é um extrato de trabalho monográfico apresentado para conclusão do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão.

através da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que apontava, em 2004, o interesse de grupos empresariais estrangeiros no empreendimento.

A instalação do pólo siderúrgico constituiu-se em objeto de discussão, pois, a identificação de seus possíveis efeitos tornou-se objeto de disputa entre os mais variados agentes sociais, acirrando o debate entre favoráveis e contrários à implantação de futuros empreendimentos de grande porte na Ilha do Maranhão.

Tal questão local demonstra como vêm sendo intrusados, em escala mundial, territórios como esses por interesses poderosos e socialmente pouco controláveis, devido às correlações de forças desiguais, fazendo com que os recursos territorializados estejam, permanentemente, sendo disputados por distintos projetos (ACSELRAD, 2001, p. 92). Nas últimas décadas, essas disputas territoriais estão articuladas a questões relacionadas com a problemática ambiental e que vêm sendo discutidas constantemente nas diversas áreas do conhecimento e incorporam questões como o aquecimento global, o derretimento das geleiras nos pólos do planeta, o desmatamento de florestas, a extinção de inúmeras espécies de animais silvestres, poluição dos rios, mares, do ar, efeito estufa etc.

Freqüentemente observamos imagens que demonstram o quanto à ação antrópica produz efeitos degradantes ao nosso ambiente natural, mas, ao mesmo tempo, vem crescendo, em todo mundo, em diferentes formas de lutas, movimentos que tentam estabelecer um novo paradigma referente à relação dos variados grupos sociais com a natureza.

O objetivo do artigo volta-se para os impactos sociais, ambientais e políticos que a referida implantação do pólo siderúrgico tem provocado, tendo em consideração as perspectivas de intervenções e de reordenamento socioeconômico e espacial dos moradores, localizados na área de desapropriação, face às iniciativas dos órgãos públicos e da empresa, no curso do planejamento e implementação do referido projeto.

Esse se caracteriza, nos termos usados por Henri Acselrad (2001, p. 92), como um projeto inserido no território das políticas econômicas do mercado, transformando os recursos materiais em mercado-

rias e subordinando as diferentes formas socioculturais à dinâmica do mercado e ao capital.

No decorrer do artigo serão destacadas as dimensões política, social e ambiental. A primeira considera na propagação da democracia liberal e ampliação dos âmbitos da liberdade individual de forma utilitarista.

A dimensão social refere-se à geração de populações marginalizadas, desempregadas e que não têm acesso aos serviços públicos e políticas redistributivas fundamentais à reprodução social.

A dimensão ambiental considera a natureza como uma fronteira de recursos que deve ser ocupada e explorada no intuito de firmar a soberania nacional na região e acelerar o crescimento econômico do país.

Desta forma, tem-se em perspectiva que as ações e discursos políticos que giram em torno da implantação do Pólo Siderúrgico, que se apresentam como democráticos, estão, na realidade, submersos na essência da modernidade e do desenvolvimento (como será explicado mais adiante) e se configuram como uma forma de mudança social, colaborando com um empreendimento efetuado em detrimento de “populações tradicionais”, do ambiente e da democracia.

A pesquisa aqui apresentada é, de forma mais geral, uma análise de como as instituições privadas e públicas participantes de grandes projetos de desenvolvimento se relacionam com a dimensão política representativa, e como esta relação atinge as dimensões social e ambiental.

Especificamente, vamos identificar e analisar os discursos e as ações políticas, geradoras de imagens que representam o real de forma espetacular, adotados pelos órgãos representativos no processo de modificação da Lei Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de São Luís – MA, de 2005, na tentativa de implantação de um pólo siderúrgico na Ilha do Maranhão.

2 O espetáculo e o desenvolvimento como “regime de representações”

Como vimos acima, o processo de implantação do pólo siderúrgico no Município de São Luís, envolveu uma grande articulação entre os poderes executivos e legislativos do Município de São Luís, do Estado do Maranhão e da União, juntamente com a iniciativa privada.

Tal articulação recorreu a uma permanente construção de imagens, representações que, se sobrepondo ao real, serviram como instrumentos de unificação da realidade, em um fluxo comum, separando os indivíduos, residentes no município de São Luís, da própria realidade e não de forma desinteressada. A intencionalidade estava embutida na construção das imagens.

Baseamo-nos nos estudos de Guy Debord (1997, p. 13) que, ao discutir a “sociedade do espetáculo”, afirma que “toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação”.

E estas representações servem como *instrumentos de unificação*, como escreve Debord (1997, 13 e 14), instrumentos que unificam algo considerado como parcial (a realidade) em um “fluxo comum”, sendo que este “fluxo comum” é a separação dos indivíduos da própria realidade, “o espetáculo reúne o separado, mas o reúne como separado” (DEBORD, 1997, p. 23).

As construções de tais imagens nunca se dão de uma forma desinteressada. Debord (1997, p. 188) escreve que, “... a imagem construída e escolhida por outra pessoa se tornou a principal ligação do indivíduo com o mundo que, antes ele olhava por si mesmo, de cada lugar onde pudesse ir... O fluxo de imagens carrega tudo; outra pessoa comanda a seu bel-prazer esse resumo simplificado do mundo sensível”.

O mundo presente e afastado que o espetáculo faz assistir é o mundo da mercadoria domando tudo o que é vivido e, para Debord (1997, p. 28), “o mundo da mercadoria é assim mostrado como ele é, pois seu movimento é idêntico ao afastamento dos homens entre si e em relação a tudo que produzem”, inclusive na participação da esfera política.

Entendemos que a política tornou-se o resultado do processo de cultuação das leis de mercado. Referente ao processo de caracterização da política e o espetáculo como resultado do “fetichismo da mercadoria”, Anselm Japp (1999, p. 257), diz que, “tudo o que falta à vida real se consuma sob forma de ilusões compensatórias, fazendo esquecer, assim, a escandalosa pobreza da vida cotidiana, individual,

real – pobreza mais escandalosa ainda quando confrontada com as possibilidades criadas pelo desenvolvimento das forças produtivas”, forças essas que operam de acordo com esse fetiche.

A respeito do nosso estudo de caso, a articulação público-privada acima mencionada, caracterizou-se no poder separado, ou espetacular, que se desenvolveu em si mesmo, dominado pelo culto à mercadoria e baseado em critérios de desenvolvimento impostos como parâmetro para os países representados como subdesenvolvidos.

É muito difícil encontrar algo mais exemplificativo do que o discurso do “desenvolvimento”, para darmos como referência de todo este processo espetacular. Para discutirmos esta questão, nos basearemos, agora, no livro de Arturo Escobar, de título “La invención del Tercer Mundo” (1996).

Desde 1949, na América Latina, Ásia e África, vem ocorrendo à proliferação de um discurso que alcança níveis altíssimos de influência – o discurso do “desenvolvimento” (ESCOBAR, 1996, p. 13).

Tal discurso foi formulado, inicialmente, nos Estados Unidos após a II Grande Guerra e aceito e operacionalizado pelas elites e governantes do chamado Terceiro Mundo (ESTEVA, 1996, p. 13). Segundo Arturo Escobar, possuía uma proposta histórica: “la transformación total de las culturas e formaciones sociales de tres continentes de acuerdo con los dictados de las del llamado Primer Mundo” (ESCOBAR, 1996, p. 13).

Para Escobar (1996, p. 13), os produtores do discurso do desenvolvimento faziam com que, do dia para a noite, através da tecnologia, economia, e graças à planificação², milenares e intrincadas culturas se transformassem, como escreve o autor, “en clones de los racionales occidentales de los países considerados económicamente avanzados”. Em seu livro, Escobar (1996, p. 13) narra “el surgimiento de este sueño, y cómo poco a poco se tornó en pesadilla”.

2. Na América Latina, o termo **planificação econômica** que, normalmente, se refere à centralização, por parte do Estado, dos poderes de planejamento e execução das políticas econômicas, suprimindo o mercado e a livre concorrência, deu-se, a partir da década de 1960, com a transferência para o Estado dos Produtores do Desenvolvimento, no entanto, sem a supressão do mercado e da livre concorrência.

Pesadelo, pois em vez de transformações que viriam para a dita “melhoria de vida” das sociedades da Ásia, África e América Latina, o desenvolvimento somente conseguiu multiplicar os problemas socioeconômicos destes continentes e, para confirmá-lo, basta dar uma olhada superficial nas paisagens biofísicas, econômicas e culturais da maior parte do dito Terceiro Mundo (ESCOBAR, 1996, p. 13).

Escobar parte do reconhecimento da importância das dinâmicas de discurso e poder na criação da realidade social. Para ele, o desenvolvimento deve ser visto como um regime de representações, como uma invenção. Vejamos o que ele escreve:

El desarrollo, arguye el estudio, debe ser visto como un régimen de representación, como una “invención” que resultó de la historia de la posguerra y que, desde sus inicios, moldeó ineluctablemente toda posible concepción de la realidad e la acción social de los países que desde entonces se conocen como subdesarrollados (ESCOBAR, 1996, p. 14).

Como se constata a respeito do espetáculo, tal conceitualização do que é o desenvolvimento muito se assemelha, à primeira vista.

Quando o autor escreve que este regime de representações, que é o desenvolvimento, molda toda possibilidade de concepção da realidade e da ação social, o faz de forma semelhante à Debord (1997, p. 13), que afirma que a vida das sociedades modernas se apresenta como uma acumulação de espetáculos, tornando representação tudo o que é vivido diretamente, e que a ação social no caso é de contemplação alienada ou abstrata desta realidade.

Então, a partir de agora, quando se falar neste trabalho, sobre desenvolvimento, estaremos falando, também, do processo de estacularização do mundo.

A principal representação, fomentada pela economia nas últimas décadas do século XX e começo do XXI, a respeito dos países da África, Ásia e América Latina, foi a do desenvolvimento.

Mesmo que não tenha sido o Presidente Norte-Americano Harry Truman, o primeiro a utilizar o termo (ESTEVA, 2000, p. 60), seu discurso de posse em 20 de Janeiro de 1949 marcou uma nova época referente ao tratamento dado ao assunto ao nível mundial (ESCOBAR, 1996, p. 19).

Seu propósito era criar as condições necessárias para reproduzir em todo mundo os critérios característicos das sociedades avançadas da época, critérios que, segundo Escobar (1996, p. 20), são os,

altos niveles de industrialización e urbanización, tecnificación de la agricultura, rápido crecimiento de la producción material y de los niveles de vida, y adopción generalizada de la educación y de los valores culturales modernos.

Ou seja, todos os países que não apresentassem os critérios anteriormente mencionados não eram países desenvolvidos, critérios impostos como parâmetro para os países representados como sub-desenvolvidos. Segundo Esteva (2000, p. 60),

Em um sentido muito real, daquele momento em diante, deixaram de ser o que eram antes, em toda sua diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila; uma imagem que simplesmente define sua identidade que é, na realidade, a de uma maioria heterogênea e diferente, nos termos de uma minoria homogeneizante e limitada.

Critérios que serviam como imagens mediadoras das relações existentes. No caso específico do processo de alteração da lei e do projeto de implantação do pólo siderúrgico, aumentou o abismo entre o governo e a sociedade, entre representantes e representados, assim como, entre o homem e a natureza, criando fantasias compensatórias, fazendo esquecer a pobreza da vida cotidiana, principalmente quando confrontada com as possibilidades instituídas pela ampliação das forças produtivas, auto-reguláveis.

Observa-se que em alguns setores da vida política ocorre o início da sensibilização do debate sobre a insustentabilidade ecológica, assim como da desigualdade social gerada pelo modelo de desenvolvimento (ACSELRAD, 1992, p. 07).

Mas, a construção de uma sociedade democrática no Brasil é impedida, em grande parte, pelos mecanismos perversos que se reproduzem na gestão do ambiente. Mecanismos evidenciados por Acselrad (1992, p. 08) como

o modo específico pelo qual o capitalismo se desenvolveu no Brasil, expulsando camponeses de suas terras, expandindo as fronteiras da grande exploração agropecuária, incentivando a especulação fundiária e o desmatamento, esgotando os solos e contaminando as águas, inviabilizando a pesca artesanal e o extrativismo florestal, adotando um padrão de industrialização danoso para o ambiente, hipertrofiando as estruturas urbanas, concentrando riquezas e marginalizando populações.

Diante de tal quadro, não podemos ter em mente a idéia de neutralidade da dimensão política dos diferentes grupos, que são muitos, os quais não são igualmente responsáveis ou igualmente afetados pela degradação ambiental.

Alguns desses grupos, mesmo entre aqueles que ocupam espaços de representatividade eleitoral, não compartilham os mesmos interesses e mesmas estratégias para proteger o ambiente (ACSELRAD, 1992, p. 08), pois há aqueles que privilegiam o ambiente como simples estoque de insumos produtivos, tendendo, na realidade, a protegê-lo das demandas das populações que dele necessitam como elemento de sua sobrevivência; outros operam com a perspectiva de que a proteção dos recursos não exclui a presença humana no meio, em especial, daqueles grupos sociais cujas atividades produtivas se dão em consonância com o ritmo de recuperação do meio natural; e outros ainda preconizam um modelo de proteção ambiental totalmente avesso a qualquer presença humana produtiva no meio.

O papel do Estado aceito pelo modelo de desenvolvimento neoliberal, constitui-se em fomentar as infra-estruturas e políticas necessárias para que possam ser gerados os valores monetários para a manutenção do modelo de desenvolvimento.

Tais políticas caracterizam-se, segundo Acselrad (1992, p. 08) em, “[...] políticas social e ambientalmente predatórias”. O autor destaca algumas dessas políticas de interesse, podemos dizer assim, exclusivamente econômicas no Brasil:

As vinculações entre o capital especulativo do sul do país e a política de incentivos fiscais para a Amazônia, entre a demanda energética das indústrias transnacionais e a política

de grandes barragens do setor elétrico, entre os interesses da indústria de agroquímicos e os pacotes industriais das políticas agrícolas, entre o imperialismo genético das multinacionais químico-farmacêuticas e a política de propriedade industrial.

Talvez seja possível resumir, com base na relação objetiva que essa pesquisa traz à tona, esse processo de subordinação da política ao fetiche da mercadoria (base fomentadora das imagens espetacularizadas) em relação à problemática sócio-ambiental, em uma única palavra: “regulação”.

No Brasil, a ação de regular o uso do solo, as condições ambientais urbanas e os padrões de saúde e segurança ocupacional dos trabalhadores foi marcada historicamente, em um contexto internacional, pelo endividamento externo, relações comerciais desiguais e drásticas políticas de ajuste estrutural (ACESLRAD, 1992, p. 08).

Segundo Acselrad (1992, p. 09), “a correta interpretação das raízes da crise socioambiental é indispensável para que o movimento social possa se empenhar na construção de modelos alternativos de desenvolvimento e de políticas sócio-ambientais³ que democratizem o controle sobre o ambiente”.

Sem a intervenção consciente dos movimentos sociais, os interesses da elite dominante, que utilizam o discurso da conservação ambiental, somente procurarão conservar as estruturas de poder que produzem o atual modelo de desenvolvimento, social e ecologicamente predatório. Para Acselrad (1992, p. 09), “promover a menor mudança técnico-burocrática possível, para obter maior conservação possível das estruturas sócio-políticas existentes, parece ser o lema dos interesses políticos e econômicos dominantes”.

Dentro deste processo de representação da realidade abstrata, trataremos, a seguir, de como as dimensões política e ambiental sofrem e condicionam este processo em que as relações sociais são mediadas por imagens, analisando o nosso estudo de caso.

3. Foi mantida, aqui, a grafia original do texto. A última reforma ortográfica da língua portuguesa determina que, nesse caso, não se use o hífen. O mesmo procedimento será mantido para outras citações no presente artigo.

3 Lei de Zoneamento e projeto do pólo siderúrgico de São Luís

Em dezembro de 2004, o então Prefeito da Cidade de São Luís, Ta-deu Palácio, encaminhou uma Mensagem ao então Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, o Vereador Ivan Celso Furtado Sarney Costa, para que o mesmo efetivasse o exame do Projeto de Lei que propõe a alteração da Lei nº 3.253, de 29 de dezembro de 1992, visando modificar o Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano de São Luís, pelas razões a seguir reproduzidas:

A proposta refere-se à gleba do Distrito Industrial, cuja classificação como Zona Rural criou uma incompatibilidade com as características próprias da área, quando sua vocação natural é nitidamente industrial.

Tal área localiza-se nos módulos F-Norte, F-Sul e G do Distrito Industrial, inseridas nas Glebas Itaqui/Bacanga/Rio Anil e Tibiri/Pedrinhas, que tiverem seu domínio útil cedido ao Estado do Maranhão pelos Decretos Federais nºs 66.227/70 e 78.129/76, denominada Zona Rural Rio dos Cachorros, definida como Distrito Industrial pela legislação estadual.

Com vistas à **possibilidade de implantação do pólo siderúrgico, o Governo do Estado solicitou formalmente à Prefeitura de São Luís**, em setembro de 2004, que fosse estudada a **reformulação da Lei de Zoneamento**.

A partir daí, foram efetuadas gestões conjuntas de técnicos do Município e do Estado, sendo ainda solicitado o acompanhamento do Ministério Público Estadual, a partir do que foi elaborada a presente proposta.

Justifica-se ainda a alteração do zoneamento da área pela **existência do complexo portuário e da malha ferroviária**, o que **potencializa a implantação de projetos de média e grande escala**, como siderúrgicas e refinarias de petróleo. Entendendo seu papel na busca de medidas legais para viabilizar o desenvolvimento econômico da cidade, notadamente a promoção e geração de emprego e renda a seus munícipes a Prefeitura acompanha, junto ao Governo Estadual, a elaboração de propostas relacionadas à habitação, infra-estrutura e inclusão social a ser disponibilizada, à população, por ocasião da efetiva instalação de qualquer empreendimento industrial (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2004. Grifos nossos)

Observa-se de imediato, a funcionalização estabelecida do espaço territorial com a estipulação da região, denominada pelo Governo Estadual de Distrito Industrial (DISAL), como dotada de uma **vocação natural** para inserção no mercado nacional e global, não distinguindo as funções vitais da terra enquanto elemento da natureza e não considerando o caráter integrado entre os processos sociais, a dinâmica reprodutiva da natureza e a construção dos direitos ambientais da população.

Na área destinada à implantação de tal empreendimento, existem comunidades centenárias que utilizam os recursos naturais como forma de garantia de reprodução de seu modo de vida.

Verifica-se, ainda, como a dimensão ambiental das políticas públicas foi reduzida a um mecanismo simbólico de administração das representações da natureza. Produziu-se, devido à representação/imagem desta vocação natural, um meio ambiente único para os grandes projetos de investimento público nas áreas de mineração e energia, gerando-se assim um instrumento unificador da realidade, baseado em outra representação: a viabilização do desenvolvimento econômico da cidade e a promoção e geração de emprego e renda.

A intencionalidade era a implantação do pólo siderúrgico. Composto de 3 (três) grandes usinas siderúrgicas, constituindo-se em um desdobramento do Programa Grande Carajás e dedicado ao beneficiamento da produção do minério obtido no sudeste do Pará (ALVES, SANT'ANA JÚNIOR e MENDONÇA, 2006, p. 32), o pólo siderúrgico teria o benefício da diminuição dos custos com transporte, pois se encontraria proximamente ao Complexo Portuário de São Luís e à Estrada de Ferro Carajás, como é considerado nas razões expostas, potencializando a implantação de projetos de média e grande escala.

Aproveitar-se-ia, assim, a infra-estrutura já existente na área, constituída no período em que operava o regime do autoritarismo-burocrático no Brasil, caracterizando o grau de subordinação da esfera política ao fetiche da mercadoria e políticas neoliberais. Alves, Sant'Ana Júnior e Mendonça (2006, p. 31), referindo-se à Amazônia como um todo, afirmam:

Desta forma, o Governo Federal planejou a instalação de infra-estrutura básica (construção de grandes estradas de rodagem que cruzassem toda a região, algumas ferrovias, portos, aeroportos, usinas hidroelétricas) que permitisse a rápida ocupação da região, entendida, então, como um grande vazio demográfico e, poderíamos falar mesmo, como um “vazio cultural”. A integração à economia nacional e internacional dar-se-ia principalmente através da instalação de grandes projetos de desenvolvimento destinados à exploração mineral, florestal, agrícola e pecuária.

Operando com esta lógica, especificamente em São Luís, o Governo do Estado solicitou formalmente à Prefeitura de São Luís, em setembro de 2004, o encaminhamento das ações necessárias para a reformulação da Lei de Zoneamento de São Luís, mudando a denominação de Zona Rural II (Rio dos Cachorros) para Zona Industrial 4 (Pólo Siderúrgico). Segundo Alves, Sant’Ana Júnior e Mendonça (2006, p. 33),

A Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Luís, em vigor desde 1992, situa a área planejada para instalação do pólo siderúrgico na Zona Rural II do município de São Luís. Isto constitui em um empecilho legal para a efetivação do pólo, pois, segundo a Lei acima citada, empreendimentos industriais somente podem ser implantados em Zona Industrial. Visando eliminar este impedimento legal, a Prefeitura Municipal de São Luís encaminhou à Câmara Municipal um projeto de alteração desta Lei, convertendo a área em Zona Industrial.

Todo este processo tinha como um de seus principais objetivos consolidar o protocolo de intenções assinado com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em 2001 (ALVES, SANT’ANA JÚNIOR e MENDONÇA, 2006, p. 32).

Cumprindo o que determina a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade – e inciso VI do artigo 3º da Lei Orgânica do Município de São Luís, a Prefeitura Municipal de São Luís lançou na imprensa local o edital de convocação dos munícipes em geral para a participação da audiência pública para discutir o referido projeto de

lei, que aconteceu no dia 13 de dezembro de 2004, às 10h, na igreja São Joaquim do Bacanga, situada à Rua da Igreja, s/n, Vila Maranhão.

Novamente, cumprindo o que determina o Estatuto da Cidade e o Decreto Municipal nº. 27.030 de 01 de Dezembro de 2004, que institui o regimento interno para as audiências públicas e participação popular nos processos de revisão da legislação urbanística da cidade de São Luís, em especial do Plano Diretor⁴ e da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano, a Prefeitura Municipal de São Luís lançou nos meios de comunicação o edital de convocação para a participação de uma nova audiência pública que aconteceu no dia 07 de Março de 2005, às 09h, na quadra da Unidade Integrada Gomes de Souza, situada à Rua da Igreja, s/n, Vila Maranhão.

Seguindo os mesmos instrumentos jurídicos da audiência anterior, foi convocada outra audiência pública que ocorreu no dia 28 de março, no auditório da sede das Promotorias do Ministério Público Estadual, situado na Av. Euclides Figuerêdo, s/nº, Jaracaty, às 09h. Entretanto, a redação dos segundo e terceiro edital de convocação sofreu uma modificação em relação ao edital de convocação da primeira audiência.

Enquanto no primeiro edital a nomenclatura para denominar a área que seria transformada em zona industrial, era Zona Industrial 04 (Pólo Siderúrgico), nos dois editais subseqüentes, foi alterada para Zona Industrial 03 – Itaqui (algo que será explicado mais à frente). Atentemos para o fato de que no terceiro Edital de convocação, a reunião estava marcada para as 10h, no entanto, seu início se deu às 09h, dificultando a participação de pessoas interessadas.

Na segunda audiência, com a mesa diretora composta por membros da administração municipal e alguns parlamentares dos legislativos Estadual e Municipal, a justificativa apresentada para a mudança da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano de São Luís se apoiava em dois pontos.

4. O Plano Diretor é uma lei maior, complementada por leis específicas, como o Plano Municipal de Tráfego e Transportes, pela Lei de Tombamento, Lei de Proteção Ambiental, pela Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano, entre outras.

O primeiro, mais abrangente, era a ampliação das possibilidades de desenvolvimento sócio-econômico da cidade, através da permissão do uso industrial da região em foco. O outro ponto seria a correção do que era apontado como um erro técnico-jurídico causado pela legislação então vigente, que classificou determinados trechos do sul do território municipal como zona rural, enquanto que estas áreas anteriormente eram legisladas por instrumentos jurídicos superiores, em particular a legislação específica sobre a localização do uso industrial em níveis estadual e federal.

De acordo com o Decreto nº. 27.030/04, que regulamenta as audiências públicas, “Durante a exposição técnica e após seu encerramento, os participantes poderiam formular questionamentos, por escrito, em impressos próprios fornecidos no ato, a serem encaminhados à Mesa Diretora”. Os pontos levantados pela audiência foram: aqueles relacionados com a proposta de alteração da lei de zoneamento, os que diziam respeito à necessidade de revisão do Plano Diretor, e as questões acerca da possível implantação do pólo siderúrgico na cidade.

A resposta elaborada em relação à possibilidade de implantação do pólo siderúrgico na cidade pela a Mesa Diretora foi que a Prefeitura:

[...] Não estava alienando terra alguma: as terras são do Governo do Estado, ou repassadas pela União para o Estado. Portanto, não se está removendo população nenhuma e não está se discutindo questões de posse de terra. A Mesa afirmou que ainda não recebeu, oficialmente, nenhuma solicitação de análise e aprovação para uso industrial que envolva siderurgia ou usos semelhantes... Que não estava discutindo a instalação de empreendimentos específicos. A questão que se colocava em discussão é a permissibilidade do uso industrial para diferentes tipos de indústrias, além de outros usos, para a atual zona rural (Ata da Audiência Pública de 07/03/2004).

Quando indagados sobre o motivo pelo qual houve uma mudança em relação à nomenclatura da área que seria transformada em zona industrial, de Zona Industrial 4 (Pólo Siderúrgico) para Zona Industrial 3 – Itaqui, a resposta obtida foi que houve um apelo da própria comunidade da Vila Maranhão, como forma de explicar um leque maior de usos industriais possíveis, referendando ainda que o

processo de alteração da lei não estaria vinculado, de forma antecipada, a qualquer tipologia industrial.

O discurso desenvolvimentista visto anteriormente caracteriza-se como representação que cega a ponto de não percebemos que a acumulação de riquezas tenha significado muito mais uma acumulação da exclusão, das desigualdades sociais e da deteriorização ambiental, uma vez que o discurso verdadeiro já não é o discurso ligado ao exercício do poder.

A alegação de ser uma correção de um erro técnico-jurídico causado pela legislação então vigente, somente justifica o quanto a funcionalização estabelecida do espaço territorial com a estipulação da região “dotada de uma vocação natural” para inserção no mercado nacional e global estava presente em tal legislatura superior. Demonstrando uma idéia objetiva de crise ambiental que, para Acselrad (2004, p. 13 e 14), tem o pressuposto da:

[...] Remissão a um ambiente único, a que corresponderia uma consciência ambiental também única, relativa a um mundo material fetichizado e reduzido a simples quantidades de matéria e energia da qual não se evidenciam, desde logo, as múltiplas formas sociais de apropriação e as diversas práticas culturais de significação.

Estabelece-se a disseminação de categorias de percepção, representações, como o desenvolvimento econômico, que fazem valer socialmente os critérios dominantes de eficiência, capacidade competitiva, níveis de produtividade, legitimando e reforçando a superioridade real e simbólica dos dominantes (ACSELRAD, 2004, p. 16).

Este conjunto de valores universalizantes (ACSELRAD, 2004, p. 20) ou homogeneizantes serve como referência para legitimar acordos, ações coletivas, como o protocolo de intenções assinados pelo Governo do Estado e a CVRD e mecanismos de regulação de conflitos, como a lei de alteração da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano de São Luís.

Nesses argumentos são acionados no debate público, como foi o caso das audiências públicas, categorias destinadas a justificar os objetivos desejados pela Prefeitura. Segundo Alves, Sant’Ana Júnior e Mendonça (2006, p. 33):

No debate público constituído em torno do tema, vários agentes sociais se pronunciavam, segundo pontos de vista diferenciados e interesses múltiplos. Os que defendiam a instalação do pólo em São Luís apontavam como principais virtudes do projeto o incremento do desenvolvimento econômico da capital e do estado, possibilitando melhorar os baixos índices de desenvolvimento econômico e humano que marcam o Maranhão no conjunto da federação; a criação de milhares de empregos diretos e indiretos; a diversificação da estrutura social local, com a ampliação das oportunidades de emprego qualificado; a incorporação de novas tecnologias produtivas, contemplando as mais modernas práticas administrativas e de prevenção de impactos ambientais; a ampliação das possibilidades de produção local de ciência e tecnologia, através da formação de mão-de-obra especializada e do fortalecimento das instituições de ensino e pesquisa; a melhoria na balança comercial brasileira, na medida em que agrega valor ao minério produzido no país, através de sua industrialização local e da redução de sua exportação *in natura*.

Para Acselrad (2004, p. 20), “Não são decisivas nestes embates a ‘veracidade’ ou a capacidade de ‘atestação’ científica dos argumentos, mas as estratégias discursivas de persuasão enquanto pretensão a tornar gerais objetivos determinados”. Defendeu-se, assim, que um projeto parcelar, devido a atender principalmente interesses privados, corresponderia a interesses de um todo, em nome da qualidade de vida e do bem comum.

Como já citado, as agressões ambientais são a expressão da imposição do interesse de poucos sobre o mundo de todos, devido à subordinação do fetiche da mercadoria com suas práticas e discursos desenvolvimentistas, ponto fundamental para descrédito desse tipo de prática política que se justifica na medida em que representa a inversão do espaço público, submetendo-o a interesses privados.

Se o ambiente é um bem coletivo, obviamente considera-se um patrimônio público, que deve ser assegurado e protegido, em benefício da coletividade, mas a crise ambiental resulta da invasão da esfera pública pela esfera privada, gerando agressões ambientais e desrespeito aos “direitos ambientais” da população, não garantindo o caráter público do ambiente.

Reforçando o que já foi dito anteriormente, um avanço obtido no sentido de reunir todos os democraticamente interessados na prática de fazer justiça através do direito são as audiências públicas. Os processos de licenciamento mediante a realização de audiências públicas são pensados como importante condição para que a demanda ambiental figure efetivamente como um valor fundamental de cidadania.

As respostas dadas a respeito da relação da lei de alteração da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano de São Luís com o projeto de implantação de um pólo siderúrgico, somente vem exemplificar como este instrumento de debate democrático, que são as audiências públicas, levadas puramente a vigor técnico, omitem o caráter político de tal empreendimento, fazendo com que o ideal da democracia como poder visível seja ameaçado pela capacidade tecnológica que tem os detentores do poder para escamotear informações.

Na edição publicada no dia 17 de dezembro de 2004 no Jornal Pequeno, foi noticiada a ocorrência de uma audiência pública que discutiu a qualificação de trabalhadores para o pólo siderúrgico. Segundo o artigo,

A audiência pública para a discussão do Plano de Qualificação de Recursos Humanos para o Pólo Siderúrgico de São Luís, realizada hoje, adiou o envio para Ministério do Trabalho do documento com a demanda de treinamento de pessoal a ser financiada com recursos liberados pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat)... O secretário de Desenvolvimento Social, Ricardo Zeni, esclarece que a CVRD é a responsável pela contratação dos trabalhadores. A Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes) faz o encaminhamento da demanda pelas agências do trabalho que o órgão mantém em parceria com o Governo Federal. A coordenação dos trabalhos da Comissão é de responsabilidade do secretário adjunto da Sedes, Lúcio de Gusmão Lobo Junior, e do representante da área de Recursos Humanos da COVD, João Menezes Neto. Entre os participantes da comissão, estão, Sebrae-MA, Senai, vários sindicatos, entre eles Sindicato dos Metalúrgicos, a **Prefeitura de São Luís** e representantes das comunidades que serão transferidas (Grifo nosso).

Esta Audiência Pública confirma o envolvimento da Prefeitura de São Luís com o projeto de instalação do pólo siderúrgico, reforçando a percepção de que há uma ligação direta deste com a mudança da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano. Isso demonstra mais uma vez o caráter escamoteador da realidade apresentado pelo discurso oficial.

A afirmação que “[...] não se está removendo população nenhuma e não está se discutindo questões de posse de terra”, presente na Ata da Audiência Pública de 07 de março de 2004, também, mostrou-se uma inverdade. Segundo Alves, Sant’Ana Júnior e Mendonça (2006, p. 33):

Visando viabilizar o deslocamento daqueles que atualmente ocupam a área destinada ao pólo, o Governo do Estado e a Companhia Vale do Rio Doce contrataram a empresa paulista Diagonal Urbana Consultoria LTDA para fazer o Diagnóstico Sócio-Organizativo da área (MENDONÇA, 2006). A Diagonal entrou em contato direto com os moradores, levantou dados e chegou a marcar com tinta preta e numeração as casas das famílias que deveriam ser deslocadas (com exceção de parte das casas de Rio dos Cachorros e do povoado do Taim, onde os moradores resistiram e impediram esta marcação). Paralelamente, a Companhia Vale do Rio Doce instalou uma draga na praia próxima ao Povoado do Cajueiro, que retira areia do local e visa aumentar a profundidade das águas. Esta draga tem trazido problemas e prejuízos para os pescadores do povoado, que afirmam ter diminuído os estoques de peixe e crustáceos, e aumentado a sensação de insegurança com relação às possibilidades de permanência no local.

A resposta dada a respeito da modificação em relação à nomenclatura da área que seria transformada em zona industrial, de Zona Industrial 04 (Pólo Siderúrgico) para Zona Industrial 03 – Itaquí demonstra como aquele debate público era visto como mera formalidade.

Na Audiência Pública, parcialmente realizada no dia 28 de março de 2005, por sugestão dos presentes, foi elaborada uma segunda Ata pelo jornalista Walter Rodrigues. Nesta, consta que houve uma declaração do Ministério Público Estadual de que os documentos for-

malmente postos à disposição para consulta pelo Município para essa audiência são os mesmos da audiência designada para o dia 13 de dezembro de 2004, se referindo à criação da zona industrial 04, denominado Pólo Siderúrgico.

Portanto, segundo o Ministério Público do Estado, “ou o edital é nulo por propor uma alteração diferente daquela constante nos documentos oferecidos para consulta (que falam em ZI4) ou, se o edital é correto, essa audiência é nula por não terem sido disponibilizados documentos referentes à ‘criação’ da Zona Industrial 3”.

Assim sendo, mesmo com todo clamor da maioria dos presentes revelando-se contrário as intenções promovidas pela Prefeitura, a audiência pública foi interrompida por seu organizadores sem maiores explicações.

No dia 27 de Abril de 2005, deu entrada na Câmara Municipal de São Luís (CMSL) uma nova Mensagem provida da Prefeitura de nº 037/05, acompanhada do Projeto de Lei nº. 063/05 que tratava da alteração da Lei nº. 3.253 de 29 de Dezembro de 1992 (Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano). Nota-se que está mensagem substitui aquela enviada em dezembro de 2004, na qual constava a designação de Zona Industrial 4 (Pólo Siderúrgico). Visando uma adequação do discurso hora encampado pela Prefeitura, a denominação passa a ser Zona Industrial 3 (Itaquí).

A expectativa do Executivo Municipal é que esta nova mensagem fosse encaminhada diretamente ao Plenário da Câmara para votação. Pretendia-se que as Audiências Públicas anteriormente realizadas fossem consideradas como suficientes para atender à legislação nacional que regula as alterações na Lei de Zoneamento.

No entanto, uma Ação Civil Pública, movida pelo Ministério Público Estadual contra o Município de São Luís e a Câmara Municipal, provocou uma liminar judicial que determinou uma nova sequência de audiências públicas. Assim, iniciaram-se no dia 23 de junho de 2005 as Audiências, que seriam realizadas em cinco dias alternados (23, 24, 27, 28 e 30) na Câmara Municipal de São Luís, no Plenário Simão Estácio da Silveira.

Seguindo os mesmos critérios das outras audiências, as que ocorreram na Câmara Municipal possuíam um caráter mais especial, pois

aconteceria no local em que o projeto de lei de alteração da Lei de Zoneamento seria apreciado pelos Parlamentares do Município de São Luís. Além deste fato, nessas audiências ocorreu uma mobilização muito maior da sociedade no sentido da não aprovação da lei, ressaltando que as atas das audiências ocorridas na Câmara somente tinham aproximadamente 40 (quarenta) páginas cada. As intervenções tinham a intenção de fazer com os Vereadores ficassem a par das reivindicações da grande maioria dos presentes. Podemos citar como exemplo a fala do Dr. Guilherme Zagallo, representante do Movimento Reage São Luís:

Sr. Presidente, enquanto são concluídas as conexões ali, eu gostaria de fazer só uma breve referência a uma entrevista que foi publicada nos jornais de hoje, do nosso Prefeito Doutor Tadeu Palácio. Sr. Presidente, senhoras e senhores, Doutor Tadeu Palácio, disse hoje no Jornal Pequeno, numa entrevista sobre a sua gestão, que nós não estamos aqui, discutindo Pólo Siderúrgico, nós estamos aqui fazendo uma mera alteração da Lei de Uso do Solo de São Luís, que futuramente haverá de ocorrer essa discussão, e que se ela for maléfica pra nossa cidade ele vai encerrar (sic) fileiras ao nosso lado, contra qualquer tipo de malefícios para população de São Luís. Bem, Sr. Presidente, eu acho que há um pouco de vergonha do Chefe do nosso Poder Executivo, em assumir que essa discussão que nós estamos travando aqui na Câmara de Vereadores diz respeito sim ao Pólo Siderúrgico. Digo isso, vou encaminhar depois a Vossa Excelência, a todos os Vereadores da Casa, cópia do Projeto de Lei, que veio no ano passado em dezembro, foi encaminhado na Legislativa passada, ainda, ao Presidente da Casa, então, Vereador Ivan Sarney, com o mesmo conteúdo do que nós temos agora, com uma pequena diferença, onde hoje nós temos Zona Industrial III, que é Itaqui, nós tínhamos a Zona industrial IV, Pólo Siderúrgico. Então, esse mesmo assunto ipsilittres (sic) tal qual nós estamos discutindo hoje, já veio a esta Casa e foi, o Poder Executivo pediu que fosse remetido de volta, porque na época não havia acontecido ainda as Audiências Públicas do Poder Executivo, o Ministério Público advertiu que isso poderia ensejar da unidade de todo o processo, isto foi devolvido. Sr. Presidente, vou também encaminhar aos Srs. Vereadores, foi mencionado na entrevista

que o nosso Prefeito prestou ao Jornal Pequeno, que ele reconhecesse que existe um relatório de Consultoria da qual ele tem conhecimento, relatório esse de Consultoria que indica problemas potenciais e que recomenda também soluções que podem ser estudadas para este caso (Ata da Audiência Pública de 23/06/2005).

Nas várias intervenções, destacaram-se duas ordens de problemas que se constituiriam como possíveis conseqüências da implantação do pólo, a primeira refere-se aos impactos ambientais: aumento do consumo de água; emissão de 2,4 mil litros de vapor d'água por segundo, carregado de resíduos sólidos e a emissão de 1,5 toneladas de dióxido de Carbono; alterações climáticas significativas; ameaça de destruição de 10 mil hectares de manguezais. A segunda refere-se aos impactos sociais: deslocamento compulsório de cerca de 14.400 mil pessoas; atração de grande contingente populacional para o município de São Luís; ampliação da violência urbana; saturação dos serviços e equipamentos disponíveis no município (ALVES, SANT'ANA JÚNIOR e MENDONÇA, 2006, p. 34).

Após as audiências públicas ocorridas na Câmara, houve mais 8 (oito) audiências em locais variados. Mas, mesmo com a pressão de entidades e grupos sociais contrários à implantação do pólo, a Câmara Municipal, composta por representantes eleitos, aprovou a mudança na Lei.

No entanto, como nos lembra Alves, Sant'Ana Júnior e Mendonça (2006, p. 34), “esta mesma pressão levou à alteração do projeto inicial, excluindo as áreas de preservação permanente, constituídas das nascentes e cursos d'água existentes e reduzindo a área do projeto para 1.063 hectares”.

Essa redução da área permite somente a instalação de uma usina siderúrgica (ao invés das três inicialmente previstas) no Distrito Industrial, o que atingiria diretamente apenas o povoado de Cajueiro e parte da Vila Maranhão. Contudo, não se pode deixar de considerar que os povoados e as áreas do entorno continuariam sujeitas a sofrer impactos, com conseqüente desequilíbrio dos seus ecossistemas (ALVES, SANT'ANA JÚNIOR e MENDONÇA, 2006, p. 34).

Na entrevista realizada por nós com o advogado Guilherme Zagallo, quando indagado no que estava fundamentado o discurso do governo municipal para a alteração da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano de São Luís, respondeu:

O que motivou esta mudança foi a pressão do poder econômico. Em paralelo, secretários municipais, técnicos municipais e mesmo o Governo do Estado tinham dúvidas, vamos dizer assim, sobre a viabilidade, sobre o alcance dos impactos de um empreendimento desse, só que ninguém tinha coragem de externar essa posição, porque um Estado pobre, um Estado com baixa oferta de empregos, para esta resistência ser manipulada politicamente pelos empreendedores em seu benefício, ou seja, de público ninguém assume que pode ter riscos, que as conseqüências negativas podem ser maiores que as positivas, então é aquela coisa que as pessoas até pensam, mas não tem coragem de externar porque o jogo de mídia, o jogo de imagens que se pode manipular[...]os vereadores têm essa percepção (Entrevista realizada no dia 11/04/2008).

De acordo com a resposta dada pelo advogado, foi possível observar a percepção do mesmo a respeito do processo que se adéqua à análise da espetacularização do mundo devido ao fetiche da mercadoria (DEBORD, 1997, p. 37), quando retrata-se ao jogo de imagens existente nas audiências públicas e como isso afeta a dimensão política, no caso, a Câmara de Vereadores de São Luís. Ele comenta que:

No nosso Parlamento, aqui nós temos Vereadores que só comparecem nas grandes votações que exigem quórum, a maioria sequer acompanha o processo legislativo, ou tem uma participação muito omissa, você vai ver isso nas pouquíssimas falas nas Atas das audiências públicas de Vereadores, você vai ter manifestações freqüentes de Abdom Murad, Marília Mendonça e Joberval Bertoldo e, pontualmente, José Joaquim e alguns outros, mas, mais freqüentemente, a presença e intervenção só desses três, então é muito difícil, é o jogo do faz de conta. Não é a questão do que importa, se é a geração ou não de empregos, se é o desenvolvimento ou não sustentável do Estado, é o que parece que o ente político, seja do Município seja do Estado está fazendo, atender este tipo de pressão porque há uma convivência de mídia so-

bre isso que parece que é desenvolver o Estado, você está tomando medidas nesse sentido (Entrevista com Dr. Guilherme Zagallo, realizada no dia 11/04/2008).

Ao se perguntar se os argumentos para justificar a mudança da Lei de Zoneamento, deflagrados pela Prefeitura demonstravam-se suficientes para o convencimento dos vereadores e da população, sua resposta foi:

Na verdade, no final, foi força bruta, porque você não tinha manifestações, você não tinha no debate, no processo de audiências públicas, a gente não teve a intervenção dos membros, com exceção dos três Vereadores que votaram contra, desde o início votaram contra. Você não via manifestações públicas, deles, vamos ouvir dos poucos que participaram. Então, no fundo, no final, quem contou foi a maioria que o Prefeito possui na Câmara, inclusive, na época, possuía como Diretor Geral da Casa, ou seja, Diretor da parte administrativa da Casa, um irmão do Prefeito, ou seja, um controle que não era só de um aliado político que dirigia a Casa, Vereador Pereirinha, era também a parte administrativa da Câmara controlada, ou seja, por uma pessoa da família do Prefeito. O Prefeito foi Vereador três vezes, então conhece o funcionamento da Casa com profundidade e no momento que foi necessário para sua conveniência política, ele determinou rumos que deveria tomar a realização da votação. O que ainda se conseguiu no processo, talvez fruto de todo esse desgaste, do tempo que duraram as audiências públicas, da participação popular, foi a redução de 2.471,71 para 1.063 hectares na área em que foi transformado o seu uso de rural para industrial (Entrevista com Dr. Guilherme Zagallo, realizada no dia 11/04/2008).

Como resultado do processo de mudança da lei, modificou-se o zoneamento, mesmo de forma não integral, apesar de todas estas iniciativas, como nos lembra Alves, Sant'Ana Júnior e Mendonça (2006, p. 34), “[...] não é possível, ainda, garantir que o pólo siderúrgico não será implantado, pelo menos, na forma em que está concebido e divulgado”, sendo que a área prevista para tal, ainda está sujeita a negociações, alterações e revisões, ou, até mesmo, à implantação de outros empreendimentos que não o pólo siderúrgico.

4 Considerações finais

Foi pensando na compreensão das dinâmicas sociais que se estabeleceram no processo de criação e votação da lei que altera a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano de São Luís e a possibilidade de implantação do pólo siderúrgico, assim como, sua interação com a problemática socioambiental, é que se escolheu, como meio de apresentação de parte da nossa pesquisa, o título *O Ambiente, a Política e o Espetáculo*.

A idéia que se tentou sugerir nesta denominação traduz de certa forma o que se propôs delimitar em nosso estudo: a possibilidade de implantação de um pólo siderúrgico acompanhado por uma alteração da Lei de Zoneamento, as quais são práticas inseridas na discussão sobre o processo de espetacularização do mundo, baseado nos discursos e práticas desenvolvimentistas, se intercambiando com outras dimensões, representando-as à sua maneira e subordinando-as a seu bel-prazer.

A política e o ambiente enquadram-se neste contexto de extrema exaltação da quantidade em desfavorecimento da qualidade.

Neste caso, forças produtivas geram uma imagem, transformando-a em real e dando sensação de bem-estar, “A mercadoria reduziu tudo a simples quantidade; a qualidade existe somente como imagem apresentada à admiração dos espectadores” (JAPP, 1999, p. 259).

As imagens referidas encontram-se principalmente nos argumentos que serviram como justificação para que a lei de alteração da Lei de Zoneamento fosse aprovada e no discurso de não intencionalidade de implantação de um pólo siderúrgico, o que se mostrou uma inverdade.

Acreditamos de tal trabalho possui importância para um maior entendimento de processos semelhantes a esse, devido o fato de trazer elementos que ajudam no processo cognoscível das relações sociais.

Parece inevitável que haja outras tentativas de implantação na área de projetos semelhantes, que talvez não o pólo siderúrgico, pelo menos em seu formato original.

O grande trunfo que este empreendimento trouxe a seu favor foi a justificativa de que traria o desenvolvimento, emprego e renda, sendo um discurso recorrente da grande maioria de empreendimentos semelhantes a este.

A questão é saber como as comunidades que estão inseridas na área do DISAL, e em suas proximidades, buscaram manter a sua interação dos processos sociais com a dinâmica reprodutiva da natureza e a construção dos direitos ambientais da população, em confronto com a lógica de atividades que sustentam esses empreendimentos.

De acordo com Japp (1999. p. 269), ressalta-se que, “A democracia espetacular é a consequência lógica da única democracia possível na sociedade da mercadoria, isto é, a democracia dos vendedores de mercadorias, livres e iguais”.

Com isso, é possível acreditar que somente será possível uma política de identidade, que gere a identidade cultural, social, política, ambiental, econômica, depois de haver superação da subordinação da atividade humana ao fetiche da mercadoria (JAPP, 1999, p. 269).

Referências

- ACSELRAD, Henri. Cidadania e Meio Ambiente. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Meio Ambiente e Democracia**. Rio Janeiro: IBASE, 1992.
- _____. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. pp. 13-35.
- ALVES, Elio de Jesus Pantoja; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. Projetos de Desenvolvimento, Impactos Sócio-Ambientais e a Reserva Extrativista do Taim. In: **Ciências Humanas em Revista**. Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas. São Luís, 2007. v. 5 Número Especial. Semestral. pp. 29-40.
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**; Comentários sobre a Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ESCOBAR, Arturo. **La invención del tercer Mundo**: construcción y desconstrucción del desarrollo. Barcelona: Grupo Editorial Norma, 1996.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Trad. Vera Lúcia M JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. pp. 59-83.
- JAPP, Anselm. **Guy Debord**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1999.
- PREFEITURA DE SÃO LUÍS. **Minuta de Mensagem do Prefeito ao Presidente da Câmara Municipal**. São Luís: Secretaria Municipal de Governo, 2004.

3

Unidades de conservação da natureza x indústrias potencialmente poluidoras: o caso da implantação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim¹

Ana Caroline Pires Miranda

1 Introdução

Na discussão sobre preservação ambiental e conflitos sócio-ambientais a interdisciplinaridade é de grande importância para contemplar as múltiplas dimensões inerentes a essas questões.

A promoção de diálogo entre as diferentes espécies de conhecimento – tanto o científico, balizado pela academia, quanto o conhecimento local, baseado em sistemas práticos decorrentes da relação que alguns grupos estabelecem com o ambiente – é fundamental para a compreensão da relação homem e natureza e para a obtenção de alternativas e estratégias que promovam a sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, conforme expõe Chamy (2000, p.01):

1. A elaboração deste artigo é resultado da sistematização de discussões e leituras realizadas no âmbito do subprojeto de pesquisa “Pólo siderúrgico e conservação de manguezais na Ilha de São Luís: um estudo da legislação ambiental”, que por sua vez é vinculado ao projeto “Modernidade, Desenvolvimento e Consequências Sócio-Ambientais: a implantação do pólo siderúrgico na Ilha de São Luís-MA”, e financiado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB/ Fundação Moore.

A complexidade dos problemas sócio-ambientais exige análises interdisciplinares, que promovam não somente a sistematização de conhecimentos técnico-científicos, mas também revelem dimensões históricas, culturais, políticas e institucionais, capazes de contemplar a pluralidade sócio-ambiental² existente.

No intuito de revelar algumas dimensões da problemática ambiental vivenciada na zona rural de São Luís – MA, o presente artigo procura focalizar o processo empírico de implementação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, em uma área que, apesar de apresentar predomínio de manguezais, ecossistema considerado de fundamental importância para conservação da biodiversidade de espécies marinhas e na qual os grupos sociais ali residentes exercem um manejo ambiental considerado tradicional, o Estado pretende desapropriar para a instalação de projetos industriais de grande impacto social e ambiental, tais como usinas siderúrgicas, metalúrgicas, termelétricas, dentre outros.

Para tanto, estruturou-se este artigo em duas partes. Na primeira, realiza-se uma breve análise da legislação ambiental protetiva aos ecossistemas e aos grupos humanos que possuem práticas ambientais sustentáveis, realçando a Lei nº 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e o Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Num segundo momento, discute-se o processo de implementação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, dando especial destaque aos conflitos e às disputas decorrentes da ocupação e do uso dos territórios sociais, culturais e ambientais na zona rural da capital do estado do Maranhão, que tem sido pleiteada pelo governo e por grupos empresariais privados para a instalação de grandes projetos de desenvolvimento.

2. Foi mantida, aqui, a grafia original do texto. A última reforma ortográfica da língua portuguesa determina que, nesse caso, não se use o hífen. Nas demais citações, manteremos sempre a grafia do texto original.

2 Espaços territoriais e populações tradicionais legalmente protegidos

A Constituição Federal de 1988 foi a primeira das Constituições Brasileiras a tratar especificamente sobre a questão ambiental, assumindo o tratamento da matéria em termos abrangentes e atuais. Nesse sentido, destaca o autor José Afonso da Silva (2007, p.46):

As Constituições Brasileiras anteriores à de 1988 nada traziam especificamente sobre a proteção do meio ambiente natural. Das mais recentes, desde 1946, apenas se extraía orientação protecionista do preceito sobre a saúde e sobre a competência da União para legislar sobre água, floresta, caça e pesca, que possibilitavam a elaboração de leis protetoras como o Código Florestal e os Códigos de Saúde Pública, de Água e de Pesca. A Constituição de 1988 foi, portanto, a primeira a tratar deliberadamente sobre a questão ambiental. Pode-se dizer que ela é uma Constituição eminentemente ambientalista. Assumiu o tratamento da matéria em termos amplos e modernos (...). A questão permeia todo o seu texto, correlacionada com os temas fundamentais da ordem constitucional.

A Carta Magna traz um capítulo inteiramente destinado ao meio ambiente (Capítulo IV, Título VIII), consubstanciado todo ele no art. 225, e seus respectivos parágrafos e incisos, que comporta uma verdadeira legislação ambiental e no qual estão previstos diversos mecanismos de proteção e preservação ambiental.

O *caput* do art. 225 dispõe:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A leitura do *caput* deste artigo nos permite perceber que o direito ao meio ambiente abrange a todos indistintamente, não podendo ser atribuído a parcelas da sociedade e, além do mais, nos permite visualizar que a titularidade desses direito não cabe somente aos vivos de

hoje, mas também às gerações futuras. O direito ao meio ambiente, assim, é um direito intergeracional, cabendo ao Estado e à sociedade o dever e a obrigação de preservá-lo para as gerações vindouras.

O § 1º art. 225, juntamente com seus respectivos incisos, versam sobre os instrumentos de garantia e efetividade do direito enunciado no *caput* do artigo e os §§ 2º a 6º do mencionado artigo compreendem um conjunto de determinações particulares, com relação a objetos e setores que, por tratarem de áreas e situações de elevado interesse ecológico, mereceram desde logo proteção constitucional.

Dentre os diversos instrumentos normativos do texto constitucional que visam criar mecanismos eficazes de proteção e preservação ambiental, pretende-se, neste trabalho, focar o disposto no art. 225, § 1º, inc. III, que determina ser de incumbência do Poder Público:

Art. 225, §1º [...]

III – definir, em todas as Unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a definição de espaços territoriais e de seus componentes a serem especialmente protegidos implica em “estabelecer a delimitação de área ecologicamente relevante, onde o uso do patrimônio ali inserido ficará condicionado a disposições constantes na lei” (DA SILVA, 2007, p.53).

É importante destacar que a tutela constitucional desses espaços não está limitada aos nomes ou regimes jurídicos dos mesmos, haja vista que quaisquer deles (espaços particulares ou públicos) são passíveis de entrar na órbita deste artigo, desde que se reconheça a imprescindibilidade de sua proteção legal, como é o caso de porções territoriais de relevante interesse ecológico, cujo bioma representa espécies de grande raridade ou beleza.

Conforme Sant’Anna (2003), os espaços naturais protegidos têm sido caracterizados por grandes extensões territoriais que abrangem quantidades de ecossistemas diferenciados e elementos de biodiversidade, contudo, são áreas sem definição ou limites precisos. Esclarece a autora que:

Quando no mundo jurídico se fala em espaços protegidos trata-se de grandes extensões territoriais ou marítimas, podendo aí estar referido um único bem ou uma vasta região. Nos espaços territoriais especialmente protegidos não há necessidade de se especificar o local exato, sua localização se dá mais pelo seu bioma, por características de localização geográfica ou pelo papel ecológico desempenhado (SANT'ANNA, 2003, p.118).

No mesmo sentido, a autora Freitas (2006) afirma que os espaços territoriais protegidos são lugares para o qual a lei garante especial proteção, estejam ou não definidos seus limites. No entanto, a partir do momento em que esses espaços protegidos são individualizados, estabelecendo-se uma área determinada, como finalidades específicas e com destinação genérica de preservação do meio ambiente por meio de um estatuto que rege o seu uso, tem-se o estabelecimento de uma Unidade de Conservação.

Com o fito de organizar e sistematizar as categorias de manejo das áreas legalmente protegidas e destinadas à conservação da biodiversidade, o legislador, visando regulamentar o disposto no art. 225, §1º, inc. III, instituiu e consolidou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, disciplinado pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000.

A definição de Unidade de Conservação é dada pelo art. 2º dessa Lei, abaixo transcrito:

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Dentre as Unidades de Conservação, merece destaque a modalidade denominada Reserva Extrativista (RESEX), que tem o seu conceito normativo definido na Lei 9.985/2000, que em seu artigo 18 preceitua:

Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

As Reservas Extrativistas³ são modalidades de Unidades de Conservação pertencentes à categoria de Unidades de Uso Sustentável. São áreas destinadas à exploração sustentável realizada por populações extrativistas tradicionais e à conservação dos recursos naturais, num processo que visa, conjuntamente, aliar preservação ambiental ao modo de vida tradicional das comunidades extrativistas. Conforme afirma Paula Chamy (2000, p. 04):

Destinadas a serem áreas de exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais por população extrativista, as Reservas Extrativistas têm recebido atenção por tratar-se de uma categoria que une preocupações ambientalistas com as prerrogativas das comunidades extrativistas tradicionais.

Durante os debates que envolveram a elaboração do SNUC, a discussão acerca das “questões sociais versus questões ambientais”, mais precisamente acerca da presença ou não de populações humanas em Unidades de Conservação, causou grandes polêmicas e, no cerne dessas polêmicas, estava a definição do conceito de populações tradicionais.

Este conceito deveria integrar uma das dezenove definições constantes no art. 2º do SNUC, no entanto, houve, por parte dos ambientalistas, intelectuais e dos próprios representantes de comunidades tradicionais, uma grande rejeição a conceituação até então formulada.

3. As RESEX são espaços territoriais de domínio público e para que tais territórios sejam destinados a uma determinada população tradicional, existe a necessidade de regulação do uso por meio de um contrato de concessão real de uso da área. Esse contrato é outorgado à comunidade por meio da entidade representativa dos moradores e não a indivíduos isoladamente, o que inviabiliza dessa forma que existam proprietários individualizados que possam livremente dispor da área.

Conforme afirma Sant'Anna (2003, p.120) “a preocupação com a terminologia apropriada e definições sobre essas populações se estendeu até o momento em que a lei foi sancionada pelo presidente, momento em que a definição de populações tradicionais foi vetada”.

Este veto se deu diante da dificuldade encontrada por antropólogos, ambientalistas, parlamentares e representantes das comunidades em alcançar uma conceituação capaz de, por um lado, não ser excludente e injusta e, por outro, não ser demasiadamente abrangente. Nesse aspecto, afirma Sant'Anna (2003, p. 123):

Para muitos que se envolveram na elaboração do SNUC, o veto representou a melhor solução possível naquele momento, pois não restringia ou generalizava, mas abria espaços para que cada grupo social interessado em participar do sistema de unidades de conservação fosse avaliado segundo seu caso específico.

Foram mais de duas décadas nas quais se travaram intensas discussões acerca do conceito de populações tradicionais e, ainda hoje, se verificam tais debates, sem que, contudo, existam muitos consensos no tocante ao termo.

Em 2007, após reuniões realizadas com integrantes dos movimentos sociais e representantes das comunidades tradicionais, foi editado o Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro, que estabeleceu, em seu art. 3º, um conceito normativo acerca dessas populações, bem como sobre a noção de território e de desenvolvimento sustentável, quais sejam:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombo-

las, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

O Decreto nº 6.040/2007 é destinado à instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que tem por objetivos o “reconhecimento, o fortalecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais das comunidades, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições”.

Apesar do decreto não fazer menção expressa, entendemos que as populações extrativistas, referidas na Lei 9.985/2000 são abarcadas por esse regime normativo.

A importância de tal decreto reside, justamente, no fato de assegurar às populações tradicionais, de forma contundente, reconhecimento, valorização e respeito à sua diversidade socioambiental e cultural, além de garantir-lhes seus territórios e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica.

Além do mais, a conceituação jurídica de tais grupos permite a instrumentalização dessas populações no que se refere à luta pelo domínio e acesso aos seus territórios e, no caso da instalação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, reforça a tese das comunidades locais que querem permanecer em seus locais de origem, contrapondo-se, dessa forma, aos objetivos do poder público e dos empreendedores nacionais e mesmo internacionais que, a despeito da preservação sócio-ambiental, pleiteiam deslocar compulsoriamente essas comunidades para a instalação de projetos potencialmente poluidores na área.

3 Conflitos ambientais no processo de implantação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís – MA

Conforme pontua Acserald (2004), a sociedade se reproduz por meio de processos sócio-ecológicos, motivo pelo qual “na perspectiva das ciências sociais crítica não é possível separar a sociedade e seu meio ambiente” (2004, p. 07). Ainda, conforme o autor, é justamente devido a essa intersecção entre os fenômenos social e ambiental que ocorrem confrontos e conflitos em torno de projetos de uso e fins dos recursos naturais para determinada sociedade, pois, cada uma delas dota de sentidos diversos esses mesmos recursos.

No processo de implantação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, na Ilha de São Luís – MA, percebe-se um conflito ambiental de grandes proporções, no qual estão envolvidos interesses múltiplos, uma vez que a área na qual se pretende implantar a referida Unidade de Conservação tem sido, por um lado, pleiteada por empreendedores privados e pelo próprio governo para a instalação de projetos de desenvolvimento e, por outro, tem sido reivindicada pelos segmentos sociais que há anos vivem na localidade e querem ter seus direitos reconhecidos, lutando pela instalação de uma Reserva Extrativista na localidade.

A região na qual se pretende implantar a Reserva Extrativista de Tauá-Mirim está localizada em uma área no sudeste do município de São Luís, região voltada para a Baía de São Marcos, integrante do Golfão Maranhense. Esta área, conforme “Laudo Sócio-Econômico e Biológico para criação da Reserva Extrativista” elaborado pelo IBAMA/CNPT – MA (2006), é considerada prioritária para conservação da biodiversidade de espécies marinhas (como o peixe-boi, o guaia-mum, o cação-bicuda, o mero, espécies ameaçadas de extinção) e abrange os povoados de Parnauaçu, Cajueiro, Porto Grande, Vila Maranhão, Limoeiro, Rio dos Cachorros, Taim e a Ilha de Tauá-Mirim, que abriga os povoados de Portinho, Embaubal, Jacamim, Amapá e Tauá-Mirim.

De acordo com o laudo, foram encontrados importantes ecossistemas na área proposta para a criação da RESEX, dentre os quais merece destaque os manguezais.

O ecossistema de manguezal é protegido legalmente não só pela Constituição Federal, que em seu art. 225, § 4º considera como “Patrimônio Nacional” todos os ecossistemas presentes na Zona Costeira, mas por diversas normas em nível federal e estadual.

A Constituição do Estado do Maranhão, por exemplo, protege a Zona Costeira e defere, de forma explícita, proteção às áreas de manguezais (art. 241, IV, “a”), considerando-as legalmente enquanto áreas de preservação permanente que deverão ser especialmente protegidas pelo Estado e pelos Municípios.

Os manguezais abrigam recursos naturais importantes para o ciclo da vida, pois, cerca de 90% das espécies animais costeiras utilizam-no em algum estágio de seu ciclo reprodutivo. Além do mais, funcionam como um importante ecossistema para a manutenção das práticas alimentares dos moradores da zona costeira, uma vez que a pesca de camarão, caranguejo e peixe, são indispensáveis para a sua segurança alimentar, além de serem importantes para a economia local.

Com relação ao estado de conservação do ecossistema de manguezal na área proposta para a criação da RESEX de Tauá-Mirim, o laudo elaborado pelo IBAMA/CNPT – MA (2006) afirma que, apesar das populações extrativistas da região já ocuparem a área há mais de 80 anos, não foram constatadas grandes alterações nos ecossistemas ocasionadas pelos moradores, embora se encontre impactos causados pela instalação de um pólo industrial na zona em estudo, o que acarretou a escassez de peixes, crustáceos e moluscos.

Nesse sentido, conforme relata Alberto Cantanhede, líder comunitário, integrante do Movimento Nacional de Pesca – MONAPE e do Grupo de Trabalho da Amazônia – GTA, a Zona Rural de São Luís há décadas sofre com impactos negativos devido à instalação de empresas como a Vale e a Alumar em seu entorno, levando a contaminação de rios, mares e à conseqüente diminuição da produção.

Conforme revela o morador no trecho da entrevista abaixo transcrita, os igarapés da região foram sensivelmente afetados pela instalação dos projetos industriais, pois:

Esses dois igarapés [igarapé do Andiroba e igarapé da Ribeira] sofreram um impacto enorme nos anos 87, já pra o iní-

cio dos anos 90. Vez por outra, a gente percebia a coloração da água do rio mudar, mas a gente não conseguia atribuir isso a nada [...] a gente percebia a fuga dos peixes, você não tinha mais tainha, você não tinha mais sardinha... Ostra tinha muito, né, e hoje você não vê, são raros nos igarapés [...] Aí a gente percebe quais são os igarapés que vem da Coca Cola, quais são os igarapés que vem da Cervejaria Equatorial, quais são os igarapés que saem da Alcoa, esses igarapés não tem ostras, os outros ainda tem um pouco. [...] O igarapé do Andiroba era uma referência pra pescaria. Quando não dava em lugar nenhum no rio, tava ruim, você, ainda, ia no igarapé do Andiroba, tinha um poço imenso no meio dele, e tinha muito peixe. Hoje esse igarapé, nesse poço, inclusive, ele subiu o nível do fundo dele e não tem mais, ele ficou raso mesmo, até o poço desapareceu, então são coisas que tão na prática, não tão só na imaginação (entrevista realizada com Alberto Cantanhede, em 24/03/2007⁴).

Diante desse quadro de diminuição do estoque de recursos naturais, a população local sentiu a necessidade de encontrar formas que minorassem esses processos e buscassem a compensação e estabilização da situação, tendo a criação da reserva surgindo como uma possibilidade de, ao mesmo tempo, conciliar a permanência da população na região e a preservação dos recursos utilizados para a sobrevivência da comunidade.

Ainda segundo Alberto Cantanhede, a demanda pela instalação da RESEX de Tauá-Mirim surgiu ainda na década de 90, como forma de buscar soluções que revertissem impactos sócio-culturais, ambientais e econômicos advindos da instalação e funcionamento de grandes empreendimentos na região. Assim, a implantação da reserva surgiu como alternativa a esse processo de investidas modernizadoras até então levadas a cabo por empresas e pelo governo, em todas as suas esferas. Conforme afirma:

A idéia [da Reserva] vem em 96, aí a gente foi discutindo muito assim, nos espaços maiores, por exemplo, quando se

4. A íntegra desta entrevista esta publicada no Cap. 7 deste livro.

reunia na paróquia⁵ [...] Então, a discussão a miúdo mesmo na comunidade, ela se dá a partir de 1998, que aí a gente começa a ir pro Rio dos Cachorros, Porto Grande e dizer “olha, isso é viável, a gente pode discutir isso...”. Até aí, o Poder Público tinha a participação, o IBAMA, por exemplo, mas muito mais de espectador do que de intervenção, aí quando chega em 2003, quando o processo é finalmente oficializado, aí sim eles mandam os técnicos para fazer os estudos biológicos, sócio-econômicos, e aí tem todos os passos dados até chegar a audiência pública em 2006 (entrevista realizada com Alberto Cantanhede, em 24/03/2007).

O laudo do IBAMA conclui pela viabilidade e necessidade de implantação da unidade de conservação na região, uma vez que “a área em questão possui vocação ecológica e social para a consolidação de uma reserva extrativista”. Conclui ainda que:

(...) Com a criação dessa reserva proposta acreditamos que a Ilha de São Luís será contemplada com mais um reduto natural preservado por lei, que representará um ponto de resistência comunitária e de conservação da biodiversidade que envolve toda a área em questão, promovendo um apoio à forma de viver dos povos tradicionais, valorizando-os e possibilitando uma continuidade de sua existência (IBAMA/CNPT – MA, 2006, p. 43).

Além do mais, levando em consideração os aspectos históricos, sociais e culturais da região, a criação da RESEX garante às populações que tradicionalmente habitam a região a territorialidade, isto é, uma maior proteção contra a especulação e a desapropriação, e a conservação dos recursos naturais, indispensáveis a reprodução material, social e cultural destas comunidades.

Apenas a título de exemplo, citamos o caso da localidade do Taim, apontada enquanto uma comunidade centenária por seus moradores e que tem na pesca artesanal e na extração de produtos agro-extrativistas uma das suas principais atividades.

5. Paróquia de São José do Bonfim à qual estão vinculados os católicos de parte dos povoados que estão nos limites da Reserva.

Nesta comunidade, é possível encontrar práticas sócio-culturais que visam conciliar a presença humana com a conservação dos recursos naturais, uma vez que a população percebe a necessidade da conservação dos recursos para a sua segurança alimentar, para a viabilidade de suas manifestações culturais e para a sua manutenção enquanto grupo. Assim sendo, a criação desta reserva garantiria aos povoados que tradicionalmente habitam a região, além do acesso à terra e aos recursos a ela inerentes, a conservação dos recursos naturais.

Contudo, analisando os acontecimentos que envolvem os processos de disputa pelo uso do território na zona rural de São Luís, percebe-se que o processo de implantação da RESEX de Tauá-Mirim encontra-se paralisado, diferentemente de alguns projetos industriais propostos para a mesma área, que se encontram em pleno desenvolvimento.

De acordo com as informações colhidas em entrevistas com os agentes sociais envolvidos no processo de implementação da RESEX de Tauá-Mirim (moradores da localidade, técnicos do IBAMA, pesquisadores que estudam a temática), bem como do acompanhamento de notícias veiculadas acerca da instalação de empreendimentos potencialmente poluidores na zona rural de São Luís, elaborou-se o seguinte esquema quadro-síntese, que facilita a compreensão dos conflitos na área em análise:

Quadro 01: Síntese do processo de disputa territorial na Zona Rural II de São Luís

ano	ATORES/MOBILIZAÇÃO	FATOS
1980	Movimentos sociais e ambientalistas de São Luís.	Formação do Comitê e Defesa da Ilha, movimento contrário à implantação de plantas industriais da VALE e da ALUMAR na zona rural de São Luís.
1996	Lideranças locais das comunidades do Taim, Porto Grande e Limoeiro - Igreja Católica	Reuniões na comunidade do Taim e na Paróquia de São José do Bonfim visando discutir soluções para as comunidades atingidas pelas interferências das indústrias instaladas no entorno da comunidade.

ano	ATORES/MOBILIZAÇÃO	FATOS
1998	Lideranças locais das comunidades do Taim, Porto Grande e Limoeiro - Igreja Católica	Discussões sobre a viabilidade da instalação de uma RESEX na zona rural de São Luís.
2003	Moradores do Taim, Cajueiro, Rio dos Cachorros, Limoeiro e Porto Grande.	Solicitação oficial das comunidades (abaixo assinado) ao IBAMA de criação de uma RESEX na Zona Rural II de São Luís.
2003	IBAMA	Instauração do Processo de constituição de RESEX do Taim, nº 02012.001265/2003-73, de 22 de agosto de 2003. Início dos estudos sociobiológicos e econômicos.
2002-2004	Governo do Estado e Companhia Vale do Rio Doce	Publicização da pretensão de instalação de um Pólo Siderúrgico na zona rural de São Luís.
2004	Entidades da sociedade civil (conselhos de classe, igreja, professores e estudantes universitários, associação de moradores)	Constituição do Movimento Reage São Luís, visando dar continuidade à luta realizada pelo Comitê de Defesa da Ilha, na década de 1980.
2005	Prefeitura, Câmara de Vereadores	Aprovação da lei nº 4.584/2005, que altera os limites da Zona Rural II, destinando metade de sua área para acrescer à Zona Industrial.
2006	Governo do Estado, Companhia Vale do Rio Doce e Diagonal Consultoria	Estudo sócio-econômico dos moradores, levantamento de benfeitorias nos terrenos e marcação das casas de onze comunidades da área requerida para a construção das siderúrgicas.

ano	ATORES/MOBILIZAÇÃO	FATOS
2006	Movimento Reage São Luís e Missão Relatorias Nacionais em Direitos Humanos	A missão de Relatorias Nacionais em Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, esteve em São Luís com o propósito de apurar denúncias de violações de direitos humanos no processo de levantamento da viabilidade de instalação do pólo siderúrgico na Ilha do Maranhão.
2006	IBAMA, entidades civis, moradores dos povoados que integrarão a RESEX	Realização de Audiência Pública na Vila Maranhão. Consulta Pública realizada pelo IBAMA acerca do pedido de inclusão das comunidades na RESEX.
2007	Diferencial Energia Empreendimentos e Participações (grupo MPX Mineração)	Anúncio da instalação de uma usina termelétrica no Distrito Industrial de São Luís, a carvão mineral, com capacidade de produzir 350 MW de energia elétrica.
2007	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Liberação da licença ambiental para a instalação usina termelétrica (Licença Prévia nº 043/2007) por meio de um procedimento simplificado e sem a exigência do Estudo de Impacto Ambiental (EIA).
2008	Ministério Público Federal	Proposição de Ação Civil Pública em que questiona as irregularidades apresentadas no licenciamento ambiental concedido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente para a instalação da termelétrica.
2008	Ministério Público Federal Sociedade Civil	Exigência de Audiências Públicas para discussão das implicações ambientais do projeto de instalação da usina termelétrica em São Luís.

ano	ATORES/MOBILIZAÇÃO	FATOS
2008	Justiça Federal	Suspensão do licenciamento ambiental e da licença prévia para a instalação da usina termelétrica no Distrito Industrial de São Luís. Reconhecimento da competência do IBAMA para a realização do licenciamento ambiental
2009	Diferencial Energia Empreendimentos e Participações (grupo MPX Mineração)	Continuação das obras de construção da planta da termelétrica, com previsão para entrar em operação no ano de 2012

Fonte: Entrevistas com os agentes sociais envolvidos no processo de implementação da RESEX de Tauá-Mirim; notícias veiculadas acerca da instalação de empreendimentos potencialmente poluidores na zona rural de São Luís

A instalação de empreendimentos como usina siderúrgica e termelétrica no município de São Luís acarretará grandes impactos ambientais e sociais, haja vista que a poluição gerada pela emissão de gases tóxicos advindos dessas indústrias representará graves ameaças à saúde da população residente na Ilha e, além do mais, o processo de produção nas referidas usinas demandará uma grande quantidade de água potável, comprometendo o já precário abastecimento de água da capital e contaminando as águas costeiras (devido à descarga de efluentes no mar) e também os mananciais e cursos d'água existentes na zona rural de São Luís.

No entanto, apesar dos inúmeros aspectos negativos implicados no processo de instalação de tais projetos na Ilha, o Estado, por meio de suas ações, tem priorizado os interesses econômicos em detrimento da qualidade de vida da população.

Tal constatação nos leva a firmar que, embora a criação da Reserva Extrativista em estudo seja uma ação estratégica de preservação cultural e ambiental, a preocupação com a questão econômica por parte do Poder Público acaba se sobrepondo à importância ecológica da área e das populações que nela residem.

4 Considerações finais

A Constituição Federal de 1988 adotou um posicionamento inovador no que concerne à questão ambiental, sobretudo no pertinente à conciliação, no texto legal, das perspectivas biológica e sociocultural no cerne da concepção de meio ambiente, reconhecendo e assegurando os direitos coletivos associados à biodiversidade e à sociodiversidade.

Assim sendo, pode-se afirmar que a Constituição promove uma verdadeira síntese socioambiental, na medida em que promove a proteção da biodiversidade e da diversidade cultural que está intimamente relacionada a esta.

Esta síntese socioambiental, por sua vez, orientou e fundamentou toda a legislação infraconstitucional, com destaque para a elaboração e edição da Lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Um dos objetivos fundamentais da lei do SNUC é a articulação entre a diversidade de espécies, genética e de ecossistemas e a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação, articulação essa que se revela de forma mais intensa na modalidade de Reserva Extrativista.

Assim sendo, ao revelarem-se instrumentos de controle dos espaços de uso comum, as Reservas Extrativistas de modo geral, contribuem para a melhoria ou manutenção da qualidade do meio ambiente, além de proteger a reprodução do modo de vida das populações tradicionais, promover o respeito à garantia dos territórios dos membros das comunidades locais e trazer benefícios biológicos.

A edição do Decreto 6.040/2007, que institui a Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, fortaleceu ainda mais o reconhecimento dos direitos individuais e coletivos dessas comunidades, ao assegurar às populações tradicionais o reconhecimento, valorização e respeito à sua diversidade socioambiental e cultural, além de garantir-lhes seus territórios e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica.

Contudo, ainda que o texto constitucional assegure, expressamente, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado bem como impõe à coletividade e ao poder público o dever de preservá-lo para as presentes e futuras gerações, constantemente se verifica a lentidão do poder público em implementar unidades de conservação da natureza, bem como em garantir os mecanismos necessários a preservação e conservação dos ecossistemas e das populações culturalmente diferenciadas.

Tal afirmativa pode ser constatada por meio da análise do processo de tentativa de constituição da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, no município de São Luís – MA, no qual se evidencia situações de conflitos e ameaça aos modos de vida particulares das populações tradicionais bem como o risco de destruição e contaminação dos manguezais, mananciais e brejos que compõe a região.

No caso em estudo é possível afirmar que, embora a proposta de implantação de uma unidade de conservação na área se mostre perfeitamente viável, uma vez que, além de abrigar uma população que se reproduz por meio de práticas tradicionais, a região possui características ecológicas e sociais apropriadas para a consolidação da referida reserva extrativista, o processo de instalação da Resex de Tauá-Mirim encontra-se estagnado, enquanto o processo de instalação dos grandes empreendimentos na área, ainda que contrariando a legislação ambiental e a própria Constituição Federal, são plenamente executados e com o total aval dos governos em suas esferas municipal, estadual e federal.

Fica patente que a perspectiva de crescimento econômico e aumento de riquezas se sobrepõe à preservação dos recursos ambientais naturais e culturais. A ação governamental, em vez de garantir a proteção e conservação, acaba se direcionando para desestabilizar e dizimar ecossistemas vitais para a conservação da biodiversidade assim como modos de vida próprios e culturalmente diversos.

Tal situação, portanto, evidencia a necessidade de se rediscutir o papel do Estado na consolidação das unidades de conservação, sobretudo as Reservas Extrativistas, quer seja na criação, na fiscalização, no incentivo às práticas produtivas não degradantes e, sobretudo, no reconhecimento e respeito aos diferentes modos de vida das

populações que residem nessas áreas e que contribuem para a sustentabilidade local.

Caso tal medida não seja efetivamente realizada, todo o arcabouço legal de proteção aos espaços territoriais e às populações tradicionais não passará de quimera, haja vista que, sem vontade política, toda a legislação ambiental carecerá de efetividade, não sendo capaz de alcançar os objetivos que justificam a sua existência.

Referências

- ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.
- BENATTI, José Heder. A posse agrária alternativa e a reserva extrativista na Amazônia. In: D’INCAO, Maria Ângela. SILVEIRA, Isolda Maciel da. **A Amazônia e a Crise de modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- CHAMY, Paula. Reservas extrativistas marinhas: um estudo sobre posse tradicional e sustentabilidade. In: **I Encontro Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, 2002, São Paulo. Disponível em: <http://www.anppas.org.br>, consultado em 12/02/2007.
- DhESCA – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais. **Relatorias Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais** – Informes 2005. Maria Elena Rodriguez (org.). Rio de Janeiro, 2006.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 19ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da Natureza intocada**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- FREITAS, Mariana Almeida Passos de. **Zona costeira e meio ambiente: aspectos jurídicos**. Curitiba: Juruá, 2006.
- IBAMA/CNPT – MA. **Laudo sócio-econômico e biológico para criação da Reserva Extrativista do Taim**. São Luís: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – Maranhão, 2006. Mimeo.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2001.
- MENDONÇA, Bartolomeu. **Cajueiro: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço**. São Luis – MA, UFMA, 2006. Mimeo.
- MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente**. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.
- MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional de**

Legislação Consultada

Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

Texto de 01/07/2006 consolidado com as contribuições dos membros da Comissão Nacional da PNPCT durante a 2ª Reunião Ordinária da CNPCT, realizada entre 30/08/2006 a 01/09/2006 - Brasília – DF.

SANT'ANA JÚNIOR. Horácio Antunes. **Florestania: a saga acreana e os Povos da Floresta.** Rio Branco: EDUFAC, 2004.

SANT'ANNA, Renata de. Populações Humanas em Unidades de Conservação. In: **Boletim Rede Amazônia – Dinâmicas de ocupação e de exploração – efeitos socioculturais**. Rio de Janeiro: Ano 2, nº 01, 2003.

SANTILLI, Juliana. 2005. **Socioambientalismo e novos direitos.** São Paulo: Peirópolis, 2005.

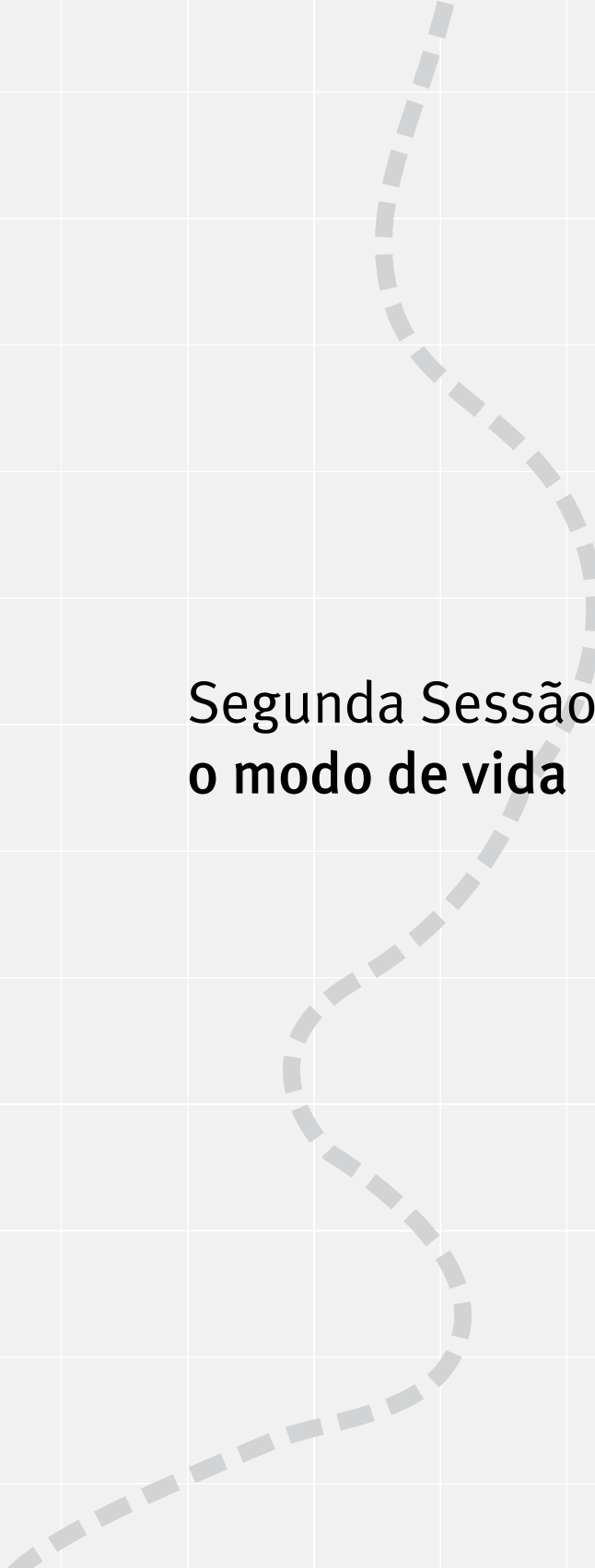
DA SILVA, José Afonso. **Direito ambiental constitucional.** 4ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

ZAGALLO, Guilherme Carvalho (org.). **Considerações preliminares sobre a implantação de um pólo siderúrgico na ilha de São Luís.** São Luís, 2004. Mimeo.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1998. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>, consultado em 14/07/2005.

_____. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>, consultado em 10/02/2007.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>, consultado em 23/07/2005.



Segunda Sessão: o modo de vida

4

População tradicional: notas sobre a invenção de uma categoria no contexto de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís – MA¹

Rafael Bezerra Gaspar

1 Universo empírico

A proposta de implantação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, prevista para se localizar na porção sudoeste da Ilha de São Luís, conta com uma área de, aproximadamente, 16.663,55 hectares e perímetro de 71,21 km, incluindo nela os seguintes povoados: Taim, Cajueiro, Limoeiro, Porto Grande, Rio dos Cachorros, Vila Maranhão e a Ilha de Tauá Mirim, na qual localizam-se os povoados Amapá, Embaubal, Jacamim, Portinho e Tauá-Mirim². O pedido oficial para a criação partiu da União de Moradores do povoado Taim em 13 de agosto de 2003 (UNIÃO DE MORADORES DO TAIM, 2003) e, somen-

1. Artigo elaborado a partir de pesquisa para realização de trabalho monográfico apresentado para conclusão do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão e que contou com bolsa PIBIC/CNPq/UFMA.

2. O processo de instalação da Reserva cumpriu as fases, legalmente previstas, de elaboração de laudos biológicos e socioeconômicos e de consulta pública à população, visando verificar se a demanda pela Reserva corresponde efetivamente à vontade dos agentes sociais envolvidos. Atualmente, depois de ter passado pelo exame do processo por parte do Ministério do Meio Ambiente, foi encaminhado para a Casa Civil da Presidência da República e aguarda a sanção do Presidente da República.

te, em 2006 foram realizados os primeiros estudos para a caracterização social, econômica, ambiental e cultural com a finalidade de elaboração do chamado Laudo Biológico e Sócio-Econômico³, uma das etapas para a criação desse tipo de Unidade de Conservação⁴.

De todas aquelas localidades, optou-se pela pesquisa no povoado Taim. Esse povoado é constituído de famílias de pequenos agricultores, pescadores e extrativistas que associam o trabalho agrícola, a pesca e a extração de frutos nativos como base de sua economia. Os principais contatos estabelecidos foram com as chamadas lideranças locais, caso do senhor Alberto Cantanhede, mais conhecido como Beto do Taim e que, no período de realização do estudo, havia finalizado sua participação como presidente da União de Moradores do Taim.

Esse interlocutor se autodefine como pescador e participa de organizações de movimentos sociais. É membro ativo do MONAPE (Movimento Nacional dos Pescadores), do GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Cururupu – MA, e trabalha como um dos assessores da Deputada Estadual Helena Barros Heluy (PT-MA). Ademais, participa de outras organizações, como redes de movimentos sociais, quais sejam o Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba e o Fórum Siderurgia no Maranhão, este último com atuação no estado do Maranhão e no estado do Pará.

3. As Reservas Extrativistas são criadas após rigorosa elaboração de documentação exigida que inclua a solicitação oficial dos grupos locais envolvidos, até a realização de audiências públicas. O Laudo Biológico e Sócio-Econômico é apenas uma das etapas exigidas para a criação dessas unidades (SANT' ANNA, 2003).

4. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o SNUC (lei nº 9.985/2000), institui dois tipos de unidades de conservação: a de proteção integral e a de uso sustentável. A Unidade de Conservação de Uso Sustentável tem como objetivo “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”. O SNUC registra sete categorias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. Existem, também, as Unidades de Conservação de Proteção Integral composta pelas seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre (BRASIL, 2004).

Também, realizou-se contato com outra liderança do povoado Taim, o senhor José Reinaldo Moraes Ramos. Mais conhecido como Zé Reinaldo, autodefinido como agricultor e um dos moradores mais antigos do Taim, ele era, à época da pesquisa, o vice-presidente da União dos Moradores do Taim.

Inicialmente, a preocupação da pesquisa se orientava pela investigação sobre o processo social e político de reivindicação de criação da reserva extrativista. A partir de conversas informais com moradores e entrevistas realizadas, principalmente, com as duas lideranças contatadas, a expressão populações tradicionais apareceu no discurso desses informantes como uma categoria de distinção dos grupos sociais da área pretendida para implementação da Resex.

2 Mas afinal, o que são populações tradicionais? Breve leitura normativa e sócio-antropológica

Até a década de 1980, a união efetiva de uma preocupação com o social e com o ambiental ainda não havia se concretizado no Brasil. O que existia era um movimento ambientalista caracterizado pelos momentos de denúncia e tentativas de identificar as principais questões que envolviam uma problemática ambiental no Brasil (VIOLA, 1992). A relação com o “social” não era uma preocupação do movimento ambientalista que defendia plenamente a fauna e a flora contra ações predatórias do meio social.

Entretanto, em fins dos anos 1980 e princípios dos anos 1990, em meio à efervescência redemocrática do país e com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92 – ocorrida no Rio de Janeiro, o movimento ambientalista começou a ganhar um novo corpo. Essa nova fase do ambientalismo brasileiro adotava gradativamente, por parte das suas principais organizações, um sentido relacional entre a defesa do meio ambiente e os usos sociais dos recursos naturais (VIOLA, 1992).

O movimento ambientalista passou a apoiar ações conjuntas com outros movimentos, quais sejam, o movimento dos atingidos pelas barragens (MAB), o movimento dos seringueiros, o movimento das quebradeiras de coco, os movimentos indígenas e alguns seto-

res do movimento dos trabalhadores rurais. As mudanças em curso na cultura política do Brasil, nos anos 1990, transformaram a “questão ambiental”, até então preocupada com fauna e flora, em “questão socioambiental” (SILVA, 2001).

Articulando os interesses dos ambientalistas com o apoio às lutas de vários segmentos sociais que viviam e necessitavam dos recursos das florestas – caso dos seringueiros e indígenas – firmou-se uma nova proposta societária de movimento social. Era o socioambientalismo e, no Brasil, se construía uma imagem de singularidade em relação aos movimentos de cunho ambiental de outros países.

Santilli (2004) reconhece que o socioambientalismo ainda é um movimento recente e de pouca exploração analítica por parte de quem o investiga. Ele surgiu como resultado das idéias de inclusão de políticas públicas ao meio ambiente que envolvessem os vários segmentos das florestas considerados pelos adeptos desse movimento como detentores de práticas sustentáveis.

O socioambientalismo foi se constituindo de novas práticas e instrumentos de legitimação a partir de um novo processo dentro dos movimentos sociais que se aliava às reivindicações de segmentos sociais amazônicos, caso, principalmente, dos seringueiros do Acre. Ao mesmo tempo em que conceitos, elaborações teóricas e dispositivos legais eram produzidos para materializar os efeitos de tal movimento societário, as lutas sociais que refletiam este novo movimento eram desencadeadas. Aparece nesse contexto a expressão populações tradicionais como uma categoria atribuída a segmentos sociais identificados como aqueles que se apropriam dos recursos naturais sem grande impacto ao ambiente.

Essa categoria despontou com maior ênfase nos discursos oficiais, entre os movimentos sociais e nos debates intelectuais, paralelamente ao movimento de criação das primeiras reservas extrativistas no Brasil, no início da década de 1990. Apesar disso, alguns autores (DIEGUES, 1996; LOBÃO, 2006) apontam que, na década de 1980, já haviam despontadas expressões sinônimas de populações tradicionais, caso do termo indígenas, presentes em documentos oficiais do Banco Mundial e que significa povos nativos.

Esse último termo aparecia, também, em documentos, como o Relatório Brundtland⁵, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), que se referia a povos tradicionais como “minorias culturalmente distintas da maioria da população que estão quase que inteiramente fora da economia de mercado” (apud DIEGUES, 1996, p. 104).

Conforme Diegues (1996, p. 125), “a preocupação com as chamadas ‘populações tradicionais’ que vivem em unidades de conservação é relativamente recente” em se tratando de Brasil. Historicamente, essas populações, até a primeira metade do século XX, eram consideradas “casos de polícia” e deveriam ser expulsas de áreas destinadas à preservação, caso de parques e reservas florestais.

Com a mobilização pela criação das primeiras reservas extrativistas no Brasil⁶, o tratamento de repulsa a grupos humanos em áreas pretendidas para conservação mudou. A categoria populações tradicionais começou a ter visibilidade e foi ganhando terreno nos debates dos movimentos sociais e, gradualmente, nas decisões adotadas pelos órgãos oficiais. Isso ocorreu, principalmente, a partir da criação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais (CNPT)⁷, em 1992, no âmbito do IBAMA⁸.

5. O Relatório Brundtland foi elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, presidida pela Primeira Ministra da Noruega Gro Brundtland, e é o documento intitulado *Nosso Futuro Comum*, publicado em 1987. Trata da conceituação de desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991).

6. Em 1990, foram criadas as primeiras quatro Reservas Extrativistas do Brasil: a Reserva do Alto Juruá (Acre), a Reserva Chico Mendes (Acre), a Reserva do Rio Ouro Preto (Rondônia) e Reserva do Rio Cajari (Amapá).

7. O Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais (CNPT) constitui-se de um órgão integrado no IBAMA, criado através da portaria nº 22 de 10/02/1992 e tem a finalidade de promover a elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandadas por grupos sociais classificados como populações tradicionais, através de suas entidades representativas, e/ou indiretamente, através dos órgãos governamentais constituídos para este fim, ou ainda, por meio de organizações não-governamentais. Com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, através da lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, o CNPT passou a integrar esse novo órgão federal.

8. No site do IBAMA, na Internet, figura um histórico do CNPT que apresenta dentre

Little (2002) argumenta que se constituiu um verdadeiro vocabulário semântico com a combinação de expressões como populações, comunidades, povos, sociedades e culturas somados a adjetivos tais como tradicionais, autóctones, rurais, locais, residentes, criando um léxico que significa a identificação de grupos humanos com específicos modos de vida espalhados no país. No âmbito normativo, o momento histórico de definição do que seria populações tradicionais ocorreu com a elaboração da lei nº 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Conforme Sant’Anna (2003), durante os debates para a elaboração do SNUC, no final da década de 1990, surgiram problemas quanto à inclusão da categoria populações tradicionais no referido documento.

Um desses problemas se referia à definição da categoria população tradicional como uma “população culturalmente diferenciada”⁹. Essa definição foi contestada, principalmente, por antropólogos, à época da elaboração do SNUC, que chamavam atenção para a possibilidade de ter posições que discordassem da criação das reservas extrativista e utilizassem, em possíveis embates jurídicos, a afirmação de que, no Brasil, culturalmente diferenciadas sempre foram as populações indígenas, e apenas elas (Barreto Filho apud Sant’Anna, 2003, p. 121). Poderiam surgir argumentos que questionassem quais os grupos sociais que mereceriam inclusão nas chamadas unidades de conservação de uso sustentável e qual o sentido a ser definido oficialmente para a expressão tradicional.

A definição acabou sendo vetada pelo Presidente da República no texto final do SNUC, devido à dificuldade em identificar aqueles a serem enquadrados como uma população tradicional. Para muitos

suas atribuições: “criar, implantar, consolidar, gerenciar e desenvolver as Reservas Extrativistas em conjunto com as populações tradicionais que as ocupam”. Com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, através da lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, o CNPT deixou de compor o organograma do IBAMA e, atualmente, está integrado ao novo órgão federal.

9. Conforme Sant’Anna (2003), as primeiras definições de populações tradicionais vieram através de substitutivos do projeto de lei do SNUC. Mas, devido a sérias críticas às definições de população tradicional, a mesma acabou não permanecendo no texto final da lei.

que se envolveram na elaboração do SNUC, o veto representou a melhor solução possível naquele momento, pois não restringia ou generalizava, mas abria espaço para que cada grupo social interessado em participar do sistema de unidades de conservação fosse avaliado segundo seu caso específico (SANT'ANNA, 2003, p. 123).

Após esse veto no SNUC, em 07 de fevereiro de 2007 foi publicado o Decreto nº 6.040¹⁰ em que constava a mais recente definição normativa dessa categoria e que se reproduzia, mais tarde, na Instrução Normativa nº 01¹¹ do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade¹², transcrita abaixo:

população tradicional: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais; que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (...) (Decreto SNUC nº 6.040/07 reproduzido em Instrução Normativa nº 01 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade de 18/09/07).

No âmbito da definição sócio-antropológica, Lobão (2006) enfatiza que, inicialmente, o conceito de populações tradicionais no Brasil tinha um sentido ligado à história dos povos amazônicos, visto que na Amazônia se originou o movimento de visibilidade dessa categoria através do movimento de seringueiros. Esses grupos se autodenominavam como extrativistas, mas passaram a ser definidos, pelos órgãos oficiais e pelos movimentos sociais como populações tradicionais. Isso ocorreu durante o processo de implementação das pri-

10. Decreto Federal que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm, consultado em 20/06/2007.

11. Instrução Normativa nº 01 de 18 de setembro de 2007. Publicada no Diário Oficial da União nº 182, Seção I, páginas 101 e 102.

12. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade foi criado através da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. É uma autarquia federal, de autonomia administrativa e financeira, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).

meiras reservas extrativistas no Brasil e com a institucionalização do CNPT e de sua normatização.

Para Almeida e Cunha (2001, p. 184), os povos indígenas não estariam incluídos na categoria populações tradicionais prevista na legislação do SNUC, pois se constituíram como coletividades distintas décadas antes dos anos 1980. Na definição constitucional, os povos indígenas tiveram seus territórios – as chamadas terras indígenas – como uma categoria jurídica estabelecida pelo Estado brasileiro e que foram demarcadas no decorrer da segunda metade do século XX (LITTLE, 2002). O que se consolidou na legislação brasileira foi a noção de que os direitos indígenas não seriam qualificados em termos de “conservação”, mesmo que suas terras fossem consideradas relevantes locais de conservação ambiental.

Diferente dos grupos indígenas, a categoria população tradicional recebia outro tratamento por parte dos intelectuais e dos órgãos oficiais. Almeida e Carneiro (2001) enfatizam que as chamadas populações tradicionais foram, durante algum tempo, essencializadas como “o bom selvagem” entre ideólogos do movimento ambiental e entre intelectuais, visto que eram interpretadas como agentes que baseavam a sua reprodução social na relação entre a apropriação dos recursos naturais e a conservação dos ecossistemas.

Conforme aqueles autores, essa visão não está totalmente equivocada, pois algumas coletividades podem seguir “regras culturais para o uso dos recursos naturais que, dada a densidade populacional e o território em que se aplicam, são sustentáveis”. Por outro lado, esses grupos, também, articulam suas necessidades básicas com a economia de mercado, o que não significa que realizem uma superexploração do ambiente em que vivem (ALMEIDA e CUNHA, 2001, p. 187).

No final da década de 1990, teremos a inclusão de mais coletividades enquadradas como populações tradicionais, pois o significado da categoria foi sendo ampliado “de maneira ‘extensional’, isto é, enumerando seus ‘membros’ atuais ou candidatos a ‘membros’” (ALMEIDA e CUNHA, 2001, p. 187). Em documento oficial da 2ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicio-

nais (PNPCT)¹³, está relatado que ¼ do território nacional brasileiro é ocupado por grupos classificados como povos ou populações tradicionais, compondo uma estimativa de quase 5 milhões de pessoas, e que existem, pelo menos, 26 grupos específicos classificados como populações tradicionais.

Durante o I Encontro Nacional de Populações Tradicionais realizado na cidade de Luziânia, em Goiás, no período de 17 a 19 de agosto de 2005 (BRASIL, 2006), o documento da Comissão Nacional do PNPCT confirma a constituição de quinze categorias de auto-identificação¹⁴ que, conforme enfatizado por Almeida e Cunha (2001), confirmariam o teor da vertente “extensional” de enumeração de membros como integrantes das chamadas populações tradicionais. São as seguintes: sertanejos, seringueiros, comunidades de fundo de pasto, quilombolas, agroextrativistas da Amazônia, faxinais, pescadores artesanais, comunidades de terreiros, cigana, pomeranos, indígena, pantaneiros, quebradeiras de coco babaçu, caiçaras e gerazeiros.

3 Somos populações tradicionais: Inventando uma categoria

A expressão populações tradicionais apareceu como categoria de atribuição às famílias residentes nos povoados incluídos na área pretendida para a criação da Resex de Tauá-Mirim. Nas entrevistas com uma das lideranças do povoado, uma das críticas aos órgãos oficiais estaduais e municipais, caso do ITERMA (Instituto de Terras do Maranhão)¹⁵ e da SEMTHURB (Secretaria Municipal de Terras, Habitação, Urbanismo e Fiscalização Urbana) diz respeito à classificação de assentadas ou ocupantes irregulares dadas, respectivamente, por essas instituições às famílias.

13. Disponível para download através da página www.mma.gov.br, consultada em 20/06/2008.

14. Categoria de auto-identificação que designa como “aquelas adotadas pelos próprios camponeses [e outros grupos] para se autodefinir, para se diferenciar de outros, para enfrentar situações de conflito nas quais se vêem ameaçados, principalmente, em seus direitos territoriais (PAULA ANDRADE, 2003, p. 37).

15. Informação encontrada em Maranhão, 2002.

Nós não nos enquadrámos enquanto assentamento, nós nos enquadrámos enquanto população tradicional. Então não é assentamento, é uma comunidade histórica, com mais de cem anos, quase duzentos, então, nós não nos enquadrámos nesse aspecto com um assentamento, nem muito menos como ocupação (...) (Entrevista realizada com Alberro Catanhede, em 24/03/2007).

Apesar de encontradas duas categorias de auto-identificação – lavradores e pescadores – entre aqueles que participam da Associação dos Moradores do Taim, a crítica do entrevistado aos órgãos oficiais desvela a tentativa de apropriação de uma categoria – populações tradicionais – que se constituiu, em diversos casos, como referência decisiva na luta de diversas coletividades pela reivindicação de direitos e por justificar políticas públicas, como no caso de uma reserva extrativista.

De acordo com as duas lideranças entrevistadas, ser população tradicional se relaciona à emergência de símbolos que liguem as famílias a uma ancestralidade comum e à formação histórica anterior às intervenções de órgãos oficiais. Segundo relatos desses informantes, a ocupação do povoado Taim ocorreu muito antes da formalização de área de assentamento, e é somente mais novo que a Vila Maranhão, área povoada no final século XVIII.

Há dois momentos de ocupação do povoado manifestados através da memória desses informantes. O primeiro é vinculado à existência de escravos de origem africana conhecidos pelo nome tainos que habitaram e permaneceram temporariamente na região do atual Taim. O segundo momento de ocupação é remetido para uma 2ª geração de descendentes dos primeiros grupos de negros escravos. O povoado Taim não era reconhecido como esse nome, mas com a denominação Laranjal, devido à existência de grandes quantidades de laranjeiras na região. Àqueles escravos que povoaram, inicialmente, o local se juntaram depois pescadores e pequenos agricultores do sul da região de Alcântara.

A partir disso, o atual nome – Taim – ficou registrado na memória dos moradores, por reconhecimento do primeiro povoamento, numa junção da expressão taino, designação recorrente ao grupo de negros

que habitaram a área do povoado em épocas da escravidão e da expressão ita, referente ao tipo de pedra que foi bastante utilizada para erguer as construções. Segundo esse último informante, os símbolos que remetem à ancestralidade das famílias e, conseqüentemente, à constituição de uma identidade comum estão relacionados a vestígios materiais ainda presentes no povoado. Diz respeito às ruínas de construções existentes no local que, de acordo com o senhor José Reinaldo, datam do período ainda colonial¹⁶. As construções são lembradas como locais de carga e descarga de pequenos produtos que, à época colonial, mantinham abrigos de negros escravizados.

Ademais, os entrevistados chamaram atenção para manifestações culturais que os liguem ao passado, como as chamadas festas de santo¹⁷ ou as chamadas brincadeiras locais como o tambor de crioula ou terecô¹⁸, realizadas em momentos de festividades no povoado. Em relação às festividades, é realizada a festa de São Benedito há cerca de oitenta anos, sempre no período da Semana Santa. Durante essa última festividade, as famílias responsáveis pela realização buscam recursos, como doações e alimentos, em povoados vizinhos, como Porto Grande e Madureira. As festas com as chamadas radiolas de reggae¹⁹ e as serestas²⁰ são realizadas após negociação com grupos de fora do povoado.

16. Localizadas próximo ao igarapé chamado Tanque que deságua no Rio dos Cachorros, no povoado Taim.

17. Rituais que marcam um momento de intensa sociabilidade entre moradores de um determinado local, geralmente entre famílias camponesas, ocorrendo em data programada e dedicada a um santo religioso, geralmente, da religião católica.

18. Terecô corresponde a uma vertente da religiosidade afro-brasileira característica, principalmente, de municípios do interior do Maranhão, como Codó.

19. O reggae constitui-se em um gênero musical de origem jamaicana, que de acordo com o antropólogo Carlos Benedito da Silva foi “adotado como expressão cultural por amplo segmento da juventude negra, [no Maranhão]” (1995, p. 12). Desde meados da década de 1970, o reggae proliferou tanto pela capital do Maranhão, como por outros municípios, sendo um movimento característico das camadas mais pobres e localizado, em princípio, cultural e geograficamente, na periferia. As chamadas radiolas são grandes caixas amplificadoras que são montadas a fim de aumentar a potência do som. A grande atração das radiolas são os animadores, chamados DJs, que anunciam as músicas ou cantam um trecho durante a execução das faixas selecionadas (SILVA, 1995).

20. Segundo o senhor Zé Reinaldo, a seresta pode ser organizada no momento de alguma festividade do povoado, como na Festa de São Benedito e corresponde ao um en-

A festa de São Benedito é compartilhada por grande número de pessoas vindas de povoados próximos e de bairros um pouco mais distantes como a Vila Maranhão, Vila Embratel, Anjo da Guarda e adjacências. Em caso das festividades do bumba-meu-boi, é feita referência à ida dos brincantes²¹ do Boi de Maracanã ao Taim, para a organização da chamada morte do boi e para a realização do chamado café do boi, na passagem do segundo sábado para o domingo subsequente do mês de agosto, momento em que acontece a distribuição de alimentos como camarão, café, bolos e bebidas adquiridos conjuntamente por aqueles responsáveis pela realização da festividade no povoado.

A chamada morte do boi simboliza o encerramento do ciclo anual de festividades do bumba-meu-boi. No caso do Boi de Maracanã, os chamados brincantes se deslocam por vários povoados da região até chegarem ao Taim para, em seguida, dirigirem-se ao Maracanã. Segundo Prado (2006), é através da morte do boi que se afirma a união do grupo, congregando o final do ciclo das festividades juninas de cada ano.

Já o café do boi acontece, de acordo com o senhor Zé Reinaldo, há 20 anos, no Taim, e corresponde a uma ajuda mútua de moradores do Taim, do Maracanã e de povoados próximos para realizar a alimentação dos chamados brincantes do boi de Maracanã antes dos mesmos seguirem para a chamada morte do boi. Na chamada morte do Boi de Maracanã e no chamado café do boi se constitui uma sociabilidade através de conversas entre familiares e amigos que residem distantes, reatualizando situações cotidianas em seus povoados e que são compartilhadas nesse momento.

Também aparecem referências à ligação das famílias do Taim com povoados próximos ou mesmo com bairros localizados em outras regiões de São Luís, que estão a longas distâncias. O intercâmbio

contro de pessoas do povoado e outras vindas de povoados e bairros próximos. É um momento de sociabilidade com a presença de uma banda ou apenas caixas de som.

21. Brincante é uma categoria êmica referente aos participantes de festividades populares. No caso do Bumba-meu-Boi, o brincante, em boa parte das festividades, é um homem, geralmente, morador da localidade que nomeia o Boi, vivendo do trabalho da roça e que se situa mais baixo na hierarquia social do grupo. No Boi, um dos nomes que grupos de brincantes recebem é rapaziada, denotando a presença maior de homens e o caráter de masculinidade do grupo (PRADO, 2006).

de recursos é possível através de caminhos próximos ao povoado, como o igarapé, as chamadas trilhas de mato²², os pequenos locais de desembarque de canoas, chamados localmente de portos.

Os entrevistados apontam que, em décadas passadas, a ligação com o centro da cidade era realizada através de pequenos caminhos formados entre diferentes localidades. Pelo bairro Gapara, se alcançava o rio Anil e daí se chegava ao Cavaco, atual Bairro de Fátima para a troca e venda de alimentos, como frutas. No contato com o bairro do Maracanã, se utilizava estradas abertas manualmente, fazendo a comercialização de carvão, produzido tanto neste local, quanto no Taim. Outro produto que era comercializado no centro de São Luís é o camarão pescado no Taim, que era transportado através de caminhos pelos bairros do Gapara ou pelo Maracanã.

De acordo com os informantes, as formas de relações sociais mostram a configuração de um estreito intercâmbio de recursos, de solidariedades e ajuda na realização dos rituais entre povoados distantes, mas ligados socialmente. Não obstante à circulação de pessoas, configura-se uma circulação de produtos, que saem do povoado, movimentam-se por outros povoados, por vezes são trocados por outros produtos que retornam ao Taim.

Observando esse conjunto específico de usos dos ecossistemas indicado pelas lideranças entrevistadas se nota um trabalho discursivo que procura legitimar a idéia de população tradicional articulada à defesa de um território social. Apropriando-se dessa categoria e reafirmando que o uso do território caracteriza-se pelo caráter coletivo, os discursos apontam para a dimensão política da categoria populações tradicionais, ou seja, é utilizada no plano de reivindicações territoriais de grupos sociais específicos que lutam pelo “reconhecimento da legitimidade [de] seus regimes de propriedade comum” (LITTLE, 2002, p. 23).

A visibilidade da categoria populações tradicionais se consolidou vinculada às reivindicações dos grupos pela afirmação de um território social comum. Segundo Diegues (1996), o território é marca-

22. Correspondem, segundo moradores do Taim, a pequenos caminhos criados pelos eles dentro da mata entre um povoado e outro.

damente constituído por relações sociais que definem as formas de ocupação e de apropriação dos recursos naturais. Esse autor destaca que o território dos chamados grupos tradicionais não é contínuo, pois é construído através das formas de ocupação, tais como o uso do mar, das terras agricultáveis e das áreas para coleta e extração de produtos da floresta. Assim, o território é configurado em um sentido coletivo, pois é apropriado comunalmente e em relações simétricas pelos membros de um grupo social.

Historicamente, no Brasil, a ocupação e afirmação territorial passaram pelo que Little (2006, p. 03) enfatiza como territorialidade, ou seja, “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico (...)”. Esse esforço coletivo de ocupação e afirmação territorial também está, historicamente, no Brasil, associado à emergência das populações tradicionais, através de três momentos de eclosão de disputas e conflitos.

Esses três momentos estão constituídos no contexto ambientalista de criação das primeiras Unidades de Conservação de proteção integral quando ocorreu o discurso de ataque à presença de grupos humanos; em um segundo contexto, com a presença do Estado-Nação estimulando grandes projetos, como indústrias, portos, ferrovias, hidrovias e hidrelétricas, que vieram sobrepor territórios sociais de específicas coletividades; e um terceiro momento, ocorrendo em acordo com a emergência do movimento socioambiental, que defendia a reprodução social dos grupos relacionados ao uso equilibrado das florestas, situação que se realizaria com a criação de reservas extrativistas (LITTLE, 2002).

Os discursos das chamadas lideranças sobre as indicações de símbolos materiais como formas evidentes para a constituição de grupos tradicionais corresponde ao que Hall (2005) chama de uma espécie de “jogo de identidades”. O “jogo de identidades” não denota, somente, a manipulação dos aspectos históricos, culturais e/ou de sociabilidade que, mesmo confirmados cientificamente, cheguem a classificar os grupos sociais da área prevista para a Resex como tradicionais. Embora isso seja conjugado, o que é potencializado diz respeito à dimensão política de definição estratégica de papéis, dependendo do contexto de interesses.

O ator social muda de identidade de acordo com a forma com que é interpelado ou representado (HALL, 2005, p. 21). Assim, se os grupos antes reivindicavam pela posição de extrativista, pescador artesanal ou camponês, e se agora o que vale é ser quilombolas ou população tradicional, eles orientam-se para a mobilização de outros papéis e interesses.

A afirmação de ser membro de uma população tradicional indica a dimensão política dessa categoria, ou seja, sua utilização no plano de reivindicações territoriais de grupos sociais específicos destinados a estabelecer um jogo que marque o que é diferente – ser tradicional – pela criação da unidade de conservação em questão. Temos um jogo de invenção de “identidades” políticas construído por lutas que vêm ganhando solidificação no terreno histórico de grupos que se defrontam com adversidades para manterem sua reprodução social, física e cultural nos dias atuais.

Referências

- ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de e CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et alli. (org.) **Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001. pp. 184-193.
- BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Texto – Subsídios para as Oficinas de Trabalho Regionais a serem realizadas no período de 14 a 23 de setembro de 2006**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. Disponível em www.mma.gov.br, consultado em 19/06/2007.
- BRASIL. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000)**. 5ª ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.
- CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da Natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. In: **Série antropológica**. nº 322. Brasília, 2002. Disponível em http://www.unb.br/ics/dan/serie_antro.htm, consultado em 29/08/2007.

LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo**: como uma política pública pode se tornar uma Política do Ressentimento. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (UnB), 2006. Tese de Doutorado. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/cataltesdo.htm>, consultado em 28/07/2007.

MARANHÃO. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) Taim**. São Luís: ITERMA, 2002.

PAULA ANDRADE, Maristela. De pretos, negros, quilombos e quilombolas – notas sobre a ação oficial junto a grupos classificados como remanescentes de quilombos. In: **Boletim Rede Amazônia**. Ano 2, nº 01, 2003.

PRADO, Regina de Paula Santos. **Todo Ano Tem**. As Festas na estrutura social camponesa. São Luís: EDUFMA/GERUR, 2006.

SANT'ANNA, Renata de. Populações Humanas em Unidades de Conservação. In: **Boletim Rede**

Amazônia. Rio de Janeiro: Ano 2, nº 01, 2003. pp. 117-124.

SANTILLI, Juliana. **A distribuição socialmente injusta dos ônus gerados pelas políticas de criação e implantação de unidades de conservação ambiental em áreas ocupadas por populações tradicionais**. In: II Encontro da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), Indaiatuba-SP, 2004. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/#17, consultado em 15/08/2007.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. **Da terra das primaveras à ilha do amor**: reggae, lazer e identidade cultural. São Luís: EDUFMA, 1995.

SILVA, Marina. **Histórias da floresta, da vida e do mundo**. In: <http://www.senado.gov.br/web/senador/marinasi/artigos.html>. 2001, consultado em 25/09/2007.

UNIÃO DE MORADORES DO TAIM. **Ofício nº 15**. São Luís: Agosto de 2003.

VIOLA, Eduardo J. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, Mirian (org.). **Ecologia, ciência e política**: participação social, interesses em jogo e lutas de idéias no movimento ecológico. Rio de Janeiro: Revan, 1992. pp. 49-75.

5

O homem e o manguezal: percepções ambientais e expectativa de efetivação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís – MA

Elena Steinhorst Damasceno

Elizângela Maria Barboza

1 Introdução

A Ilha do Maranhão é recoberta por significativas franjas de mangue. O Brasil é o segundo país do mundo em extensão de áreas de manguezal, que está estimada em 13.400 km² ao longo da costa. A Região da costa norte Brasileira, que abrange os estados do Maranhão e Pará, é definida como o maior cinturão contínuo de manguezais do planeta (SOUZA-FILHO, 2005).

Este ecossistema produtivo e dinâmico possui um equilíbrio harmônico entre as águas doces e salobras, chamada zona estuarina, sendo fruto de uma história evolutiva e biogeográfica ímpar. Por ser



um dos principais ecossistemas costeiros da Amazônia Brasileira, os manguezais e sua fauna e flora, oriundos de mar e terra, tornaram-se importantes na história das comunidades humanas (FERNANDES, 2003). O manguezal é uma fonte indispensável de recursos, como a reprodução de diversas espécies de peixes, além de auxiliar na manutenção da linha da costa, o que têm promovido o estabelecimento e a sobrevivência dessas comunidades até os dias de hoje.

A proteção desse modo de vida, que propicia um contato íntimo com a natureza, recebeu um estímulo conseqüente da criação da categoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, contemplada na lei do SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Dentre elas estão as Reservas Extrativistas (RESEX), nas quais a conservação ambiental é conciliada com a convivência de populações consideradas tradicionais¹. Segundo Paula Chamy, as Reservas Extrativistas² de modalidade marinha, por limitarem o acesso aos recursos pesqueiros, reconhece o direito consuetudinário das comunidades de pescadores sobre territórios marinhos (onde se incluem territórios fronteiriços entre terra e mar, como os mangues e estuários). São incluídas no acesso a este território as formas de arranjos e representações simbólicas de tradição pesqueira secular e excluídas as não comunitárias, ou seja, a pesca industrial, do aproveitamento dos recursos do mar nas áreas delimitadas (CHAMY, 2004).

Do ponto de vista institucional a criação da RESEX seria vantajosa porque a população se transformaria, oficialmente, em guardiã da floresta³ ajudando na conservação daquele ambiente. Por outro lado,

1. O conceito de populações tradicionais é aprofundado nos Capítulos 3 e 4 deste livro.

2. No Capítulo 4 deste livro, é feita uma análise da legislação ambiental pertinente às Reservas Extrativistas e dos conflitos decorrentes das disputas pelo território no processo de implantação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim.

3. Segundo Esteves (1999): a condição de guardião da floresta, conferida a um tipo de produtor específico, significa, sobretudo, o resultado da luta pelo reordenamento de lugares sociais, objetivada tanto pelo reconhecimento de seus direitos por parte do Estado, como do valor dos produtos da floresta no mercado nacional e internacional. Esta denominação foi reivindicada primeiramente pelos seringueiros Amazônia ocidental e, hoje, se estende aos grupos sociais localizados em reservas extrativistas, na medida em que os mesmo se comprometem com a prestação de serviços ambientais.

a população se beneficiaria do direito de uso da terra, regulado pelo plano de manejo, diminuindo a possibilidade de êxodo rural, e conseqüente marginalização da população, ou exaustão dos recursos naturais, dos quais a população extrativista sobrevive.

Este artigo tem como objetivo revelar um pouco do contexto no qual está inserida a Reserva Extrativista de Tauá-Mirim⁴, que está com seu processo técnico e administrativo de criação concluído, no âmbito do MMA (Ministério do Meio Ambiente) e, após ser enviado para a Casa Civil da Presidência da República, aguarda uma decisão política. Busca mostrar um pouco da luta pela legitimidade do território, travada entre a comunidade local e os grandes e médios empreendedores, bem como a importância de sua efetivação para as comunidades tradicionais. Durante o trabalho, ouvimos relatos da situação socioeconômica e percepções ambientais dos moradores⁵ das comunidades localizadas dentro dos limites da Reserva, relacionados com seu modo de vida extrativista e com os problemas ambientais por eles enfrentados.

2 Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, seus limites físicos e suas motivações

A provável área destinada a Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, em torno de 16.663,55 hectares com perímetro aproximado de 71,21

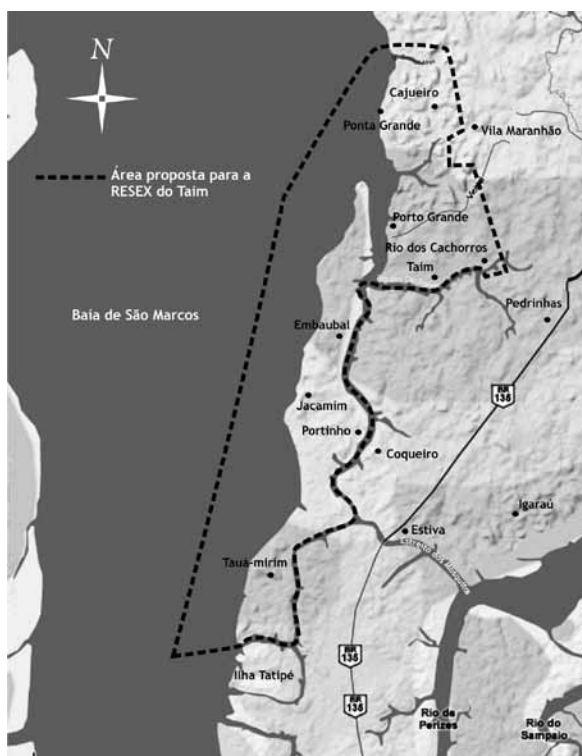
4. O nome inicial da reserva extrativista em pauta era Reserva Extrativista do Taim. Como já existe a Estação Ecológica do Taim, no Rio Grande do Sul, depois que o processo de criação chegou ao Ministério do Meio Ambiente, em 2008 foi sugerida a mudança do nome da reserva a ser criada. Após uma consulta às organizações sociais locais, ficou decidido que o nome seria mudado para Reserva Extrativista de Tauá-Mirim. Isto explica o fato de que alguns documentos e textos referidos no presente artigo, por serem anteriores a 2008, utilizem a denominação Reserva Extrativista do Taim.

5. O relato socioeconômico e das percepções ambientais é feito baseado em constatações de campo e através de entrevistas com os moradores, sendo parte do processo de elaboração da Dissertação de Mestrado em Saúde e Ambiente (UFMA) de Elena Steinhorst Damasceno e da monografia de conclusão de curso (Geografia – UFMA) de Elizângela Barboza. Alguns dados foram obtidos no documento elaborado pelo IBAMA/CNPT – MA, o Laudo Sócio-Econômico e Biológico para Criação da Reserva Extrativista do Taim, de 2007. As informações referentes aos empreendimentos instalados e seus eventuais impactos na região foram retiradas de sites das empresas na internet, assim como no portal do Governo do Estado do Maranhão, e verificados pela fala de moradores.

km (IBAMA, 2006), fica situada na porção sudoeste da Ilha do Maranhão, no município de São Luís, região estuarina abundante em manguezais. Dentro desta área estão os povoados do Cajueiro, Limoeiro, Taim, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Portinho, Embaubal, Jacamim, Amapá e Tauá-Mirim (os cinco últimos localizados na ilha de Tauá-Mirim). O povoado de Tauá-Mirim representa o limite mais ao sul da Reserva. É limitada ao extremo norte pelo povoado de Cajueiro e Igarapé Buenos Aires. No limite mais a leste está o povoado do Rio dos Cachorros e a oeste a Baía de São Marcos (IBAMA, 2007).

Figura 01:

Área proposta para a criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim.



Fonte: IBAMA/CNPT – MA, 2007.

Os ancestrais de grande parte da população residente nos povoados da região foram inicialmente atraídos pela riqueza natural e pesca abundante. Lá constituíram família e através do contato íntimo com a natureza, por mais de um século, criaram laços definitivos com a terra. Em entrevista realizada com Dona Máxima, no Povoado do Rio dos Cachorros, importante líder comunitária e moradora deste povoado⁶, um pouco desta história é contada:

Começaria com a história da comunidade, porque e como foi que a gente veio parar aqui. Eu já sou da terceira geração e na verdade aqui eram três famílias no começo da comunidade, era a família Pires que é a minha, a família Barbosa (esse foi o surgimento da comunidade) e a família Araújo que é de uma pessoa que já até faleceu. Então, o meu avô contava para meu pai, que vieram morar aqui porque já tinha já do outro lado da ilha (ai não sei te dizer se era a Ilha da Boa Razão que fica próximo da aqui), vieram pra cá alguns descendentes de escravos e de índios. Infelizmente, a gente não tem isso documentado. A minha avó foi trazida por navios, meu pai contava que o nome dela era Justina, e ela era negra. E a filha dela, segundo meu pai, era descendente de português, era da família Galvão. Para ela se casar com meu avô, teve que receber um dote que foi parte aqui das terras. Isso é tudo na história que se conhece, não tem documento que comprove isso. Então, que essas terras aqui eram chamadas de Livramento, aqui onde nós estamos [...]. Da família Barbosa, que também era uma pessoa muito antiga que já morreu, e ainda tem pessoas descendentes dessa família aqui na comunidade, ela possuía metade do Rio dos Cachorros que ficava mais próximo do porto, lá do mar. E tem a da família do Araújo, que era a família do Jacinto, que já morreu também. Todas as pessoas já se foram, eram as terras de Santo Antônio, ficam um pouco mais chegando lá na BR. Então era assim, e essas famílias eram unidas, muito unidas, ainda existia, e ainda existe, até nos nossos dias de hoje, que foi por herança mesmo aquilo que a gente considera hoje como ‘uma tal’ de cultura de solidariedade (entrevista realizada em 24/05/2008).

6. Ver a íntegra desta entrevista no Capítulo 8 deste livro.

A iniciativa para a criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim ocorreu quando estas comunidades de pescadores encaminharam ao IBAMA, em 18 de agosto de 2003, um abaixo-assinado solicitando a criação de uma unidade de conservação. Porém, a organização dos moradores é bem mais antiga e estes, desde os idos de 1980, vêm lapidando suas percepções ambientais e da luta territorial (IBAMA/CNPT – MA, 2007).

O povoado do Taim foi pioneiro na luta dentre os povoados do lado leste do município de São Luís. Apesar da Associação dos Moradores do Taim, criada em 1987, ser um pouco mais nova que a de Jacamim, sua luta ambiental obteve destaque. Sua liderança sempre teve relação direta com os movimentos socioambientais, através de entidades como o Fórum Carajás e o MONAPE (Movimento Nacional dos Pescadores), entre outras, que apoiaram sua busca de alternativas para minimizar os danos provocados pela atividade industrial na região.

Na ilha de Tauá-Mirim, no princípio, a questão fundiária foi mais marcante que a questão ambiental. O processo teve início quando a arquidiocese, que era a detentora legal das terras, resolveu regularizar a situação das famílias. A Associação dos Moradores do Jacamim, fundada em 1983, foi criada com a intenção de organizar o movimento de luta pelo direito ao território e abriu espaço para o debate sobre a necessidade de se preservar os recursos ambientais da região, coibindo o desmatamento e o uso do fogo indiscriminado⁷. Apenas vinte anos após o início do processo de regularização fundiária é que os moradores foram assentados legalmente pelo ITERMA, com a posse da terra averbada em nome da Associação dos Moradores.

ITERMA significa Instituto de Colonização e Terras do Maranhão, vinculado ao governo estadual. Além da Ilha de Tauá-Mirim, o Instituto concedeu o título de assentamento rural aos demais povoados que compõem a solicitação de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim bem como a outros povoados da Zona Rural de São Luís. Esta situação, no entanto, nunca foi regularizada em cartório e, ape-

7. Tal marco é confirmado pela Ata de Assembléia Geral realizada em 1985, na qual todos os moradores se comprometeram em se unir, para preservar os recursos naturais da ilha da Tauá-Mirim (IBAMA/CNPT – MA, 2007).

sar de toda a propaganda política feita, então, pela Governadora Roseana Sarney Murad, os moradores de toda a região continuam sem garantias formais da titulação de suas terras.

Neste contexto é que foram discutidas as melhores alternativas para a proteção do território que incluísse a proteção ao ambiente, à saúde desta população e seu meio de sobrevivência que é a pesca. Foram pensadas várias possibilidades, desde acordos de pesca e criação de território quilombola até chegar à idéia da Unidade de Conservação, que seria inicialmente chamada de 'Paquatiua'.

O processo de criação da Unidade de Conservação é entremeadado por vários conflitos, dentre eles a necessidade de regularização da posse da terra, principalmente por causa de conflitos com parte dos planejadores governamentais e setores da iniciativa privada que almejam ampliar a instalação de grandes empreendimentos na área, o que demandaria o deslocamento compulsório⁸ dos moradores. Inclui-se aqui a diminuição da produtividade pesqueira percebida por parte dos moradores e também relacionada ao crescimento das atividades industriais na região. Estas comunidades convivem em vizinhança com grandes indústrias, ferrovia, rodovia e portos há mais de 30 anos, fato que gerou um conflito significativo, como pode ser observado na fala de Dona Máxima:

Bom... depois, tivemos a implantação da Alumar, há mais de 27 anos se não me engano, e várias comunidades naquele momento (nós não nos envolvemos nesse discurso, nessa conversa por que achávamos que, por estarmos tão distante, talvez não fosse prejudicial, que não fosse nos atingir) e aí remanejaram várias pessoas de suas localidades, algumas delas não daqui na nossa comunidade, mas, por exemplo, da comunidade do Taim tem algumas pessoas que foram retiradas de lá, aliás, desculpa, tem uma pessoa que veio com a instalação da Alumar, que foi expulsa de suas terras e que mo-

8. Entendemos aqui o termo deslocamento compulsório como definido por Almeida (1996, p. 30): "o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos".

ra aqui na comunidade, tem uma pessoa que veio do Formigueiro, depois tem pessoa de Anajatua, na comunidade do Taim, então expulsaram as pessoas das terras para vir morar e a tendência era vir morar aonde essas pessoas se identificavam com as características naturais da sua localidade, que no caso é o mar, é o mato, é o cultivo da roça e é a pesca, então a tendência era vir para um local onde tinha mais ou menos um lugar parecido de onde eles estavam sendo expulsos. Então, a gente tem estas pessoas que convivem aqui no nosso meio (entrevista realizada em 24/05/2008).

A população residente na região possui modo de vida peculiar (cultura, sociabilidade e trabalho) em relativa harmonia com as condições ecológicas, predominando atividades produtivas como agricultura, pesca e criação de pequenos animais⁹. A constatação de um calendário sazonal anual, conforme os recursos explorados, normalmente sob o regime familiar de organização do trabalho, além da vasta extensão de manguezais e recursos relativamente conservados e a convivência produtiva com os mesmos, sem provocar impactos relevantes, são os principais argumentos justificados para a criação da Reserva Extrativista (ALVES, SANT'ANA JÚNIOR e MENDONÇA, 2007).

Dentre as etapas necessárias para a implantação da RESEX, já foram cumpridas: a solicitação formal dos moradores da área; a realização de vistoria técnica pelo CNPT/IBAMA para realização do levantamento sobre a potencialidade dos recursos; a elaboração de laudos socioeconômicos e biológicos; e a realização de consulta pública aos moradores da área para a implantação da reserva. Atualmente, o processo foi concluído, como mencionado anteriormente, aguardando sanção presidencial. Quando criada, ou se criada¹⁰, constituirá a pri-

9. Esta é uma generalização, porém existem situações particulares em que pessoas, intitulados posseiros pelos moradores mais antigos, construíram benfeitorias em alguns povoados visando indenização pelas indústrias em caso de possíveis deslocamentos. Esses, portanto, não se enquadram, necessariamente, no referido modo de vida.

10. Atualmente, no final do ano de 2009, no momento da edição deste livro, o processo encontra-se estagnado, devido a interesses políticos conflitantes entre o governo atual do Estado do Maranhão, aliado com interesses empresariais, e os que são a favor da RESEX, e está sendo acompanhado pelo Ministério Público Federal.

meira reserva extrativista do município de São Luís, sendo que o Maranhão possui cinco das quarenta e oito reservas extrativistas do Brasil (IBAMA/CNPT – MA, 2007).

3 Situação sócio-econômica e de infra-estrutura

As mulheres, em sua maioria, são donas de casa e trabalham no roçado, é perceptível como algumas delas se destacam na liderança comunitária. Os homens, se não são pescadores e trabalham na roça, podem ter emprego em alguma pedreira, na extração de areia, olaria, alguns poucos nas grandes indústrias ou na cidade. Em alguns casos, nas famílias que possuem uma pessoa aposentada, a aposentadoria pode representar a maior parte da renda familiar. Não existem dados precisos sobre o número de habitantes ou famílias que vivem na região da RESEX, segundo Gaspar (2007)¹¹.

Em relação à infra-estrutura, grande parte das casas ainda é de taipa, mas já existem casas de alvenaria. Algumas possuem fossa, segundo laudo do IBAMA/CNPT – MA (2007), e a água para consumo vêm de poços superficiais e artesianos, em menor quantidade. A energia elétrica é bem distribuída, mas os telefones públicos são escassos, o uso de celulares é comum.

O transporte coletivo é difícil, com intervalo de muitas horas entre um ônibus e outro. As estradas na sua maioria, com exceção do trecho asfaltado que liga a Vila Maranhão ao povoado de Porto Grande, atualmente em condições precárias, são de terra com piçarra ou de areia e algumas podem ficar ‘cortadas’¹² no inverno (período chuvoso). Nas ilhas o transporte é fluvial por canoa ou barco a motor.

Os gastos com saúde parecem não ser muito significativos, como pôde ser observado em campo. A escassez de farmácias no local aliada ao conhecimento sobre ervas medicinais faz com que remé-

11. A maior dificuldade para obtenção destes dados está no fato de que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ao realizar os censos demográficos decenais, estabelece um zoneamento próprio, que não corresponde à divisão por zonas, bairros, localidades e povoados do município.

12. Expressão local que indica que ficam intrafegáveis por veículos automotores.

dios para dor de cabeça, pedra dos rins, gastrite, anemia, osteoporose, dentre outras males sejam retirados do próprio quintal, de hortas plantadas ou da fauna e flora ali existente (vide tabela I). A exceção é dada por alguns idosos que fazem uso de medicamentos para doenças crônicas, como hipertensão e diabetes, e retiram os medicamentos nos postos de saúde¹³, e por outras situações especiais. Por outro lado, os hospitais são distantes, o transporte e a comunicação difíceis, o que complica a resolução de emergências. As mulheres gestantes costumam se hospedar, no final da gravidez, em casa de parentes em bairros mais próximos ao centro para terem acesso mais fácil às maternidades, porém muitos partos são realizados em casa, por parteiras da própria comunidade.

Os filhos estudam, quando pequenos, nos povoados que têm escola até o nível fundamental, e nas séries mais avançadas no bairro da Vila Maranhão ou na Estiva, que são os bairros mais próximos. Alguns conseguem cursar o nível médio no centro da cidade, conforme fala da moradora:

Não temos escolas assim, para atender toda demanda da área rural, porque tem uma grande parte que estuda no centro e tem que competir com as vagas das pessoas que estudam em São Luís. Temos apenas uma escola de ensino fundamental na comunidade de Vila Maranhão que já não está atendendo à demanda. Temos uma de 2º grau muito precária, que também fica na Vila Maranhão. Depois teve a construção do Mário Meireles (escola), pela Alumar, acho que depois de muito a comunidade reclamar que não tinha nenhum tipo de compensação, o governo do Estado, juntamente com a empresa, acabaram entrando num acordo, e a Alumar parece que construiu a escola e o governo mantém

13. Não existe nenhum posto de saúde dentro das comunidades que compõem a Resex, apenas em duas comunidades vizinhas. O acompanhamento habitual da comunidade é feito por agentes de saúde que atendem as crianças e gestantes, realizam o pré-natal e acompanhamento no aleitamento materno, além de participarem das ações dos programas de vacinação. O atendimento médico mais próximo é na Unidade Mista da Estiva que conta com três turnos de funcionamento e a presença constante de médicos, possuindo também atendimento odontológico, atendendo também outras cinco comunidades da região (IBAMA/CNPT – MA, 2007).

(o governo estadual), mas não dá para atender todo mundo, parece que a capacidade são somente 1.300 alunos, enfim são vários os problemas (entrevista realizada com D. Máxima em 24/05/2008).

De modo geral a escolaridade é baixa, principalmente entre os mais idosos. Porém, a maioria dos jovens não se encontra com atraso na idade escolar. Os mais velhos reclamam que os jovens vêm perdendo o interesse pela arte da pesca e pela roça, portanto, distanciando seu contato com a natureza: “não sabem mais tirar tinta do mangue branco para não dar limo na canoa” (entrevista realizada com Seu Leonel, aposentado de 80 anos de idade, no povoado de Limoeiro, em 17/05/2008); “nem sabem mais tirar tinta do cipó para tingir pano, cortam logo, porque hoje em dia se compra tudo pronto” (entrevista realizada com Alberto Catanhede, o Beto do Taim, em 08/08/2008).

Possuem uma forte expressividade de sua cultura, como, por exemplo, o Tambor de Crioula do Taim e o Culto-Afro no Cajueiro. As comunidades participam também de Festejos Juninos, para o Divino Espírito Santo, grupos de Bumba-meu-Boi entre outras atividades culturais.

4 A produção nos povoados



A produção familiar dos povoados é baseada principalmente na pesca, na roça e na criação de pequenos animais, geralmente galináceos, raramente porcos. Possuem muitas árvores frutíferas como a mangueira e jaqueira além da juçara, buriti e babaçu, espécies nativas da flora maranhense. Em alguns povoados, a horta é feita em consórcios com o milho e a mandioca, em outros a produção é mais variada. Algumas famílias conseguem vender o excedente para complementação da renda, principalmente nas feiras de bairros próximos, como a Estiva, Vila Maranhão e Anjo da Guarda. Alguns produtos, como a farinha, podem ser trocados por peixe ou outros produtos, dependendo da situação. Na época do plantio, geralmente, a roça é feita em mutirão com a participação de membros de várias famílias, que vão se revezando. Cada comunidade possui pelo menos uma casa de farinha e a produção, quase sempre, é para o consumo interno.

Segundo Moura (1988), em sua obra sobre o campesinato, o trabalho familiar camponês abastece a casa e alimenta seus membros, mas também é destinado a lugares e pessoas exteriores a esta realidade. Também podemos perceber, da mesma forma, a realidade dos povoados pertencentes à região, que tem a produção familiar voltada para o consumo interno, porém com a possibilidade de venda do excedente.

É grande a variedade de formas pelas quais parte da produção camponesa escapa ao controle de quem produziu. Raras são, hoje, as unidades camponesas que visam ao auto-sustento quase completo, reduzindo ao mínimo, ou levando à inexistência, as relações sociais calcadas na cessão de um tributo ou na reserva de uma parcela do produto colhido para ser vendido à feira [...] a transferência de uma parte da produção para a feira de uma cidade próxima é outro exemplo do modo pelo qual essa produção circula. [...] um camponês poderá levar arroz para vender, enquanto outro levará feijão; ambos se interessam em negociar. O dinheiro obtido na venda de uma determinada quantidade do cereal oferece ao camponês a possibilidade de adquirir tecidos, panelas, remédios (MOURA, 1988, p. 55).

A tabela 01 representa uma amostra do que é produzido pelos moradores, tanto nas criações que representam os produtos de origem animal como no roçado e horticultura assim como as plantas e ervas medicinais utilizadas pelos moradores para problemas como,

por exemplo, dor de cabeça, pedra nos rins, gastrite e anemia. A casca do manguê vermelho, por exemplo, é utilizada para o controle da diabetes e o turu (*Neoteredo reynei*) para osteoporose.

Tabela 01: Produção de origem animal e vegetal dos povoados que compõem a Resex

Origem animal	Origem: vegetal (roça)	Origem vegetal (horta)	Origem vegetal (frutas)	Plantas medicinais
Peixe	Mandioca	Tomate	Limão	Quebra-pedra
Mariscos	(farinha e fécula)	Maxixe	Melancia	Açoita-cavalo
Siri		Quiabo	Juçara	Vick
Caranguejos	Macaxeira	Abóbora	Pequi	Dipirona
Galinhas	Milho	Pimentão	Bacuri	Anador
Patos		Cebolinha	Buriti	Cidreira
Ovos		Coentro	Babaçu	Capim-limão
Porcos		Pimenta	Manga	Tamarindo
		Jerimum	Banana	Carambola
		Pepino	Abacate	Embaúba-branca
			Coco	Santa Quitéria
			Jaca	Tem-tem
			Acerola	Chá caboclo
			Caju	
			(e castanha)	

Fonte: pesquisa de campo.

A tabela 02 enumera as espécies pescadas pelos moradores da região, de acordo com o nome popular e científico respectivamente. Variam em abundância de acordo com a localidade e sazonalidade.

Os dados foram coletados em entrevista com Alberto Cantanhede, mais conhecido como Beto do Taim, pescador, líder comunitário, membro ativo do MONAPE (Movimento Nacional dos Pescadores), do GTA (Grupo de Trabalhos Amazônicos) e do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Cururupu (MA) (GASPAR, 2007). Foi utilizado trabalho monográfico de Sousa (2003) para listar o nome científico das espécies de peixes catalogadas.

Tabela 02: Etno-espécies listadas usualmente pescadas na região da Resex de Tauá-Mirim.

Etno-espécie	Nome científico
Bagre-branco (Uriacica-branco)	Arius bonillai
Bandeirado	Bagre bagre
Jurupiranga	Arius rugispinnis
Uritinga	Arius proops
Tainha-sajuba	Mugil curema
Tainha-orixoca	Mugil incilis
Tainha-pitíua	Mugil gaimardianus
Pescada-amarela	Cynoscion sp.
Cação	-----
Peixe-pedra	Genyatremus luteus
Pacamão	Batrachoides surinamenses
Mero	Epinephelus itajara
Baiacu-açú*	Colomesus psittacus
Arraia-baté*	Gymnura micrura
Tralhoto*	Anableps anableps
Camurim (Robalo)	Centropomus parallelus
Gurujuba	-----

Fonte: Entrevista com Beto do Taim e Nelson, 1994 (apud SOUSA, 2003)

*Outros não citados por Beto como importantes na região ou citados como de pouca importância econômica.

5 *Percepções Ambientais*

Pudemos perceber, por meio de conversas informais e entrevistas, que existe uma percepção ambiental variável no que diz respeito à conservação. Geralmente, os mais velhos têm mais clareza da importância dos recursos naturais para sua sobrevivência, mas as comunidades são, na sua maioria, bem organizadas e suas lideranças ativistas da conservação e educação ambiental, além da luta pelos direitos à terra.

O saber local, por exemplo, é visto como possibilidade de obtenção de mais informações sobre como lidar com os recursos naturais, contribuindo para a elaboração de soluções técnicas no uso dos recursos naturais (TEIXEIRA, 2005).

Alguns jovens também estão se envolvendo em projetos relacionados ao meio ambiente, conforme entrevista de D. Maria Máxima:

...algumas jovens daqui, se deparando com a necessidade, estavam terminando o 2º grau e disseram assim: ‘eu vou estudar meio ambiente’, nós temos uma assistente social que prestou um grande serviço aqui ensinando o nosso povo o ‘ABCD’ que foi também, naturalmente, como voluntária, que hoje está aí nos defendendo nas audiências públicas, ajudando a entender até melhor a questão social e defende tão bem porque viveu aqui, ‘sentiu na pele’ os problemas, né? Então, da mesma forma nasceram pessoas daqui querendo estudar, batalhando para fazer um estágio, até conseguiram agora no IBAMA, graças a Deus, para está trabalhando a recuperação ambiental da nossa área, com carinho, com gosto mesmo, com responsabilidade de estar até incentivando as outras pessoas que moram aqui (entrevista realizada em 24/05/2008).

Outro fato observado, durante a aplicação de questionários que levantaram dados sobre o valor de existência do manguezal¹⁴, foi o fato que em quase cem por cento das amostras foram encontradas respostas positivas do tipo: “O mangue vale muito porque é dele que tiramos nosso sustento!” ou “É importante, pois é nossa forma de sobreviver”. Em depoimento D. Máxima demonstra essa relação com a natureza e a percepção do conceito de qualidade de vida:

Tenho orgulho de dizer que, tive o privilégio de tomar banho de rio com as minhas irmãs e com algumas pessoas da família que fazem parte mais ou menos dessa geração, ainda temos, ainda degradados. E, assim essas pessoas mais idosas, elas se foram [morreram], e também o que a gente observa é que a qualidade de vida aqui era tão boa que as pessoas morriam com 96 anos, 100 anos. Geralmente essas pessoas, tipo assim, meu avô que morreu com 96. O pai e a mãe de uma pessoa, que mora lá do outro lado que se chama Santa Rita, morreu com 101 anos, só morreu porque caiu e fra-

14. Este questionário, aplicado nas comunidades, sobre o Valor de Existência do manguezal faz parte do arcabouço metodológico de Economia Ambiental, desenvolvido na Dissertação de Mestrado em Saúde e Ambiente (UFMA) de Elena Steinhorst Damasceno.

turou o osso. Realmente, se a gente for resgatar isso, a gente vê que a qualidade de vida que se tinha aqui era muito boa, ainda continua tendo qualidade, com toda degradação. Fora a degradação, a gente continua considerando que aqui ainda é o melhor lugar do mundo para se viver e para criar os filhos (entrevista realizada em 24/05/2008).

Seu Leonel, morador da comunidade do Limoeiro, disse que:

Cortavam muito mangue pra fazer carvão e mandar pra Ulhem (essa mesmo é que detonou os mangues) e muitas outras empresas que consumiam carvão. Mas depois que foi proibido o pessoal, pelo menos aqui no Limoeiro, nunca mais tirou mangue. Aí foram continuar outras atividades. Tiram uma vara ou outra pra construir e tirar tinta pra não dar limo na canoa, mas não pra carvão. Naquela época, o caranguejo ‘andava’ o tempo todo, mesmo na frente de casa tinha muito, porque as tocas deles ficavam muito quentes do sol, mas hoje, depois que pararam de tirar mangue olha como ficou: nem a canoa entra mais de tão fechado que está (entrevista realizada em 17/05/2008).

Nesta fala, esse senhor demonstra que tem conhecimento das consequências da degradação ambiental, quando percebe que os caranguejos estavam ‘correndo risco’ por ter suas tocas inutilizadas pelo corte da vegetação, chamada por ele de mangue. Estes animais vivem abrigados sob a lama do manguezal e protegidos pelas raízes da vegetação que o cobre, portando, tendo forte dependência do manguezal para sua sobrevivência.

Quando perguntada sobre o desmatamento para fazer carvão, ou outros utensílios de madeira, Dona Máxima afirma:

Não se tem, o que se teve foi o que eu te falei na questão das padarias¹⁵, mas isso não se tem mais. A gente pode observar, a gente foi pro mangue junto com a comunidade do Taim. A gente viu que o nosso mangue, inclusive, tem caule bem grosso, que significa dizer que muito tempo que as pesso-

15. Faz referência ao fato de que, em tempos passados, se retirava muita lenha do manguezal para fornecer para as padarias de São Luís.

as não fazem isso. Já fizeram para as padarias, mas hoje não se faz mais isso graça Deus, nem os jovens fazem mais isso, só vão para o rio mesmo para pescar [...]. Além disso, aqui tinha muita vegetação, eu me lembro que aqui tinha muita Paparaúba, que é uma madeira que a gente quase que não vê, que na época elas eram tiradas apenas para fazer caixão e tamanco (chamató). Era essa a finalidade, por exemplo, morria gente, as pessoas aqui mesmo é que faziam. Naque-la época se fazia caixão para enterrar lá no cemitério da Vila Maranhão, que é muito antigo também. O que a gente pode perceber é que houve uma melhora na questão do desmata-mento, por exemplo, dos manguezais, quando existiam, an-tes, as padarias que usavam lenha no forno, e que elas não existem mais, então a gente passou a perceber que as pesso-as não usam mais esse tipo de atividade econômica, de estar cortando lenhas para vender para as padarias (entrevista re-alizada em 24/05/2008).

Deixando claro sua percepção acerca do desenvolvimento da ve-getação do mangue quando diz que ‘nosso mangue’ tem o caule bem grosso, significando que é uma árvore antiga, portanto o mangue não tem sido cortado ultimamente para lenha ou carvão.

6 O problema da degradação ambiental



Apesar da riqueza natural de um ambiente tão próximo, localizado a cerca de 40 quilômetros do centro da cidade, e do modo de vida que propicia o contato íntimo com a natureza, ainda se percebe muita degradação. Apesar da influência humana ser, de modo geral, degradante; a escala de degradação varia proporcionalmente ao tamanho do empreendimento. Na área delimitada para a futura RESEX de Tauá-Mirim podem ser encontradas tanto pedreiras de fundo de quintal quanto empresas licenciadas pelos órgãos competentes.

O corte do mangue, a poluição nas águas e no ar, o lixo e esgoto doméstico, as pedreiras, as jazidas de areia, as olarias, os matadouros, os portos e as grandes indústrias, são os principais responsáveis pela perda de biodiversidade, diminuição da produtividade pesqueira e da qualidade de vida da população.

6.1 Alumar

Uma das grandes empresas instaladas na região em questão foi a Alumar - Consórcio de Alumínio do Maranhão – que é um complexo industrial produtor de alumina e alumínio primário, instalado em São Luís desde a década de 1980. Utiliza como principal meio de escoamento da sua produção o porto localizado na confluência do Estreito dos Coqueiros com o Rio dos Cachorros. O Porto da Alumar tem capacidade para atracação de navios de até 50 mil toneladas. É responsável pelo desembarque das matérias-primas e insumos para a produção como, por exemplo, bauxita, coque, piche, carvão e soda cáustica e, também, pelo escoamento de sua produção¹⁶. Os impactos ambientais causados pelo tráfego intenso de navios de grande calado, pelos processos de dragagem do canal (que são necessários para manter a profundidade) e da possível descarga de dejetos e água de lastro, podem estar ocasionando a diminuição do pescado na região, com o desaparecimento de algumas espécies de peixes que frequentavam o estuário, configurando-se como primeiro sintoma do desequilíbrio ambiental observado nos relatos dos moradores.

16. Informações retiradas da página da Alumar/Alcoa na internet: http://www.alumar.com.br/Institucional/Internas.asp?Sessao=Porto&SubSessao=0&Lang=pt_Br, consultado em 20/01/2010.

Em entrevista com Beto do Taim, conhecida liderança comunitária da região, foi levantada a questão sobre as formas de dragagem e como este procedimento perturba o equilíbrio ambiental. A dragagem do canal é feita pela técnica de jateamento, no qual uma draga permanece ligada em tempo integral. Este tipo de draga move a areia através de jatos de água, eliminando o problema da disposição final do resíduo. Porém, perturbações no equilíbrio aquático podem ocorrer devido ao barulho e a vibração ocasionados pela draga, principalmente no que diz respeito à pesca. Beto do Taim mencionou como consequência a formação de croas artificiais¹⁷, ou acúmulos de sedimento, que estariam atrapalhando a pesca de um modo geral e também o transporte realizado pelos moradores da região. Comentou, também, ter obtido recentemente a informação que outra draga convencional estaria funcionando, por causa do acúmulo de sedimento no período chuvoso, tirando areia do fundo do canal e depositando o sedimento em algum lugar nas proximidades.

Ainda, segundo entrevista com Beto, o assoreamento de um canal que permitia o acesso das comunidades para a pescaria a leste da baía de São Marcos, no momento de instalação da fábrica da Alumar, acarretou uma diminuição na rentabilidade destes pescadores. Antigamente eram gastos 40 minutos com o transporte de canoa do rio dos Cachorros para a ilha de Boa Razão, por meio do qual pescadores de várias comunidades saíam juntos para a pescaria. “Com o canal ‘entupido’ não passa mais canoa e eles tem que fazer outro caminho, que só pode ser feito com barco a motor, o que não é acessível para a maioria” (entrevista com Beto do Taim, realizada em 08/08/2008). Ou seja, estes pescadores perderam em capacidade de pescar na baía, onde tem maior produtividade, o que resultou em um maior esforço de pesca no rio dos Cachorros, com malhas cada vez menores com consequência na redução da produtividade pesqueira para o pessoal dos povoados a leste. Além disso, foi relatada a perda de artefatos de pesca, como redes que ficam enganchadas no fundo, devido a pouca profundidade, e acabam rasgando. Beto do Taim também relata:

17. As croas constituem superfícies fluvio-marinhas deposicionais que ficam descobertas durante as marés baixas.

Há também uma diferença de lucratividade, cerca de um terço a mais, na pescaria feita pelo pessoal de Tauá-Mirim, que tem acesso à baía, e o pessoal daquele lado do Taim, que tem que pescar nos igarapés do Rio dos Cachorros (entrevista com Beto do Taim, realizada em 08/08/2008).

6.2 Complexo Portuário de São Luís

Uma das principais e mais conhecidas obras que simbolizam o desenvolvimento econômico em São Luís é o complexo portuário, que envolve vários terminais administrados por diferentes instituições, segundo informações disponibilizadas no portal do governo do Estado do Maranhão (<http://www.ma.gov.br/>), na internet. O Plano Diretor Portuário para a região a oeste da ilha de São Luís, na baía de São Marcos, com profundidades naturais variáveis entre 17 a 23 metros, envolve a localização e disponibilidade de áreas que apresentam melhores condições para implantação de novos terminais, onde já está em funcionamento o complexo portuário de São Luís.

O Porto do Itaqui, Administrado pela Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), situado na margem leste da baía de São Marcos, ao sul da Ponta da Madeira, limitado em frente pela ilha de Guarapina, é conhecido como um dos portos com maior capacidade de atracamento de navios de grande porte do mundo.

O Complexo Portuário da Ponta da Madeira é de propriedade da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atualmente conhecida apenas como Vale; está localizado na margem da baía de São Marcos, em torno da Ponta da Madeira e permite atracação de navios de até 26 metros de calado e faz parte do complexo portuário de São Luís.

Já o Porto da Alumar, porto particular instalado fora da área do complexo, é operado pelo Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR), localizado na baía de São Marcos, a oeste da ilha de São Luís, distando 10 km ao sul do Porto do Itaqui, na confluência do Rio dos Cachorros com o Estreito dos Coqueiros. Este é o referido porto que pode estar diretamente ligado à diminuição na produtividade pesqueira na região.

Outro, com características peculiares, é o Terminal de Pesca de Porto Grande, de propriedade do IBAMA, arrendado pela EMAP para a EMPAF (Empresa de Armazenagem Frigorífica Ltda.), que faz beneficiamento de pescado, situado no estreito dos coqueiros a 10 km ao sul do Porto do Itaqui e 2 km do Porto da Alumar, com 110 metros de cais. Este terminal fica dentro do povoado de Porto Grande, uma das dez comunidades da RESEX.

Existe ainda na região o Terminal de Ferry Boat da Ponta da Espera, que está situado a nordeste da Ponta da Madeira, limitando-se com a Praia do Boqueirão, e o Terminal de Sinalização Náutica do Norte na Ponta da Espera, que serve para permitir a operação do Píer I do Complexo Portuário da Ponta da Madeira, da Vale. Para navios de grande calado houve balizamento de extenso canal de acesso com 100 km, permitindo desse modo a aproximação segura dos navios até o porto, oferecendo suporte às atividades de polícia naval e de manutenção do sistema de balizamento, operado pelo serviço de sinalização náutica do norte, da Marinha Brasileira.

6.3 A Vale

A própria Companhia Vale do Rio Doce, a Vale, também tem suas instalações nas imediações da Resex, nas quais é feito o transporte do minério da ferrovia até seu porto. Podemos observar a fuligem vermelha que altera a coloração da vegetação nos arredores das instalações, além das reclamações mencionadas pelos moradores da região. A Vale se identifica como uma mineradora pioneira, que produz e comercializa minério de ferro, pelotas, níquel, concentrado de cobre, carvão, bauxita, alumina, alumínio, potássio, caulim, manganês e ferroligas. Possui foco no crescimento e diversificação de suas atividades de mineração através de tecnologias nos cinco continentes. A empresa foi fundada em 1942, pelo governo brasileiro, tendo sido privatizada no ano de 1997.

A degradação causada pela empresa é relatada pelos moradores da região:

Certo, aí eu me lembro que quando começou a vir, por exemplo, a ferrovia¹⁸, que no caso vocês passam pela linha de trem, foi que começou, no nosso entendimento, a primeira degradação ambiental, porque os rios já começavam a descer, quando chovia, e já entupiam algumas nascentes. Já começava a haver o que meu pai chamava (e que até hoje eu não entendo e queria até entender, assim, com uma pessoa experiente, um técnico), eu me lembro quando ele dizia 'meu Deus o rio está cheio de catarrosa, estão acabando com os rios!'. Meu pai, meu avô já reclamavam isso. Iam tomar banho aquela nata, aquele ferro, aquele negócio que a gente acredita que era da estrada de ferro, já começava a degradar os rios [...]. E, fora isso, tem a poluição sonora dos trens, aqui nós não somos muito atingidos, mas a comunidade de Vila Maranhão é. A gente tem ouvido, agora, pessoas reclamando muito sobre isso, nas audiências, você vai às reuniões, é muito grande o número de pessoas que moram bem próximo e não suportam de madrugada, a qualquer hora, tem esses apitos dos trens que incomodam muito, principalmente os mais idosos. Enfim, isso sem falar no descaso de todo o poder público, tanto municipal quanto estadual (Entrevista com D. Máxima realizada em 24/05/2008).

6.4 A fábrica da Brahma

A fábrica de cerveja da antiga Brahma, atual Ambev (Companhia de Bebidas das Américas), é instalada nas margens da rodovia, que também tem proximidade com a Resex. A população se queixa do despejamento de levedura na água:

Enfim, diminuiu o pescado também, e depois veio a instalação da Brahma, que fica lá próximo da comunidade Pedrinhas, e que também de certa forma coloca alguns dejetos (que chama de cevada) dentro do rio, com isso os peixes vieram a morrer. Depois veio a instalação do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, que fica próximo daqui também, e

18. A ferrovia citada por D. Máxima, é a Estrada de Ferro Carajás, por onde é escoada a produção de minério da Vale, é fruto do Programa Grande Carajás (PGC), que liga a Serra dos Carajás, no Estado do Pará, até o Porto de Itaqui, em São Luís, no Estado do Maranhão (MENDONÇA, 2006).

da comunidade de Colier, lá tem um esgoto a céu aberto que coloca direto no Rio Bortura, que era um rio muito bonito, que a comunidade está sempre denunciando de que esse problema existe há bastante tempo e que órgãos, nenhum toma providências, porque todas as empresas têm a licença, então, isso impossibilita de que elas sejam fechadas, isso é um grande problema (Entrevista com D. Máxima realizada em 24/05/2008).

6.5 A Mineração e outros Pequenos Empreendimentos

Em relação à extração mineral na área da RESEX, em julho de 2008 foi publicada uma reportagem na revista *Imóvel*, uma publicação da PGS Comunicação, cujo diretor é Pedro Salgueiro, sobre a extração de areia em São Luís e sobre como o controle dessa atividade está mais rigoroso. A reportagem diz que, a partir da data de sua publicação, conforme assinatura do Decreto Municipal 34.808, as empresas somente podem extrair o produto com a licença formal da prefeitura, da Secretaria de Meio Ambiente e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPN). Antes do ano de 2001, a prática ocorria de forma aleatória, mas começou a se estruturar com esforço de órgãos diretamente ligados a esse tipo de trabalho. Segundo o geólogo Thiago Vieira Moreira, presidente da Associação dos Mineradores de Agregados Minerais do Maranhão (AMAM), a areia é extraída no município de São Luís na zona rural do Rio dos Cachorros, que agora é terreno oficial de exploração mineral de areia, laterita, barro e pedra, para uso na construção civil. Comenta que, com a legalização, exploradores clandestinos ficarão impossibilitados de atuar na área: “A atividade tende a se tornar sustentável, a fiscalização das áreas de exploração de areia está mais rigorosa em São Luís”. Na reportagem, o geólogo afirma também que: “sendo extraída de forma técnica a zona rural do Rio dos Cachorros terá vida útil de cem anos para extração de areia. No entanto, com o avanço desordenado da população e a invasão da área, há probabilidade de que essa vida útil venha a ser reduzida”.

Nessa reportagem, percebemos a importância da extração mineral nos arredores e mesmo dentro da Reserva Extrativista. Algumas fa-

mílias ainda estão envolvidas na extração mineral diretamente, tirando pedra e areia do seu quintal, ou seus membros são empregados em alguma empresa. Porém, têm a percepção de que a atividade é insustentável ambientalmente e se preocupam com atividades substitutas a esta. O próprio plano de manejo da Resex provavelmente contemplará a delimitação de quais atividades serão permitidas dentro da área. Dona Máxima aponta para o problema da extração mineral:

A gente tem aqui atividade de extração de pedras e areia, mas a gente sabe que esses recursos não são renováveis, eles vão acabar e nós já estamos discutindo aqui de que forma que vai se viver. Se a gente quer se manter aqui, na nossa localidade, ninguém quer sair daqui, e vamos viver do quê? Se a pedra vai acabar, né? É, também, uma atividade que degrada o meio ambiente... Temos, também, a extração da pedra que é uma atividade dessa região, a extração de areia, que essa região aqui é que abastece toda construção civil de São Luís. É um grande problema, mas também que atinge diretamente as comunidades; enfim, são muitos os problemas ambientais (entrevista realizada em 24/05/2008).

Outra questão de suma importância na qualidade ambiental da área é a fumaça negra expelida de chaminés baixas e sem filtro de olarias da região. A reclamação vem dos próprios moradores, que disseram já ter reclamado para a empresa de que o ar estava ficando poluído e causando problemas respiratórios e nos olhos.

Alguns moradores também denunciam a existência de matadouros de gado bovino que despejam sangue no Igarapé Santa Rita, no povoado do Rio dos Cachorros,

o cheiro é insuportável e o peixe já é pescado podre [...] aí vem alguns matadouros, os matadouros que antes eram clandestinos, agora não são porque conseguiram regularização e com isso colocam também o sangue dentro do igarapé de Santa Rita, esse sim nos atinge aqui diretamente na comunidade de Rio dos Cachorros. O peixe acaba não servindo mais para alimentar porque como comem muito sangue – eles dizem que esse sangue é passado por um processo e isso está dentro do projeto que eles apresentaram pa-

ra Secretaria (Municipal de Meio Ambiente). Mas, os pescadores daqui atestam que quando chega à noite, de madrugada, que não tem ninguém lá fiscalizando, eles estão colocando sangue é direto no rio, aí vem os bagres e as tainhas que morrem constantemente. Às vezes eles são pescados, mas não dá para comer porque ele tem um cheiro muito ruim. A gente acabou até perdendo a fama de alguém querer comer o peixe aqui do Rio dos Cachorros, por conta disso, então são vários problemas muitos problemas ambientais, mesmo (Entrevista com D. Máxima realizada em 24/05/2008).

6.6 Empreendimentos previstos



São Luís está no mapa da siderurgia nacional, principalmente pela presença estratégica da ferrovia que liga o município às grandes minas de ferro do sudeste do Para e do Complexo Portuário, o que confere uma enorme facilidade no escoamento da produção. Vários empreendimentos na área da siderurgia estão programados para ser instalados na ilha do Maranhão ou nas proximidades. Termoelétricas que gerarão energia para os empreendimentos estão em processo de licenciamento avançado pelos órgãos ambientais competentes e uma encontra-se em fase de construção. O debate sobre até que ponto a ilha - com suas fragilidades ambientais inerentes - suportará estes impactos e qual o reflexo no modo de vida das populações tradicionais e até mesmo nos moradores dos centros urbanos está em aberto.

8 Conclusão

As comunidades localizadas na área prevista para a RESEX de Tauá-Mirim têm se conscientizado da necessidade da conservação e os problemas do lixo e esgoto doméstico podem ser alvo de políticas públicas, como, por exemplo, projetos de saneamento básico e educação ambiental. O corte de mangue, para lenha e carvão, já não é tão expressivo como outrora e terá que ser eliminado no momento de consolidação da Reserva assim como a extração de pedra e areia. Terão que se criar alternativas econômicas para sua substituição, como, por exemplo, a venda de artesanatos e produtos agro-extrativistas com valor agregado, além da recuperação e fortalecimento da pesca em longo prazo.

Pela necessidade de uma relação íntima com a natureza, se não houvesse o manguezal não haveria peixes. Por se tratar de uma comunidade de pescadores artesanais, consequentemente, não haveria pessoas naquela área, provavelmente estariam nas periferias urbanas. Por isso, a importância se de olhar com cuidado para estas populações que vivem na zona rural de São Luís. Porém, o mais difícil é a luta contra os grandes projetos de desenvolvimento, pois nelas sempre há um forte peso na balança do lado financeiro, do desenvolvimento da economia nacional; em detrimento do lado mais vulnerável, da natureza e das populações tradicionais, que, em boa medida, têm buscado resistir e garantir seu modo de vida.

Fotos: Elena Steinhorst

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. In: **Travessia**. maio/agosto, 1996. p. 30-35.
- ALVES, Elio de Jesus Pantoja; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. Projetos de Desenvolvimento, Impactos Sócio-Ambientais e a Reserva Extrativista do Taim. In: **Ciências Humanas em Revista**. Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas. São Luís, 2007. v. 5 Número Especial. Semestral. pp. 29-40.
- BRASIL. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000). 5ª ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.
- CHAMY, Paula. **Reservas Extrativistas Marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum**. (PROCAM/NUPAUB/ USP), apresentado no “The Commons in an Age of Global Transition: Challenges, Risks and Opportunities,” the Tenth Conference of the International Association for the Study of Common Property, Oaxaca, Mexico (Ago2004). Disponível em http://dlc.dlib.indiana.edu/archive/00001358/00/Chamy_Reservas_040511_Paper233.pdf, consultado em 26/08/2007.
- ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **Do ‘Manso’ ao Guardião da Floresta: Estudo do Processo de Transformação Social do Sistema Seringal, a partir do caso da Reserva Extrativista Chico Mendes**. Seropédica: Pós Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da UFRRJ, 1999. Tese de Doutorado.
- FERNANDES, Marcus E. B. (Org.). **Os Manguezais da Costa Norte Brasileira**. Maranhão: Fundação Rio Bacanga, 2003.
- GASPAR, Rafael Bezerra. **O Taim e a criação da Reserva Extrativista: Um estudo sobre as relações entre sociedade e ambiente**. São Luís: Curso de Graduação em Ciências Sociais UFMA, 2007. Monografia
- IBAMA/CNPT-MA. **Laudo Sócio-Econômico e Biológico para a Criação da Reserva Extrativista do Taim**. São Luís: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - Maranhão, 2006. Mimeo.

IBAMA/CNPT-MA. **Laudo Sócio-Econômico e Biológico para a Criação da Reserva Extrativista do Taim**. São Luís: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - Maranhão, 2007. Mimeo.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. **Cajueiro: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço**. Monografia de graduação em Ciências Sociais. São Luís: UFMA, 2006.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

SOUSA, Márcio Ribeiro de Jesus. **Comunidade de Peixes como indicador de qualidade ambiental na área de influência da indústria Alumar, Ilha de São Luís-MA**. São Luís: Curso de Graduação em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Maranhão, 2003. Monografia

SOUZA-FILHO, Pedro Walfir Martins. Costa de Manguezais de Macromaré da Amazônia: Cenários Morfológicos, Mapeamento e Quantificação de Áreas Usando Dados de Sensores Remotos. In: **Revista Brasileira de Geofísica**, 23(4): 427-435, 2005.

TEIXEIRA, Cristina. O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a “naturalização” do social. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 20 n. 59, outubro de 2005.

Revistas

Revista Imóvel, uma publicação da PGS Comunicação. Dir. Pedro Salgueiro. São Luís, jul. 2008.

Internet

www.alumar.com.br, consultado em 20/11/2010.

http://www.alumar.com.br/Institucional/Internas.asp?Sessao=Porto&SubSessao=0&Lang=pt_Br, consultado em 20/11/2010.

www.ma.gov.br, consultado em 20/11/2010.

www.vale.com, consultado em 20/11/2010.

6

Formas de apropriação dos espaços e recursos naturais e relações de sociabilidade na comunidade Taim, São Luís – MA¹

Sislene Costa da Silva

1 Introdução

Neste artigo, apresento informações referentes tanto a formas de apropriação dos espaços e recursos naturais na comunidade² Taim quanto às relações de sociabilidade desta, enfocando as trocas, enquanto processos dinamizadores de relações cotidianas intracomunidade e desta com comunidades vizinhas. Destaco que as informações apresentadas baseiam-se em observações diretas realizadas durante idas ao Taim em ocasiões diversas, em entrevistas semi-estruturadas, documentos oficiais e conversas informais. As observações e entrevistas na comunidade deram-se entre março de 2007 e fevereiro de 2009.

O artigo está organizado em três partes, que se apresentam em forma descritiva. A partir da descrição etnográfica abordo questões

1. Apresentam-se, aqui, resultados obtidos na dissertação de mestrado “Filhos do Taim: estratégias para defesa e uso de um território”, defendida em 2009, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão.

2. Utilizo a categoria comunidade em uma apropriação da forma como os moradores do Taim referem-se a si mesmos enquanto grupo social.

referentes aos espaços e recursos naturais e às relações de sociabilidade mediadas pelas trocas. Na primeira parte deste trabalho, aponto algumas características referentes à localização da comunidade estudada. Na segunda parte, mostro como os espaços e recursos naturais são apropriados pelas unidades familiares ou grupos domésticos³ através da modalidade de propriedade comunal. As formas de manejo e os usos dos recursos provenientes de cada espaço, da terra ou dos espaços hídricos, também são salientados. Na parte final deste artigo, retrato as relações de sociabilidade fundadas a partir das trocas entre indivíduos, grupos voltados para indivíduos, grupos voltados para a coletividade, entre comunidades. Essas trocas são marcadas por certa simetria ou são assimétricas. No primeiro caso, referem-se às permutas em que o bem trocado é da mesma natureza; por exemplo, um alimento é trocado por outro, ou o trabalho na roça de um vizinho é retribuído igualmente por trabalho na roça. No segundo caso, não há necessariamente a troca de um bem por outro da mesma natureza, o que se cambia é a obrigação moral de colaborar quando solicitado ou não. São relações baseadas em ligações personalizadas que implicam na constituição e/ou reforço de vínculos de amizade, parentesco, compadrio, vizinhança; apresentam-se como prestações realizadas na modalidade de troca-dádiva (MAUSS, 2003) e estão presentes nas mais diversas instituições religiosas, jurídicas, morais, econômicas etc.

2 A Comunidade do Taim

A comunidade do Taim está localizada na porção Sudoeste da Ilha do Maranhão, voltada para a baía de São Marcos; pertence à região denominada Golfão Maranhense, acidente geográfico mais importante

3. Utilizo os conceitos de unidade familiar ou grupo doméstico, no decorrer desse estudo, tal qual Andrade (1999), para indicar unidade de produção camponesa, referente a uma casa, que se constitui pela família nuclear e adotados. No caso do Taim, os adotados podem ser parentes ligados consangüíneamente a um dos elementos do casal ou não. A produção dessas unidades baseia-se no trabalho familiar e, esporadicamente, na compra ou venda do trabalho de/a terceiros.

do litoral do estado do Maranhão (IBAMA/CNPT – MA, 2006). Esta região pertence ao grupo de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade nas zonas costeiras e marinhas (IBAMA/CNPT – MA, 2006 e 2007). Em relação ao Centro de São Luís, o Taim está a 37 Km.

Com uma área total, oficialmente reconhecida, de 86,73 hectares (MARANHÃO, 2002), o Taim apresenta uma variedade de ecossistemas como mangue, brejo e capoeira. Associadas a esses ecossistemas, encontram-se diversas espécies vegetais e animais, como: juçaraís, buri-tizaís, bacurizaís, cajueiros, muricizaís, crustáceos, peixes, mamíferos aquáticos (peixe-boi marinho e o boto comum ou tucuxi) etc (IBAMA/CNPT – MA, 2006 e 2007). O rio que banha essa comunidade chama-se Rio dos Cachorros e sofre forte influência do mar.

Quanto ao aspecto humano, a comunidade apresenta em torno de 100 famílias residentes, algumas compostas por descendentes dos seus fundadores. As memórias sobre a fundação da comunidade remontam ao século XIX e relacionam seu processo de ocupação a dois momentos: o primeiro, denominado de *povoamento*, destaca a presença na área de africanos, indígenas e até ordens religiosas; e o segundo, chamado de *repovoamento*, registra a fixação de famílias de pescadores vindas do interior do Maranhão. Algumas famílias atuais são compostas por descendentes desses pescadores.

3 Formas de apropriação dos espaços e recursos naturais

A área referente ao povoado Taim apresenta as seguintes características: relevo plano, suave ondulado e ondulado; floresta tropical subperenifólia dicótilo-palmácea com ocorrência de babaçu e outras espécies nativas; igarapés, “olhos-d’água”, brejos; faixa litorânea coberta por manguezais (MARANHÃO, 2002) e margeada pelo Rio dos Cachorros. É nesse espaço, entre recursos da terra e hidrográficos, que a comunidade apropria-se do território e lhe dá sentido.

Conforme Diegues (2001), a forma de apropriação do espaço físico pode ser caracterizada como de propriedade comum, comunal ou comunitária, entendida como sistema de apropriação coletiva de espaços e recursos naturais em associação com os espaços de uso mais individual das unidades familiares. Enfatiza-se ainda que o uso co-

munal de determinados espaços e recursos naturais caracteriza-se por meio do extrativismo vegetal (cipós, fibras, ervas medicinais da floresta), do extrativismo animal (caça e pesca) e da agricultura itinerante de pequeno porte (DIEGUES, 1996). Os espaços apropriados individualmente pelas unidades familiares seriam a habitação familiar, os quintais, as hortas etc. Permeando essas formas de apropriação territorial estaria uma extensa teia de relações familiares, de compadrio, ajuda mútua, normas e valores sociais baseados na solidariedade intergrupal.

Os espaços de uso comum no Taim são a mata, os brejos, mangues, poços e rios e; os espaços de uso individual ou doméstico correspondem aos quintais e roças familiares. Os recursos explorados são de origem animal (sobretudo a pesca e bem pouca caça), vegetal (cipós, madeira, palhas, ervas medicinais, frutas etc) e mineral (principalmente pedra). Os espaços das roças, da pesca e da extração de outros recursos oscilam entre o Taim e Limoeiro (comunidade que se limita a Leste com o Taim), localidades cujos grupos domésticos possuem relações de parentesco. A pesca também costuma ser realizada nas ilhas de Boa Razão e do Caranguejo.

Os quintais são as áreas que ficam geralmente atrás das casas, mas algumas famílias costumam se referir a espaços ao lado das casas como quintais. Apresentam um banheiro (lugar onde se toma banho ou se lava roupa e que fica, costumeiramente, na parte de trás da casa); uma sentina (local das necessidades fisiológicas, fica um pouco mais afastado da casa que o banheiro); canteiros (horta suspensa ou localizada no chão, nesse último caso recebe a denominação de leira), geralmente cultivados pelas mulheres com ervas medicinais ou hortaliças; árvores frutíferas. Alguns quintais ainda concentram roças, entretanto ficam um pouco mais afastadas das outras benfeitorias e mais próximas da mata. Criações de galinhas e, em menor quantidade, de patos também podem ser encontrados nesses lugares. Esses animais são criados soltos e costumam circular entre os quintais vizinhos, alimentando-se de sobras de comidas. Os moradores relatam que há uns sete ou oito anos também criavam porcos, que costumavam ficar soltos e destruir algumas roças, gerando desentendimentos entre vizinhos. Por isso, chegaram a um acordo pa-

ra não mais criá-los. Aqueles que desejassem manter a criação desses animais deveriam criá-los presos.

Em relação aos quintais, é importante destacar ainda que concentram uma grande variedade de árvores frutíferas (banana, jaca, caju, juçara⁴, manga, pitomba, azeitona roxa etc). Essas árvores são plantadas para auxiliar na alimentação das crianças. Apesar de alguns moradores ressaltarem que a plantação de árvores frutíferas nos quintais é uma prática mais recente, alguns relatos informam que muitos dos juçarais localizados em brejos e próximos aos poços foram plantados pelos moradores mais antigos. D. Maria da Purificação, conhecida como Mariazinha (entrevista realizada em 20/06/2008), uma das moradoras mais velhas do Taim, relembra que seu marido costumava plantar juçara nos brejos e dizia: “se eu não beber, meus filhos bebem”. Os pés de juçara plantados nos quintais ficam geralmente próximos ao banheiro para aproveitar a água utilizada naquele recinto que corre pela terra. Outra moradora acentua que a juçara que consomem hoje foi plantada por seu filho quando criança:

Olha, meu filho plantou, nesse tempo cada um aqui não tinha o seu pedaço⁵, né. Hoje tá com a divisa. (...) Nilsinho plantou um caroço de juçara,... umas vinte a trinta juçareiras que já bota. Tá com uns cinco anos ou mais que nós toma essa juçara. Nós panha mais de três latas, umas cinco latas de juçara a gente panha. (...) Só que a juçara não foi plantada no nosso quintal [nesse momento D. Maria fala sobre quando plantavam juçara nos brejos, que eram de uso comum] porque nessa época ainda não tinha quem era quem... tinha o poço ali, Nilsinho começou a botar caroço de juçara, botava assim aqueles montes. (...) E ele era pequeno quando começou a botar ali... (entrevista com Maria da Conceição realizada em 18/06/2008).

4. No Maranhão, denomina-se juçara a uma palmácea que é da mesma família do açaí, mais conhecido nacionalmente.

5. Referência ao fato da área da comunidade ter sido loteada pelo ITERMA (Instituto de Terras do Maranhão), o que ocorreu em 1996, convertendo-a em um “assentamento rural”.

Trocas e/ou doações de sementes entre vizinhos e parentes fazem parte do processo de diversificação e disseminação de espécies vegetais na comunidade.

Descola (2000) argumenta que alguns trabalhos de ecologia histórica mostram a influência do homem na difusão de algumas espécies vegetais. Na Amazônia, por exemplo, algumas espécies introduzidas pelo homem teriam influenciado na distribuição e na demografia das espécies animais que deles se alimentam, de tal modo, que a natureza amazônica seria muito pouco natural, podendo ser considerada, portanto, o produto cultural de uma manipulação muito antiga da fauna e da flora.

As formas de manejo supracitadas contribuem, ainda, para a conservação de ecossistemas, na medida em que asseguram uso adequado e sustentável dos recursos naturais (DIEGUES, 1996).

Outro espaço manipulado de forma coletiva é a mata. Desse espaço, os moradores retiram madeira para “envarar”⁶ as casas, para construir cercas, para fazer o mastro das festas de santo, para fazer carvão para consumo próprio e venda na comunidade e também para a venda em padarias da zona urbana. Extraem, ainda, ervas medicinais. Na mata, geralmente em áreas próximas às residências, são escolhidos alguns pedaços de terra para fazerem as roças, isto é, plantações de culturas voltadas para o consumo de certos grupos domésticos. Alguns grupos domésticos plantam nas terras de parentes no Limoeiro. Os cultivos são feitos no sistema roça no toco consorciada, com as culturas de mandioca, milho e feijão (plantadas no inverno⁷, nos meses de dezembro e janeiro), e sistema roça no toco solteira, com a cultura da mandioca (plantada no verão, de julho a outubro). Em consórcio com as culturas da roça, plantam também melancia, fava, abóbora, melão, pepino, quiabo, maxixe e tomate (MARANHÃO, 2000). A força de trabalho empregada nas roças é familiar e manual. A aquisição de mão-de-obra para essa atividade também se dá atra-

6. Montar a estrutura que vai permitir a sustentação do barro nas casas de taipa.

7. No Maranhão, o que se chama de inverno corresponde à estação chuvosa, que começa, normalmente, em dezembro e vai até junho, e verão, à estação seca, de julho a novembro.

vés da troca de *diárias*, *mutirão* e/ou contratação de terceiros (*empreita* ou *pagamento de diária*). Mesmo nos grupos domésticos que possuem integrantes que realizam trabalhos assalariados, estes costumam ajudar na roça.

O trabalho na roça segue as seguintes etapas de cultivo: preparo da área (aceiro, roço, derruba, queima, corte e encoivramento), plantio (geralmente o plantio é feito duas vezes ao ano) e capina (realizada conforme a necessidade de manutenção de limpeza das roças), colheita e beneficiamento (no caso da mandioca que é transformada em farinha d'água ou farinha seca). Nas etapas de cultivo mencionadas, as mulheres ficam com o trabalho do plantio e capina, mas isso não quer dizer que não possam participar das outras etapas. As demais etapas são realizadas pelos homens. Sobre a divisão do trabalho, a moradora relata:

O homem, só ele, roça. O homem cava. A mulher planta. Os dois capinam, os dois colhem. Na hora de fazer a farinha vão os dois. Ele vai mexer a farinha. A mulher, uma sabe peneirar na peneira mesmo, sabe espremer, sabe botar no catitu⁸. A gente sabe. (entrevista com Maria da Conceição realizada em 18/06/2008).

Desde que a comunidade recebeu o título de assentamento, alguns projetos de órgãos estatais ou não governamentais têm sido desenvolvidos na área, como o curso de Permacultura (enriquecimento de quintais) realizado pela ONG PLAN⁹ que, segundo os moradores, incentivou-os a produzir novas culturas que não faziam parte de seus hábitos alimentares como couve, cenoura, berinjela, alface; e verduras que não conheciam, como a abobrinha, o que diversificou a sua alimentação. Todavia, manter o cultivo dessas culturas torna-se difícil, uma vez que, depois que o projeto terminou de ser executado, o

8. Espécie de roda a motor que mói a mandioca.

9. ONG internacional que, no Brasil, atua em Pernambuco e no Maranhão com projetos voltados para a promoção dos direitos por meio da comunicação, prevenção à violência infanto-juvenil, erradicação do trabalho infantil, da prevenção da violência contra a mulher, e do fortalecimento de organizações comunitárias de base (fonte: www.portonacional.to.go.br).

acesso às sementes cessa gradativamente. E como os lavradores não têm condição de comprar sementes, muitas vezes deixam de lado os cultivos aprendidos e voltam às culturas tradicionais, cuja etapa de domesticação de espécies e produção de sementes dominam.

No Taim, uma atividade que contribui para o empobrecimento do solo é a extração de pedras e areia, comercializadas para a construção civil. Relatos de representantes comunitários associam o aumento da extração desse recurso à diminuição de pescados no rio dos Cachorros causada pela descarga de resíduos industriais provenientes da Alumar¹⁰ e de outros empreendimentos industriais, restringindo as possibilidades de obtenção de alimentação e renda dos moradores. Algumas áreas que se encontram degradadas ou em estado de capoeira sofreram o processo de extração de pedras ou areia. Em alguns casos as pedreiras são abertas no próprio quintal de uma unidade familiar. Alguns relatos ainda associam a extração desse recurso a situações de emergência em que a unidade familiar precisa de uma renda mais imediata para prover alguma necessidade. Nesse caso, extraem a pedra e a trocam por alimentos no comércio local ou vendem para empresas da construção civil.

A extração mineral, contudo, já foi mais intensa, empregando, inclusive, a mão-de-obra feminina que realizava a atividade de quebra das pedras. Atualmente, é uma atividade que envolve menos gente do grupo, cuja força de trabalho é manual e exclusivamente masculina. E algumas áreas de cratera causadas por pedreiras estão em processo de recuperação. D. Claudia destaca que seu terreno era bastante degradado por ter sido uma pedreira, no entanto, ela começou a jogar entulho (palhas, resto de mato cortado) na cratera e agora já consegue plantar muita coisa nela, ao que acentua “o terreno quem faz é o dono” (entrevista realizada em 25/06/2008).

O relato acima mostra que alguns moradores vão buscando maneiras de reverter situações de degradação ambiental quando percebem que aquela dada situação pode interferir na sua própria reprodução social. No caso citado, o que está em jogo é a necessidade de

10. Indústria de produção de alumina e alumínio, instalada na área na década de 1980.

um pedaço de terra para a lavoura, atividade importante para a reprodução social da unidade familiar. O fato de manipularem a terra tentando recuperá-la, ou seja, tentando fazer com que uma área cheia de buracos volte a ser plana e fértil, remete aos estudos que mostram como a natureza é uma construção humana na medida em que é “habitada, pensada, trabalhada e transformada pelo homem” (GUILLE-ESCURET apud ROUÉ MARIE, 2000).

A utilização e apropriação dos recursos hídricos no Taim concentram-se nas áreas de brejos e rios. Os brejos são ecossistemas “frequentemente formados por águas represadas, ocorrem atrás das margens dos rios, em áreas em que há depressão, sendo razoavelmente inundado” (IBAMA/CNPT-MA, 2006 e 2007). Apresenta espécies como palmeiras de juçara, buriti, bacaba cujos frutos são consumidos pelos moradores. Nas águas represadas dos brejos é comum se desenvolverem camarões e outras espécies que são pescados muitas vezes com as mãos, ou com utensílios como o *landruá* (instrumento semelhante a uma peneira feito de malha pequena que, geralmente, é introduzido debaixo de plantas aquáticas para pegar os peixes ou mariscos que ali se encontrem). No Taim, de acordo com o IBAMA/CNPT-MA (2006 e 2007), existem dez igarapés, quatro brejos grandes e vários pequenos nas margens do mangue.

Nas entrevistas, os interlocutores associam os igarapés a um espaço provedor de alimentos, de fácil acesso: “(...) igarapé tá bem aí, no dia que não tiver o que comer, vou bem aí e pego um peixe...” (entrevista com Aurora Moraes Mendes realizada em 26/06/2008). Nesses espaços e nos rios encontram-se várias espécies de peixes, como *bagre*, *tainha*, *pacamão*, *pescada*, *peixe-pedra*¹¹ e outros, além de mariscos como camarão e siri. Os relatos sobre a pesca revelam que, atualmente, essa atividade é mais praticada para consumo próprio, o que não inviabiliza a venda ou troca no povoado, quando se consegue pescar uma quantidade maior e há falta do alimento consumido, em geral, como acompanhamento do peixe ou marisco, como a farinha ou arroz. Os depoimentos sobre a pesca e a mariscagem também

11. Nomes utilizados localmente.

demonstram ter havido um comércio pesqueiro mais intenso com o centro da cidade e povoados vizinhos há uns vinte, trinta anos, o qual foi declinando à proporção que a pesca e a mariscagem foram se tornando mais difíceis. Pois, além de algumas espécies sumirem como a ostra, o sarnambi e o sururu; outras tiveram a sua produção diminuída, como é o caso do camarão, cujos relatos demonstram ter sido uma espécie abundante em rios e igarapés:

[...] nessa época, a gente pegava de... quando pegava vinte e cinco quilos de camarão, tava pegando pouco, pegava de trinta quilos, quarenta quilos. Agora depois desse movimento aí, quando a gente pega três quilos tá pegando muito. É porque eles dragaram o rio, ficou muito fundo e a zoadada de motor pra riba, pra baixo, de lancha, disso tudo (entrevista com Rodrigo das Chagas realizada em 17/02/2009).

A diminuição do pescado faz com que o pescador leve mais tempo nesta atividade e, ainda assim, pesque uma quantidade muito inferior ao que pescava quando não havia o Complexo Portuário de São Luís (também chamado, por generalização, de Complexo Portuário do Itaqui e formado pelos Porto do Itaqui, Porto da Ponta da Madeira e Porto da Alumar)¹². A maioria dos relatos associa a diminuição do pescado e o dispêndio de mais tempo na pescaria ao Complexo citado, principalmente ao porto da Alumar (localizado na confluência do Estreito do Coqueiro com o rio dos Cachorros), que é mais próximo do povoado e cuja construção, segundo os interlocutores, impactou diversos igarapés que foram e continuam sendo assoreados com os entulhos retirados no processo de dragagem¹³ do canal desse porto.

Para conservar os igarapés, os moradores evitam cortar a mata ao seu redor, pois perceberam que essa atividade prejudica a manutenção desses cursos d'água. Destacam, também, o caso de poços que

12. Complexo construído como desdobramento do Programa Grande Carajás, implantado pelos governos ditatoriais brasileiros (1964 a 1985) com o objetivo de explorar e exportar os recursos minerais (ferro, bauxita, manganês, caulim, ouro etc) da Amazônia Oriental e promover a inserção da região na dinâmica capitalista moderna (CARNEIRO, 1989, 1995 e 1997; MONTEIRO, 1995 e 1997).

13. Serviço que garante a profundidade do porto e do canal e o tráfego dos navios.

secaram devido à prática citada, que teria sido realizada por alguns de seus ascendentes. Os poços têm o seu uso regulado. Por exemplo, em alguns poços o mergulho é interdito. São feitos mutirões para mantê-los limpos. Há os poços cuja água é utilizada para banho e lavagem de roupa, por isso, são mantidos limpos; outros, cuja água é utilizada para beber e alguns poços são utilizados para deixar a mandioca de molho. Esses locais são espaços de sociabilidade, onde as mulheres encontram-se para banhar os filhos e lavar roupas.

Os homens pescam nos igarapés e rios, praticam a pesca artesanal de cabeceira com os utensílios *puçar* (espécie de rede em forma de um cone curto, presa a um aro circular e com sustentação de madeira, usada geralmente para pescar camarões), *espinhel* (várias linhas que contêm cada qual um anzol e se amarram em uma corda que fica estendida horizontalmente sobre a água) ou *caçoeira* (tipo de rede cujo tamanho da malha é feito de acordo com o tamanho do peixe que se pretende pescar). A maioria das famílias pesca para consumo próprio e vende o excedente na própria comunidade.

A extração de recursos da natureza realiza-se entre os recursos provenientes de rios e igarapés e da terra. Sr. José Reinaldo ressalta a importância da pessoa saber pescar e roçar, porque são atividades que, na sua visão, se complementam por garantirem a alimentação e ainda gerarem renda monetária que pode ser usada para suprir outras necessidades. É difícil encontrar uma unidade doméstica nessa comunidade cujos membros realizem apenas uma das atividades mencionadas, pode haver aqueles que são considerados melhores em uma atividade do que em outra, denominados, inclusive, como excelentes pescadores ou lavradores, todavia, em geral, o que existem são lavradores-pescadores-extrativistas.

Embora o Taim seja margeado por uma faixa de mangue, como já mencionado, esse não é um espaço muito acessado pelas unidades domésticas. Os representantes comunitários destacam que se trata de um espaço interdito para a retirada de madeira¹⁴.

14. Segundo Alberto Cantanhede, presidente da União de Moradores do Taim na época da pesquisa, a retirada de madeira do mangue cessou após proibição dessa atividade pelo IBAMA.

Quanto ao caranguejo, os moradores explicam que não é um recurso que faça parte da alimentação cotidiana, a sua extração está condicionada a situações especiais em que retiram para servir de tira-gosto como acompanhamento da cerveja, por exemplo, em momentos de descontração. No PDA – Taim (MARANHÃO, 2000), a explicação relatada para justificar a não incorporação do caranguejo à alimentação cotidiana refere-se a um estigma de preguiçoso àquele que retira esse recurso do mangue. No entanto, algumas narrativas associam a desvalorização desse alimento a seu baixo valor econômico. Segundo alguns pescadores, a venda do caranguejo não dá tanto lucro quanto a do peixe. Outras falas remetem a uma questão cultural, por um lado, devido a não apreciação desse alimento por ter pouca carne: “Caranguejo aqui é discriminado” justifica Sr. Jaldemir ao que D. Maria da Conceição complementa: “Quando você olha comer o caranguejo, você pensa logo ‘iche, o rapaz não tem nadinha pra comer. Tá comendo o caranguejo’. Porque é só osso” (entrevistas realizada em 18/06/2008). Por outro lado, relacionado a uma cosmovisão de que pescar marisco que anda para trás não atrai boa sorte.

Ao falarem dos espaços e recursos naturais, os moradores relatam a escassez de alguns recursos como o camarão, outrora abundante nos igarapés. Alguns atribuem essa diminuição à poluição dos rios proveniente, como já mencionado, de resíduos industriais oriundos da Alumar. Outras pessoas acham que a diminuição desse crustáceo deve-se às jazidas¹⁵ que exploram areia, que interferem nos lençóis freáticos, fazendo com que os igarapés (chamados pelos interlocutores de “mães-de-rio”) sequem. Algumas falas mencionam a matança de peixes ocasionada pelo derrame de sangue no rio dos Cachorros por um matadouro instalado nas proximidades¹⁶. Unanimidade dá-se em relação à dificuldade de pescar após a circulação de grandes embarcações nesse rio: “espanta os peixes”. Essas embarcações co-

15. A área em que se encontra a comunidade estudada apresenta diversas jazidas de exploração de areia, muitas, inclusive, clandestinas.

16. No período da pesquisa de campo, entre março de 2007 e fevereiro de 2009, o derrame de sangue por um matadouro no rio dos Cachorros apresentou-se como uma reclamação recorrente de moradores cujos povoados são margeados por esse rio.

meçaram a circular no rio utilizado pela comunidade a partir da década de 1980, quando se instalaram na área a Alumar e a Vale.

4 Relações de sociabilidade

No Taim, diversas são as ocasiões em que a socialização se dá, por exemplo, temos as relações de trabalho e econômicas (lavoura, pescaria, extração de recursos minerais e vegetais, venda ou troca de produtos nos comércios locais, entre os membros da própria comunidade e entre comunidades vizinhas); os cultos religiosos (festejos, celebrações católicas, manifestações afro-brasileiras); o lazer e o entretenimento (campeonatos de futebol, jogos de dominó entre vizinhos, tambor de crioula); e as relações políticas (assembléias de moradores, assembléias de comunidades da zona rural etc). O elemento comum que perpassa essas relações, reforçando os laços de solidariedade e confiança, apresentando um caráter voluntário e ao mesmo tempo obrigatório, gratuito e também interessado (MAUSS, 2003) é o *sistema* de prestações de bens ou serviços, fundado na reciprocidade, a que Mauss (2003), no seu estudo sobre as sociedades arcaicas¹⁷ chamou de economia da troca-dádiva.

Compreender a dádiva enquanto um sistema de obrigações paradoxais implica em romper com o modelo dicotômico da modernidade, segundo o qual a sociedade ou seria fruto de uma ação planificadora do Estado ou do movimento espontâneo do mercado. O modelo sociológico da dádiva introduz a idéia de ação social como a síntese de uma pluralidade de lógicas não redutíveis umas às outras, e muito menos às determinantes econômicas sugeridas pelos modelos teóricos liberais, que vêem o homem como um ser essencialmente egoísta que age em função de seus próprios interesses. Contrariando essa visão, surgem os maussianos com o seu entendimento de que o objetivo do mercado não é produzir o social, mas lucros. O social so-

17. Allain Caillé, um dos fundadores da revista do M.A.U.S.S. (Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais), denomina essas sociedades de primeiras em vez de arcaicas ou primitivas (2002).

mente surge sob condições específicas de doação, confiança e solidariedade, inexplicáveis pelo olhar individualista, assim como pela burocracia estatal, mas compreensíveis pela perspectiva do paradigma do dom (MARTINS, 2002).

Nas economias baseadas no dom, as trocas adquirem a dimensão pessoal e o bem, valor secundário, o que realmente importa “é a relação que se estabelece entre as pessoas; o objeto da troca é a criação de vínculos de amizade ou o surgimento de rivalidades e obrigações. A circulação de riquezas irá efetuar-se somente à margem” (MAUSS apud GRAEBER, 2002, p. 20).

Enquanto “fato social total”¹⁸, as trocas estão presentes em diferentes instituições do social, como mencionado. Aqui cabe esclarecer um pouco mais sobre o que se troca. Conforme Laburthe-Tolra e Warnier (2003), ao comentarem o *sistema* de trocas na perspectiva do Ensaio sobre a dádiva, de Mauss, troca-se tudo ou quase tudo; no entanto, destacam quatro itens que consideram bastante significativos: as palavras (saudações, por exemplo); objetos materiais (nas sociedades tradicionais o objeto dado ou retribuído é frequentemente dotado de um princípio ativo que obriga o beneficiado a levar até o fim o ciclo da reciprocidade até o princípio ativo retornar à sua origem); pessoas ou direitos sobre as pessoas (como as trocas de filhos nas sociedades tradicionais); golpes (por exemplo, a guerra, os conflitos que surgem entre vizinhos que são parceiros em diversas formas de reciprocidade).

Destacados alguns pontos das idéias de Mauss, mostrar-se-á como o *sistema* de trocas faz parte do cotidiano da comunidade do Taim e se constitui como elemento norteador de práticas de entreajudas e relações intracomunidade e entre comunidades. Portanto, as trocas tanto se dão no interior da comunidade do Taim entre seus moradores, quanto entre esta e determinadas comunidades media-

18. Abrange “1) diferentes modalidades do social (jurídica, econômica, estética, religiosa etc); 2) diferentes momentos de uma história individual (nascimento, infância, educação, adolescência, casamento etc); 3) diferentes formas de expressão, desde fenômenos fisiológicos como reflexos, secreções, desacelerações e acelerações, até categorias inconscientes e representações conscientes, individuais ou coletivas” (LÉVISTRAUSS, 2003, p. 24).

das por laços de amizade, parentesco, compadrio, vizinhança ou até mesmo alianças políticas. Reforçam e alargam os laços de sociabilidade e solidariedade entre vizinhos na comunidade e entre comunidades. Constituem-se em mecanismos de ajuda que, inclusive, podem suprir carências agrícolas, ecológicas, de mão-de-obra, de recursos humanos para a realização de atividades festivas de certas unidades familiares ou de comunidades inteiras.

Podem se apresentar na forma de prestações de serviços, doações de alimentos, trocas de produtos, ajuda em festividades de comunidades vizinhas. As prestações de serviço podem se voltar para unidades familiares ou para a comunidade como um todo.

Entre as formas de prestações de serviço mais acionadas, voltadas para unidades familiares, fundadas na reciprocidade, destacam-se as prestações voltadas para o arregimento de mão-de-obra para a lavoura ou para uma série de outras atividades, que se manifestam através da *troca de diárias* ou do *mutirão*.

A *troca de diárias* consiste em um arranjo feito entre dois lavradores, ou entre um lavrador e vários outros que entram em acordo quanto à troca de dias trabalhados. Para o lavrador que dispõe de poucos recursos monetários para a contratação de mão-de-obra, a troca de diárias apresenta-se como uma opção para viabilizar a realização do trabalho na roça em tempo hábil. Dessa forma, o trabalho na lavoura obriga que seja recompensado com trabalho semelhante que será realizado no dia combinado entre as pessoas envolvidas nessa relação. A escolha de pessoas para realizar esse tipo de trabalho baseia-se nas relações pessoais, que, inclusive, ultrapassam as fronteiras geográficas da comunidade ao recrutar pessoas de comunidades vizinhas com as quais se mantêm laços de parentesco ou de amizade. Trata-se de uma relação simétrica, pois a contraprestação é da mesma natureza que a prestação do serviço.

Nas trocas em que não há simetria entre o que é permutado, isto é, não há a obrigação de que a contraprestação seja da mesma natureza que a prestação, merece destaque o *mutirão*. Segundo Caldeira (1956), em um estudo sobre essa prática no meio rural brasileiro, trata-se de forma de auxílio mútuo, revestida de motivações de amizade, parentesco e compadrio, que ora apresenta caráter pessoal e se traduz na

prestação recíproca de toda sorte de serviços, ora grupal ou coletiva, envolvendo a maioria dos membros que formam a vizinhança.

Pode apresentar-se no modo de pequenos adjutórios prestados em diversas situações como mortes, doenças, partos, batizados, acidentes de trabalho ou envolver um número maior de pessoas que se agrupam para auxiliar na realização de diversas tarefas: derrubadas, roçadas, encoivamento, queimas, limpas, colheitas, embarramento ou cobertura de casas, etc (CALDEIRA, 1956). Esses tipos de ajuda mútua não implicam em um “reembolso” explícito, mas na obrigação moral de ficar pronto a retribuir quando a ocasião se apresentar.

No caso dos pequenos adjutórios, as relações de *ajuda* mais comuns entre pessoas se apresentam nas formas de: auxílio à mulher que deu à luz nos primeiros dias após o parto (lavagem de roupa de cama, das roupas do bebê etc); acompanhamento a pessoa idosa ao médico no centro da cidade; ajuda na cozinha; cuidados com os filhos de um vizinho, parente ou compadre enquanto este está fora de casa etc. Nesse último exemplo, recorre-se, geralmente, aos padrinhos da criança e essas formas de ajuda dão-se sobretudo entre as mulheres.

Os mutirões, quando são voltados para uma unidade doméstica ou para a comunidade, necessitam da associação de muitas pessoas. Apresentam um caráter festivo e lúdico. Em geral, esse tipo de ajuda é retribuído com feijoada e bebida pelo responsável pelo mutirão, o que acaba se configurando como um elemento atrativo de pessoas. No caso dos mutirões voltados para uma unidade doméstica destacam-se os mutirões para *tapar* ou cobrir casa com palha em que o dono da casa oferece àqueles que o ajudaram na realização do trabalho comida e bebida, o que representa uma forma de reciprocidade instantânea que, no entanto, não o libera da obrigação moral de ajudar na *tapagem* da casa de outrem. Ser generoso na oferta de alimentos e bebida durante os mutirões dá prestígio ao morador.

Mutirões voltados para ajudar morador doente, portanto, impossibilitado de trabalhar, ou em dificuldades financeiras também são comuns e podem se configurar em trabalho na roça do doente ou na realização de outra atividade para arrecadar recursos para o mesmo, como um torneio de futebol. Em relação aos torneios de futebol, recorrem muitas vezes à solidariedade de times de povoados vi-

zinhos, cujo convite para participar de torneio entre povoados pode vir acompanhado do pedido de alimentos para a doação ao morador em dificuldades ou doente. Esses torneios de futebol são marcados por dinâmicas de entreajuda que reforçam as relações de solidariedade e sociabilidade entre moradores e entre certos povoados, que sabem que podem mobilizar um ao outro consoante as necessidades de cada um.

No que concerne aos mutirões voltados para as atividades relacionadas às roças, nas etapas de beneficiamento da mandioca é comum um lavrador convidar várias pessoas para ajudá-lo em serviço de descascamento da mandioca e retribuir a ajuda com uma quantidade de farinha. O uso da casa de farinha também está condicionado a esse tipo de contraprestação, todavia há uma quantidade pré-estabelecida de farinha por saca feita que convenha ser deixada para o dono da casa como retribuição pelo uso desta.

Outro tipo de mutirão realizado no Taim consiste na realização de trabalho em benefício de toda a comunidade, por exemplo, limpeza de poços, reparação de estrada de acesso à comunidade e caminho do porto, construção de capela e de prédio da escola, trabalho em viveiro comunitário. A convocação para esse tipo de mutirão costuma ser feita durante as assembléias e celebrações católicas.

Faz parte da memória¹⁹ dos interlocutores a troca de alimentos e recursos naturais entre o Taim e comunidades vizinhas (Pindotíua, Carnaúba e Paquatíua) que remetia a uma espécie de divisão social do trabalho entre comunidades de uma região, em que a produção de um grupo complementa as necessidades alimentares do outro, assim como as condições ecológicas de cada comunidade liga as mesmas para suprir as carências de cada uma.

Nós tínhamos uma relação com as comunidades de lá, que elas eram muito mais agricultoras do que nós daqui. Nós, desse lado, erámos muito mais pescadores. Eles eram muito mais agricultores, eles não se aventuravam ir pra Boa Razão pescar,

19. Constitui-se em memória porque esse tipo de relação do Taim com as comunidades citadas foi quebrado com o deslocamento compulsório das últimas para a instalação da Alumar, na década de 1980.

eles pescavam aqui mesmo no rio, só pra completar a alimentação, mas quando era no período de fazer farinha, eles não tinham tempo nem para ir na beira do rio pescar, então nós sortíamos eles de peixe e trazíamos farinha pra cá. Além de como a área deles era maior, sempre foi maior, a gente ia lá buscar a palha, o cipó para a construção das casas daqui (entrevista com Alberto Cantanhede realizada em 24/03/2007, por Ana Caroline Pires, Maiana Roque e Rafael Gaspar²⁰).

O arranjo entre comunidades vizinhas, continua a existir entre aquelas que não foram deslocadas e possibilita, ainda, a supressão de outras necessidades. Por exemplo, na falta de maniva (parte do caule da planta da mandioca utilizado para plantio e formação de lavoura) em uma comunidade, aciona-se comunidades vizinhas para resolver o problema. Lavradores relatam que no ano de 2008, no Taim, eles não dispunham de número suficiente de maniva para todas as roças familiares e que recorreram à comunidade Bom Jardim (conforme os entrevistados, essa comunidade foi incorporada oficialmente à comunidade Porto Grande) para abastecê-los, assim como em ano anterior tiveram que recorrer a outra comunidade. Esse tipo de relação de ajuda entre comunidades reforça os laços de solidariedade e de sociabilidade e aponta para relações entre grupos sociais de determinados povoados que apresentam características de rede.

As permutas entre comunidades são bem constantes no que tange às manifestações religiosas ou culturais como festas de santo, bumba-meu-boi e tambor de Crioula. Foi possível perceber esse tipo de relação entre o Taim e as comunidades Limoeiro, Porto Grande, Rio dos Cachorros e Maracanã; no entanto esse tipo de relação pode se estender a muito mais comunidades.

As relações consistem na troca de participação nas manifestações citadas. Essa participação pode ter o objetivo de prestigiar um amigo, parente, compadre, vizinho que está diretamente envolvido na organização da manifestação, e mostrar-se disposto para qualquer ajuda; pode ser ainda para pagar uma promessa feita ao santo festeja-

20. Entrevista publicada na íntegra no Capítulo 7 deste livro.

do. Também existem os casos em que pessoas de uma comunidade participam do tambor ou bumba-meu-boi de outra, como integrante do mesmo e os *donos*²¹ de tais manifestações com os membros de sua *brincadeira*²², como contraprestação, prestigiam os eventos festivos de tal comunidade. Muitas pessoas do Taim integram o Boi de Maracanã e, em retribuição, os integrantes desse Boi realizam uma das etapas do ciclo dessa manifestação no Taim – o *Café do Boi*. O *Café do Boi* é feito no Taim há vinte anos e faz parte do ritual da *Morte do Boi* de Maracanã, que se realiza na passagem do segundo sábado para o domingo subsequente do mês de agosto. “Corresponde a uma ajuda mútua de moradores do Taim, do Maracanã e de povoados próximos para realizar a alimentação dos chamados brincantes do Boi de Maracanã antes dos mesmos seguirem para a chamada morte do boi” (GASPAR, 2007, p.39). Constitui-se em uma das ocasiões de congregação entre moradores do Taim, do Maracanã e de outros povoados. Os Moradores do Maracanã, principalmente aqueles que integram o bumba-meu-boi, costumam prestigiar o festejo de São Benedito que ocorre anualmente no Taim em uma espécie de troca de amabilidades.

As relações com a comunidade Limoeiro transcendem os momentos festivos. Por fazer fronteira com o Taim e graças a existência relações de parentesco entre seus moradores, as trocas são mais intensas e caracterizam-se por: participação no tambor de crioula do Taim de pessoas do Limoeiro, possibilidade de coleta de recursos naturais no território de ambas, *trocas de diárias*, participação e prestígio em festejos de tais comunidades etc.

As trocas com a comunidade de Porto Grande dão-se mediadas pelas manifestações culturais. Como o tambor de crioula dessa localidade tem dificuldade de encontrar pessoas na mesma que queiram integrar o grupo, integrantes do tambor do Taim compõem o tambor de Porto Grande. Em retribuição, a dona do tambor de Porto Grande e demais

21. Expressão utilizada nesses tipos de manifestação para se referir à pessoa responsável pela mesma.

22. Nome muito utilizado entre os integrantes de uma manifestação para se referir à mesma.

componentes dessa brincadeira prestigiam os festejos no Taim. Os laços entre essas comunidades dão-se devido, sobretudo, às relações de parentesco e compadrio que no momento das trocas são reforçadas.

Entre a comunidade Rio dos Cachorros e o Taim também ocorrem as trocas mediadas pela participação nos festejos, já que o tambor de crioula do Taim anima festejo de santo realizado no Rio dos Cachorros. Com exceção do Maracanã que, com exceção das relações via manifestações culturais, não foi possível investigar outras relações, as demais comunidades também possuem laços mediados por projetos políticos em comum, como a tentativa de ter um representante na câmara municipal de São Luís, a resistência aos grandes empreendimentos industriais nas adjacências etc.

Enquanto “fato social total”, as relações de troca entre as comunidades destacadas apresentam as seguintes características: caráter de entreajuda, inclusive, com características de rede²³, em que cada comunidade sabe que pode mobilizar a outra caso precise; e reforço da sociabilidade, em que nas ocasiões de visita entre comunidades se reforçam relações de amizade, parentesco, compadrio, vizinhança e se possibilitam a ampliação desses laços mediados pelos encontros que podem resultar, posteriormente, em amizades, namoros e até casamentos.

5 Considerações finais

A forma com que os moradores do Taim apropriam-se dos espaços e recursos naturais remete a um conjunto de normas construídas coletivamente e temporalmente, mas também atualizadas constantemente à proporção que observam que certo recurso indispensável à reprodução do grupo está ameaçado. As relações de sociabilidade expostas também colaboram para a manutenção de certos recursos, ao possibilitarem a troca e difusão de espécies entre unidades familiares e comunidades vizinhas.

23. Segundo Caillé (2002, p. 65), “conjunto de pessoas com quem o ato de manter relações de pessoa a pessoa, de amizade ou de camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade”.

Além disso, essas relações reforçam os laços de afetividade entre os membros da comunidade e entre comunidades que, de acordo com as necessidades de cada uma, recorrem-se mutuamente, ou seja, trocam experiências e conhecimentos, cambiam apoio moral e/ou material em casos de dificuldades enfrentadas pela comunidade como um todo ou por grupo doméstico.

As relações de sociabilidade mencionadas apontam ainda para a inserção da comunidade do Taim em uma espécie de mosaico de territórios que se interligam afetivamente (via relações de parentesco, compadrio, amizade), economicamente (através de um complexo sistema de trocas de produtos e serviços), religiosa e culturalmente (através de seus santos festejados, crenças religiosas, manifestações culturais diversas) e ecologicamente (na medida em que os recursos ambientais específicos de um dado território podem complementar as necessidades de outro).

Referências

- AQUINO, Maria José da Silva; SAN'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. Ferro, "Canga", Mangue, Conservação Ambiental e Exploração Mineral na Amazônia Brasileira. In: FERRETTI, Sergio Figueiredo; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). **Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural**. São Luís: EDUFMA, 2009. pp. 49-75.
- CAILLÉ, Alain. **Antropologia do Dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- _____. Dádiva e Associação. In: MARTINS, Paulo Henrique (Org.). **A Dádiva entre os Modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Tradução: Guilherme João de F. Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. pp. 191-205.
- CAILLÉ, Alain; GRAEBER, David. Introdução. In: MARTINS, Paulo Henrique (Org.). **A Dádiva entre os Modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Tradução: Guilherme João de F. Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. pp. 17-32.
- CALDEIRA, Clóvis. **Mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- CASTRO, Edna. Território, biodiversidade, e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, 2000. pp. 165-182.
- DIEGUES, Antonio Carlos. Repensando e Recriando Formas de Apropriação Comum dos Espaços e Recursos Naturais. In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (Orgs.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001. p. 97-124.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- DESCOLA, Philippe. Ecologia e Cosmologia. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, 2000. pp. 149-164.
- IBAMA/CNPT-MA. **Lauda Sócio-Econômico e Biológico para a Criação da Reserva Extrativista do Taim**. São Luís: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - Maranhão, 2006. Mimeo.

IBAMA/CNPT-MA. **Lauda Sócio-Econômico e Biológico para a Criação da Reserva Extrativista do Taim**. São Luís: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - Maranhão, 2007. Mimeo.

LABURTHE-TOLRA, Philippe; WARNIER, Jean-Pierre. **Etnologia – Antropologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARTINS, Paulo Henrique. Prefácio. In: MARTINS, Paulo Henrique (Org.). **A Dádiva entre os Modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Tradução: Guilherme João de F. Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. pp. 7-16.

MONTEIRO, M. A siderurgia e a produção de carvão vegetal no corredor da estrada de ferro Carajás. In COELHO, M. C. N. & COTA, R. G. (Org.). **10 Anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997. pp. 183-222.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. pp.185-294.

MARANHÃO. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) Taim**. São Luís: ITERMA, 2002.

PAULA ANDRADE, Maristela de. **Terra de Índio**: identidade étnica e conflito em terras de uso comum. São Luís : EDUFMA, 1999.

ROUÉ, Marie. Novas Perspectivas em Etnoecologia. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.).

Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC, 2000. pp. 67-79.

**Terceira Sessão:
agentes individuais
e coletivos**

7

Entrevista com Alberto Cantanhede, o Beto do Taim

Ana Caroline Pires Miranda

Maiãna Roque da Silva Maia

Rafael Bezerra Gaspar

Esta entrevista foi realizada com Alberto Cantanhede, mais conhecido como Beto do Taim, pescador, dirigente da União de Moradores do Taim, integrante do MONAPE (Movimento Nacional de Pescadores) e do GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) e residente no povoado do Taim, localizado na Zona Rural II na ilha do Maranhão, no município de São Luís. Foi realizada numa manhã de sábado, no dia 24 de março de 2007, no povoado Taim.

Pesquisadores: *A idéia da Resex do Taim parece que surgiu em contraposição ao Pólo. Fale sobre isso.*

Beto: A discussão sobre o Pólo Siderúrgico ganhou essa conotação toda já em 2005, o processo [da Reserva] já estava oficializado, depois de quase seis anos discutindo. A discussão se deu em várias comunidades, mas em níveis diferentes, né. No Taim, ela teve uma conotação maior, pelo seguinte: pela minha participação no movimento dos pescadores, o Movimento Nacional dos Pescadores, e com essa minha participação, eu tive oportunidade de estar em vários espaços aonde se discutiam os grandes projetos na Amazônia. E, aí, estavam incluídos a produção de alumínio na cadeia de alumínio, a ca-

deia do aço. Então, estávamos discutindo grandes temas, não mais a redução do peixe no rio, mas estávamos discutindo quais eram as consequências, qual era a razão disso, a raiz do problema. E nós acabamos detectando várias coisas. As comunidades, décadas passadas, anos 40, 50, tiveram uma participação muito ativa no desflorestamento do mangue, por exemplo, que era pra suprir o combustível das fábricas de São Luís nesse período. E era tanto a lenha, quanto a casca do mangue que deu um impacto negativo enorme no mangue no entorno da ilha de São Luís. E isso, nós vamos resgatar já aqui nesse período de 2000, de 1994 pra frente. Quando se chega nesses grandes projetos, aí, nós percebemos que as comunidades, com relação ao mangue, as pessoas não viviam mais disso, [porém], o produto continuava diminuindo, o peixe, as terras continuavam fracas e produzindo menos.

Pesquisadores: Desde quando isso apareceu?

Beto: O peixe, por exemplo, tem um marco do início dos anos 80, nos últimos vinte anos. Nós começamos a atribuir a partir de alguns eventos, de alguns. Por exemplo, quando a Alcoa¹ fez seu primeiro lago, era do lado de cá da BR. Os novos lagos estão do lado de lá, no Iguaraú, mas os primeiros foram feitos aqui dentro da planta da fábrica, então, estão na cabeceira de dois igarapés grandes, que é o igarapé do Andiroba e o igarapé da Ribeira, que nasce depois de Pedrinhas, mas tem afluentes, braços dele que tocam dentro da planta dela pelo outro lado, dando volta. Então, esses dois igarapés sofreram um impacto enorme nos anos 87, já pra o início dos anos 90. Vez por outra, nós percebíamos a coloração da água do rio mudar, e não conseguíamos atribuir isso a nada. A lagoa que a BR cortou também provocava isso, invernos muito fortes traziam muitos, as ervas aquáticas vinham por cima disso e com isso a água também engrossava. Nós começamos a achar que podia ser a mesma

1. O entrevistado se refere à Alumar (Consórcio Alumínio do Maranhão) que é a subsidiária local da Alcoa, grande multinacional do ramo da produção de alumínio.

coisa. Só que nesse período em que era só a chuva que trazia a água da lagoa com os arbustos, nós não tínhamos redução de peixe, ao contrário vinha muito camarão da água doce, e tínhamos uma fartura de peixe em busca do camarão. Nesse período dos anos 80, foi ao contrário, você tinha a coloração da água com o mesmo problema anterior, mas nós percebíamos a fuga dos peixes, você não tinha mais tainha, você não tinha mais. Tem um período da sardinha que ela fica de maio até outubro mais ou menos, novembro quando começa a chover, aí ela foge, mas ela fica esse período todinho, e ela engorda, ela cresce, ela reproduz, e desse período pra cá, ela deixou de fazer esse ciclo, quando ela vem, ela passa no máximo dois meses e ela não consegue ganhar tamanho, não conseguia crescer, acho que nem reproduzia mais dentro do rio e nós começamos a observar todos esses fenômenos. Ai o recurso que nós não utilizávamos muito no dia a dia, que é o caranguejo, pois não temos o hábito de consumir o caranguejo no dia a dia, mas aí percebeu-se que o tamanho dele começou a estabilizar muito. A ostra que íamos buscar muito mais por esporte: “– ah, vamos buscar a ostra para tira gosto”, então ia lá, e tira um pouco de ostra. Ostra tinha muito e hoje você não vê, são raros os igarapés, e nós percebemos, dá para atribuímos, porque nos igarapés aonde não tem essa influência de químicos, você não tem uma roça tratada com químico, não tem a vazão de um projeto desse, a gente percebe quais são os igarapés que vêm da Coca Cola, quais são os igarapés que vêm da Cervejaria Equatorial, quais são os igarapés que saem da Alcoa, esses igarapés não tem ostras, os outros ainda tem um pouco.

Pesquisadores: *Tem peixes nesses igarapés?*

Beto: Tem, mas reduziu. Por exemplo, o igarapé do Andiroba, ele era uma referência pra pescaria, quando não dava em lugar nenhum no rio, estava ruim, você ainda ia no igarapé do Andiroba, tinha um poço imenso no meio dele, e tinha muito peixe. Hoje, esse igarapé subiu o nível do fundo dele e não tem mais, ele ficou raso mesmo, até o poço desapareceu, então são coisas que estão na prática, não estão só na imaginação.

***Pesquisadores:** Quem é que estava apoiando vocês? Eram somente as comunidades?*

Beto: Nesse período, quando nós começamos a discutir os grandes projetos, nós tínhamos um grupo de pesquisadores inclusive, você tinha a professora Maristela de Paula Andrade, tinha o professor Policarpo, que contribuiu muito nessas discussões, você tinha o professor Aranha, que já faleceu.

***Pesquisadores:** E do movimento social?*

Beto: Do movimento social, você tinha a Marluze Pastor, que já tinha formação de Agronomia e era coordenadora da Tijupá, que depois virou Fórum Carajás. Tinha a Helena Heluy, que debatia, discutia, participava conosco, apesar da formação dela ser mais jurídica, mas participava. Tinha Ademar Pinheiro, o professor Nascimento de Moraes, você tinha um grupo de estudiosos por trás das discussões, produzindo documentos para nós. E, aí, nós íamos para a prática, havia um estudo que nos baseamos nas consequências do Pólo Siderúrgico de Camaçari, do Pólo Siderúrgico de Volta Redonda, do Complexo Industrial de São Paulo. E nós começamos a discutir com base nisso, que formas, as formas de enfrentamento, e se começou, por exemplo, a discutir os certificados do produto, a Alcoa tem “n” certificados internacionais, de reconhecimento do produto, inclusive o que reconhece a boa relação com a comunidade, o cuidado com o meio ambiente, todos são prêmios que agregam valor ao produto deles, então nós começamos a questionar. Porque qual é o cuidado que a Alcoa tem com o meio ambiente? Ela tem uma área que está protegida por próprio benefício dos funcionários que circulam lá, mas não tem uma influência maior nisso e é um parque privado, e eles recebem quem eles querem. Se tu é leigo e quer visitar, ótimo, eles passam o vídeo dos macacos, guaxinim que ainda circulam, para você marcar uma visita dessa, é seis meses antes. Mas na hora que você bota alguém que pode discutir o conceito da unidade, pra você questionar, aí, eles já não permitem.

Pesquisadores: E como surgiu a idéia da Reserva?

Beto: Nós iniciamos a discussão que desembocou na Reserva com a questão de incluir os jovens nesses problemas. Nós só conseguimos chegar nas pessoas acima de quarenta, assim, levar mesmo pra discussão, então, vamos tentar induzir a juventude e incluir. Então, nós fizemos vários processos de discussão com juventude, de formação, e nisso a gente começou a levantar as proposições e uma delas era, por exemplo, criar um fundo de financiamento para a atividade da pesca que era uma coisa que estava na cadeia produtiva. Então, eu, pelo movimento dos pescadores, defendia isso, o grupo do Pará também, que mora na região de Barcarena, nós defendíamos isso, vamos criar uma forma de compensação das comunidades pesqueiras que estão na cadeia do alumínio. Então, o que é que seria isso? Vamos criar um fundo do poder público pra financiar a troca de equipamentos, porque assim ao longo do tempo quando a produção vai diminuindo, a tendência é das pessoas diminuírem as malhas da rede para aumentar a produção, e era uma tendência ruim porque cada vez você capturava o peixe menor. Então, vamos inverter o processo, vamos criar, financiar equipamentos maiores para caso pegar cada vez os peixes maiores, mas isso diminuía a renda, diminuía a produção e aí tem que compensar de alguma forma e, então, o fundo iria compensar. Essa era uma proposição que chegamos a discutir com o governo municipal, inclusive. A empresa é que nunca participou, a Vale do Rio Doce nem a Alcoa nunca participaram disso. Nós fizemos seminário internacional pra isso e chamamos eles, todo mundo, o Ministério Público, o Poder Judiciário, os Poderes Executivos, a Assembléia Legislativa, teve até alguns deputados participando, mas a empresa nunca participou nem explicou porque não participava. Uma outra proposta que nós tínhamos era o Centro de Referência para que a gente acompanhasse os incidentes, a progressão de doenças, fazer exame do acúmulo no cabelo, do acúmulo de alumínio, do acúmulo permitido de alumínio no sangue a partir do cabelo. Mas não se conseguiu criar o Centro de Referência, porque a proposta era o seguinte: a sociedade civil vai ter uma participação no controle desse centro, de indicar técnico, de não deixar só que o poder público indique,

porque nós sabemos que o poder público também é manipulado pela empresa. Para você chegar e pegar um diagnóstico de um trabalhador acidentado na Alumar, você não consegue chegar. Não tem médico que dê um diagnóstico e dizer “– fulano esteve aqui, passou tal dia e o diagnóstico dele esse”. Então, começamos a dizer: “–nós vamos querer um Centro de Referência, mas que tenha uma outra postura, onde o Poder Público, a empresa mais a comunidade tenha acesso às informações e inclusive na indicação dos técnicos que irão pra lá”. Antes disso, até o governo topou a discussão. Quando chegou nessa parte, morreu a discussão. A outra questão era como potencializar o Conselho de Meio Ambiente, e nós não pensávamos no Conselho do Meio Ambiente geral do governo do Estado para discutir “n” problemas, era um Conselho pra influenciar no projeto, tinha a participação da empresa, do Poder Público e das comunidades circunvizinhas. Era a pretensão de instalar unidades de monitoramento, comprar equipamentos que pudesse monitorar a emissão e isso também não foi para frente. Então, nós partimos, assim, para outra alternativa e a quarta proposição foi criar unidade de conservação em torno dos projetos como uma forma da comunidade mostrar sua contribuição na preservação, não era no aspecto de se contrapor a qualquer projeto ou criar embaraço para o projeto, era também mudar nossa prática de usar os recursos, porque se viu o corte de manguê, a extração de pedra, a venda de madeira, que até hoje ainda acontece por falta de alternativa econômica, até hoje acontece.

***Pesquisadores:** Você visitou alguma Resex já criada?*

Beto: Eu visitei, nós visitamos aqui no Maranhão, nós visitamos a de Frechal, ficamos lá uma semana, visitei a do Maracanã no Pará, é uma reserva no município do Maracanã, no Pará. Visitei a de Alter do Chão, também no Pará, uma reserva coordenada pelo CNS, o Conselho Nacional dos Seringueiros.

***Pesquisadores:** Porque a Resex do Taim será marinha?*

Beto: Vai ser considerada marinha porque vai ter a ilha de Tauá Mirim, vai ter os rios envolvidos, então é Reserva Marinha.

***Pesquisadores:** Quando tu falas **nós visitamos** está se referindo às pessoas aqui do Taim, da Associação daqui ou não?*

Beto: Nós estivemos daqui do Taim, eu e mais quatro pessoas envolvidas alternadamente nessas visitas, agora das outras comunidades, também teve, do Porto Grande, do Rio dos Cachorros, do Cajueiro, teve pessoas envolvidas nessas visitas, então nós tivemos vários momentos de participar no processo de criação.

***Pesquisadores:** Vocês tiveram a idéia em 1998?*

Beto: Não, a idéia vem de 1996, nós fomos discutindo muito mais assim, nos espaços maiores, por exemplo, quando se reunia a paróquia, a paróquia de São José do Bonfim, a discussão a miúdo na comunidade se dá a partir de 1998. Nós começamos a ir pra o Rio dos Cachorros, Porto Grande, e dizer “– olha, isso é viável”, até o Poder Público tinha a participação. O IBAMA, por exemplo, muito mais de espectador do que de intervenção mesmo. Quando chega em 2003 que o processo é finalmente oficializado, eles mandam os técnicos para fazerem o estudo biológico, socioeconômico e tem todos os passos dados para até chegar na audiência pública em 2006.

***Pesquisadores:** Tinha alguém do movimento social com vocês no processo de oficialização da Resex?*

Beto: Tinha a Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos, tinha a própria FETAEMA, com técnicos, o Fórum Carajás, a Tijupá, então tinha vários atores que se envolveram, inclusive na divulgação. Eu participei várias vezes em programas que a Tijupá tem todo domingo, que é “O Homem e Terra”². Eu fui alguns momentos pra lá pra falar desse processo, dessa proposta.

***Pesquisadores:** Como que vocês chegaram à conclusão de que seria uma reserva extrativista?*

Beto: Para chegar na Reserva Extrativista mesmo não demorou muito tempo. Nós começamos a pensar nela meio pingada a discussão em

2. Programa radiofônico difundido pela Radio Educadora, de São Luís.

1996, e começamos a aprofundá-la em 1998. Mas quando começamos a aprofundá-la em 1998, nós já tínhamos, por exemplo, o Centro Nacional de Populações Tradicionais, o CNPT, que subsidiava muito essa discussão, a partir das Reservas do Acre, que nós nunca conseguimos ir lá, mas eles traziam essas informações nas discussões de Unidades de Conservação. Toda assembléia do GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), todas as assembléias do CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros), todas as assembléias da COIABE (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), que são os povos indígenas, todos esses grupos, todas as assembléias desses grupos incluía na pauta as Unidades de Conservação. Então, nós estávamos sempre nesses debates. Então, para chegar a conclusão de que a melhor unidade de conservação era RDS³ ou Resex não foi tão difícil devido aos vários elementos que eu estou colocando. Primeiro, porque é assegurar a permanência das pessoas, segundo dar às pessoas o direito de uso da terra, a posse continua com o governo, mas as decisões e o uso é da comunidade. Também quando ela é criada é muito difícil também derrubar. O assentamento⁴ resolveria parcialmente, você teria um passo mais rápido, vamos dizer, ou menos demorado pra acessar recursos, porque o assentamento já trás no seu pacote. No entanto, o assentamento nos moldes originais, oficiais são pessoas que são deslocadas de um lugar, são implantadas em outro e ali se forma uma estrutura de produção, de tudo. E nós não nos enquadramos enquanto assentamento, nós nos enquadramos enquanto população tradicional, então, não é um assentamento, é uma comunidade histórica, com mais de cem anos, quase duzentos anos, então nós não nos enquadramos nesse aspecto como um assenta-

3. RDS é a sigla de Reserva de Desenvolvimento Sustentável, modalidade de unidade de conservação de uso sustentado prevista na legislação ambiental brasileira.

4. Em 1996, o ITERMA (Instituto de Colonização e Terras do Maranhão), vinculado ao governo estadual, concedeu o título de assentamento rural a vários povoados da Zona Rural de São Luís. Esta situação, no entanto, nunca foi regularizada em cartório e, apesar de toda a propaganda política feita, então, pela Governadora Roseana Sarney Murad, os moradores de toda a região continuam sem garantias formais da titulação de suas terras.

mento, nem muito menos como ocupação como o governo quis dizer no processo de discussão do Pólo Siderúrgico. Tem documento do Estado dizendo que as poucas ocupações que tinha, era ocupações irregulares e dos últimos quarenta anos. A cada projeto que o Estado pensar, ele tem que primeiro que regularizar a terra em nome de quem já está para depois comprar, indenizar e relocar em outro lugar. Não fizeram nada disso para implantação da Alcoa, não fizeram nada disso para implantação da Alumar, da Vale do Rio Doce, não fizeram nada disso para o Pólo, para o Distrito Industrial do Maracanã, não teve nada disso, as comunidades foram simplesmente cedendo lugar para as empresas. Em 2000, houve um processo e o Estado perdeu o domínio útil das glebas Tibiri, Pedrinhas, Itaquí, Bacanga. E em 2001, o então secretário recorreu, e a secretária nacional do Patrimônio da União deu de volta o domínio útil ao Estado. Nós estamos no Taim, por exemplo, com famílias que estão na sexta geração e, para a lei de populações tradicionais, bastam três gerações. Os outros povoados também são antigos. O Porto Grande tem, o Porto Grande virou esse nome de Porto Grande por conta do porto mesmo, mas a comunidade original era Encantado e tinha um dos terreiros de mina mais antigos do Estado. O Rio dos Cachorros da mesma forma, a Vila Maranhão tem a segunda igreja mais antiga, a de São Joaquim. Então, assim, não é uma ocupação qualquer, a igreja de São Joaquim só é mais nova que a de São José do Desterro, que é de 1612.

***Pesquisadores:** Quando você diz que algumas famílias no Taim já estão na 6ª geração, elas remontam, então, ao período da escravidão?*

Beto: Sim

***Pesquisadores:** Vocês não pensavam em, digamos, reivindicar o título de comunidades quilombolas? Em algum momento, isso passou pelas discussões?*

Beto: Nós não chegamos a pensar nisso, porém, nos falta elementos de registro. Por exemplo, nós temos uma marca na comunidade, que é um labirinto de alicerces num período que ainda não tinha cimento, então, era argila com óleo de baleia, cal, coisa assim. São uns quadradinhos, alicerces numa área que nunca se identificou o que é que

seria mesmo aquilo, se era uma construção pra moradia, se era um labirinto pra alguma coisa, Nunca ninguém estudou isso. Precisamos de um estudo antropológico, alguma coisa desse tipo. E os documentos da terra que a gente sempre tentou, nós sempre perseguimos isso, a única informação que se tem, é que na Igreja do Carmo, na prelaia lá dos Capuchinhos da Igreja do Carmo, existem registros, só que o acesso a isso é muito difícil, é muito complicado, não abre muito assim, principalmente, porque, sobretudo, não sei agora, mudou o arcebispo, mudou uma série de orientações, mas nós não conseguimos com D. Paulo. Ele conseguiu fazer o termo de doação da ilha de Tauá-Mirim, para o governo do Estado fazer assentamento. Então, não conseguimos chegar nesses documentos, mas, nós temos informações de que existem esses documentos, desse período. Há um corte na historia, porque antes de ser o Taim – e Taim significa a junção dos termos *ita* que vem do tipo de pedra encontrado nessa área com *taino*, um povo africano – esta comunidade aqui era chamada de Laranjal. Conta-se que aqui era refugio, então, aquela construção era meio por essas pessoas conduzidas por freiras que cuidavam de fugas, dos fujões aí do litoral.

Pesquisadores: Quem é que contava isso?

Beto: Nós ouvimos essas historias do finado Maximiano de Moraes, que é das famílias mais antigas e ele era 2ª geração.

Pesquisadores: Ele já morreu?

Beto: Já morreu. E de Seu Dionísio, que é o avô de José Reinaldo e ele já era também 2ª geração

Pesquisadores: Está vivo ainda?

Beto: Não, já morreu.

Pesquisadores: Então, vocês não reivindicaram o título de remanescentes de quilombos porque vocês não tinham como comprovar?

Beto: Isso, não tínhamos como comprovar. Tinham documentos oficiais dizendo que nós éramos invasores, então, para você reverter isso é muito mais complicado. Aqui, você ia contrapor-se, primeiro, ao governo do Estado que não ia concordar em fazer um estudo de identi-

cação de comunidades remanescentes de quilombos. Quando percebemos essas dificuldades partimos para a unidade de conservação

***Pesquisadores:** Você considera que a Resex conseguirá atender às necessidades das famílias das comunidades?*

Beto: Ela consegue atender algumas. A primeira delas é a posse das terras que se garante. A segunda é que nós podemos decidir a forma de uso e ser reconhecido enquanto política pública. Se nós definimos que a partir de agora vamos proibir que se pesque com determinado equipamento no rio, fazemos um acordo entre nós da unidade, o IBAMA reconhece e é obrigado a fiscalizar. Nós não vamos fazer e outros não podem fazer. Nós eliminamos algumas práticas que consideramos predatórias, como a extração de pedra. Todo mundo sabe que ela é ruim, todo mundo tem essa consciência que a extração de pedra já suprimiu varias áreas que eram roças. A grande medida da Reserva Extrativista é que a comunidade pode decidir como usar e, também, as regras podem ser mudadas. Você estabelece. Ela não é estática, ela não é uma mordança, como muita gente acha. Por exemplo, podemos estabelecer, nos primeiros cinco anos, que vamos tirar caranguejo só naquela parte ali do mangue, vamos deixar o restante descansar, nós próximos cinco anos, nós tiramos desse outro lado e deixa aquele descansar, aí você vai usando racionalmente, mas se nós percebermos que vai ter uma demanda por caranguejo que precisamos montar uma microindústria, nós podemos ampliar a área, mesmo catando seletivamente, mas pode ampliar a área. É claro que o órgão publico que vai ser, na verdade, o grande parceiro é o Ministério do Meio Ambiente, através do IBAMA. Ele reconhece esses acordos e aí transforma em portarias que têm que ser respeitados, inclusive por nós que fizemos o acordo, principalmente por nós.

***Pesquisadores:** Você não acha que é negativo o fato de, no caso específico da Reserva Extrativista, a posse da terra não pertencer a vocês, mas apenas o direito de uso? Isso não o incomoda, não aparece como um aspecto negativo?*

Beto: Não, não incomoda pelo seguinte: se a gente tem a posse da terra, por exemplo, eu posso ter o meu documento da minha terra, eu te-

nho um hectare, o outro pode ter um pouquinho mais de dinheiro, e tem dez. Se alguém passa por um aperreinho, o que tem dez compra o meu um, e aí você acaba no final concentrando para poucos que conseguem ter um sucesso econômico. Na unidade de conservação a propriedade é nivelada para todo mundo: você estabelece as áreas de uso, estabelece as formas de uso e você tem o controle sobre esse uso porque é o que está estabelecido. E nesse caso ninguém pode ter o título dentro da Reserva, o título pessoal. Você tem uma área demarcada para o seu uso pessoal, da sua família, o resto são áreas comuns.

***Pesquisadores:** Então isso não é algo negativo pra vocês?*

Beto: Não. Na verdade, você tem um espaço que é definido para cada família. No Taim, e na maioria das comunidades, esses espaços das famílias já estão mais ou menos definidos porque o título condominial, na formação desse documento⁵, a gente já tinha negociado isso. Aqui, por exemplo, a gente tem um limite de tantos metros quadrados por família. O meu espaço aqui tem 7.500 metros. Tem família que tem menos do que isso, mas tem família que tem um pouquinho mais, tem 10.000, mas isso porque já estavam estabelecidos, já tinha sua benfeitoria naquele determinado espaço.

***Pesquisador:** Beto, no processo de discussão para a instalação da Reserva houve o pedido de inclusão da ilha de Tauá-Mirim. Porque que vocês quiseram acrescentar a ilha?*

Beto: Bom, a ilha de Tauá-Mirim foi uma demanda que surgiu na audiência pública. Ela não estava inserida a princípio. Nós tínhamos a pretensão de incluir uma margem dela, mas a parte de mangue, porque ela não entrava integralmente não. Você tinha só a ponta dela, que a gente chama de ilha da Boa Razão. Na verdade, a ilha de Tauá-Mirim, na maré grande, é um arquipélago, não é uma ilha só, são dezenas, dezenas de pequenas ilhas na maré alta... Aí, na audiência pública houve uma demanda, alguém solicitou porque que não se estudava a ilha de Tauá-Mirim, começando pela Boa Razão, pela

5. Titulação das terras feita pelo ITERMA, referida na nota 4.

praia de Boa Razão. Eu já morei lá um tempo, o meu campo de pescaria ainda é lá, mas tem ranchos, muitos ranchos da gente, de pescadores e tem também três casas de veraneio.

***Pesquisadores:** Essas casas de veraneio são de pessoas daqui ou são de fora?*

Beto: São de fora... Esses três lotes em Boa Razão, que são privados, são de pessoas de fora...

***Pesquisadores:** Existem pessoas que moram na ilha da Boa Razão?*

Beto: Tem. Tem pessoas que passam a maior parte do tempo lá. Tem uns pescadores do Anjo da Guarda que fizeram uma casa lá, porque vão passar a semana, e só saem de lá no final de semana, então, eles já fizeram os ranchos mais estruturados, no caso, tapada com barro, com poço no fundo. Às vezes, tem uns que tem até criações, então não estão mais só na pescaria, já é meia habitação mesmo. Temos muitos pescadores já com essa característica. Mas isso, para nós, é inclusive favorável. Nosso maior entrave são as três casa de veraneio, pois provavelmente vão criar problemas. Criar problemas porque são pessoas de influência, de poder político, eles podem reagir pra não se desfazer do patrimônio que construíram lá. Inclusive tentaram transformar lá num grande cassino. Tem um político lá que, quando fez casa, a primeira pretensão foi fazer um grande cassino, aí os pescadores reagiram, porque eles queriam privatizar a praia. Então, começaram ainda a construir a estrutura. Está lá, ainda, o início da construção e era de madeira. Madeiras imensas que trouxeram do interior. Começaram a construir o galpão que seria o cassino, mas até agora não teve problemas, mas eu acho que vai ter.

***Pesquisadores:** O que falta para incluir a Ilha de Tauá Mirim na RESEX?*

Beto: Parece que teve uns técnicos do Ibama, na semana passada, que foram lá tirar fotos, mas eram muito mais registros pra incluir no processo. Eles foram fazer só vistoria, então, não teve nenhuma discussão com os moradores de lá. O que nós estamos fazendo com os pescadores é avisando, “– olha isso vai acontecer, então quando vocês verem alguém por aqui é isso, mas não é pra tirar nenhum de vo-

cês daqui, vocês vão continuar onde estão”. Agora o impasse vai ser com os três lá, e aí a gente tem que estar preparado e a gente espera, inclusive, que quando isso chegue o decreto já esteja assinado, porque aí eles brigam com o Governo Federal, e não com a gente.

***Pesquisadores:** É só o que está faltando agora, né?*

Beto: É, o processo agora é só a inclusão, porque além da Boa Razão, tem três comunidades que ainda não deram um ok por escrito. Tem o Portinho, o Amapá e o Tauá-Mirim que concordaram, acharam bom, mas ainda não deram o ok. No Tauá-Mirim, o Ibama teve lá no sábado passado. O Jacamim, o Embaubal, já deu ok, e essas três estão negociadas. São cinco comunidades dentro da ilha lá, além da Boa Razão. Então, nesse novo mapa que a gente levou para proposição, está incluído na RESEX não só a ilha em si, a faixa de mangue, o mato, mas inclui parte da Baía, que vai até próximo à ilha dos Caranguejos⁶.

***Pesquisadores:** A ilha dos Caranguejos já é uma Unidade de Conservação, não?*

Beto: É, já é uma APA (Área de Proteção Permanente). Futuramente, poderemos negociar com o Estado a inclusão da ilha, mas isso torna mais complexo o processo, porque enquanto APA estadual, ela é usada por muitos pescadores daqueles outros municípios lá...

***Pesquisadores:** Não existem moradores na Ilha dos Caranguejos?*

Beto: Ela é muito mais usada para pesca. Anajatuba, esses municípios ali no entorno, usa muito a ilha dos Caranguejos para pesca. Então, incluir ela numa Reserva Extrativista e colocar em um regime com um conselho que vai agir a partir desse lado aqui, pode gerar, vai gerar conflito lá. Por isso que eles perguntaram se podiam in-

6. Como esta entrevista foi realizada em 2007, ainda não havia sido efetivada a inclusão da Ilha de Tauá-Mirim e seus povoados no processo de constituição da unidade de conservação que, a princípio, seria denominada Reserva Extrativista do Taim. Após esta entrevista, a consulta pública foi feita a todos os povoados e a inclusão foi efetivada. A partir de 2008, como já existe a Estação Ecológica do Taim, o Ministério do Meio Ambiente sugeriu a mudança do nome da Reserva e os comunitários optaram pelo nome de Reserva Extrativista de Tauá-Mirim.

serir no mapa, é melhor não. Tem ainda o governo do Estado. Para o governo do Estado não tem problema nenhum eles criarem a Reserva, e eles ainda iam se livrar por responder por coisas futuras, porque, por exemplo, lá há uma mortandade predatória imensa de pássaros em idade juvenil, guarás, taquiris, eles matam os filhotes mesmo no ninho pra trazer para feiras e tem muito lá ainda. Tem a ocorrência muito forte de peixe-boi lá, e nesse aspecto seria ótimo ter ela incluída na reserva. Ela tem mais de 70% de mangue, ela tem pouca área, a maior parte dela é mangue, é um ecossistema rico pra caramba, e tem muito peixe.

***Pesquisadores:** A ilha não sofre influencia dessa poluição das indústrias daqui?*

Beto: Menos, ela tem menos influência porque as correntes aqui do Itaqui, por exemplo, que é a maior área de poluição devido a lavagem dos navios e tudo, elas geralmente correm aqui para o rio. Ela afeta muito mais o rio dos Coqueiros do que para lá, porque a corrente pega esse lado de cá com mais força, então, a ilha dos Caranguejos é mais preservada. É lá na ilha dos Caranguejos que o Jacamim, Tauá-Mirim faz a renda na pesca, só que aí nesse aspecto, para gente incluir ela no mapa da Reserva, a gente tinha que negociar com esses atores lá tudinho, e aí vamos perder muito tempo, não é?

***Pesquisadores:** E, aí, Beto vem a história do Pólo, o povo começa a dizer que a Reserva é contra o Pólo, que, aí, veio essa reportagem que você falou no começo...*

Beto: Como eu falei e continuo dizendo, em 96, ninguém falava de Pólo. Você já tinha projetos implantados, se falava da ampliação do Distrito Industrial de Maracanã, nunca de pólo siderúrgico. A discussão que se ouviu de siderurgia no Maranhão foi a USIMAR, que quase se implantou, porém, teve problemas de gestão de recursos, desvio de recursos. Em função disso, e de outros projetos, se perderam milhões de recursos e algumas estruturas que eram boas para o país, inclusive como a SUDAM e a SUDENE, que foram eliminadas nesse período justamente para abafar os escândalos que estavam acontecendo. A USIMAR não teve esse impacto com as comunidades, não

teve nenhum debate, e por um lado, isso era ruim, porque devia ter tido também esse debate com a comunidade para ter a siderurgia, a USIMAR, e não teve, não foi provocado nenhum debate. Ela poderia ter se implantado sem nenhuma discussão com as comunidades, porém, mesmo ela não tendo se implantado, tem muitos impactos. Além dos impactos negativos dos recursos públicos que sumiram no projeto, sem dar nenhum resultado, tem os impactos ambientais que estão lá, com a contaminação de lagoas.

***Pesquisadores:** Aqui tem muitos aquíferos?*

Beto: Temos muito aquíferos, e a gente os percebe, por exemplo, pelas jazidas de areia que estão aí expostas... Todas elas com um metro, um metro e meio de escavação estão um lençol de água imenso...

***Pesquisadores:** Tem mais aonde Beto, estão muito espalhados por aqui?*

Beto: Os aquíferos estão espalhados por toda a região que estamos propondo para a criação da reserva. Eles reduzem da comunidade de São Benedito para lá, em função do mangue estar muito colado na estrada, mas nessa região aqui nós temos muitos aquíferos. Foi contabilizado pelo Instituto Hídrico do Estado do Maranhão, o IMARH⁷, cento e vinte nascentes nessas seis comunidades, contando o Taim, Rio dos Cachorros, até o sítio de São Benedito. Até o sítio de São Benedito são cento e vinte nascentes, pequenos riachos que confluem para o volume de água que saem, por exemplo, pelo rio do Arapapay, que é um grande igarapé, uma mãe de rio, na verdade, para o Rio dos Cachorros, que é outro grande rio, para o igarapé do Bomlusário, que é o mais próximo do Itaqui. Então, essas cento e vinte nascentes confluem para esses grandes igarapés, o Pitui-Açu, que está totalmente aqui no Taim e faz a divisa do Taim com o Porto Grande e o igarapé do Limoeiro, que está totalmente na comunidade do Limoeiro.

***Pesquisadores:** Voltando a questão do pólo, as discussões ficaram paradas por algum tempo, mas parece que voltaram mais recentemente...*

7. Refere-se ao IMARH (Instituto Maranhense de Meio Ambiente e Recursos Hídricos).

Beto: É, ela, ela parou, mas está para retomar essa discussão, que eu estou chamando de inversão, que é Reserva Extrativista versus Pólo Siderúrgico, e é o contrário: é o Pólo Siderúrgico tentando interferir na vida da gente. Então, o que é a gente colocou enquanto preocupação, como eu disse antes, é que nós íamos ser engolidos pelo projeto, nós das comunidades do Porto Grande e Taim, que não estávamos necessariamente no mapa da planta da fábrica, mas nós íamos ficar ilhados desse lado aqui, sem a menor condição de subsistência e aos poucos íamos ter que abrir mão disso daqui, talvez até sem indenização, pelas condições de saúde. Aí, o Poder Público teria a maior responsabilidade por isso, porque nós não temos estrutura de saúde, nós não temos o aparelho do Estado para a saúde que pudesse arcar com isso. Eu acho que seria até impensável, você está numa região como essa, num pedacinho aqui, com mais ou menos 300 hectares, que era o que ia sobrar, se contrapor a um projeto que estaria implantado em torno de 2 mil, quase 3 mil hectares, então, era impensável permanecer, inclusive pensando na confluência do vento, porque parte do projeto estaria aqui na região da comunidade do Rio dos Cachorros e o vento vem direto dessa região o ano inteiro. É só nesse período de inverno que você tem variações de vento, mas no período de maio até dezembro, que é a maior parte do ano, o vento é nordeste, vem daqui desse lado... Então, a sobrevivência aqui nessas duas comunidades, nesse pedaço, ia ser praticamente impossível e a nossa preocupação aumentou quando se começou a discutir sobre isso. Um outro prejuízo que não está contabilizado, é que todas essas comunidades aqui estavam discutindo projetos, além de discutir a Reserva Extrativista, nós estávamos discutindo projetos produtivos, de produção, com o Banco do Nordeste, com a Agência do Maranhão, que estavam com um pacote de projetos para o Taim, o Jacamim e várias outras comunidades pra financiar a pesca e a agricultura. Quando se abre essa discussão do pólo siderúrgico, os projetos foram engavetados, porque o banco não queria assumir riscos, pois não vão botar dinheiro e depois essas comunidades não vão ser indenizadas ou vão ser remanejadas, como aconteceu com os vários outros projetos, que ninguém recebeu nem dinheiro pra dizer assim: “– nós vamos ter grana para devolver pro banco”. Então, como o ban-

co não precisa ariscar, engavetou os projetos até agora e nós não conseguimos renegociar os projetos. Então, de 2004, quando se dá pique na discussão do pólo siderúrgico, a gente perdeu a capacidade de negociar com o banco porque o banco engavetou, engavetou literalmente os projetos. Os projetos não saíram nesse período e nós não conseguimos caminhar muito com esse projeto, e esse é o prejuízo que o Estado tem que assumir responsabilidade, que não está contabilizado em lugar nenhum. Nós perdemos mais uma possibilidade de produzir nessas comunidades e estão lá, nos arquivos do banco, os projetos, a consultoria que veio pra cá pra montar os projetos pode disponibilizar isso e se precisar da autorização da comunidade para qualquer meio de comunicação, para o efeito de colocar as coisas como elas são, esses documentos estão disponíveis. Na verdade, foi a discussão do Pólo Siderúrgico que deu muito prejuízo para essas comunidades, aumentou os prejuízos, porque os projetos foram engavetados e eram projetos que estavam em consonância com a discussão da unidade de conservação. Ninguém estava pensando em simplesmente abrir áreas pra botar roça, ia ter isso, mas ia estar com uma discussão tecnológica também, de não usar os produtos químicos, pois os projetos eram todos voltados pro agroextrativismo.

***Pesquisadores:** Tinham projetos voltados para a pesca?*

Beto: Tinha proposição para a pesca. Eram projetos que não iam mais financiar uma rede de malha pequena, iam financiar malhas grandes, barcos com motor, que era pra gente sair daqui do rio e pescar mais adiante. Além de aumentar nossa renda, você tirava mais a pressão daqui dos rios, pois eram projetos pensados no fortalecimento da economia, na preservação dos recursos. Ao contrário do que foi dito, de que a discussão da unidade foi para atrapalhar o pólo siderúrgico. Pelo contrário, a discussão do pólo siderúrgico atrapalhou as comunidades. Não foi só a proposta de Reserva Extrativista, que nós tivemos que deixar engavetada todo esse tempo, que ficou praticamente parada porque nós tivemos que nos preparar para ir para as audiências públicas, nos preparar para ir em reunião com o secretário que tava todo tempo cobrando explicações da gente, porque que não deixamos eles cadastrarem o restante das casas, então, nós tivemos vários, vários momentos.

Pesquisadores: O Estado chegou a realizar algum cadastramento aqui no Taim?

Beto: Tentaram negociar o cadastramento, porque cadastraram só o Cajueiro, parte do Rio dos Cachorros, da Vila Maranhão, mas quando chegou no Rio dos Cachorros, houve um alerta. Aí houve a resistência, nós do Taim nos associamos a essa resistência. No Taim não houve nenhum cadastro, não teve nenhum cadastramento.

Pesquisadores: No Porto Grande também não?

Beto: Porto Grande ainda teve a demarcação pela via pública, de piquetes, para conferência sobre satélites.

Pesquisadores: E no Limoeiro, teve alguma casa marcada?

Beto: Limoeiro teve as casas cadastradas, todas.

Pesquisadores: Aqui não cadastraram nem fizeram delimitação nenhuma?

Beto: Aqui não cadastraram nenhuma. Nós não deixamos que acontecesse, primeiro por não entender o processo, porque havia imposições. Quando eu estou com minha casa pra construir aqui, com a pretensão para construir de alvenaria, e o técnico que fazia o meu cadastro tirava uma foto da casa e já dizia: “– olha, nesse período, você não pode ampliar a sua casa, não pode mudar daí, porque o que vai ser indenizado, é isso aqui”, o cara já dizia isso. Então, para quem não tinha compreensão, para quem não tinha esse nível de informação que eu consegui, ia deixar a casa cair, porque o medo dele fazer a outra casa e só perder dinheiro era muito. Mas havia essa discussão, havia essa imposição da equipe que fazia o cadastro.

Pesquisadores: Mas eles não vieram conversar com as comunidades?

Beto: Não. Quando os técnicos chegavam já eram com os formulários pra preencher, com a máquina fotográfica pra registrar.

Pesquisadores: Então a notícia da vinda do pólo se deu pela mídia mesmo, pelos jornais. As comunidades não foram chamadas pra conversar, não é?

Beto: Não. Nem o Estado, nem a empresa que tem interesse no projeto. Agora quando houve a resistência do cadastro, é porque nós já conhecíamos a discussão pela mídia, como você falou, e também por esse cadastro já era uma coisa prática do processo pra remoção das pessoas. O processo de cadastro já previa isso, a remoção das pessoas. Não tinha nenhuma discussão do que ia ser, e os técnicos, as técnicas na verdade, pois a equipe era formada, eram todas assistentes sociais, de uma consultoria de São Paulo (é, porque parece que no Maranhão ninguém sabe fazer nada disso) elas já diziam, elas já diziam o seguinte: “– olha tem essa projeção aí, mas a gente não sabe se isso vai ser, se isso vai acontecer”. Então ela colocava essa dúvida, vai ser ou não, mas ela queria as informações todas, o que é que a gente ganhava, o que a gente produzia, o que tinha em casa, só por curiosidade. Elas diziam, “– vocês podem nem sair daqui agora e se sair, a gente quer ter o nível de renda de vocês, o aspecto da moradia”. Aí, se eu quisesse uma indenização grande, eu ia ter que dizer que eu era criador de gado, que tinha coisas que eu não tinha, mas se eu digo que só crio pequenas galinhas, tenho poucas frutas no quintal, então, eu tenho que estabilizar nisso, até que a Vale do Rio Doce negocie com o governo do Estado a minha indenização. Foi aí que nós tivemos o embate com o secretário de Indústria e Comércio e ele tirou essa orientação, porém, o cadastro não andou, mesmo assim não andou mais. Ele disse: “– olha, não tem que dizer isso”, e aí ele ainda argumentou, “– é para evitar especulação, o cara pode querer fazer agora, melhorar o patrimônio só para ter indenização” aí eu disse: “– E daí, está errado? Se eu sei que meu empreendimento vai sair a qualquer hora, por que eu não valorizo ele? Não tem crime nenhum nisso, agora, crime é o Estado impor que eu não posso fazer nada mais”. E ele retirou essa orientação. Mas, quando ele retirou, e retirou isso na frente da equipe que estava fazendo o cadastro, não influenciou mais no avanço do cadastro, porque teve que cancelar o contrato, pois não vieram mais. Tentaram entrar por várias formas, inclusive com técnicas, falando em nome de universidade, que era do Instituto Ambiental da Vale do Rio Doce, querendo fazer exames de solo, não sei o que. A gente não deixou, e disse: “– olha, a Vale do Rio Doce não deixa ninguém entrar, se entrar vai preso, e as delegacias do Anjo da Guarda e

da Vila Embratel, tão lá pra dizer isso, tanto de gente que tem preso, por ter tirado um pau na Vale do Rio Doce. Se vai no 12º Distrito, vai ver quantos tão presos, por ter tentado tirar uma palha na área da Alcoa. Portanto, essa área aqui é nossa, ninguém vai entrar e fazer nada sem a nossa permissão”. E aí o cadastro não avançou. Quando não avançou, quando eles viram a resistência, eles mudaram o tom da estratégia, não era mais pólo siderúrgico, não era mais indenização, não era mais remoção de população, era o Plano Diretor da cidade. Aí, a discussão sai do Estado e vai pro município, o município assume com a cara de que queria só mudar o Plano Diretor da cidade para possibilitar futuros empreendimentos. Eles tentam tirar, marcaram a discussão de que o pólo siderúrgico não tinha mais nada a ver com isso, que era só pra mudar o Plano Diretor da cidade.

Pesquisadores: Mudaram Plano Diretor para quê?

Beto: É, mudar para que? E de uma hora para outra, já que o governo tinha recursos pra fazer uma discussão ampla do Plano Diretor na cidade. Mas ele não queria fazer o Plano Diretor da cidade, ele queria fazer só a mudança de característica de uma região para atender ao projeto. Isso estava claro, mas, no discurso deles, eles incorporaram essa tese de que era só pra mudar o Plano Diretor, alterar o caráter da área. E foi mesmo assim, e talvez com esse argumento, que eles avançaram na discussão e isentaram a Vale do Rio Doce do debate. Das treze grandes reuniões que houve, onze foram audiências públicas mesmo, já caracterizado enquanto audiências públicas, mas teve duas anteriores grandes, na Vila Maranhão e lá na Secretaria de Indústria e Comércio, que a gente discutia e o projeto estava na pauta, mas a Vale do Rio Doce nunca se fez presente. Ela não precisou nem se manifestar no processo, porque ela tinha a estrutura oficial, o que é uma contradição, inclusive do ponto constitucional, pois o Estado é para mediar conflito e não pra assumir o conflito, e aqui foi assim. O Estado foi quem assumiu o conflito, tanto o governo estadual quanto o municipal e passando pelo federal também, porque o Ministro de Minas e Energia veio aqui no Maranhão para assumir que ia se empenhar pra botar o projeto em São Luís. Porque se fosse a empresa que viesse para comunidade dizer: “– Olha, nós queremos bo-

tar o empreendimento aqui”, nós íamos pro Estado e dizer: “– olha, a empresa quer a nossa área”, e aí o que é que o Estado faz? Media esse conflito. O conflito ia ser estabelecido entre a empresa e as comunidades, e o Estado ia mediar o conflito, mas foi ao contrário, o Estado assumiu o conflito, puxou o conflito para ele, com as comunidades, e isentou a empresa de qualquer coisa. Na verdade, a empresa ficou e está até hoje de boazinha, só querendo investir. Então, mudou todo o caráter da coisa. E até o projeto, para nós, do movimento social, ter acesso, nós tivemos que protocolar um documento no Patrimônio da União em Brasília, porque, assim, era nossa contrarresposta, era nossa resposta ao projeto, de dizer “– nós estamos aqui”, com o cadastro, inclusive, do Estado, dizendo que essas comunidades existem, está aqui, são trinta e oito detentores de títulos, e as comunidades geram títulos únicos, mas tinham os outros títulos individuais, tanto é, que são trinta e oito, essas comunidades são comunidades tradicionais, têm 15.000 pessoas. Não como o Estado está dizendo, que não tem ninguém, são poucos, não dava número. Mas nós estamos aqui, no caso, são 15.000 pessoas. Alguns dados davam conta de 18.000, mas oficialmente estavam reconhecidos 14.800, e nós fomos protocolar esse documento no Patrimônio da União, pra dizer: “– olha, se a União vai ceder o terreno, tem que saber que isso aqui existe”. Aí, a coisa mudou de figura, porque a Secretaria na época, do Patrimônio da União, teve que expor: “– olha, eu tenho uma solicitação de cessão dessas terras e está aqui o projeto”, mas aqui ninguém dava conta do projeto, ninguém tinha o projeto. Tinha estudo de impacto ambiental que o governo, inicialmente, começou a dizer para gente, o Secretário de Indústria e Comércio já tinha dito isso pra gente, que tinha estudo de impacto ambiental, que ia ter todos os cuidados, isso antes de haver, deles perceberem que não ia ser fácil implantar. Porque depois, quando eles retiraram essa linha de discussão da pauta, começaram a dizer que era só o Plano Diretor. Aí mesmo é que não se teve acesso a nada do projeto, mas o projeto existia e estava protocolado no Patrimônio da União, em Brasília. E a gente conseguiu informação do projeto. Foi aí que a gente trouxe, apresentamos para Câmara dos Vereadores, fornecemos os dados para Câmara dos Vereadores que ninguém tinha ou fingia que não tinha, mas a gente entregou pu-

blicamente, diante da imprensa, numa sessão especial da Câmara. “– Olá, está aqui o projeto da Vale do Rio Doce, está aqui, todo mundo disse que não existe mas está aqui, e é esse o projeto que nós estamos discutindo, mudança de Plano Diretor. Ninguém está aqui discutindo de bobo, não tem mudança de Plano Diretor nenhum”. Plano Diretor se faz discussão com a cidade inteira não só pra um pedacinho da ilha. Aí foi que começaram a cair as máscaras, mas o confronto estava dado, os interesses muito bem defendidos, tanto que a mudança do Plano Diretor passou na Câmara de Vereadores, mesmo com a gente criticando e contando como estava se dando, passou na Câmara de Vereadores, praticamente, por unanimidade, com apenas três vereadores votando contra. Então, o acordo está feito, tudo estava dado, mas o que a gente conseguiu negociar foi a redução da área. Aí reduziu a área.

***Pesquisadores:** Você acha que a criação da Reserva impediria a implantação do pólo siderúrgico?*

Beto: Talvez eles tenham, ou melhor, eles vão ter que se preocupar com isso também, porque a Reserva Extrativista tem esses dois aspectos: um lado é a proteção da comunidade que está dentro dela, e do outro lado, o compromisso de quem está dentro e fora para ajudar na preservação dela. E as empresas vão ter que assumir esse compromisso, pois, cada acidente, por exemplo, é uma publicidade grande, é uma compensação acentuada que elas vão ter que arcar.

***Pesquisadores:** Beto, na sua fala, aparece muito a preocupação da comunidade com o meio ambiente. Como é que se dá essa relação?*

Beto: Olha, nós aprendemos, como eu tava falando ainda agora, com as práticas predatórias do passado, por exemplo, com o ecossistema de mangues. A gente aprendeu que esse recurso tem que continuar para nós mesmos enquanto vivos e para os outros, os nossos descendentes que vão vir. Então, pensando nisso, a gente começa a ter essa consciência... Antes isso era mais complicado para gente falar, porque assim, eram duas ou três pessoas falando, e como dizem, santo de casa não faz milagre... Uma coisa era eu dizer para a comunidade. Nos últimos anos você está vendo isso na televisão, todo dia, com

uma conotação enorme. O aquecimento global está aí e não está de graça, é exatamente pelas práticas que a gente teve no passado. E não é o Taim, é o mundo inteiro, nossas práticas levaram a isso. Quando a imprensa do tamanho da CNN bota a matéria, como a Globo, no Brasil, como outras redes de televisão muito grande botam essa preocupação, aí as pessoas, que inclusive assistem novelas, que se dedicam aos programas mais corriqueiros do dia a dia, são obrigadas a assistir também e aí refletem sobre o que o Beto dizia, o que a Marluze dizia, o que qualquer um outro maluco dizia e fica muito mais fácil absorver. E é bom que se diga que essa discussão está aí não é porque os meios de comunicação acham bom, é porque as empresas também já estão sofrendo com isso e também porque há hoje alguns elementos por onde essas empresas podem captar recursos. Então, não é uma coisa dada, gratuita. Protocolo de Kyoto está aí e prevê compensação para empresa que cuida bem do seu ambiente. E aí, nesse aspecto, a gente, nós, do movimento social, da sociedade civil organizada, nós temos que potencializar isso no sentido de fazer com que essas populações, como a do Taim, como os indígenas ao longo da Amazônia, continuem preservando e recebendo seus benefícios por isso e não deixe que a Gerdau agora comece a dizer: “– eu vou reflorestar a minha área, eu quero compensação ambiental”, que a Marg comece a dizer: “– não, eu vou, agora, plantar grama, após o plantio da soja, e vou ter compensação ambiental”. Eles vão lutar por isso, o seqüestro de carbono e o Protocolo de Kyoto prevêem isso, compensação por seqüestro de carbono, compensação por reflorestamento, compensação por não desflorestar, então tem “n” formas de compensação. Alguns países já estão fazendo isso – talvez o problema lá seja tão evidente, ou a conotação do investimento vai ficar muito evidente – mas, por exemplo, nós temos países europeus investindo em saneamento em São Paulo, já como fruto do Protocolo de Kyoto. Funciona mais ou menos assim, eu não posso fechar nenhuma fábrica, porque eu preciso dela funcionando, porém, eu vou destinar, eu vou tratar um esgotozinho lá na América Latina. Então, são essas coisas que a gente prevê, e essa consciência, meio empurrada, ela está se dando por conta das consequências que já são insustentáveis. Nós fi-

zemos esse debate, agora, no dia vinte e dois, Dia das Águas, na Assembléia Legislativa e eu estava lá, colocando como a sociedade civil está intervindo na Amazônia e como essas intervenções se dão no país inteiro, em todos os países chamados subdesenvolvidos. Foi feito um diagnóstico a partir de um estudo, que disse o seguinte: se a gente parasse hoje, 2007, parasse todas as emissões, nós ainda íamos precisar de vinte, trinta anos pra estabilizar a situação, porque o que está no ar já está dando por muitas décadas. Então, tem a preocupação, hoje, de reduzir a poluição, e isso não é lá uma coisa tão grandiosa, grandioso seria parar de emitir mesmo. E é assim, é o que pode ser feito por todos, pela sociedade civil, pelos governos, pelas grandes corporações é discutir isso. Por exemplo, o Fórum Econômico Mundial desse ano já botou na sua pauta esses problemas. Aonde é que vão plantar tanta floresta para produzir papel e celulose, de onde é que vão tirar, como é que vão sustentar a frota prevista de veículos se o petróleo está no final? É, e isso casa com uma série de outras coisas que envolvem muitos interesses, como a visita do Bush no Brasil, que se deu por esses interesses, como quem diz assim: “– eu vou manter a minha frota, mas eu quero comprar combustível mais barato, então bota para o Brasil” e aí nós podemos nos arrebrantar, inclusive por isso, porque vamos incentivar a monocultura do mesmo jeito, a mesma monocultura da cana, do café, do cacau que já houve no passado. Agora ela passa para a soja, para a mamona e continua com a cana para fazer combustível e agora para atender um grande mercado como é os Estados Unidos. Isso é ir na contramão do que está orientando as preocupações com o ambiente hoje.

Pesquisadores: Interessante é que até mesmo o laudo do IBAMA coloca isso, que vocês já estão aqui há muitos anos, e essa preocupação, essa preservação, ela ocorre desde aquela época. Pelo laudo do IBAMA, vocês não degradaram, provavelmente, se fosse em outra comunidade, assim, urbana, provavelmente não teria o mesmo resultado. E isso se dá não só agora, que a discussão está mais em voga, que estão falando muito da questão do meio ambiente, mas antes. Eu queria saber isso, sobre essa relação, que antecede a discussão do meio ambiente e que vocês já tinham.

Beto: Essa discussão, esse cuidado, não era uma discussão consciente, sistematizada, mas era nosso cotidiano. Por exemplo, nós tínhamos, só pra historiar um pouco, a nossa relação com a cidade era via comunidade do Gapara, que mesmo estando mais perto, era uma comunidade rural pesqueira. Nossa relação era por lá. Então se caminhava a pé daqui ao Gapara pra pegar uma canoa e atravessar para o Cavaco, agora Bairro de Fátima. Em outras situações, que eram relações de mercado mais acentuadas, a venda de frutas se dava por embarcações maiores e nós tínhamos que dar a volta para chegar na Praia Grande e vender jacas, mangas, tudo. E no mais, isso já se deu num tempo muito próximo da gente, nos anos 70, anos 60...

Pesquisadores: E esse percurso não se faz mais, Beto?

Beto: Agora não se faz mais, não está se fazendo. Lá nesse período, nós não tínhamos uma estrada. Nossa estrada era aberta manualmente daqui para o Maracanã, para as pessoas caminhar mesmo a pé e esse mercado era o do carvão. Como a floresta era maior, o mato era maior, você tirava uma linha de roça e tinha madeira para fazer carvão o resto do ano. Aí você ia fazendo aos poucos, faz uma caeeira, bota no barco, vai lá, vende, volta, faz lá outra caeeira, vende. Tinha sempre alguém com estoque de carvão para ser transportado. Então, dois, três barcos faziam esse transporte do carvão.

Pesquisadores: Os barcos eram daqui?

Beto: Eram da própria comunidade. Tinham três canoas maiores.

Pesquisadores: Tem alguma hoje, algum barco maior?

Beto: Não, devido a essa perda de mercado mesmo, dos produtos, ou a perda da capacidade de produzir mesmo... Hoje, não dá para a gente investir na produção de carvão. Porque o carvão, numa roça, a gente fazia ela, trabalhava durante dois anos, depois abandonava ela por dez anos e a floresta tava praticamente do mesmo tamanho, estava recuperada, e aí se trabalhava na outra área. Então, você tinha sempre áreas pra fazer roças em condições melhores. E era assim.... Também não se precisava de televisão para comprar, não se tinha essas coisas. A demanda pra sobrevivência era mínima, você comprava ca-

fé, açúcar que a gente não produzia, o resto tinha aqui: arroz, feijão, farinha, milho...

***Pesquisador:** A maior parte do sustento de vocês era retirada da própria terra, não é?*

Beto: É, principalmente da pescaria, porque a fonte de renda mesmo, a grana, era da pescaria, porque a roça era para consumo da gente mesmo. A gente adquiria dinheiro era do peixe, do camarão...

***Pesquisadores:** Ainda hoje?*

Beto: Hoje, isso reduziu. É quase impraticável sobreviver só da pesca, mas quem tinha a sua atividade centrada só na pescaria, aí conseguia. Inclusive, essa pessoa não precisava se preocupar com a roça, porque, como o camarão sempre foi mais caro, com 1 kg de camarão ela conseguia 3 kg de farinha.

***Pesquisadores:** Então, havia essa relação de troca entre vocês?*

Beto: É, e assim, esse foi um outro prejuízo que eu não contei ainda agora, que foi a implantação aqui do projeto da Alcoa. Que assim, nós tínhamos uma relação com as comunidades de lá, que elas eram muito mais agricultoras do que nós daqui. Nós, desse lado, éramos muito mais pescadores. Eles eram muito mais agricultores, eles não se aventuravam ir para Boa Razão pescar, eles pescavam aqui mesmo no rio, só pra completar a alimentação, mas quando era no período de fazer farinha, eles não tinham tempo nem para ir na beira do rio pescar. Então, nós sortíamos eles de peixe e eles traziam farinha, traziam farinha para cá. Além de que, como a área deles lá era maior, sempre foi maior, a gente ia lá buscar a palha, o cipó para construção das casas aqui. Com a implantação da Alcoa, várias pessoas aqui foram presas por tentar fazer isso, então, foi um outro recurso que a gente perdeu, a relação que a gente tinha com o outro lado do rio, com as comunidades de lá, Carnaúba, Pindotíua, Paquatíua. Essas comunidades lá, depois do igarapé, a gente tinha essas relação muito estreita com eles, a gente chegava da pescaria, já tinha uma demanda: “– olha, é pra ti mandar quanto quilos de peixe para fulano que lá, que tem um paneiro de farinha para ti”. A gente fazia muito isso, a

troca, porque o peixe tinha um valor econômico maior do que a farinha, sobretudo o camarão. Então o camarão, era o que mais a gente levava para cidade, o peixe a gente fazia essa troca por aqui mesmo, o camarão geralmente ia pra cidade, e ia nesse trajeto aqui, via Gapara ou via Maracanã.

8

Entrevista com Maria Máxima Pires

Ana Maria Pereira dos Santos

Elizângela Maria Barboza

Entrevista realizada com Maria Máxima Pires, conhecida como D. Máxima, Presidente da Associação de Moradores do Rio dos Cachorros, integrante do movimento social Reage São Luís e residente no povoado Rio dos Cachorros, localizado na Zona Rural do município de São Luís. Esta entrevista foi realizada numa tarde de domingo, no dia 24 de maio de 2008, no povoado Rio dos Cachorros.

***Pesquisadoras:** Como surgiu o povoado Rio dos Cachorros? Quem foram seus primeiros habitantes?*

Máxima: Começaria com a história da comunidade, de como foi que a gente veio parar aqui. Já sou da 3ª geração e, na verdade, aqui eram três famílias no começo da comunidade, era a família Pires, que é a minha, a família Barbosa e Família Araújo. Esse foi o surgimento da comunidade. Então, o meu avô contava para meu pai e meu pai me dizia. Eu não tive a oportunidade de conhecer meu avô. Eles vieram morar aqui porque já moravam do outro lado da ilha, não sei dizer se era na Ilha da Boa Razão, que fica próximo do que temos aqui. Vieram pra cá alguns descendentes de escravos e de índios. Infelizmente, a gente não tem isso documen-

tado, a gente perdeu isso para a história. A minha avó veio traga [trazida] por navios, meu pai contava que o nome dela era Justina e ela era negra. A filha dela, segundo meu pai, era descendente de português, que era da família Galvão e, para ela se casar com meu avô, teve que receber um dote que foi parte aqui das terras. Isso é tudo na história que se conhece, não tem assim documento que se comprove isso. Então, que essas terras aqui eram chamadas de Livramento. Aqui onde nós estamos, já te falei, são três famílias. Da família Barbosa... que também era uma pessoa muito antiga que já morreu e ainda tem pessoas descendentes dessa família aqui na comunidade... ela possuía metade do Rio dos Cachorros que ficava mais próximo do porto, lá do mar. Tem a da família Araújo, que era a família do Jacinto, que já morreu também. Todas as pessoas já se foram e era as terras de Santo Antônio, que fica um pouco mais chegando lá na BR. Então, era assim, e essas famílias eram muito unidas, existia e ainda existe até nos nossos dias de hoje que foi por herança mesmo aquilo que a gente considera hoje como uma tal de, como uma cultura de solidariedade.

Pesquisadoras: E nessa época, em que eles trabalhavam?

Máxima: Nessa época as pessoas realmente viviam exclusivamente da pesca e da lavoura, geralmente eles pescavam e plantavam. Essa pesca era aqui no Rio dos Cachorros, que também era um pouco farto peixe, inclusive de qualidade: era o camorim, pescada, bagre, gurujuba, peixes grandes mesmo, e camarão, muito camarão. E plantavam mandioca, feijão, milho, maxixe, quiabo e vinagreira, não era só cultura de, por exemplo, tomate, de agrião. Não era, era cultura mesmo da roça, aproveitava para plantar a mandioca e o milho e plantava o feijão, que não faltava na nossa mesa, e o maxixe, o quiabo e a vinagreira. Então, essa era a atividade econômica dos meus avós e conseqüentemente dos meus pais.

Pesquisadoras: E como era vida, antes, na comunidade ?

Máxima: Escola, só tinha uma no Maracanã. Todas essas pessoas que têm mais ou menos a minha idade, que é quase cinquenta anos, estudaram na escola do Maracanã que se chamava Alegria. E

comércio, só tinha na Vila Maranhão que se chamava Furo, antigamente, que ficava próximo da Igreja Católica, que é segunda mais antiga daqui do nosso estado e não tínhamos transporte, tudo era carro-de-boi. Eu me lembro bem que nós não tínhamos também energia (elétrica) aqui, tudo mesmo era a natureza, nós tínhamos aqui muitos rios, muitas nascentes, eu pelo menos tenho o orgulho de dizer que tive o privilégio de tomar banho de rio com as minhas irmãs e com algumas pessoas da família que são mais ou menos dessa geração, e ainda temos, degradados, mas ainda temos. E, assim, essas pessoas mais idosas se foram (morreram). Também, o que a gente observa é que a qualidade de vida aqui era tão boa que as pessoas morriam com 96 anos, 100 anos, geralmente. Essas pessoas, como meu avô que morreu com 96, o pai e a mãe de uma pessoa que mora lá do outro lado que se chama Santa Rita morreu com 101 anos, só morreu porque caiu e fraturou o osso. Realmente, se a gente for resgatar isso, a gente vê que a qualidade de vida que se tinha aqui era muito boa, agora ainda continua tendo, mesmo com toda degradação. Fora a degradação, a gente continua considerando que aqui ainda é o melhor lugar do mundo para se viver e para criar os filhos.

***Pesquisadoras:** Você falou que, antes, aqui era só natureza e que tinha qualidade de vida. Quando foi que começou a mudar?*

Máxima: Certo, eu me lembro que quando começou a vir, por exemplo, a ferrovia, foi que começou, no nosso entendimento, digamos assim, a primeira degradação ambiental que se começou a ter, porque os rios já começavam a vir a descer quando chovia, já começaram a entupir algumas nascentes e começou a haver o que meu pai chamava, e que até hoje eu não entendo e queria até entender assim, com uma pessoa experiente, de um técnico, eu me lembro quando ele dizia “– meu Deus, o rio está cheio de catarroso, estão acabando com os rios”. Meu pai e meu avô já reclamavam isso, que iam tomar banho e aquela nata de ferro, aquele negócio que a gente acredita que era da estrada de ferro já começava a degradar os rios. Então, no nosso entendimento, essa foi a primeira degradação que se teve, já começou a se perder por aí e, de-

pois disso, aqui tinha muita vegetação, eu me lembro que aqui tinha muita Paparaúba, que é uma madeira que a gente quase que não vê mais. Na época, elas eram tiradas apenas para fazer caixão e tamanco (chamator), era essa a finalidade. Por exemplo, morria gente e as pessoas aqui mesmo que faziam, naquela época fazia caixão para se enterrar lá no cemitério da Vila Maranhão, que é muito antigo também. E também trocavam farinha com quem pescava (que ia à pesca) e tinham pessoas que plantavam, que faziam farinha e trocavam, quem tinha o peixe trocava pela farinha, quem tinha farinha não tinha essa história de venda, pescava mesmo para comer, para se alimentar, para sustentar a família. Como não tinha energia, não tinha geladeira para conservar, eu me lembro também da história que, por exemplo, meu pai me dizia: “ – a tua avó, ela dizia assim: hoje, que não quero comer peixe sal preso (que era passado sal para poder guardar, já que não tinha geladeira), quero comer um peixe fresco”. Aí meu avô ia pescar porque ela não queria mais comer aquele peixe que já estava mais ou menos dois dias passado o sal, queria comer era peixe fresco, quer dizer, tinha a possibilidade de você escolher que peixe queria e de que forma queria. Hoje, já não se tem mais, se perdeu.

***Pesquisadoras:** As empresas que se instalaram ao longo dos anos nas proximidades do porto vêm causando degradação ambiental que vem afetando a vida da comunidade? Fale sobre isso.*

Máxima: Sim, e aí, ao longo do tempo, a gente vem convivendo, por morar, por se ter o privilégio de morar próximo a uma área portuária, a gente começou a conviver com os grandes impactos porque começou a vir o crescimento das empresas, das empresas que aqui quiseram se instalar e acabou que isso trouxe sérios impactos. Atualmente, nós temos grandes usinas de asfalto que se instalam por aqui e a gente percebe que nosso índice de doenças aumentou muito, por conta que, na hora que eles vêm se instalar, eles apresentam no RIMA que está tudo bonitinho, que vai ter filtro, vai seguir todas as medidas ambientais dentro da legalidade. Na prática, isso geralmente não acontece por que eles podem fazer asfalto, como já foi feito algumas vezes, à noite, não usam fil-

tros. A gente tem conhecimento também de que esses filtros não têm aqui, eles vêm de fora, eles podem ser desligados para manutenção, por exemplo, porque teve algum problema técnico e que passam dois ou três dias e eles têm que preparar o asfalto de qualquer jeito e a gente acaba que percebendo que isso atrapalha, prejudica a nossa saúde. A gente começou também a observar, não só aqui nossa comunidade, mas em outras comunidades, que vários casos de doenças respiratórias, crianças com problemas de asma, idosos com problemas cardíacos, a gente começou a perceber, a tomar conhecimento de que isso poderia ser uma das causas, seriam as usinas de asfalto que são praticamente quase todas elas aqui na nossa região.

Bom, depois, tivemos a implantação da Alumar, há mais de 27 anos, se não me engano, e várias comunidades naquele momento... Nós não nos envolvemos nesse discurso, nessa conversa porque achávamos que por estar tão distante, que talvez não fosse prejudicial, que não fosse nos atingir. E, aí, remanejaram várias pessoas de suas localidades, algumas delas não aqui na nossa comunidade, mas por exemplo na comunidade do Taim tem algumas pessoas que foram retiradas de lá. Aliás, aqui tem uma pessoa que veio com a instalação da Alumar, que foi expulsa de suas terras e que mora aqui na comunidade, tem uma pessoa que veio do Formigueiro. Depois, tem uma pessoa de Anajatiua, da comunidade do Taim. Então, expulsaram as pessoas das terras e a tendência era vir morar aonde essas pessoas se identificavam com as características naturais da sua localidade, que no caso é o mar, é o mato e o cultivo da roça e a pesca. Então, a tendência era vir para um local onde tinha mais ou menos um lugar parecido de onde eles estavam sendo expulsos. Então, a gente tem pessoas que convivem com a gente aqui no nosso meio, e aqui começou a degradação especificamente dos rios, a gente começou a perceber que diminuiu o pescado. Quer dizer, já não tem mais o camorim, já não tem mais a pescada. Algumas vezes ou outras, é até uma festa quando se pega uma pescada aqui no nosso rio e começou a diminuir também o sururu que tínhamos, a ostra, isso

nem se fala mais, o caranguejo não cresceu mais e a gente começou a perceber que essa, no nosso pensamento, foi uma das piores degradações, que tirou praticamente a base de sustentação da nossa gente, do nosso povo, que esse Rio dos Cachorros não atende só aqui nossa comunidade, ele atende a comunidade do Coqueiro, do Coliê, do Maracanã e vem gente até de Madre Deus, da Camboa, nem sei da onde, dos bairros aí que, também, já devem ter tido a história de serem expulsos da área Itaqui Bacanga e muitas dessas pessoas vem pescar aqui no nosso rio. Enfim, diminuiu o pescado também e depois veio a instalação da Brahma, que também fica próximo, que fica lá próximo da comunidade Pedrinhas e que também de certa forma coloca alguns dejetos que chamam de cevada dentro do rio, com isso, os peixes vieram a morrer, depois veio a instalação do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, que fica próximo daqui também, fica próximo da comunidade de Colié e que tem lá um esgoto a céu aberto que coloca direto no Rio Bortura, que era um rio muito bonito. A comunidade está sempre denunciando que esse é um problema que existe há bastante tempo e que órgão nenhum toma providências, porque todas as empresas têm a licença. Então, isso impossibilita de que elas sejam fechadas, então isso é um grande problema. Aí vêm depois alguns matadouros. Ultimamente, os matadouros, que antes eram clandestinos, agora não são porque conseguiram regularização e com isso colocam também o sangue dentro do igarapé de Santa Rita. Esse sim nos atinge aqui diretamente na comunidade de Rio dos Cachorros, e o peixe acaba não servindo mais para alimentar porque come muito sangue. (eles dizem que esse sangue é passado por um processo e isso está dentro do projeto que eles apresentaram na secretaria). Mas os pescadores daqui atestam que, quando chega a noite, de madrugada, quando não tem ninguém lá fiscalizando, eles colocam o sangue é direto no rio. Aí, vêm os bagres, as tainhas que morrem constantemente. Às vezes, eles são pescados, mas não dá para comer porque tem um cheiro muito ruim e a gente acabou até perdendo a fama de alguém querer comer o peixe aqui do Rio dos Cachorros, por conta disso. Então, são vários problemas,

muitos problemas ambientais. Temos também a extração da pedra, que é uma atividade dessa região, a extração da areia. Essa região aqui que abastece toda construção civil de São Luís e é um grande problema que atinge diretamente as comunidades. Enfim, são muito os problemas ambientais. O que a gente pôde perceber é que houve uma melhoria na questão do desmatamento, por exemplo, dos manguezais. Quando existiam, antes, as padarias que usavam lenha no forno, e elas não existem mais, então, a gente passou a perceber que as pessoas usavam esse tipo de atividade econômica de estar cortando lenha para vender para as padarias. E, fora isso, tem a poluição, aqui nós não somos muito atingido, mas na comunidade de Vila Maranhão é a poluição sonora dos trens, a gente está ouvindo agora pessoas reclamando muito disso, nas audiências, você vai nas reuniões e ouve que é muito grande, que pessoas que moram bem próximo não suportam de madrugada, a qualquer hora, tem esses apitos dos trens que incomodam muito, principalmente os mais idosos. Enfim, isso sem falar no descaso de todo o poder público tanto municipal quanto estadual.

Pesquisadoras: Qual a situação das comunidades da zona rural?

Máxima: Nós não temos escolas assim para atender toda demanda da área rural, que tem grande parte que estuda no centro (de São Luís) e que tem que competir com a vaga das pessoas que trabalham nos bairros de São Luís e que estudam. Na verdade, temos apenas uma escola de ensino fundamental na comunidade de Vila Maranhão que já não está atendendo a demanda. Temos uma de 2º grau muito precária que, também, fica na Vila Maranhão. Depois, teve a construção do Mário Meireles, que foi construído pela Alumar, acho que depois de muito a comunidade reclamar que não tinha nenhum tipo de compensação. E, aí, acabou que o governo do Estado, juntamente com a empresa, acabou entrando num acordo e a Alumar me parece que construiu a escola e o governo mantém (o governo estadual), mantém essa escola, mas não dá para atender, me parece que a capacidade é só 1300 alunos. Enfim, são vários os problemas, os problemas sociais, agrários, de reforma, de terra, que

existem pessoas invadindo as áreas e o governo do estado inventou um tipo de condomínio, mas a gente sabe que isso não tem valor nenhum, porque nós somos uma ilha e na verdade quem poderia dar esse título, nos doando a área, é o governo federal e que não existe empecilho na lei sobre isso, sobre essa questão. E, fora os grileiros, que aqui ou acolá, aqui no Rio dos Cachorros não, mas em outras comunidades, a gente sabe que tem pessoas que dizem que têm o título e acabam brigando muitas vezes com os moradores por dizer em possuidores desse título, o órgão do governo, que é o ITERMA (Instituto de Terras do Maranhão), não resolve. Aí, bota para o governo federal e também não resolve e o município também não. Aí a gente acaba dizendo que a terra é realmente nossa porque nascemos aqui e ninguém merece mais ela do que nós, mas fica assim esse empecilho na lei, então é assim.

***Pesquisadoras:** A senhora fala muito da falta de escolas, aqui nunca teve uma escola para atender a demanda da comunidade?*

Máxima: Escolas mesmo, só tem na Vila Maranhão. Aqui funcionava uma escola que era o jardim de infância O Guri, que era do estado, da época em que existiam as escolas comunitárias. Por aqui ser muito distante da Vila Maranhão e pela questão da falta de transporte na nossa comunidade, pois só passava (transporte coletivo) na BR, nós acabamos aderindo a uma escola comunitária aqui, por sinal muito boa, que várias pessoas que hoje já se formaram e que estão na universidade aprenderam a ler e escrever ali no jardim de infância O Guri. Mas, quando Roseana¹ assumiu o governo ela resolveu acabar com as escolas comunitárias e a gente acabou que perdendo também esse convênio. Ela chamou todas as pessoas que trabalhavam nessa escola para trabalharem em outros lugares, como no Anjo da Guarda, na própria Vila Maranhão. As pessoas acabaram não prestando mais serviços aqui, pessoas que nasceram aqui mesmo. Essa escola aqui na co-

1. Roseana Sarney Murad assumiu seu primeiro mandato como governadora do Maranhão no ano de 1995.

munidade funcionava no prédio da união de moradores. E, aí, tem também o PETI², que a presidente da associação do menor carente conseguiu fazer convênio com o município. Acho que tem uns cinco anos que temos isso, a gente tem esse tipo de apoio. Escola de ensino fundamental não temos e é só mesmo educação infantil, que se diz hoje. Quando chega o final do ano, as pessoas estão aqui loucas para conseguir vagas nas escolas, que muitas vezes esse tal de matrícula bem fácil³ tem, por exemplo, alunos aqui, que moram aqui no Rio dos Cachorros, e que vem vaga para estudar no Cohatrac, Maiobão⁴, isso é um desastre. A gente briga por isso também, porque não tem como estudar. A escola não leva em consideração a proximidade e até porque a gente entende que não tem vaga mesmo, as escolas estão superlotadas, quer dizer, a população cresceu muito e não construíram nenhuma escola nova. Apesar do governo fazer uma propaganda, de dizer que fez não sei quantas escolas novas, a gente sabe, por exemplo, é que foi ampliada uma sala, melhorado uma quadra, mas escola mesmo não tem. As salas de aulas ficam superlotadas, chega ao ponto que não tem mais para onde ir. Por exemplo, nós temos como uma questão aqui no Jardim Gomes de Sousa que é muito antigo, muito antigo mesmo e que o governo municipal está querendo acabar por não achar necessário. Fez uma escola na comunidade de Tiradentes que é muito distante, tirou do centro da Vila Maranhão e as mães não querem aceitar, porque é muito distante, muito distante da casa onde a criança mora. Agora, a gente entende porque querem acabar com a educação infantil. Porque, para o governo a educação infantil tem que ficar a cargo da família, porque a educação infantil, no nosso ponto de vista, não gera renda para o município. Então, o que interessa é o ensino fundamental, não interessa construir mais escolas, o slogan é botar mais crianças nas escolas para

2. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, mantido pelo Governo Federal.

3. Programa da Secretaria Estadual de Educação, voltado para a informatização das matrículas de alunos da rede estadual de ensino.

4. Bairros muito distantes e de difícil acesso para os moradores de Rio dos Cachorros.

que cada criança receba uma porcentagem que vai para o bolso da educação e educação de qualidade não se tem, é assim que a gente, por esse lado, que a gente vê.

***Pesquisadoras:** Pelo que a senhora fala, é uma batalha que a comunidade enfreta para que seus filhos possam estudar, e o que acontece depois que terminam os estudos?*

Máxima: Muitos jovens aqui terminaram o 2º grau⁵, e também a gente vê isso daí como um desafio pra nós que já passamos por essa fase, que somos mães, a gente tem pensado nisso porque a nossa juventude termina o 2º grau, antigamente, como te falei, voltando um pouco assim na história, a gente estudava, meu pai pelo menos dizia assim: “– bom, precisa aprender botar o nome e pronto”, porque a qualidade de vida que se tinha não exigia muito, a gente aprendia com a professora, a que ainda mora aqui e se chama “minha mestra” e é professora até hoje. Ela foi professora aqui, por exemplo, do meu pai, da minha tia e até hoje, as pessoas, chamam ela de “minha mestra”, porque aprendeu a ler e escrever, ensinou as crianças aqui a ler e escrever. Então, era isso o que bastava, a escola que tinha era no Maracanã, poucos foram, temos pessoas formadas que estudaram no Maracanã, que foram, depois para Pedrinhas e temos aqui uma assistente social, que se formou e mora aqui e tem orgulho de dizer, a Jacinilde, que nasceu aqui e ela inclusive ajudava na educação do Jardim de Infância O Guri. É formada em assistente social, ela não gosta de dizer isso, mas nós temos orgulho porque é daqui mesmo e se esforçou. E a juventude termina o 2º grau e não tem nada para fazer, a gente agora que está buscando qualificação porque termina o 2º grau e aí vai fazer o que, vai trabalhar do que, e também já não tem mais aquela expectativa de trabalhar na roça, até porque a exigência do mercado não é mais essa. Vai fazer o que? Vai pescar? Já não tem mais peixe no rio, quer dizer já acabou com a autoestima nesse sentido, dessa atividade. Então, termina o 2º grau e vai tentar trabalhar em loja,

5. Refere-se ao nível de ensino que, na atual estrutura educacional brasileira, é denominado Ensino Médio.

vai tentar vaga nessas empresas e muitas vezes não são chamados porque não têm qualificação adequada para isso também. Enfim, tem muita gente aqui que consegue concluir o 2º grau, muita mesmo. Tem pessoas que estudam muito.

***Pesquisadoras:** Quantas famílias há neste povoado?*

Máxima: Olha, na comunidade nós temos 500 famílias, que Rio dos Cachorros compreende, a área toda é 279 hectares de Rio dos Cachorros, e tem famílias que moram juntos com 2 ou 3 famílias na mesma casa, tem esse problema. São aproximadamente 500 famílias.

***Pesquisadoras:** Como está a organização social, tem associação?*

Máxima: Aqui tem duas associações, tem uma, Amigo Jurídico, que é a associação do menor carente, que está com a documentação toda regularizada. Mas, a mais antiga mesmo é a União de Moradores, que foi criada em 1970 aqui na comunidade. Essa está com a documentação um pouco perdida, como a gente quer resgatar mesmo a história da fundação, temos inclusive documentos antigos de pessoas, dessas famílias, nós estamos resgatando. Na verdade, nós nunca nos preocupamos com a questão jurídica da comunidade, até por entender que todo mundo que nasceu aqui é dono. Então, a gente sente agora uma necessidade dessa organização jurídica, porque a organização do pessoal do povoado já tem, o que falta é essa questão da organização jurídica, de fazer presidente, vice-presidente e secretário, porque a concepção aqui da nossa comunidade, das pessoas, da juventude, das pessoas que tem 40, 50 anos e que a gente não precisa estar respaldado dentro da lei para representar nossa comunidade e aqui nosso lema é: quem nasceu manda, todo mundo é presidente, todo mundo tem aquela autoridade de chegar e dizer: “ – eu moro no Rio dos Cachorros, eu preciso defender a minha comunidade, é isso que eu quero”. Mas a gente sente agora uma necessidade, por conta de todas as questões sociais e até ambientais, de ter essa entidade registrada e nós já estamos providenciando isso.

***Pesquisadoras:** E quanto à religião, qual é a predominante na comunidade?*

Máxima: Nós temos a Igreja Católica, a predominância da religião realmente aqui é católica. Tem aqui uma igreja Assembleia de Deus, que foi criada por pessoas que vieram morar aqui e que já vieram com essa religião. Mas aqui não é muito, são poucos, a igreja daqui realmente é a católica. Aqui tem uma das coisas que mais nos encanta, que eu sou assim admirada, é a questão que ainda se rezam as ladainhas que não se vêem mais. Santo, meu Deus do céu, são tantos santos: é Nossa Senhora Santana, é Divino Espírito Santo, que se tem aqui na comunidade. Por sinal, a pessoa que faz essa festa vai completar agora 100 anos, é a D. Estelina. Essa festa ela faz no mês de dezembro. E tem o festejo de São Miguel, que é o padroeiro da comunidade. Então, festa religiosa tem muitas e católica também têm muitas, uma comunidade de luta e de fé, a gente considera assim.

***Pesquisadoras:** A comunidade participa de algum movimento social?*

Máxima: Movimento social, a gente participa aqui, algumas pessoas participam do Movimento Reage São Luís. Agora, a gente faz aqui nosso movimento e esse movimento não é isolado. Se a comunidade de Vila Maranhão ou do Taim está com dificuldades do transporte, a gente entendeu que não dava para brigar sozinho. Bom, a gente tinha um problema aqui do transporte coletivo e a gente avançou porque a gente se uniu e pedimos isso. Depois, a gente começou a perceber que nos tornamos referência nesse sentido. Depois, a gente começou a perceber que o governo tentou nos isolar, querendo resolver apenas o nosso problema. Aí, a gente percebeu isso, não vamos pensar nas outras comunidades? Com os nossos irmãos? Porque a gente ainda vive isso, vamos conversar com Taim, com Porto Grande e vamos ver o que a gente quer brigar e todo mundo junto. Bom, se o problema não é no Rio dos Cachorros, mas é no Taim, mas o Rio dos Cachorros está na luta com a comunidade do Taim. Se for para melhorar a estrada do Taim, estamos lá. Se é um problema de terra de grileiro, alguma coisa, o Rio dos Cachorros está presente nessas discussões para que fortaleça.

Então, isso para nós é um movimento. E, assim, até na cultura, se o Rio dos Cachorros tem o dia da cultura, que é 19 de julho, Taim também tem o dia e Porto Grande também tem. A gente não fez só um dia para todos porque é muito complicado conseguir o transporte. Mas, um respeita a data do outro e um participa da cultura do outro. Por exemplo, o tambor de crioula do Taim vem para cá no dia, a dança do boiadeiro daqui vai pra lá no dia. Então, existe essa integração, para a gente, isso é um movimento, porque isso é que nos fortalece.

***Pesquisadoras:** E como foi essa “união de forças” com o movimento Reage São Luís?*

Máxima: Foi a partir da discussão do Pólo Siderúrgico que a gente começou a ter que viver esse tipo de problema. Com a possível remoção dessas comunidades, a gente começou a buscar parcerias de pessoas que pensavam como a gente, que defendiam a nossa permanência, a nossa resistência. Aí, a gente conheceu a irmã Ani, depois veio o Dr. Guilherme Zagalo e outras pessoas que, na parte mais técnica, vamos dizer assim, dentro da lei, que começaram a nos dar orientação adequada, para que a gente pudesse fazer com que não só o Rio dos Cachorros, não só a área rural, mas toda Ilha de São Luís participasse dessa discussão e eu acho que nós conseguimos isso. Esse movimento, o Reage São Luís, ele foi onde nós aprendemos na verdade, nós aprendemos a nos defender de uma maneira que a gente nem sabia que existia, quando quiseram mexer com a gente, todo mundo ficou muito doido e acabou um fortalecendo o outro e o movimento cresceu e, até hoje, a gente tem, digamos assim, ganhamos uma referência que a gente nem sabia que poderia ter.

***Pesquisadoras:** A senhora mencionou o problema do transporte e que tiveram que se unir para lutar, como foi isso?*

Máxima: Nós conseguimos transporte aqui no Governo de Jackson Lago⁶, depois de muita negociação com o secretário que, na época,

6. Gestão de 1997 a 2000, na Prefeitura Municipal de São Luís.

era Pádua Nazareno. E nós, na verdade, tudo que se tem aqui foi com muita luta da comunidade, o governo sempre foi omissivo, não só aqui, mas acredito que em toda área rural. A gente conseguiu o transporte para cá, eles alegaram a questão da estrada porque não tinha estrada adequada. Nós conseguimos com os empresários, com os mineiros que extraíam areia, porque tinham máquinas, tinham picaretas, nós conseguimos que eles melhorassem, que fizessem o papel do governo municipal e melhorassem a estrada para que o ônibus entrasse aqui. Nós conseguimos isso, depois tivemos o privilégio de brigar para ele ser integrado⁷, porque nenhum ônibus da área rural era. O primeiro ônibus a ser integrado foi o Rio dos Cachorros. Depois de muita luta mesmo, discutindo com o secretário, pensando no nosso povo que já tava fazendo o segundo grau, por exemplo, no Cintra⁸, no Anil, em outras escolas, que a gente não teria condições de pagar duas passagens, então nós brigamos para que ele fosse, nossa linha fosse integrada e conseguimos, foi o primeiro ônibus da área rural a ser integrado. Foi o Rio dos Cachorros, com muita discussão, muita luta, organização mesmo da comunidade.

***Pequisadoras:** A senhora apontou os problemas ambientais causados pelas empresas. E a comunidade tem alguma parcela de responsabilidade nestes problemas?*

Máxima: A gente tem, aqui, a atividade de extração de pedras e areia. Mas a gente sabe que esses recursos não são renováveis, eles vão acabar e nós já estamos discutindo aqui de que forma que vai se viver. Se a gente quer se manter aqui, na nossa localidade, ninguém quer sair daqui, nós vamos viver do que? A pedra vai acabar e é também uma atividade que degrada o meio ambiente, essa atividade não é correta, não é o nosso discurso, mas é a única forma que alguns conseguem para se manterem, porque não tem mais

7. Fazer parte da rede de integração de transporte público municipal, através dos terminais de integração, que permitem a troca de ônibus sem que se pague nova passagem.

8. Escola estadual localizada no bairro do Anil.

peixe no rio, não tem mais tanto mato para fazer a roça. Então, é como se fosse, digamos assim, uma atividade que venha compensar no momento. Os empregos são temporários também, e eles têm aqui pelo menos isso. Mas a gente já discute de que forma vai viver, as áreas aqui já estão bastante degradadas. A gente pensa em fazer reflorestamento, vamos recuperar, vamos cuidar daquilo que ainda se tem e vamos recuperar aquilo que se perdeu, preservando inclusive até próximo do rio dos Cachorros, porque o Rio dos Cachorros é braço do mar que nós temos aqui. E vamos trabalhar isso né, não é fácil, é mais um desafio, mas a gente está tentando. Também não queremos perder a nossa cultura, nossa identidade cultural daquilo que se tem, as ladainhas, as rezas, as procissões, o mês mariano, o festejo de São Miguel, o festejo do Divino Espírito Santo. Não queremos perder isso de forma nenhuma, o levantamento do mastro, isso é uma atividade cultural que vem ao longo de 150 anos, isso os jovens daqui não querem perder. E nós trabalhamos para que isso não se perca realmente.

***Pesquisadoras:** E o desmatamento, como está a situação por aqui?*

Máxima: Não se tem, o que se teve foi o que eu te falei na questão das padarias, mas isso não se tem mais. A comunidade daqui foi pro mangue junto com a comunidade do Taim, vimos que o nosso mangue..., inclusive, que tem mangue com caule bem grosso que significa dizer que tem muito tempo que as pessoas não fazem isso. Já fizeram para as padarias, mas hoje não se faz mais isso, graças a Deus, nem os jovens fazem mais isso, só vão para o rio mesmo para pescar.

***Pesquisadoras:** Atualmente quais são as atividades econômicas da comunidade?*

Máxima: A atividade econômica continua sendo a extração da pedra, continua sendo a pesca, continua sendo a roça, porque ninguém perdeu, porque, até mesmo quem está hoje na universidade estudando meio ambiente, porque a gente quer defender a nossa comunidade nesse sentido também, e até mesmo essas pessoas continuam tendo suas roças, sua roça de mandioca, de feijão, de

milho, tudo na sua época, a gente continua tendo a galinha caiipira, continuam sendo estas as atividades.

***Pesquisadoras:** A comunidade já está bem engajada nos debates ambientais, como foi essa “tomada de consciência” de que se necessita preservar para garantir o futuro?*

Máxima: Olha, nós fizemos, eu até tenho esse DVD. Mas eu coloquei na Secretaria do Meio Ambiente denunciando todas as degradações, nós começamos a pensar assim, a ver a questão do Rio Itapeturu, por exemplo, aquelas comunidades ribeirinhas de muito tempo vinham denunciando que o rio estava morrendo e ninguém nunca tomou uma providência, aí deixava o rio morrer, aí não tem água, o rio está assoreado, não tem mais comida, os ribeirinhos estão passando necessidades e tal. A gente começou a trazer o exemplo para nós, vamos cuidar do nosso rio que ele ainda está bom, ainda está perfeito, está aí com toda força e que já alimentou gerações e gerações, está precisando ter uma recuperação em relação a isso que estou te falando, em relação à produção do pescado, mas ele é muito lindo e a gente não quer perder ele. Depois que ele estiver aí, mas a gente não tem degradação no rio igualmente, nem lixo doméstico. Nós fizemos uma pesquisa e não temos. Temos algumas comunidades como o Colié que está mais próxima, a gente compreende que tem uma grande quantidade de lixo como garrafa PET, plástico e tal. Então, nós tivemos uma idéia, não fizemos agora no final de 2007, mas a gente vai fazer agora, depois das chuvas, que vai ser a corrida ecológica para conscientizar as comunidades nesse sentido de que o rio é importante para nós. Acho que a gente não pode degradar o rio e já basta as empresas que jogam produtos químicos, sangue. São muitas pessoas. Nós, como comunidade, não podemos fazer isso e a gente, a grande degradação mesmo realmente é das empresas, não é das comunidades. Apesar de que, quando a gente vê uma coisa desse tipo, denuncia. Procuro sempre dizer, por exemplo, o rio Itapeturu a gente vê quando passa na televisão, eles procurarem dizer que a comunidade que fez isso, mas a gente sabe como a gente convive com isso. Também se sabe que a comunidade não faz isso realmente, são as grandes empresas.

Pesquisadoras: O que você sente em relação a este lugar?

Máxima: Primeiro, a gente mesmo é uma coisa, que vou falar de uma coisa muito pessoal, outro dia, estávamos conversando com um grupo de pessoas daqui, eu estava dizendo tudo que se tem, eu pelo menos, tudo que eu tenho eu devo aqui a essa terra, que seja criando galinha, seja criando pato, seja tirando areia, tirando pedra, mas tudo que tenho, eu nunca tive emprego, eu sempre fui livre, nunca estive em mãos de ninguém. Dizer: “– não, a Máxima trabalha não”, eu terminei meu 2º grau em 79 e vim morar aqui, tive filhos. Mas, tudo que eu tenho foi daqui que eu trabalhei, foi essa terra que me deu e, às vezes, dói nessa atividade de estar tirando pedra, como se a gente tivesse agredindo, uma vez uma pessoa aqui da comunidade falou: “– Máxima, essa terra é que nem nossa mãe, a gente não foi malcriado com a mãe da gente”. Isso me chamou atenção, por sinal a minha mãe já morreu, mas a gente sempre fez tanta malcriação, mas ela acabava perdoadando, sempre nos dando tudo. Então, a gente vê nossa vida aqui como isso, porque a gente também agride muito essa terra, mas eu tenho certeza que nós não conseguiremos viver sem ela ou ela também sem a gente, ou se vir outra população pra cá, outra empresa sei lá eu, nem sei. Mas o nosso sentimento, é que ela também prefere que nós fiquemos aqui, esse é nosso sentimento, pode até ser besteira, mas ela prefere que a gente fique aqui para, de uma certa forma, redimir, pedindo perdão, recuperando aquilo que se degradou, nós mesmo como moradores, do que vir outro processo, porque nós nascemos aqui, temos uma identidade com ela e a gente está vendo assim. É claro que não são todos da comunidade que têm esse pensamento assim e nem esse sentimento verdadeiro.

Pesquisadoras: Há moradores que fazem cursos na área de meio ambiente? Quais são os benefícios?

Máxima: Tem, como a gente tem muitos problemas, por exemplo, a questão das nascentes, nós temos aqui isso, ainda temos alguns dois ou três rios que permanecem belos, ainda dá para tomar banho. A gente nem gosta de tornar público, porque quando vêm as pessoas,

começam a vir garrafas PET, num sei o que mais. A gente prefere, só, até mesmo, a comunidade que sabe onde é. A gente prefere esconder isso do povo, do público, de uma certa forma. Mas, a partir de 2004, com essa conscientização que eu estou te dizendo aqui, nesse momento desse sentimento que se tem por aqui é que algumas pessoas, algumas jovens daqui, naturalmente, deparando com a necessidade mesmo, estavam terminando o 2º grau, disseram assim: “– eu vou estudar meio ambiente”. Nós temos uma assistente social que prestou grande serviço aqui, ensinando o nosso povo o ABCD, que foi também, naturalmente, como voluntária, que hoje está aí, nos defendendo nas audiências públicas. Entende até melhor a questão social e defende tão bem, porque viveu aqui, sentiu na pele os problemas. Então, da mesma forma, nasceram as pessoas daqui querendo estudar, batalhando para fazer um estágio. Até conseguiram agora no IBAMA, graças a Deus, fazer esse estágio delas que terminaram. Estão trabalhando a recuperação ambiental da nossa área, com carinho, com gosto mesmo, com responsabilidade de estar até incentivando as outras pessoas que moram aqui. Porque uma coisa é pegar um técnico lá de fora e vir fazer qualquer coisa aqui sem conhecer, como era antes. Outra coisa é uma pessoa que nasceu aqui e que sabe como era antes, que viveu, que brincou, que banhou, estar tentando melhorar aquele ambiente da forma como ele era realmente. Então, para mim, isso foi um grande ganho que se teve para nós aqui e a gente teria então aí. Terminando, ficaram atrapalhadas com a questão do estágio, também são lavradoras, têm as roças delas, estão passando muitas dificuldades financeira inclusive, questão de livros e tal, de material de estudo, mas elas estão vencendo. Trabalham durante o dia nos afazeres de casa e na roça, continuam plantando mandioca, fazendo farinha, pescando também, porque, às vezes, elas se reúnem à noite, vão pescar e, às vezes, vão plantar, todo mundo junto também. Mas estão aí, estudando, conseguiram, são muito jovens, são mães de famílias tiveram um problema com os maridos que não aceitaram muito bem porque iam “estudar não-sei-para-que”, mas parece que já estão até conscientizando os maridos, que já têm uma outra concepção.

Pesquisadoras: E como a senhora vê a Educação Ambiental nessa área?

Máxima: Olha, a gente aprendeu, isso foi uma lição pra nós. Assim, a princípio, a gente só sabia dizer: “– daqui não saio daqui ninguém me tira”, porque ninguém queria sair daqui por entender que aqui é nosso lugar. Isso é uma questão. Aí, depois a gente começou a aprender com processos, começou a perceber, isso foi como se fosse uma chamada de consciência. Vai ver, nós chegamos à conclusão que nem se dava conta de quanta riqueza natural que se tinha aqui. Ninguém quer sair daqui porque aqui todo mundo se conhece, um vigiando o outro a gente tem do que sobreviver, mas, talvez, a gente mesmo não dava valor ao que se tinha. Daí, começou a nossa Educação Ambiental e a gente começou a ver também que meio ambiente não era só florzinha. A gente começou a ver isso de uma forma diferente. Bom, nós agredimos também. Aí veio a questão do discurso ambiental, porque as empresas vêm e fazem uma degradação enorme e a gente começou a ver em nós, não estamos agredindo também? Começamos a consciência do que é realmente Educação Ambiental. Veio a questão do lixo doméstico. Bom, o carro de lixo passa, aí você pega e toca fogo? Não, se tem um carro que está passando, vamos começar a colocar lá, no carro de lixo, vamos começar a não jogar mais a garrafa PET no rio. “– Vocês pescadores, quando forem pescar de madrugada e levar água, tragam a garrafa PET de volta, não levem o plástico que vocês levam com farinha, tragam de volta”. Começou essa educação realmente ambiental. “– Bom, nós não vamos mais colocar mandioca dentro do rio para apodrecer”, porque, se é para fazer farinha, a mandioca tem que apodrecer, amolecer. Na verdade, começou assim: “– gente, vocês se lembram que aqui agente tinha muito bacural? Porque será que eles sumiram? Preguiça, nós tínhamos demais aqui, porque será que elas sumiram?” (começou daí nossa Educação Ambiental), “– por quê? Por conta do desmatamento que se teve para tirar pedra, tirar areia. Eles sumiram e o que está acontecendo agora? Aí a gente também pensou: “– lá na Alumar tem um parque ambiental, esses animais eles es-

tão indo pra lá, e porque estão indo pra lá?” Porque, lógico, que de certa forma, estão lá as mangueiras preservadas, estão caindo as mangas, ninguém apanha, é privado é, mas eles estão indo para o refúgio de lá, porque lá está tendo de qualquer forma a preservação. Aí, começou a nossa educação de pensar como trazer isso para cá, daí que veio a necessidade da gente estudar o meio ambiente, reflorestamento.

9

Movimentos sociais, desenvolvimento e capital social: a experiência do Reage São Luís

Raphael Jonathas da Costa Lima

1 Introdução

O objetivo deste artigo é oferecer uma leitura a respeito do movimento Reage São Luís, organização da sociedade civil maranhense que vem debatendo os rumos do desenvolvimento do estado e que ganhou maior visibilidade com a discussão do pólo siderúrgico da capital, em 2004. Parte de um programa conjunto compreendendo algumas empresas do ramo siderúrgico e o poder público em âmbito estadual e municipal, o projeto do pólo teve séria repercussão e desencadeou numa ampla mobilização contrária. Tomando como base depoimentos e documentos recolhidos durante a nossa pesquisa, realizada no final de 2007, a proposta é descrever o movimento, ainda que de forma preliminar, expondo nossas percepções a respeito da cidade de São Luís, de sua população e dos dilemas por ela enfrentados.

O Reage São Luís poderia ser definido sob diferentes ângulos, entre eles como uma rede de movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2006), um movimento de protesto ou como uma reivindicação transclassista (SALLUM, 2005). Não obstante, nossa leitura caminhará no sentido de compreendê-lo sob a forma de uma coalizão – não encon-

trando definição simplesmente a partir de conceitos totalizantes, como o de classe – que conseguiu interferir na trajetória do desenvolvimento da capital do estado do Maranhão. Oficialmente, a temática que o alçou à arena pública constituída no momento de discussão do pólo foi a defesa do meio ambiente e das comunidades rurais da ilha de Upaon-Açu¹ (onde se localiza São Luís) a serem atingidas mais diretamente. Por este aspecto, o movimento não se traduz em qualquer inovação, pois o Maranhão e as demais localidades da Amazônia Legal apresentam décadas de conflitos sócio-ambientais que criaram repertórios de ação coletiva (TILLY, 1996), hoje servindo de referência prático-teórica para novos militantes e organizações engajadas em conflitos em âmbitos muito variados.

Movimentos ambientalistas tendem a ser classificados como culturais e não políticos por redirecionarem o debate da esfera das reivindicações por justiça distributiva para a identitária do indivíduo (GOHN, 2003; SCHERER-WARREN, 2005). O Reage, contudo, não é um novo movimento ambientalista/ecológico surgido no município. Ele é um projeto sociopolítico antagônico às elites políticas dirigentes do Maranhão. O movimento argumenta que o estado necessita de um novo modelo de desenvolvimento mediante o esgotamento da concepção pautada exclusivamente na siderurgia. Considerando esta afirmação, este artigo supõe que o amadurecimento do tecido social explica o brotamento de iniciativas como o Reage, dispostas a interferir na condução dos rumos do desenvolvimento local. Trata também de mostrar que a sociedade civil, por meio de suas redes sociais, funciona como um agente fiscalizador, exigindo a prestação de contas por parte do Estado. Por último, tem por finalidade sugerir que quando o território desfruta de coalizões sociais fortes capazes de compartilhar e difundir informações e inovações, as suas bases sociais são mobilizadas, aproximando desenvolvimento e movimentos sociais, duas categorias que historicamente dialogaram muito pouco entre si. Este foi o princípio que nos orientou no entendimento da mobilização conhecida como Reage São Luís.

1. Nome indígena da Ilha do Maranhão.

2 Pressupostos

Um artigo publicado no *Jornal Pequeno*², em junho de 2007, citava a reviravolta ocorrida no caso da negociação para a instalação de um complexo siderúrgico na capital do estado. O governador Jackson Lago (PDT)³ havia recuado e acatado exigências de movimentos sociais articulados sob uma nova legenda, denominada por Reage São Luís, que pressionava pela reconsideração quanto aos planos de levar um complexo de tal magnitude para uma cidade com sérios empecilhos, ameaçando transformar em calamidade um cenário já de profundas desigualdades sociais e de extrema fragilidade ambiental. Meses depois, visitamos São Luís com a finalidade de entrevistar militantes de movimentos sociais, acadêmicos, jornalistas e os próprios integrantes das comunidades rurais a serem impactadas pelo projeto. Nosso intuito era dimensionar o tamanho do impacto em termos socioeconômicos para a capital do estado; medir a sua repercussão entre a população residente nas áreas rurais do município que deveriam ser deslocadas a fim de confortar o empreendimento e calcular os efeitos desse acontecimento em termos de mobilização social ou no sentido de fomentar um espírito cívico (PUTNAM, 1995).

Quase consensual entre os nossos entrevistados era a opinião de que o Reage São Luís havia sido diretamente responsável por brechar ou impedir a concretização dos planos de investimento na ilha. O movimento se mantinha contrário ao discurso legitimador propagado pelas autoridades locais, que saudavam a iniciativa do pólo como mecanismo de promoção do progresso econômico, urgente para um estado com um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país⁴, com apenas a 25ª maior renda per capita e onde o nível de desemprego atinge níveis alarmantes, obrigando a população a ingressar no

2. "São Luís, siderurgia e o século XXI", Marcelo Carneiro, Artigos JP, *Jornal Pequeno* (MA), edição 21.568, junho de 2007.

3. Jackson Lago foi eleito governador nas eleições de 2006, assumiu o mandato em janeiro de 2007 e foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral em março de 2009. Em seu lugar, assumiu a segunda colocada nas eleições de 2006, Roseana Sarney Murad.

4. 0, 636 (2000) – Fonte: IPEA DATA.

caminho sem fim da migração inter-regional. Essa postura contrastava com a de ambientalistas, que saíam em defesa do sensível ecossistema da ilha e apontavam deficiências como o fornecimento de energia elétrica e água como entraves que inviabilizavam o prosseguimento do projeto. Nem a promessa de geração de novos postos de trabalho, muito menos o aumento na receita tributária do estado animavam as organizações da sociedade civil a aceitar o empreendimento aclamado como a grande alternativa para os problemas de empregabilidade e de baixos indicadores sociais em todo o estado.⁵

Conhecemos a base do Reage em uma das reuniões de rotina que realizava mensalmente na sede da Central Única dos Trabalhadores (CUT – MA). Na ocasião, o assunto em pauta era a construção da Siderúrgica do Mearim, no município de Bacabeira. Os militantes discutiam medidas paliativas para os impactos que o projeto prometia desencadear, como a explosão demográfica na região que se estende de Bacabeira a Rosário com um aumento populacional significativo, saindo da casa dos 18 para os 25 mil habitantes. E alertavam para a importância de haver uma mobilização em defesa do rio Itapecuru, ameaçado de sofrer um esgotamento provocado pelo aumento da demanda d'água. Com amplo domínio dos aspectos técnicos do setor siderúrgico, os integrantes do movimento nos ofereceram evidências e argumentos respaldados por uma base científica consistente decorrente da presença de uma massa crítica multidisciplinar, incluindo funcionários públicos da Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão (CAEMA), advogados, professores e geólogos. Todavia, o que mais chamou nossa atenção foi descobrir que a questão siderúrgica, embora estivesse na origem da mobilização, não era exclusiva e muito menos excludente. O movimento possuía concepções bem definidas de desenvolvimento e não necessariamente se posicionava

5. “A vinda de um grande empreendimento que se apresenta como o maior investimento industrial a ser feito no Brasil nos próximos anos é um aceno de geração de trabalho que merece ser bem avaliado. Postos diretos e indiretos serão criados (...)”. Tadeu Palácio, prefeito de São Luís (MA), “O Desenvolvimento que Queremos”, Jornal Pequeno, 23/01/2005.

contra a implantação de uma planta siderúrgica no Maranhão, contanto que isso repercutisse na melhoria do IDH do estado, na geração de empregos para a comunidade e que viesse acompanhado de equilíbrio e sustentabilidade ambiental, algo definitivamente improvável de acontecer.

A nossa maior preocupação é que queremos que a siderúrgica venha para o Maranhão porque é importante que ela venha, por causa dos IDHs, que são baixíssimos. A comunidade precisa de emprego. Só que temos que entender que temos que ter desenvolvimento sim, porém, com equilíbrio e sustentabilidade ecológica (entrevista realizada com Ediléa Pereira Dutra).

Assim, mediante essa constatação, optamos aqui por defini-lo como um projeto sociopolítico esforçado em fazer com que o estado do Maranhão reveja a sua matriz de desenvolvimento, legitimado pelo domínio técnico da questão por alguns de seus integrantes e também vinculado a setores que dominam a política local. A coalizão – se assim entendermos o movimento – promovida por diversas organizações abriu caminho para que o Maranhão começasse a pensar formas de crescimento intensivo pautadas na descentralização do poder de decisão em substituição a um tipo de crescimento extensivo orientado verticalmente pelo Estado e pelas forças de mercado.

(...) O Maranhão tem uma peculiaridade em relação aos outros estados. Aqui, proporcionalmente, a população é na maioria rural. (...) O estado se concentra muito na capital e para se aproximar mais dessa população teria que fazer um trabalho itinerante muito sério. Com uma melhor distribuição de políticas públicas haveria uma melhoria do IDH. Além disso, era preciso fazer um estudo de planejamento para pegar o perfil econômico do norte e do sul do estado e eliminar essa concepção do Maranhão como corredor de exportação porque se ele continuar a ser, não irá agregar valor. É preciso que passe a ter uma concepção de um estado com o seu próprio instrumento de desenvolvimento, sua própria matriz de desenvolvimento (entrevista realizada com Ricardo Luís de Almeida Teixeira).

3 Breve histórico do Processo

Em outubro de 2004, iniciou-se uma discussão sobre a revisão do plano diretor da cidade de São Luís, elaborado em 1975 e que repercutia diretamente na caracterização do distrito industrial, tendo sua implantação sido efetivada em 1980 através dos decretos estaduais números 7.632, 7.646 e 7.827 com base na Lei Federal número 6.803/80⁶. Alguns defendiam uma profunda revisão no plano no que condizia especialmente à Lei Municipal de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano (número 3.253, de dezembro de 1992). Críticas começaram a surgir, alegando que a revisão do plano diretor tinha como única finalidade favorecer o redesenho do território municipal, o que afetaria populações instaladas há pelo menos quarenta anos em áreas rurais, que passariam a constituir a área industrial do município.

Apesar de ser uma iniciativa da prefeitura municipal, a mudança na lei de zoneamento, objetivo principal, era essencial para o governo do estado, que desenhava um megapólo siderúrgico, cuja viabilidade requeria uma redução da zona rural, agregando uma parte à zona industrial. Na época, o então governador José Reinaldo (PFL) esteve na China formalizando os contratos para a elaboração dos projetos de engenharia, arquitetura e urbanização relacionados à implantação do pólo, cuja expectativa era de que fosse um dos três maiores do mundo (SILVA, 2004). A previsão era instalar três siderúrgicas que alcançassem a capacidade de produção de 8 milhões de toneladas anuais de placas de aço voltadas à exportação, num total de 24 milhões de toneladas/ano, e uma guseira, dentro de uma área de 2.471,71 hectares, localizada perto do porto de Itaqui. A área a ser submetida às alterações na lei de uso do solo era de aproximadamente 3.200 hectares e o pólo seria implantado às margens da baía de São Marcos, nas proximidades das seguintes comunidades: Taim, Porto Grande, Rio dos Cachorros, Limoeiro, Vila Maranhão, Cajueiro, Parnauçu, Sítio São

6. Fonte: Prefeitura de São Luís.

Benedito, Sítio Conceição, Sítio Madureira, Camboa dos Frades, Ananandiba, Bom Jesus do Cajueiro e Collier⁷.

Na época, insinuou-se que a prefeitura municipal pretendia ampliar o zoneamento industrial de forma a beneficiar o projeto e isso ficou mais evidente após o governo estadual oficializar o pedido de conversão para área industrial. A divulgação da notícia (O Estado do Maranhão, 07/01/2005) agilizou a iniciativa da prefeitura de realização de audiências públicas em todas as comunidades a sofrerem impactos diretos, propondo que a Zona Residencial 10 e a Zona Rural Rio dos Cachorros fossem convertidas em Zona Industrial 4 e destinadas à indústria de base direta ou indiretamente vinculada à produção siderúrgica. Ao passo que a proposta beneficiaria significativamente a receita do município e era bem vista pelas entidades empresariais do Maranhão⁸ que discursavam sobre seus benefícios para o crescimento econômico do estado, algumas discordâncias começaram a surgir, principalmente no que condiz aos danos causados ao ecossistema da ilha, como a destruição de manguezais, a poluição do ar provocada pela emissão de enxofre do coque que alimentaria as usinas, além do agravamento da carência d'água. Embora abrigue importantes bacias hidrográficas como Anil, Bacanga, Paciência, Tibiti e Cachorros, a degradação ambiental provocada pela ocupação

7. 14 comunidades com 14380 pessoas espalhadas em 2598 hectares. Fonte: Considerações Preliminares sobre a Implantação de um Pólo Siderúrgico na Ilha de São Luís, 2004.

8. "O distrito siderúrgico por sua dimensão, pelo volume de recursos que deverá injetar na economia do estado, pela quantidade de vagas de emprego direto e indireto que deverá criar e, acima de tudo, por seu efeito multiplicador, traduzido na indução de muitos novos empreendimentos e oportunidades, certamente concorrerá de modo determinante para a superação dos problemas do estado. O potencial crescimento da cadeia do aço, com agregação de valor às matérias-primas já exportadas, produzirá significativa ampliação do Produto Interno Bruto do estado e da renda agregada; o número de empregos diretos e indiretos que deverá gerar na economia; as transformações econômicas que proporcionará, todos são fatores que deverão repercutir decisivamente na melhoria das condições sociais da população e têm que ser levados em conta, por quantos maranhenses possam empenhar-se, de alguma forma, na concretização desse projeto" (Nota publicada pelo Fórum Empresarial do Maranhão – 01/03/2005).

desordenada tem comprometido o abastecimento d'água na ilha. Em relatório de análise publicado em outubro de 2004, a Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos do Maranhão estipulou que de 1.027,06 habitantes da capital, aqueles que gozavam de abastecimento eram cerca de 893.312, o equivalente a 87% da população, e previu que a atração de um contingente expressivo de população, seja na fase inicial do projeto ou no seu desdobramento, criaria uma demanda excessiva e tornaria insuficiente a expansão do sistema de abastecimento de água de São Luís, o ItaLuís II⁹.

Relatório da consultoria Phorum (2004) sugere que, além dos impactos ambientais, o empreendimento repercutiria negativamente também na malha urbana do município, que sofreria com o aumento dos preços do mercado imobiliário e a aceleração do processo migratório para a capital devido ao aumento da concentração do Produto Interno Bruto (PIB). A população pobre do interior atraída para São Luís e ocupando áreas sem infra-estrutura favoreceria a criação de uma vasta área periférica abaixo do Estreito dos Mosquitos e similar à Baixada Fluminense. O relatório aponta também a incapacidade do Estado em acompanhar a expansão do setor siderúrgico no Maranhão após a chegada da Companhia Vale e lembra que o lançamento de políticas ineficazes de planejamento agravou a já complicada situação da população.

A instalação de um pólo siderúrgico na ilha é resultado de inúmeras conversas e falsos acordos, os quais se arrastam ao menos desde a década de 1980. O caso mais conhecido envolveu a Siderbrás, que chegou a planejar a implantação de uma usina de 20 milhões de toneladas/ano, reservando uma área da União na região do Rio dos Cachorros, exatamente atrás do porto de Itaqui (RODRIGUES, 2003). Já o projeto atual remete ao ano de 2002, quando foi concretizado o desenho de um pólo que tomava como base um protocolo de intenções

9. Fonte: Análise e Avaliação dos Impactos Urbanísticos, Econômicos, Sócio-Ambientais e Logísticos do Pólo Siderúrgico de São Luís, Governo do Estado do Maranhão, Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos do Maranhão, Relatório de Consultoria, Produto 1, Compatibilização do Pólo Siderúrgico com a Estrutura Urbana de São Luís, 1ª versão – 30/10/2004.

firmado entre o governo do estado e a Vale, maior companhia brasileira do ramo da mineração. O projeto inicial era produzir aços planos processados a partir do minério de ferro extraído da serra dos Carajás (PA) e despertou enorme interesse dos estados do Maranhão e do Pará porque, até então, siderúrgicas desse porte no Brasil só existiam quatro: Companhia Siderúrgica Nacional (RJ), Usiminas (MG), Cosipa (SP) e Companhia Siderúrgica de Tubarão (SC). A cidade de Marabá, que já recebera algumas usinas para a produção de ferro-gusa, era a opção do governo paraense e tinha como vantagem comparativa a facilidade no fornecimento de energia elétrica devido à proximidade com a usina hidrelétrica de Tucuruí. A Vale, idealizadora do investimento, possivelmente em consórcio com Baosteel Shanghai Group Corporation, Arcelor, Pohang Steel Company (Posco) ou ThyssenKrupp (ALVES; SANT'ANA JÚNIOR; MENDONÇA, 2007) teria assumido sua preferência por São Luís devido aos altos investimentos em infraestrutura urbana requeridos a Marabá, à oferta do porto de Itaqui e às ótimas condições para navios de grande porte atracarem, à disponibilização pelo governo maranhense de áreas do pólo industrial, além do deficiente controle técnico e ambiental exercido por órgãos estaduais, como a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) (RODRIGUES, 2003).

4 O perfil de um movimento

Em meados de setembro de 2004, foi realizada uma primeira exposição do projeto por representantes da empresa responsável à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Procuradoria Geral da República e Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão (CAEMA). O então conselheiro da OAB-MA, o advogado José Guilherme Zagallo, presente à reunião, iniciou um amplo levantamento de dados e informações sobre a questão e localizou um grupo da Associação dos Geólogos do Maranhão (AGEMA), que já vinha sistematizando o tema por meio de documentos e enfatizando os aspectos hídricos e de solo da região. Após a aproximação, os representantes da OAB e da AGEMA ganharam a adesão de alguns professores da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e do

Fórum Estadual de Saneamento. Em seguida, conseguiram angariar o apoio de entidades como a Cáritas e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). As comunidades rurais ameaçadas foram atraídas a partir da publicização do documento que, apesar do caráter técnico, tinha um perfil informativo e esclarecedor acerca de toda a discussão. O objetivo era fazer com que o debate transcendesse os círculos acadêmicos e atingisse a população, gerando reflexões também no seio da opinião pública. Essa tarefa foi cumprida de forma eficiente e o movimento começava a se moldar adquirindo um perfil bastante plural. Uma reunião promovida pela Arquidiocese de São Luís, convocando inúmeras entidades para o debate representou o marco fundador do Reage São Luís como movimento, agregando cerca de cinquenta diferentes organizações¹⁰.

Quando a gente consegue ampliar esse rol de entidades participantes, a gente consegue produzir um movimento mais plural, com mais inserção, que pegasse diversas experiências, gente da área técnica, geólogos, geógrafos, sociólogos, advogados, lideranças comunitárias, militantes da Igreja Católica. Um grande marco ocorreu em 28 de outubro de

10. Entidades que compõem o movimento: Associação Maranhense para Conservação da Natureza; Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão; Associação dos Geólogos do Maranhão; Associação de Saúde da Periferia; Cáritas; Central de Movimentos Populares; Centro Acadêmico 1º de Maio; Centro de Cultura Negra; Centro de Defesa Padre Marcos Passerini; Cepaib; Comitê Pró-Marcha Zumbi +10; Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz; Comitê de Defesa da Ilha; Comissão Pastoral da Terra/MA; Conselho Regional de Medicina/MA; Central Única dos Trabalhadores/MA; Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão; Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas; Fórum Carajás; Fórum de Saneamento Ambiental; Fórum Maranhense das Cidades; Instituto Maranhense de Recursos Hídricos; Instituto do Homem; Irmãs de Notre Dame de São Luís; Movimento de Saúde dos Povos; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; Movimento Nacional de Luta pela Moradia; Núcleo de Assistência Judiciária Negro Cosme; Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência/MA; Sociedade Maranhense de Direitos Humanos; Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias dos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins; Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Maranhão; Sindicato dos Trabalhadores em Educação do 3º Grau do Estado do Maranhão; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Luís; Tijupá; Talher/MA; União de Moradores do Taim; União de Moradores do Rio dos Cachorros; União de Moradores do Porto Grande; União por Moradia Popular.

2004, quando tivemos um debate promovido pelo Instituto do Homem, que é uma ONG importante aqui no estado. Foi um evento com a participação de várias organizações, um evento mais ampliado. Nesse debate, chegou-se à conclusão de que precisávamos produzir um documento base para dar conhecimento a toda sociedade, um documento que resumisse quais seriam os impactos para que, a partir daí, fizéssemos um trabalho de educação (entrevista realizada com José Guilherme Zagallo).

A mobilização enterrou o desenho inicial com três usinas e uma guseira, obrigando a revisão do projeto e a redução do número de plantas industriais para apenas uma. O ápice da disputa, porém, foi a realização de treze audiências públicas definidas como consultivas e informativas, que acabaram atuando indiretamente como deliberativas. Ao invés de divulgar e justificar os benefícios do projeto, as audiências tiveram um efeito contrário e confirmaram a inviabilidade do empreendimento, em função da fraqueza argumentativa dos seus defensores e da força da crítica, amparada por provas advindas da base qualificada do movimento.

Tentaram fazer uma coisa totalmente mal feita, jogada, e não esperavam que fossem encontrar tanta reação. E uma reação qualificada. Não se prepararam. Não quiseram fazer uma desapropriação correta, uma divisão de espaço correta. Fizeram uma coisa amadorística mesmo. Não fizeram estudos de impacto ambiental, não fizeram as coisas da maneira correta. Por isso, conseguimos achar possibilidades para as audiências públicas. E eram diferentes umas das outras. Algumas discutiam a passagem da zona rural para urbana porque para ser zona industrial primeiro é preciso ser zona urbana. Outras discutiam o pólo em si. Essa reação foi um dos fatores que fizeram com que as empresas se mandassem, que fossem embora. Eles não esperavam essa reação. Eles sabiam que em outros lugares as coisas eram mais fáceis do que aqui. Esse foi um aspecto positivo porque (o movimento) deixou de ser público e passou a ser um agente de questionamento. E eles não tiveram respostas, tiveram uma dificuldade muito grande para sair (...) Passaram para a ironia, para a desqualificação (entrevista realizada com Ricardo Luís de Almeida Teixeira).

Em certos aspectos, o Reage não representa qualquer tipo de inovação para a região, como na tendência em incluir o meio ambiente na agenda de discussões, algo já diagnosticado desde os anos 70. Da mesma forma, o apoio da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Luís apenas reitera a clássica relação entre Igreja Católica progressista e movimentos sociais, muito comum no contexto histórico da Ditadura Militar, quando a luta por democracia e direito de acesso a aparelhos públicos de qualidade conduziu cidadãos ao engajamento político, notadamente em grandes áreas urbanas (DOIMO, 1984). O que caracterizava grande parcela desses movimentos era a condição antagônica que ocupavam frente ao Estado. Não se discutia como conseguiriam avançar e alterar o padrão de seu relacionamento com este, substituindo o conflito por diálogo e cooperação. Provavelmente, seu status de quase ilegalidade associado ao aspecto horizontalizado das suas estruturas tornava-os saídas por demais democráticas para a desacreditada política partidária, não interessando a ambas as partes a construção de uma agenda conjunta de ação. O distanciamento entre movimentos e Estado impedia que temáticas como o desenvolvimento, especialmente a nível regional e local, fossem pensadas e tratadas conjuntamente há mais tempo.

Por outro lado, o Reage tem como diferencial a participação de uma classe média escolarizada (defensores, professores, funcionários públicos de perfil técnico etc.), ocupando cargos que lhe conferem legitimidade em assuntos técnicos e visibilidade, e preocupada com a questão da qualidade de vida na ilha. A posição que ocupa na arena política maranhense e a diversidade do seu quadro de militantes traduzem um amadurecimento do padrão de relacionamento entre entidades de inserções bastante distintas na realidade do município de São Luís, como a Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos (SMDH), a União por Moradia Popular, o Fórum Carajás e o Fórum das Cidades. Articuladas com entidades de classe, membros do poder público e movimentos de caráter mais tradicional, essas organizações ajudaram a fazer do movimento um agente qualificado, cujo impacto principal tem sido fomentar um novo desenho institucional que, ao menos a princí-

pio, é de ordem local. Definimos o Reage São Luís como um mosaico, efeito de uma espécie de pragmatismo do viver-junto (BOURDIN, 2001), quer dizer, fenômeno de uma operação estruturante que, nos anos de 2004 e 2005, foi capaz de mobilizar parte da sociedade em torno da reafirmação simbólica de uma identidade. O Reage é uma coalizão que, ao defender o direito de alguns habitantes ao seu ambiente ‘natural’ (ainda que possa haver certas motivações veladas), “reintroduz uma unidade que é pensada, em primeiro lugar, como uma otimização da diversidade, o que constitui certamente uma das providências da gestão dos territórios no contexto metropolitano” (BOURDIN, 2001, p.135).

Observadores e pessoas da sua própria base de apoio, no entanto, questionam a sua inserção nas comunidades e a importância dada a projetos, como a criação de uma Reserva Extrativista (RESEX) defendida por lideranças das comunidades do Taim e do Rio dos Cachorros¹¹. A razão é que o Reage não é um movimento que nasce das comunidades e nem é dirigido diretamente a elas, mas um movimento voltado à cidade, disposto a intervir nas questões e dilemas mais abrangentes que a vida urbana possa oferecer. Porém, ao distinguir-se de movimentos com questões muito pontuais, ele ajuda a fomentar capital social através da formulação de novas identidades e da construção e aprimoramento de laços interpessoais que adquirem status de bem público e são revertidos para a sociedade civil em geral (PUTNAM, 2000). Como resultado, há uma intensificação da solidariedade dentro dessas comunidades, aumento da infraestrutura social, ampliação da estrutura de oportunidades políticas dos grupos marginalizados e favorecimento do discurso e do debate público, com a conseqüente construção de uma esfera pública (MINKOFF, 1997).

11. Talvez, o Reage seja mais respeitado dentro da Vale e do Estado do que nas comunidades (...). Mas ele tem importância, mesmo que não esteja tão dentro das comunidades (entrevista realizada com Marluze Pastor). O Reage é reconhecido, mas ele não tem um projeto de sustentabilidade para essas comunidades. Ele não oferece alternativas econômicas para essas pessoas (entrevista realizada com Itevaldo Júnior).

5 Capital Social, participação e desenvolvimento

Um dos fundamentos do Estatuto das Cidades (lei 10.257 de 10 de julho de 2001) é a ampliação da intervenção popular no processo de regulamentação do desenvolvimento urbano no Brasil, confirmando, ao menos em parte, a tendência de descentralização do processo decisório e tornando obrigatória a formulação de instâncias públicas de participação popular. Um exemplo é o conselho da cidade, recomendação do Ministério das Cidades para a aprovação de um plano diretor participativo em municípios com mais de 20 mil habitantes e pré-requisito para a aprovação de financiamentos e outras formas de linha de crédito com finalidades estruturantes. Pois é justamente essa descentralização que tem atrasado a implementação de novos programas altamente impactantes conduzidos, na maioria das vezes, por autoridades públicas estaduais e municipais em consonância com setores do empresariado, a exemplo do que representou o Projeto Grande Carajás (PGC), capítulo mal sucedido do esforço estatal de levar “progresso” e “modernização” à Amazônia Oriental (SANT’ANA JÚNIOR, 2004; MENDONÇA, 2006; HALL, 1991), nos anos 70. O projeto era predatório porque concentrava o crescimento numa estrutura produtiva ligada a um setor extremamente agressivo em termos sociais (existência de trabalho escravo etc.) e ambientais (destruição da floresta para a produção de carvão vegetal para alimentar as usinas)¹² e por ser o exemplo por excelência de uma concepção de desenvolvimento que alijou a opinião da sociedade civil.

A inserção do elemento “participativo” nos faz perceber que a definição vigente e classicamente reproduzida de desenvolvimento não é mais consensual tornando-se reconhecida a necessidade de procedimentos que possibilitem equilibrá-la com justiça social, qualidade de vida e com políticas reconhecedoras do valor das liberdades políticas e civis, de seus efeitos (ainda que indiretos) sobre a economia e da necessidade de envolvimento da sociedade civil com as decisões cruciais concernentes a assuntos públicos (SEN, 2000, p. 31).

12. Um crescimento pela desigualdade e com efeitos sociais perversos (SACHS, 2001).

Assim sendo, a verticalização de praxe cede espaço à abrangência de uma horizontalidade que vem acompanhada da inclusão do urbano, do social e do ambiental como fundamentais a qualquer proposta de planejamento. Com essa ampliação de escopo, o desenvolvimento passa a abarcar a reorientação da gestão pública de um padrão então dominante de Estado-nacional centralizador e estruturado burocraticamente para o nível local, apelando cada vez mais à importância da participação popular e da afirmação identitária (FONTES, 2000). Não obstante, esse novo desenho institucional introduzido requer a existência de um novo padrão de sociabilidade sustentado pela produção de solidariedade e pelo envolvimento direto de comunidades e movimentos sociais com a formulação e implementação de ações, com a “administração do desenvolvimento” (BANDEIRA, 1999) e com a “inversão de prioridades” (DANIEL, 1999)¹³.

Por outro lado, a superação do “déficit participativo” muitas vezes enfrenta a indisposição dessas organizações em trabalhar na mobilização e uso de recursos e na produção de bens públicos, sendo poucas as regiões onde se verifica, de fato, um claro envolvimento entre associações (ABRAMOVAY, 2008). Há explicações históricas deterministas que alegam que o envolvimento da população em associações voluntárias cresce ou diminui de acordo com a tradição cívica das regiões (PUTNAM, 1995). Se houver uma predisposição do território que resulta do amadurecimento do tecido social, significa afirmar que existe uma dotação de capital social suficiente para habilitar atores sociais, econômicos e políticos para a cooperação. Seguindo esse fio condutor da determinação histórica, acrescentamos que o passado de lutas e reivindicações populares, nas linhas do que indica Tilly (1996), é responsável por constituir um repertório de práticas de ação coletiva que subsidia novos movimentos. Talvez por isso, a despeito daquele desenvolvimento predatório e espoliador, a região da Amazônia Oriental, inegavelmente, atravessou um amadurecimen-

13. Em geral, remete à prioridade no uso de recursos para as áreas sociais – em especial, educação, saúde, moradia – e à implantação de infra-estrutura urbana nas periferias das cidades (saneamento, pavimentação etc.), em detrimento dos investimentos em grandes obras (sobretudo, no sistema viário) ditas “faraônicas”. (DANIEL, 1999, p.184).

to observado pela presença de organizações da sociedade civil, especialmente Organizações Não Governamentais, com trabalhos consolidados de fiscalização de atividades danosas ao meio ambiente e à população, caso do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e do Fórum Carajás, além de ações de movimentos populares que contribuíram para reforçar o seu tecido social, desaguando na constituição de diversos mecanismos de defesa e articulação (CARNEIRO, 1995).

Portanto, a sociedade civil tem seu papel potencializado quando é verificada a ampliação do associativismo com movimentos de resistência de seringueiros, indígenas, atingidos por barragens e remanescentes de quilombos e comunidades rurais pela preservação de um estilo de vida, uma atividade econômica ou um patrimônio como a terra. A ação dessas organizações indica que, historicamente, o capital social¹⁴ é convertido na geração de bens públicos (WOOLCOCK; NARAYAN, 2002), criando canais de estreitamento das relações entre comunidades, Organizações Não Governamentais, movimentos sociais e ambientalistas, que alicerçam as ações coletivas hipoteticamente pautadas em relações permeadas por solidariedade, confiança e cooperação. O estímulo às experiências comunais é que introduz a terceira via de desenvolvimento (SKIDMORE, 2001), estimulando o envolvimento da sociedade civil e viabilizando mudanças no seu padrão de relacionamento com o Estado, abrindo assim brechas para a efetivação do elemento participativo anteriormente descrito.

Quanto ao Reage São Luís, a despeito de vencer ou não o imbróglio em torno da questão siderúrgica, o movimento teve como desdobramento estimular novas solidariedades, integrando membros isolados e desmobilizados da sociedade (MINKOFF, 1997), os quais se sentiram motivados a contribuir com a expansão de uma arena pública de consolidação do processo participativo. Por outro lado, não chegou a representar um avanço em termos de criação de uma nova identidade relacionada à questão ambiental se comparado ao histó-

14. Empregamos a definição de Woolcock e Narayan (2002): o capital social é um conceito relacional que só existe quando compartilhado, que está inserido na estrutura social e que é central no debate sobre desenvolvimento.

rico Comitê de Defesa da Ilha, com o qual, é preciso esclarecer, não omite seus laços. Quando, na década de 1980, a “carta de intenção” da companhia *Alcoa* referindo-se ao plano de implantar uma indústria de alumínio no município de São Luís causou uma série de protestos, inclusive, dentro da Assembléia Legislativa, contra o deslocamento de todos os residentes da área¹⁵, o movimento¹⁶ de intelectuais e profissionais liberais de classe média interferiu, promovendo campanhas de esclarecimento sobre os efeitos ambientais causados pelo projeto¹⁷. No entanto, a organização dos moradores do interior da ilha ocorreu mais como consequência do trabalho desenvolvido por associações, como a Associação Agrícola do Cristo Redentor (ASSACRE)¹⁸, cientes dos efeitos socioambientais do novo investimento ao qual classificaram como a “Besta Fera” (ENGLISH, 1984) do que por influência do Comitê. Sua presença só foi percebida ao assessorar as comunidades na construção das primeiras associações de moradores e de outras entidades comunitárias, como a União de Moradores e o Clube das Mães, em regiões como Jacamim, Ilha Pequena, Coqueiro, Igarauá e Pedrinhas (SILVA, 1997, p. 110).

Em tempos de uma sociedade civil amordaçada que ainda caminhava para a redemocratização, a organização dessas comunidades também foi facilitada pela ação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) (ADRIANCE, 1996), reconhecidas por lançarem nova luz sobre a relação entre religião e política. Enquanto espaços de sociabilidade, as CEB formaram lideranças e militantes para os quadros de asso-

15. A política de deslocamento ou “limpeza” de áreas da ilha, tradicionalmente ocupadas por comunidades ligadas ao plantio e à pesca, não foi inaugurada nessa ocasião. A então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) precisou negociar a indenização de dezenas de famílias para viabilizar a construção de sua sede administrativa na Praia do Boqueirão (MENDONÇA, 2006).

16. Marluze Pastor, coordenadora do Fórum Carajás e superintende do IBAMA, até julho de 2009, prefere classificar o Comitê como uma articulação política de intelectuais de classe média a defini-lo como um movimento institucionalizado.

17. Autores como Adriance (1996) definiram a fábrica de alumínio como uma ameaça concreta porque a presença de um tanque de resíduos tóxicos, provavelmente, repercutiria no aumento da poluição.

18. O seu objetivo era reunir os agricultores para difundir técnicas de manejo e disseminar informações de cunho social e político (SILVA, 1997).

ciações de moradores, sindicatos e movimentos sociais, inaugurando uma fase de autonomia desses atores em relação ao Estado e aos partidos políticos (DOIMO, 1984). Com capacidade crítica, os indivíduos que compunham os movimentos se tornavam capacitados para tomarem decisões de baixo para cima.

Contrariamente ao verificado com força até os anos 1980, quando a sociabilidade experimentada por relações de vizinhança ou de comunidade facilitou a ação das CEB, os movimentos sociais mais recentes se desenraizam e “deslocalizam” atuando mais sob a forma de redes nacionais e/ou transnacionais. Redes virtuais (GOHN, 2003) tecidas por muitos movimentos sociais promovem mobilização e costuram novas ou reforçam antigas relações, estendendo assim o alcance dos movimentos. Adequando-se a esta perspectiva, o Reage São Luís se articulou com outras organizações da sociedade civil, resultando na criação do *Siderurgia na Amazônia*, grupo de discussão pela *Internet* que difunde artigos, divulga eventos e informações mais gerais. Todavia, ao passo que se articula com organizações criadas em circunstâncias parecidas¹⁹, o Reage se move no plano local, encontrando na formação de espaços sociais a condição ideal para a convergência e a reunião de indivíduos e grupos sociais, começando a fluir representações e legendas que ajudam na construção de novas identidades e consciências coletivas (SALAZAR, 2001).

A primeira tentativa do Reage era de fazer alguma coisa mais com os intelectuais. A gente percebeu logo início que ia ficar fazendo documento, mas que não teria reflexão social, não ia ter mobilização. Foi uma das coisas que a gente enxergou, logo no início do processo. A necessidade de você fazer um movimento que também tivesse uma interlocução forte com a academia, com a intelectualidade, com os

19. “Gostaria que nós do Reage São Luís pudéssemos enviar um representante para o Seminário Pólo Siderúrgico de Sepetiba (“Pólo Siderúrgico de Sepetiba: Desenvolvimento para quê? Para quem?”, nos dias 27 e 28 de Junho de 2008), no Rio de Janeiro, para intercambiar e apoiar uns aos outros em nossa luta. (...) A informação que veio no *folder* mostra que a luta do povo de lá é igual à nossa e, por isso, acho que podemos aprender e compartilhar nossa luta com eles. Assim, vejo a possibilidade de iniciar uma forte luta nacional em vez de cada setor ficar isolado em seu próprio local” (entrevista realizada com Irmã Ani Caroline Whibey, por e-mail).

movimentos ambientais, mas também com a inserção do movimento social (...). Sem mobilização você não faz nada. Foi alguma coisa que a gente, de certo modo, aprendeu com a experiência deles (do Comitê). E era um momento diferente. Por exemplo, a gente não tinha, na época do Comitê, as audiências públicas de licenciamento ambiental, que são oportunidades de participação da sociedade civil. O momento histórico e o marco legal que conduz esses processos leva a uma necessidade de se ter participação popular. De algum modo, a gente caminhou na trilha que eles tinham traçado inicialmente, com mais facilidade de acesso e de disseminação da informação (entrevista realizada com José Guilherme Zagallo).

6 As audiências públicas e o efeito contrário da participação restrita

Apesar de algumas lideranças comunitárias chamarem para si a responsabilidade pela defesa dos moradores, especialmente nas três comunidades (Taim, Porto Grande e Rio dos Cachorros) tidas como mais engajadas, pôde-se notar, ao longo das audiências públicas, um amplo envolvimento popular, com um total de participantes chegando a 4.500 pessoas (ZAGALLO *et al*, 2004). Por determinação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), essas audiências passaram a ser procedimentos indispensáveis para a discussão do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) junto à sociedade civil e, especialmente, às comunidades mais diretamente atingidas por grandes projetos industriais. Geralmente, elas assumem caráter mais informativo. Em São Luís, no entanto, as treze que foram realizadas para legitimar o projeto siderúrgico, contrariamente, acabaram agindo de forma deliberativa e viabilizando, inclusive, a sedimentação de um poder local concentrador de energias e forças sociais, promotor em potencial de um processo de mudança e transformação social (GOHN, 2004). As audiências catalisaram um entrelaçamento de setores sociais, reatando antigos ou produzindo novos laços entre atores que passaram a se orientar de forma mais organizada e a equivaler suas reivindicações. O efeito contrário ao planejado converteu essas audiências em espaços de reorganização de comunidades, cujos hábitos e estilos de vida eram rotulados como demasiadamente arcaicos

e inibidores de um processo necessário e irreversível de desenvolvimento local. Em suma, as audiências acabaram se convertendo em instâncias de participação numa contra-ofensiva que (re)acendeu o interesse dos atores sociais em se envolver com a produção de bens públicos²⁰. Sumarizando, o debate e a mediatização do processo de negociação despertaram personagens fora de cena, carentes de visibilidade e marginalizados pelo isolamento geográfico e por sua falta de representatividade, que foram reconduzidos à ação política.

O capital social “brotado” das audiências públicas induziu os movimentos sociais a avançarem além da condição de meros mecanismos de inclusão cidadã que pressionam o Estado a responder a certas demandas, o que foi muito característico entre os movimentos dos anos 1970 e 1980. Processos de audiências públicas, como as ocorridas em São Luís, têm também o poder de “aproximar grupos de ativistas independentes, conjugando uma ‘nova classe’ composta por pessoas escolarizadas, vinculadas a profissões ‘humanistas’ com trabalhadores com poucos recursos e com baixíssima qualificação (BEYNON, 1999, p. 18). A presença de uma classe média aparentemente desvinculada de questões materiais somada a antigos e novos sindicalistas é paulatinamente conjugada às bases locais (comunidade) e a redes regionais e nacionais, constituindo um agrupamento poderoso que deseja assumir a condição de formulador de políticas públicas, passando a rivalizar com as antigas autoridades (idem).

Vislumbrando os movimentos sociais como protagonistas do processo de desenvolvimento, evitamos cair na armadilha de situá-los unicamente na problemática do conflito e da identidade. Nossa sugestão é que os mesmos têm uma capacidade de interferência subestimada, inclusive por eles mesmos, podendo influenciar na condução das políticas públicas e de diversos outros programas e instâncias criadas, como os diversos conselhos municipais de saúde, educação etc. Quando essa “intervenção” tem efeitos favoráveis, afirmamos que há

20. Um exemplo concreto foi a aceleração da solicitação da criação da Reserva Extrativista (RESEX) de Tauá-Mirim. Moradores dos povoados ameaçados de deslocamento reivindicam a criação de uma Reserva Extrativista como forma de manter o controle de seu território (ALVES; SANT’ANA JÚNIOR; MENDONÇA, 2007).

uma produção de *capital social positivo* (PORTES, 1998) estruturador de coletividades que passam a se conformar em conselhos gestores e deliberativos, câmaras e fóruns regionais, e outras agências locais de desenvolvimento que agem como mecanismos de intervenção na gestão municipal ou de fiscalização do poder público. Algumas dessas práticas acabam institucionalizadas e passam a integrar governos, geralmente vinculadas a alguma secretaria, como a de Planejamento, de Assistência Social ou de Meio Ambiente e são rotuladas de práticas participativas, conferindo aparência mais democrática ao Estado, ainda que possam ser programas meramente decorativos.

A proposta de uma gestão compartilhada da municipalidade tem sido colocada em prática em muitas regiões brasileiras e tem como mérito propor a construção de estruturas de representação marcadas pela horizontalidade das suas relações, nas quais práticas predatórias como o clientelismo fiquem neutralizadas (BOSCHI, 1999). Obviamente, um estado como o Maranhão, com um enraizamento tão profundo de suas oligarquias, teria tudo para não caminhar rumo à constituição de arenas mais abrangentes e participativas. Ainda assim, nos últimos anos, tem avançado – e o Reage é parte desse processo – o chamado Conselho da Cidade de São Luís (CONCID)²¹, que demonstra um amadurecimento institucional ao atrair diversos movimentos, deixando de percebê-los como obstáculos para incluí-los nos debates a cerca de temas bastantes atuais, como a aprovação do plano diretor municipal. O conselho foi constituído em 2006 para intensificar os trabalhos de revisão do plano. Foram empossados 62 conselheiros, sendo 31 titulares e 31 suplentes, representantes da sociedade civil organizada e do poder público. No período de junho a setembro de 2006, por exemplo, foram realizadas 23 reuniões do Conselho, 19 extraordinárias e 4 ordinárias, além das reuniões dos comitês técnicos, com representantes do conselho, técnicos da prefeitura e observadores.²² Alguns integrantes do Reage têm as-

21. Criado pela Lei Orgânica do município de São Luís e pela lei nº. 4.611/2006, sancionada em 22 de maio de 2006. Está vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento do Município de São Luís. Fonte: <http://www.semfaz.saoluis.ma.gov.br/concid/>

22. Fonte: Processo Revisor do Plano Diretor de São Luís (MA) – Relatório Final.

sento nesse conselho e colaboraram com a elaboração do novo plano diretor em substituição ao antigo, confeccionado ainda na década de 1970. A despeito de ser dirigido pelo poder municipal, o conselho foi uma experiência exitosa e demarcou um amadurecimento institucional que só foi possível mediante a mobilização de múltiplos setores, alguns tradicionalmente marginalizados, bem como de uma estrutura de representação mais ampla, tendo sido determinante a atuação do movimento Reage São Luís.

Eu diria que ele pode assumir uma feição diferente se conseguir manter uma relação com os conselhos, tanto com os municipais quanto com os estaduais. Porque nesses conselhos será debatido o planejamento das cidades e do estado. E ele poderia ser uma referência. Muitos membros do Reage já estão nesse conselho porque ampliaram suas compreensões de que têm que se integrar e de que têm que buscar canais institucionais para fazer essa discussão. E aí, nós temos que aprofundar essa discussão sobre a presença de empreendimentos no estado porque eu acho que isso pode consolidar o Reage (...). Nós tivemos uma demanda sobre o plano diretor da cidade que nos mobilizou bastante. Então, nós tivemos essa dimensão de buscar integrar os movimentos do estado e fazer esse processo de discussão dos problemas. Quer dizer, ele conseguiu se organizar aqui em São Luís, mas não conseguiu se regionalizar. E essa é uma preocupação nossa (entrevista realizada com Suely Gonçalves).

7 À guisa de conclusão

Uma leitura sobre o Reage São Luís não pode interpretá-lo unicamente sob o ponto de vista de um movimento social que objetiva atuar em questões pontuais. O Reage é um projeto sociopolítico tentando repensar o estado do Maranhão. Ele utiliza a estratégia de reivindicar para si uma heterogeneidade não experimentada pelas entidades que o compõem para se mostrar representativo a todos os setores da sociedade civil de São Luís enquanto, em sua composição, se sobressai uma classe média que ocupa posições-chave nos campos de poder do estado: OAB, Defensoria Pública, universidades, Igreja, associações de classe, secretarias e autarquias. O fato de ter essa inserção de setores da

classe média (alguns acrescentariam a palavra “alta” para complementar) não é razão para restringi-lo a um recorte de classe, haja vista sua procura em incorporar movimentos populares, associações de bairros e as comunidades rurais do município.

O Reage se traveste de movimento socioambiental se apropriando simbolicamente do legado deixado pelas ações do Comitê de Defesa da Ilha, mas com outras propostas para a política e os impasses enfrentados pelo Maranhão. Ao tentar agregar diversos canais mais ou menos institucionalizados de representação popular, o movimento, de forma não oficial, passa uma imagem de nova vanguarda de defesa dos direitos e interesses da população maranhense. Não conseguindo unificar tantas identidades dentro do seu cenário de diversidade de demandas, formula uma nova, reunindo todas as outras sob o leque de um projeto de desenvolvimento que tem muitas interpretações, podendo seu sentido estar encaixado na geração de empregos, na qualidade de vida, na preservação de hábitos tradicionais, na criação de reservas extrativistas ou na reformulação da malha urbana, sempre dependendo dos atores que abraçam o movimento e daquilo que entendem e esperam que seja o desenvolvimento.

Como já foi citado, os estudos técnicos publicados e o engajamento de pessoas com forte articulação política foram determinantes para o seu alto grau de legitimidade. Precisamos, porém, admitir que o Reage é mais reconhecido entre as estruturas do Estado do que entre a população da cidade. Acreditamos que cabe uma exceção às comunidades rurais, essas sim invisíveis para todos, mas que tiveram bastante retorno aliando-se ao movimento nas audiências públicas. À preocupação com qualidade de vida – que entendemos como o comprometimento ainda maior dos recursos naturais já escassos, precipitando temerosos efeitos, principalmente migratórios, que um investimento industrial que promete gerar empregos em larga escala poderá ter na capital –, característica de movimentos ambientais de classe média, fundiram-se os interesses das comunidades, como a prestação mais adequada de serviços públicos (escolas, hospitais, transporte público, empregos etc.) nessas áreas e a própria aceleração da proposta de criação da RESEX de Tauá-Mirim. Há, portanto, uma instrumentalização do processo sob a forma de uma dinâmica

de duas direções entre as comunidades e a base do movimento, beneficiando a quase todos.

Ainda sobre as audiências públicas, elas midiaticizaram questões referentes às comunidades, estreitaram a relação entre uma gama de segmentos e instituições sociais, e viabilizaram a aprovação de um plano diretor participativo que, interferindo ou não na demarcação de zoneamentos e criando insatisfações, além de novos conflitos, representará avanços para o município futuramente. O Conselho da Cidade de São Luís, outro exemplo citado, fortaleceu-se com a discussão desse plano e teve também nas audiências fatores de agregação que reuniram desde representantes de comunidades rurais e associações de moradores a sindicalistas, criando um sentimento de compromisso com a cidade. As audiências de São Luís surtiram um efeito contrário, repelindo o pólo siderúrgico porque seus próprios promotores muniram a resistência com indícios e argumentos que suportaram uma crítica – já estruturada em torno de trabalhos técnicos – que desmascarou o projeto e conquistou o respaldo das comunidades. A excepcionalidade do processo está em fugir à regra das audiências informativas e em funcionar como canal experimental e difusor de práticas permanentes de democracia participativa. Além de desqualificarem todo o planejamento siderúrgico, elas ensaiaram a formulação de novos espaços, que estimulam o ingresso de múltiplos atores em diversos tipos de conselhos e arenas públicas de discussão.

Referências

- ABRAMOVAY, R.; MAGALHAES, R. S.; SCHRODER, M. Social movements beyond the iron cage: weak links in territorial development. In: **World Development**, 2008.
- ADRIANCE, Madeleine Cousineau. **Terra Prometida: as comunidades eclesiais de base e os conflitos rurais**. São Paulo: Paulinas, 1996.
- AGEMA (Associação dos Geólogos do Estado do Maranhão) / IMARH (Instituto Maranhense de Meio Ambiente e Recursos Hídricos). **Considerações sobre o risco geológico associado à implantação de um pólo siderúrgico em ambiente insular**. São Luís, 2004.
- ALVES, Elio de Jesus Pantoja; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. Projetos de Desenvolvimento, Impactos Sócio-Ambientais e a Reserva Extrativista do Taim. In: **Ciências Humanas em Revista**. Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas. São Luís, 2007. v. 5 Número Especial. Semestral. pp. 29-40.
- BANDEIRA, Pedro. Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional. In: **Texto para Discussão**. nº 630. Brasília, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Fev. 1999.
- BEYNON, Huw. Protesto Ambiental e Mudança Social no Reino Unido. **Mana – Estudos de Antropologia Social**. vol. 5, nº 1, Rio de Janeiro, 1999. pp.5-28.
- BOSCHI, Renato Raul. Descentralização, Clientelismo e Capital Social na Governança Urbana: Comparando Belo Horizonte e Salvador. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. v. 42, n. 4, Rio de Janeiro, 1999. pp. 655-690.
- BOURDIN, Alain. **A Questão Local**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.
- CARNEIRO, Marcelo. Investimento Estatal e Movimentos Sociais na Amazônia Oriental: Breve análise do início da década. In: Amazônia: Mito e Desencanto. **Debate**, nº 4, Ano V, Coordenaria Ecumênica de Serviço (CESE), jan. 1995. pp. 119-131.
- _____. São Luís, siderurgia e o século XXI. **Jornal Pequeno**. Artigos JP, São Luís, junho de 2007, edição 21.568.
- CONSULTORIA PHORUM. **Transcrição do Relatório de Consultoria – Produto 01 – Compatibilização do Pólo Siderúrgico com a Estrutura Urbana de São Luís**. São Luís, 2004.
- DANIEL, Celso. A Gestão Local no Limiar do Novo Milênio. In: **Governo e Cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de**

governar. Magalhães, Inês; Barreto, Luiz; Trevas, Vicente (orgs.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. pp. 182-242.

DOIMO, Ana M. **Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984.

ENGLISH, Bárbara Ann. **Alcoa na Ilha**: um documento acerca das implicações sociais, econômicas e ambientais da implantação de uma indústria de alumínio em São Luís do Maranhão. São Luís: Cáritas Brasileira, 1984.

FONTES, B. A. S. M. Capital Social e Terceiro Setor: sobre a estruturação das redes sociais em associações voluntárias. In: **Revista do CRH**, v. 30/31, Salvador, 2000. pp. 239-264.

GASPAR, Rafael B. **O Taim e a Criação da Reserva Extrativista**: um estudo sobre as relações entre sociedade e ambiente. São Luís: UFMA, 2007. Monografia de conclusão de curso de Ciências Sociais.

GOHN, Maria da G. **Movimentos Sociais no Início do Século XXI** – Antigos e Novos Atores. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

Empoderamento e Participação da Comunidade em Políticas Sociais. In: **Saúde e Sociedade**, v.13, nº 2, São Paulo, USP, maio-agosto de 2004. pp. 20 -31.

HALL, Anthony. **Amazônia, Desenvolvimento para Quem?** Desmatamento e Conflito Social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. **Cajueiro**: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço. São Luís: UFMA, 2006. Monografia de conclusão de curso de Ciências Sociais.

MINKOFF, Debra. Producing Social Capital – National Social Movements and Civil Society. In: **The American Behavioral Scientist**. 40, 5, Mar/Apr 1997.

PORTES, Alejandro. Social Capital: its origins and applications in modern sociology. In: **Annual Review of Sociology**, 24, 1-24. USA, 1998.

PUTNAM, Robert. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. New York, NY: Simon & Schuster, 2000.

_____. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RODRIGUES, Walter. Siderúrgica não é só festa. **Colunão – Imprensa Independente**. São Luís, ano 6, número 233, 03/08/2003.

SACHS, Ignacy. Repensando o Crescimento Econômico e o Progresso Social: o âmbito da política. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). **Razões e Ficções**

do Desenvolvimento. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

SALAZAR, Gabriel. Memória Histórica e Capital Social. In: DURSTON, John & MIRANDA, Francisca (Org.). **Capital Social e Políticas Públicas em Chile** – Investigaciones Recientes. Série Políticas Sociais, vol. I. Santiago (Chile): División de Desarrollo Social, CEPAL, 2001.

SALLUM, Brasília. Classe, Cultura e Ação Coletiva. In: **Revista Lua Nova.** São Paulo, V. 65, 2005.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio A. **Florestania: a saga acreana e os povos da floresta.** Rio Branco: EDUFAC, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais. In: **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

_____. **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo: Loyola, 2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Ronald de A. **Avaliação preliminar dos aspectos técnicos e institucionais relativos à 1ª Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei de alteração da Lei do Plano Diretor do Município de São Luís visando à implantação do**

Megapólo Siderúrgico de São Luís em áreas hoje classificadas como de uso rural. [Minuta – 1ª Versão]. São Luís, 13 Dez. 2004.

SILVA, Miguel H. P. **A Disputa pela Terra e Coesão Social em Igarau:** as lutas de “brancos” e “pretos” e a resistência vitoriosa contra a desapropriação. São Luís: UFMA, 1997. Monografia de conclusão de curso de Ciências Sociais.

SKIDMORE, David. Sociedade Civil, Capital Social e Desenvolvimento Econômico. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Transição em Fragmentos:** desafios da democracia no final do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2001. pp. 129-152.

TILLY, C. **Coerção, Capital e Estados Europeus, 990-1992.** São Paulo: EDUSP, 1996.

TOURAINÉ, Alan. **O Retorno do Actor:** ensaio sobre sociologia. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1984.

WOOLCOCK, Michael; NARAYAN, Deepa. **Capital Social:** implicaciones para la teoría, la investigación y las políticas sobre desarrollo. Worldbank. Poverty. Net, 2002.

ZAGALLO, José G. **Avaliação do Processo de Implantação do Processo do Pólo Siderúrgico em São Luís.** São Luís, 2004. Mimeo.

_____. **Siderurgia em São Luís:** Impactos Sociais e Ambientais. São Luís: 2004. Mimeo.

ZAGALLO, José Guilherme;
PEREIRA, Ediléa; PADILHA,
Eduardo; NUNES, Gilvanda;
ALCÂNTARA JÚNIOR, José; DA
CONCEIÇÃO, Suely Gonçalves
(Org.). **Considerações Preliminares
sobre a Implantação de um Pólo
Siderúrgico na Ilha de São Luís.** São
Luís, 2004. Mimeo.

Documentos

“Análise e Avaliação dos Impactos
Urbanísticos, Econômicos, Sócio-
Ambientais e Logísticos do Pólo
Siderúrgico de São Luís, Governo do
Estado do Maranhão, Secretaria de
Estado de Assuntos Estratégicos do
Maranhão, Relatório de Consultoria,
Produto 1, Compatibilização do
Pólo Siderúrgico com a Estrutura
Urbana de São Luís.” 1ª versão. São
Luís, 30/10/2004”;

“Processo Revisor do Plano Diretor
de São Luís (MA) – Relatório Final.”

Notícias

O Estado do Maranhão, 07/01/2005

“O Desenvolvimento que
Queremos”, Jornal Pequeno,
23/01/2005

Nota publicada pelo Fórum
Empresarial do Maranhão,
01/03/2005

Internet

Prefeitura Municipal de São Luís –
<http://www.saoluis.ma.gov.br/>

Secretaria Municipal de Fazenda –
<http://www.semfaz.saoluis.ma.gov.br/concid/>

IPEA DATA – <http://www.ipeadata.gov.br/>

Entrevistas

Ediléa Dutra Pereira – Geóloga.

José Guilherme Zagallo – Advogado.

Marluze do Socorro Pastor
Santos – Superintendente do
Instituto Brasileiro de Meio
ambiente (IBAMA) no Maranhão e
coordenadora do Fórum Carajás.

Ricardo Luis de Almeida Teixeira –
Defensor Público.

Suely Gonçalves – Funcionária
Pública.

**Quarta Sessão:
o desenvolvimento
em questão**

10

Desenvolvimento sustentável: uma discussão crítica sobre a proposta de busca da sustentabilidade global¹

Lenir Moraes Muniz

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior

1 Introdução

O início do século XXI veio marcado por um sentimento bastante generalizado de que existe um processo de profundas transformações, de alcance global, que pode ser percebido como uma crise crônica, cuja última expressão dramática é a crise financeira mundial, originada nos EUA e difundida pelos principais centros econômicos do planeta no segundo semestre de 2008, e que ainda encontra-se sem perspectiva de solução.

Crescentemente percebida desde a década de 1960 e um pouco ofuscada pela atual crise financeira, mas não desvinculada dela, podemos constatar, também, uma profunda crise ambiental, marcada pela percepção dos efeitos nefastos causados pela disseminação da revolução industrial e, conseqüentemente, pela difusão de práticas relacionadas à indústria e seus produtos como, por exemplo, as profundas transformações na agricultura, denominadas de Revolu-

1. Este artigo é uma versão atualizada de trabalho apresentado no X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, que ocorreu entre os dias 04 e 07 de fevereiro de 2009, na Universidade do Minho, em Braga – Portugal.

ção Verde². Estes efeitos são provocados, principalmente, pela demanda intensiva e crescente por matéria-prima e territórios e pelas chamadas “externalidades”³ dos processos produtivos, que podem ser traduzidas por poluição das águas, do ar e da terra, efeito estufa e consequentes alterações climáticas, buraco na camada de ozônio, problemas de saúde, destruição de florestas, comprometimento da biodiversidade etc. A percepção desta crise tem provocado crescentes demandas por uma nova lógica de civilização, baseada em novos valores, novos modelos societários e novos padrões de acumulação, a partir de novas formas de relacionamento com a natureza e seus recursos. A crise ambiental provoca a discussão sobre estilos de vida e de consumo, sobre a ética e a cultura, sobre a dinâmica política e social, e sobre a organização do espaço em escala mundial.

Os problemas ambientais, desta forma, ultrapassam as fronteiras nacionais, suas consequências são globais e os autores envolvidos transcendem uma única região ou país. A partir da década de 1960, principalmente na Europa ocidental, a problemática ambiental, causada pelo crescimento econômico e pela industrialização, passou a ser percebida como um grave problema. Segundo Leff (2001, p. 149), “La crisis ambiental vino cuestionar las bases conceptuales que han impulsado y legitimado el crecimiento económico, negando a la naturaleza”. A intensidade da crise ambiental começou a gestar uma nova mentalidade em que o planeta terra passou a ser percebido como espaço comum a todos os seus habitantes.

De acordo com Vieira (1992), a disseminação de uma “consciência ecológica” mundial intensificou-se a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972).

2. Foi chamado de Revolução Verde um amplo processo internacional de incorporação de sementes manipuladas geneticamente, insumos agrícolas, fertilizantes, maquinário pesado na agricultura, alterando formas tradicionais e locais de produção.

3. A noção de “externalidade” desenvolvida na ciência econômica exclui do cálculo econômico de qualquer investimento produtivo suas consequências aparentemente relacionadas ao produto desejado. Esta noção, ao ser utilizada, camufla o fato de que o investidor se apropria privadamente de todos os benefícios (econômicos e simbólicos) gerados pelo processo produtivo e socializa os prejuízos, na medida em que os grupos sociais e organizações governamentais de seu entorno terão que arcar com seus resultados nefastos (poluição, comprometimento do ambiente etc) (MARTÍNEZ ALIER, 2007).

Para Sachs (2000, p. 118):

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo em 1972, durante a qual o “meio ambiente” surgiu na agenda internacional, foi proposta inicialmente pela Suécia, preocupada com chuva ácida, poluição no Báltico, e os níveis de pesticida e metais pesados encontrados em peixes e aves. Uma assim chamada internacionalização massiva que estaria ocorrendo por mero acaso projetou sua sombra antes de seu surgimento: o lixo industrial escapa à sobra nacional, não se apresenta na alfândega, não usa passaporte. Os países descobriram que não eram entidades auto-suficientes, mas sujeitos à ação de outros países. Assim surgiu uma nova categoria de problemas: as “questões globais”.

Posteriormente, nas décadas seguintes, aprofundou-se consideravelmente o conhecimento científico acerca dos problemas ambientais, bem como, se expandiu a percepção dos impactos sócio-ambientais causados pelos processos relacionados com a industrialização, chegando-se à constatação da possibilidade de ameaça à perpetuação da vida no planeta. A questão ambiental passa a ser vista como problema que não é restrito ao meio técnico-científico, ocupando lugar de destaque na agenda política tanto dos países individualmente quanto das negociações por eles travadas no contexto internacional. De acordo com Sachs (2000, p. 124), “a partir dos anos 60, a ecologia deixou as faculdades de biologia das universidades e migrou para a consciência de todas as pessoas”. Os temas relativos ao meio ambiente passaram a ser objeto de preocupação e debate por parte da mídia, das entidades representativas da sociedade civil organizada, particularmente as Organizações Não Governamentais (ONG), da opinião pública em geral, dos governos, das instituições e organizações internacionais, como o Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas (ONU). Torna-se cada vez mais claro que:

A subordinação da vida social aos imperativos sistêmicos da produção ilimitada de um volume sempre crescente de mercadorias supõe necessariamente um suprimento infinito de “recursos naturais” e uma capacidade finita de reposição natural das condições, equilíbrios e processos naturais ameaçados por essa produção (CARNEIRO, 2005: 34).

A partir das questões suscitadas com a crise ambiental, desde a década de 1960, vários movimentos de resistência ao modelo econômico centrado no desenvolvimento têm surgido ao redor do mundo. Isso se deu, especialmente, na medida em que organizações sociais têm se mobilizado para a construção de modelos alternativos de desenvolvimento ou, mesmo, de alternativas ao desenvolvimento (ESCOBAR, 2005).

A difusão da percepção de que há sérias incompatibilidades entre os processos produtivos dominantes e a preservação da natureza coloca crescentemente em questão os padrões de desenvolvimento econômico difundidos mundialmente desde o século XVIII, mas com ampliada intensidade após a segunda metade do século XX. Neste contexto, surge, particularmente, a proposta do desenvolvimento sustentável apresentada como alternativa para a crise ecológica global. O conceito de desenvolvimento sustentável tenta estabelecer meio ambiente e desenvolvimento como um binômio indissociável, em que questões sociais, econômicas, políticas, culturais, tecnológicas e ambientais encontram-se sobrepostas. Essa proposta assume um significado político-diplomático na medida em que estabelece os princípios gerais que norteariam um compromisso político em escala mundial com vistas a proporcionar o crescimento econômico sem a destruição dos recursos naturais.

A proposta de desenvolvimento sustentável foi elaborada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, sendo consagrada na Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como ECO-92, Rio-92, Cúpula ou Cimeira da Terra, que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1992, e reuniu um grande número de países para discutir os problemas ambientais e marcou a incorporação da questão ambiental na lista de temas que compõem a agenda de negociações internacionais.

2 A construção da noção de desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento, quando aplicado aos processos sociais, associa-se com a noção de crescimento econômico, cuja realização depende do consumo crescente de energia e recursos naturais. O termo desenvolvimento ainda é empregado de forma asso-

ciada ao progresso técnico, à modernização, à industrialização. Para Herculano (1992, p. 23) apesar de já existir a concepção de desenvolvimento como uma questão política e social, a aceção predominante do termo é a de que “o desenvolvimento é crescimento dos meios de produção, é acumulação, é inovação técnica, é aumento de produtividade, enfim, é expansão das forças produtivas e não alteração das relações sociais de produção”.

De acordo com Pires (2003, p. 376), com a Revolução Industrial intensificam-se os elementos que constituem a sociedade moderna:

A natureza passa a ser percebida a partir da racionalidade econômica, ou seja, torna-se recurso natural ou matéria-prima a ser apropriada no processo de transformação produtivo. O crescimento passa a ser um fim e não meio, externalizando livremente seus custos sociais e ambientais, ampliando a desigualdade econômica e social entre as nações e dentro delas.

O desenvolvimento, assim, tende a ser insustentável, pois leva ao esgotamento da natureza. Em 1968, um grupo formado por “cientistas, educadores, economistas, humanistas, industriais e funcionários públicos de nível nacional e internacional” (MEADOWS et. al., 1978, p. 10) formaram o Clube de Roma, uma associação informal e internacional, que publicou em 1972 o influente relatório “Limites do Crescimento: um Relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade”. Nessa obra, que procurava criar as bases para “examinar o complexo de problemas que afligem os povos de todas as nações” (MEADOWS et. al., 1978, p. 11) a partir de uma série de estudos realizados por pesquisadores de vários países, ficou evidente que existem limites ao crescimento econômico mundial e que estes limites estariam relacionados com a falta de controle do crescimento populacional e do crescimento industrial, com a insuficiência da produção de alimentos e com o esgotamento dos recursos naturais.

O relatório do Clube de Roma configura-se como um alerta significativo, pois é elaborado a partir da iniciativa de agentes sociais identificados com a elite econômica, intelectual e política do mundo capitalista e, ao demonstrar os limites do crescimento, amplia as possibilidades de questionamento das bases do sistema produtivo que

mantém este mesmo mundo, gerando embaraços para os discursos de justificação da necessidade imperiosa de crescer e desenvolver.

Paralelamente, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, iniciou-se um alerta em escala mundial baseado nos receios de esgotamento da natureza. A Conferência produziu a Declaração sobre o Ambiente Humano, que introduziu na agenda política internacional a proteção ambiental como condicionadora e limitadora do modelo de crescimento econômico e do uso dos recursos naturais. Segundo Pires (2003, p. 377), “a Conferência, em sua realização, sinaliza a extensão internacional da preocupação com o futuro do desenvolvimento, oficialmente reconhecido desde então como limitado pela fragilidade ecológica”.

Após dez anos da Conferência de Estocolmo, a preocupação com a questão ambiental continuava presente na sociedade global, no que diz respeito à expansão dos processos de desenvolvimento vigentes, que estão diretamente associados com o uso irracional da natureza, ameaçando seu esgotamento. Sendo assim, a Assembléia Geral das Nações Unidas convocou uma nova Conferência. Com o objetivo de tomar as diversas medidas preliminares de preparação, deu-se a formação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), em 1983.

Chama a atenção o fato de que a primeira grande Conferência convocada pela ONU denominava-se Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Na formação da Comissão com atribuições de preparar a segunda conferência, já foi incorporado o termo “desenvolvimento” à sua denominação, sinalizando para a perspectiva de associação entre preocupações ambientais e o desenvolvimento.

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, tinha o objetivo de discutir as questões críticas relativas ao meio ambiente, reformular propostas para abordar a crise ambiental e propor novas formas de cooperação internacional nesse campo, de modo a orientar as políticas e ações no sentido de suscitar as mudanças necessárias no modelo de crescimento econômico. Herculano (1992, p. 10) lembra que “durante cinco anos (1983/87) esta Comissão com-

posta por 21 países-membros da ONU e presidida pela Senhora Gro Harlem Brundtland (Primeira Ministra da Noruega), pesquisou situações de degradação ambiental e econômica do planeta”.

Os trabalhos da Comissão foram concluídos em 1987, com a apresentação de um diagnóstico dos problemas globais ambientais e a publicação do relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”, mais conhecido como Relatório Brundtland. A Comissão propôs que o desenvolvimento econômico fosse integrado à questão ambiental, o que permitiria surgir, assim, uma nova fórmula denominada desenvolvimento sustentável, a qual recebeu a seguinte definição: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades dos presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46). Na opinião de Veiga (2006, p. 191):

Tudo indica que a expressão “desenvolvimento sustentável” foi publicamente empregada pela primeira vez em agosto de 1972, no Simpósio das Nações Unidas sobre as Inter-Relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento. (...) E que só se começou realmente a se afirmar em 1987, quando, perante a Assembleia Geral da ONU, Gro Harlem Brundtland, a presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, caracterizou o desenvolvimento sustentável como um “conceito político”, um “conceito amplo para o progresso econômico e social”.

No nível internacional, as metas propostas pelo Relatório sugerem que as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia de desenvolvimento sustentável; a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártica, os oceanos e o espaço; as guerras devem ser abolidas e que a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável, que garanta a sustentabilidade dos recursos naturais para as gerações presentes e para aquelas que virão. Assim, o Relatório Brundtland, apresenta a definição clássica de desenvolvimento sustentável, incluindo discussões sobre perda da biodiversidade, valoração econômica dos recursos naturais, índices de poluição e seus impactos, além das fronteiras nacionais, diminuição da camada de ozônio e poluição do meio ambiente.

Pires (2003, p. 378) considera que o Relatório Brundtland diferencia-se dos resultados alcançados na Conferência de Estocolmo, pois nas discussões e na elaboração de metas a serem alcançadas para ajudar a solucionar os problemas da questão ambiental, situou “os problemas ambientais dentro do marco mais amplo das relações entre países e por ter assimilado a interação entre meio ambiente e estrutura socioeconômica do desenvolvimento”.

Com o objetivo de minimizar os impactos ambientais no planeta, o documento propôs integrar o desenvolvimento econômico à questão ambiental, buscando não apenas um novo termo ou conceito, mas uma nova proposta de desenvolvimento, no qual devem ser consideradas as várias esferas do desenvolvimento humano e não apenas do crescimento econômico. Dessa forma, o Relatório Brundtland apresenta uma série de medidas que devem ser tomadas pelos Estados nacionais como meio para se alcançar o desenvolvimento sustentável, tais como:

(...) a) limitação do crescimento populacional; b) garantia de alimentação em longo prazo; c) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; d) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; e) aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas; f) controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores; g) as necessidades básicas devem ser satisfeitas. No nível internacional, as metas propostas pelo Relatório são as seguintes: h) as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia de desenvolvimento sustentável; i) a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártica, os oceanos, o espaço; j) guerras devem ser banidas; k) a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável (CMMAD, 1991, p. 123).

Em 1992, após vinte anos da Conferência de Estocolmo, a ONU realizou, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento⁴, na qual o conceito de de-

4. Note-se que, no nome a esta segunda Conferência, o termo “desenvolvimento” também foi incorporado.

envolvimento sustentável foi definitivamente incorporado como um princípio. O desenvolvimento sustentável propõe a busca do equilíbrio entre proteção ambiental e o crescimento econômico e serviu como base para a formulação da Agenda 21, com a qual um grande número de países se comprometeu por ocasião da Conferência. Esse documento é um abrangente conjunto de metas que cada país deve adotar visando a criação de um mundo ecologicamente equilibrado.

Na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), o Brasil foi um dos países que assinou todos os protocolos, incluindo os referentes à Convenção Climática, Energias Alternativas e Reflorestamento, Convenção da Biodiversidade e a Agenda 21. Segundo Santilli (2005, p. 43),

A Eco-92 constituiu um marco na história do ambientalismo internacional – e nacional – é a maior conferência até então realizada pela ONU. Os documentos internacionais assinados durante a Eco-92 são referências fundamentais para o Direito Ambiental Internacional e pautaram a formulação de políticas públicas sociais e ambientais em todo o mundo. São eles: A Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento; A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB); A Declaração de Princípios para um Consenso Global sobre Manejo, Conservação e Desenvolvimento Sustentável de Todos os Tipos de Florestas; A Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas; A Agenda 21.

Já Ferreira (2003, p. 94), apesar de concordar que a Eco-92 constituiu um marco no ambientalismo global, faz uma análise crítica no que diz respeito aos possíveis avanços decorrentes da Conferência:

(...) poderíamos dizer que o ambientalismo globalista avançou menos do que o esperado durante a conferência; entretanto, o debate e as tentativas de acordos sobre problemas ambientais globais continuarão sendo um eixo do espaço público internacional no futuro imprevisível. A questão ambiental veio para ficar; a Eco 92, longe de ser a culminação de um processo, é apenas parte do começo.

E ainda, para Leis (1995), os resultados concretos alcançados pela Conferência não chegaram realmente à altura dos problemas que

constavam em sua agenda. Um exemplo disso foi que a maioria dos governos dos países considerados ricos, com exceção apenas da Alemanha, Holanda e dos países escandinavos, parece não ter se convencido da necessidade de reestruturar de forma decisiva o funcionamento da economia mundial em benefício do meio ambiente.

Em Joanesburgo, na África do Sul, em 2002, após dez anos da realização da Eco-92, a ONU realizou a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável⁵, também conhecida como Rio +10. Na ocasião, o conceito de desenvolvimento sustentável foi apresentado como sendo construído sobre três pilares interdependentes e mutuamente sustentadores: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. Com isto, buscava-se reconhecer a complexidade e o interrelacionamento de questões críticas como pobreza, desperdício, degradação ambiental, crescimento populacional, igualdade de gêneros, saúde, educação, conflito e violência aos direitos humanos.

De acordo com Santilli (2005, p. 49), os principais resultados formais da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável foram: “a Declaração de Johannesburg para o desenvolvimento sustentável e o Plano de implementação, como metas genéricas relacionadas ao acesso à água tratada, saneamento, recuperação de estoques pesqueiros, gerenciamento de resíduos tóxicos e uso de fontes alternativas de energia”.

Já o Plano de Implementação, por sua vez, apresenta quatro elementos principais do desenvolvimento sustentável, acrescentando assim, o elemento cultural como de importância relevante para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, considera os seguintes elementos: sociedade, ambiente, economia e cultura. De acordo com essa perspectiva, a sociedade se baseia na compreensão das instituições sociais e seu papel na transformação e no desenvolvimento; o ambiente se baseia na conscientização da fragilidade do ambiente físico e dos efeitos da atividade humana e suas decisões; a

5. Aqui, a noção de desenvolvimento sustentável é incorporada ao nome da Conferência.

economia, na sensibilidade aos limites e ao potencial do crescimento econômico e seu impacto na sociedade e no ambiente, com o comprometimento de reavaliar os níveis de consumo pessoais e da sociedade; e a cultura é geralmente omitida como parte do desenvolvimento sustentável, entretanto, valores, diversidade, conhecimento, línguas e visões de mundo associados à cultura são indicadores importantes quando se trata de desenvolvimento sustentável. Nota-se aqui uma tentativa de incorporar uma das críticas que vinha sendo feito ao conceito de desenvolvimento sustentável, a saber: sua desconsideração da questão cultural.

Ainda, no que diz respeito aos possíveis avanços quanto à discussão do desenvolvimento sustentável na Cúpula Mundial, Santilli (2005, p. 49) enfatiza que:

O sentimento geral das organizações ambientalistas é de que não houve nenhum avanço em relação aos documentos assinados durante a Eco-92, e o Plano de Implementação é vago, com metas genéricas e ambíguas, e sem a previsão de cronogramas e compromissos globais efetivos para a implementação dos acordos assinados durante a Cúpula da Terra (a Eco-92).

Com a Conferência de Estocolmo e a Eco-92, entre outras, contudo, forjou-se, no final do século XX, a idéia do desenvolvimento sustentável como aquele capaz de harmonizar dimensões econômicas, sociais e ambientais com vistas a assegurar as necessidades das gerações futuras. Esta proposta apresenta-se como contraponto às consequências de um modelo de desenvolvimento considerado insustentável, que excluiu uma grande massa de indivíduos, marcou a economia mundial, comprometeu o equilíbrio do meio ambiente e afetou a saúde das pessoas. Na opinião de Herculano (1992, p. 11):

Em suma, o “desenvolvimento sustentável” pressupõe o crescimento para todos e cogita dos direitos das gerações futuras de ter acesso aos recursos da natureza para a sua sobrevivência. Trata-se, em última análise, de reduzir o ritmo de exploração da natureza, de maneira a legar recursos para os que virão.

O conceito de desenvolvimento sustentável formulado pelo Relatório Brundtland tornou-se referência para inúmeros trabalhos acadêmicos, para ações governamentais e multilaterais e para os mais diversos interesses. Se, de um lado, existem os que acreditam que o planeta em que vivemos é um sistema único que sofre consequências a cada alteração de um de seus componentes; de outro, estão os que acreditam que o modelo econômico vigente pode ser ajustado à sustentabilidade ambiental. Isso gera um duplo debate: manter as condições que permitam a reprodução da vida humana no planeta, ou manter a eficiência econômica, buscando a sua sustentabilidade.

O conceito de desenvolvimento sustentável expressa, por um lado, uma preocupação com os problemas ambientais causados pelo crescimento econômico dos últimos séculos. De outro lado, configura-se como uma resposta diplomática no seio da comunidade internacional, participante da Organização das Nações Unidas (ONU), aos questionamentos trazidos à tona pelos debates durante os anos 70 e 80 entre tendências desenvolvimentistas e ambientalistas (PIRES, 2003, p. 375).

De acordo com o conceito de desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente deve ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento econômico e não pode ser considerada isoladamente. É nessa perspectiva que surge a questão sobre a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento. Para aqueles que advogam esta diferença, o crescimento econômico não significa igualdade e nem justiça sociais, pois não leva em consideração os outros aspectos da qualidade de vida, considerando apenas o acúmulo de riquezas, que se concentra nas mãos de alguns indivíduos ou grupos sociais. O desenvolvimento sustentável, por sua vez, se preocupa com a geração de riquezas, mas tem a proposta de distribuí-las, de melhorar a qualidade de vida de todos os indivíduos, levando em consideração, portanto, a qualidade ambiental do planeta e a qualidade de vida dos que nele habitam.

Sachs (2006, p. 09), defendendo a distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, afirma que: “o que importa é deixar bem claro que o desenvolvimento não se confunde com crescimento eco-

nômico, que constitui apenas a sua condição necessária, porém não suficiente”. E dessa forma, ele faz referência a um dos últimos pronunciamentos de Celso Furtado: “só haverá verdadeiro desenvolvimento – que não se deve confundir com crescimento econômico – ali onde existir um projeto social subjacente”.

Na mesma perspectiva, na opinião de Veiga (2006, p. 18) existem três tipos de definição para se explicar desenvolvimento: a primeira é a que considera “desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico”. A segunda é a que considera o desenvolvimento como uma quimera, afirmando “que o desenvolvimento não passa de reels ilusão, crença, mito ou manipulação ideológica”. E, ainda, uma terceira, que o autor considera como o “caminho do meio”, e que “consiste em recusar essas duas saídas mais triviais e tentar explicar que o desenvolvimento nada tem de quimérico e nem pode ser amesquinhado como crescimento econômico”.

Em relação ao conceito de “desenvolvimento sustentável”, o autor acredita que este

é um enigma que continuará à espera de um Édipo que o desvende... A noção de desenvolvimento sustentável, de tanta importância nos últimos anos, procura vincular estritamente a temática do crescimento econômico com a do meio ambiente. Para compreender tal vinculação são necessários alguns conhecimentos fundamentais que permitem relacionar pelo menos três âmbitos: a) o dos comportamentos humanos, econômicos e sociais, que são objetos da teoria econômica e das demais ciências sociais; b) o da evolução da natureza, que é objeto das ciências biológicas, físicas e químicas; c) o da configuração social do território, que é objeto da geografia humana, das ciências regionais e da organização do espaço (VEIGA, 2006, p. 187).

Veiga, portanto, mesmo tentando desvincular desenvolvimento de crescimento econômico, não consegue fugir à constatação de que o conceito de desenvolvimento sustentável “procura vincular estritamente” crescimento econômico com meio ambiente. Esta constatação permite afirmar que o exercício teórico tentado por esse autor é de conciliar o inconciliável.

Brunet (2004, p. 24), refletindo sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, afirma:

(...) mesmo com algumas variações pontuais e relativas, o conceito passou a ser considerado como uma referência, mesmo que não necessariamente um conjunto de determinações, para organizações não governamentais, centro de estudos, pesquisas e monitoramento, instituições acadêmicas e para instituições do Estado e governo, corporações, organizações nacionais e internacionais para fomento e investimento.

Pires (2003, p. 384) considera que, apesar das controvérsias que giram em torno do conceito, “às vezes vazio”, do desenvolvimento sustentável, esse conceito permite que haja uma base de diálogos entre atores sociais com interesses opostos. Embora o conteúdo não coincida, quando esses atores utilizam-se do conceito de desenvolvimento sustentável, há um grau de consenso, pelo menos no plano formal: “o desenvolvimento sustentável permitiu que ambientalistas e desenvolvimentistas estabelecessem um consenso mínimo (conceito) para o diálogo”.

Em posição divergente dessas apresentadas acima, Carneiro (2005, p. 32) adverte que:

Ao assumirem os pressupostos da ideologia do desenvolvimento sustentável, os trabalhos nela ancorados estão, já na partida, inexoravelmente incapacitados precisamente para discutir “o que” se desenvolve e, portanto, se “isso” que se desenvolve pode fazê-lo sem destruir as condições naturais. E é por estarem impedidos de empreender uma discussão desse tipo que tais trabalhos supõem ser possível e desejável reorientar politicamente o “desenvolvimento” (capitalista) de forma a torná-lo ecologicamente sustentável e socialmente igualitário.

E, ainda, Leff (2001, p. 157):

El discurso de la sustentabilidad busca reconciliar o los contrarios de la dialéctica del desarrollo: el medio ambiente y el crecimiento económico. En este salto mortal, más que dar una vuelta de tuerca a la racionalidad económica, se opera un vuelco y un torcimiento de la razón: el móvil del discurso no es internalizar las condiciones ecológicas de la produc-

ción, sino proclamar el crecimiento económico como un proceso sostenible, sustentado en los mecanismos del libre mercado como medio eficaz para asegurar el equilibrio ecológico y la igualdad social. La tecnología se encargaría así de revertir los efectos de la degradación entrópica en los procesos de producción, distribución y consumo de mercancías.

Concordando com Carneiro (2005) e Leff (2001), buscamos aprofundar a discussão a respeito do desenvolvimento sustentável, apresentado, hoje, quase como uma unanimidade. Quase vinte anos depois da Rio 92, temos um percurso de experiências históricas que permite enfrentar esta discussão.

3 Implicações e Críticas ao Conceito de Desenvolvimento Sustentável

A definição de desenvolvimento sustentável conhecida oficialmente, como vimos acima, é aquela contida no Relatório Brundtland, isto é, o modelo de desenvolvimento capaz de suprir as necessidades atuais da população, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. Ou seja, a idéia é crescer sem destruir o meio ambiente e esgotar os recursos naturais. Para entender melhor o que é desenvolvimento sustentável, no entanto, é necessário entender o significado da idéia de desenvolvimento, como surgiu o termo, as formas como ele pode ser medido e as teorias que ajudaram a criar a expressão.

Em termos conceituais, ainda se tem idéias bastante confusas acerca dos significados das palavras progresso, desenvolvimento e crescimento, acarretando muitas controvérsias⁶. Veiga (2006, p. 19), por exemplo, afirma que:

Até o início dos anos 1960, não se sentiu muito a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, pois as poucas nações desenvolvidas eram as que se haviam tornado ricas pela industrialização. De outro lado, os países que haviam permanecido subdesenvolvidos eram

6. Alguns autores, como afirmamos anteriormente, buscam estabelecer uma distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico.

os pobres, nos quais o processo de industrialização era incipiente ou nem havia começado. Todavia, foram surgindo evidências de que o intenso crescimento econômico ocorrido durante a década de 1950 em diversos países semi-industrializados (entre os quais o Brasil) não se traduziu necessariamente em maior acesso de populações pobres a bens materiais e culturais, como ocorrera nos países considerados desenvolvidos.

Nesta perspectiva, buscou-se estabelecer novos parâmetros para a definição de países considerados desenvolvidos ou não. Até o ano de 1960, os países eram considerados desenvolvidos ou subdesenvolvidos levando-se em consideração o Produto Interno Bruto (PIB) de cada país, ou seja, um critério exclusivamente econômico. Contudo, a partir de 1990, as Nações Unidas criaram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual leva em consideração três elementos básicos: expectativa de vida, grau de escolaridade e alfabetização e nível de renda per capita. Segundo sua justificação, o conceito de desenvolvimento deve incluir todas as dimensões existenciais e não apenas o consumo material.

De acordo com a opinião de Veiga (2006, p. 19):

Foi assim que surgiu o intenso debate internacional sobre o sentido do vocabulário desenvolvimento. Uma controvérsia que ainda não terminou, mas que sofreu um óbvio abalo esclarecedor desde que a ONU passou a divulgar anualmente um índice de desenvolvimento que não se resume à renda per capita ou à renda por trabalhador.

Nessa perspectiva, Veiga procura mostrar que o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) não significa desenvolvimento humano ou desenvolvimento sustentável. E que os riscos e incertezas que a sociedade global tem enfrentado e enfrentará por conta da degradação ambiental decorrente do crescimento econômico tornam necessário um novo olhar sobre a realidade, um olhar socioambiental, ou seja, aquele em que homem e natureza sejam indissociáveis e que as soluções para as questões sociais e ambientais sejam integradas às questões econômicas.

Segundo esta lógica, portanto, é necessário vincular ao conceito de desenvolvimento, não apenas o crescimento econômico como condição necessária, mas o desenvolvimento em todas as esferas da sociedade como, por exemplo, a saúde, a educação e a qualidade de vida. O desenvolvimento sustentável visaria, assim, proporcionar um desenvolvimento que não tenha apenas o crescimento econômico como condição única, mas que se oriente por objetivos sociais, éticos, submetidos a uma racionalidade equitativa. O desenvolvimento sustentável, portanto, deveria se vincular a uma consciência ambiental que impõe regras de prudência ecológica à sociedade garantindo a sustentabilidade para as futuras gerações.

Diversas Organizações Não-Governamentais (ONG), agência públicas e privadas, organizações sociais e religiosas procuram difundir idéias de educação ambiental, de reciclagem de materiais industrializados, de preservação das águas, da fauna e da flora, entre outras medidas, alcançáveis por meio de vários métodos que exigem esforço dos indivíduos e práticas cooperativas entre os países, objetivando, dessa forma, alcançar o assim chamado desenvolvimento sustentável.

O agravamento de vários problemas ambientais, desde a Conferência de Estocolmo, no entanto, tem causado preocupações internacionais, principalmente pela dicotomia muitas vezes aferida entre o avanço técnico-capitalista e atos de conservação da natureza. Durante os últimos séculos, o “progresso” industrial e tecnológico foi implementado sob os interesses do que seria mais lucrativo, em detrimento de atos ecologicamente essenciais.

Suscita-se, assim, a partir daí, os problemas na relação entre o econômico e o ambiental, que são observados

quando o aumento na disponibilidade de bens e serviços produzidos pelas atividades humanas reduz a qualidade ambiental ou inversamente, quando o aumento do nível de qualidade ambiental somente é possível com o sacrifício da disponibilidade ou aumento no custo de bens e serviços produzidos (SOUZA, 2000, p. 89).

O Relatório Brundland é considerado contraditório por alguns teóricos, pois difundiu o conceito de desenvolvimento sustentável e ao

mesmo tempo enfatiza que a pobreza é incompatível com o desenvolvimento sustentável e indica a necessidade de que a política ambiental seja parte do processo de desenvolvimento e não mais uma responsabilidade setorial fragmentada. Segundo Herculano (1992, p. 24) “é este ‘modelo de desenvolvimento’ que o Relatório Brundland não apenas admite, como dá provas eloquentes de que é insustentável e insuportável, sendo o responsável pelo progresso do empobrecimento de parcelas expressivas da população mundial”.

De acordo com a autora, os ambientalistas se queixam de que o conceito de “desenvolvimento sustentável”, que consideram como um conceito deles, venha sendo erroneamente invertido e reinterpretado como uma estratégia de expansão do mercado e do lucro, perdendo seu significado original de mudanças na estrutura de produção e consumo, nova ética do comportamento humano e recuperação do primado dos interesses sociais coletivos

Outro autor que tece críticas ao modelo do desenvolvimento sustentável é Porto-Gonçalves (1996, p. 43), afirmando que o desenvolvimento sustentável: “(...) tenta recuperar o Desenvolvimento como categoria capaz de integrar os desiguais (e os diferentes?) em torno de um futuro comum. Isto demonstra que pode haver mais continuidade do que ruptura de paradigmas no processo em curso”.

De acordo com Leis (1995), a resolução da crise ecológica é difícil e complexa, pois os problemas ambientais seriam os efeitos “inesperados” do modelo de desenvolvimento dominante (capitalista-industrialista), o qual se “legitima” atendendo às demandas de consumo dos indivíduos na sociedade, e que, por sua vez, continua aumentando dentro de um planeta que cuja capacidade de sustentação de seus recursos naturais é limitada. Para viabilizar a transição do modelo de desenvolvimento vigente para outro que seja sustentável, seria necessário realizar complexas associações entre a produção econômica, o consumo, o crescimento populacional e a qualidade ambiental.

Após a Eco-92, o desenvolvimento sustentável firmou-se como uma das soluções dos males do mundo (especialmente do chamado Terceiro Mundo). A Agenda 21 determina que o conceito de sustentabilidade não seja algo pronto e acabado. Nesse aspecto, Veiga (2006, p. 189) é enfático: “Para se ter uma idéia do grau de diluição em que foi

submetido o conceito de sustentabilidade nos dez anos subsequentes, a melhor coisa é consultar a Agenda 21 Brasileira. Segundo esse documento, o desenvolvimento sustentável é um conceito que está em construção”. Entretanto, o termo tem sido empregado para justificar diferentes racionalidades, gerando profundas contradições.

Da forma como vem sendo apresentado, o conceito pode tornar-se apenas uma maquiagem e não resolverá os problemas ambientais e sociais do planeta. Uma das principais críticas ao modelo é que as medidas que têm sido adotadas com a proposta do desenvolvimento sustentável acabam, apenas, contribuindo para que as grandes empresas enriqueçam com a degradação ambiental, como as empresas poluidoras que compram créditos de carbono para compensar as emissões de gases tóxicos que causam danos ao meio ambiente.

Para Herculano (1992, p. 30) a definição que considera o desenvolvimento sustentável como epígrafe de boa sociedade humana, é um equívoco, pois devemos considerar que desenvolvimento não é sinônimo de boa sociedade, nem o desenvolvimento sustentável é o modelo de uma nova sociedade e de equidade social. Para a autora, o termo “desenvolvimento restringe o debate ao campo da economia e reafirma sua hegemonia num momento em que o mais importante é reduzi-la àquilo que ela tão-somente é, um mero instrumental, que deve estar subordinado às questões éticas mais substantivas”.

4 Considerações Finais

O conceito de desenvolvimento sustentável foi apresentado como sendo um instrumento para repensar as relações entre as sociedades humanas e destas com o meio ambiente, no sentido de refazer de maneira ética sua interdependência. Sua perspectiva sistêmica visa perceber a realidade a partir de sua complexidade, numa nova maneira de projetar as relações sociais, econômicas e ambientais, possibilitando a rearticulação de suas estruturas de modo a possibilitar a realização de suas potencialidades de forma sustentável e igualitária.

No entanto, partindo do conhecimento da problemática ambiental global, do conceito de desenvolvimento e dos paradigmas determinados pela ONU para o desenvolvimento sustentável, chegamos

à conclusão de que dentro da lógica do sistema capitalista vigente, pautada na industrialização, no consumo intensivo de bens e, em especial, na demanda crescente por recursos naturais, temos como resultado o aumento da poluição ambiental em todo o planeta, o aumento indiscriminado do desmatamento e, conseqüentemente, do aquecimento global, como vem sendo apontado pelos fóruns internacionais voltados para o estudo e discussão do clima.

Nesse contexto, até mesmo a chamada sustentabilidade ambiental começa a se transformar em mercadoria, pois o próprio mercado de bens de consumo faz com que se valorizem cada vez mais os produtos considerados naturais, orgânicos, sustentáveis; e no que diz respeito às grandes empresas acumuladoras de capital, sua política promotora do desenvolvimento sustentável é lançar certificados de responsabilidade socioambiental, porém o que se observa é que a maioria dessas empresas capitalistas não tem nenhum compromisso real com a questão ambiental senão com sua corrida pelo crescimento econômico e o acúmulo de capital. Assim, afirma Leff (2001, p. 157):

prosigue un movimiento ciego hacia el futuro, sin una perspectiva clara sobre las posibilidades de deconstruir el orden económico antiecológico y de transitar hacia un nuevo orden social, guiado por los principios de sustentabilidad ecológica, democracia participativa y racionalidad ambiental.

Referências

- ANTUNES, P. B. **Direito ambiental**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2002.
- BRUNET, E. Desenvolvimento sustentável em 3 tempos: sustentabilidade de qualquer modo?. In: **Seminário Fluminense de Indicadores**. Cadernos de Textos. Cide, 2004. pp. 23-30.
- CARNEIRO, E. J. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, A. **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. pp. 27-47.
- CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 2005.
- CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.
- CPDS - Comissão de Políticas de Desenvolvimento e da Agenda 21 Brasileira. **Agenda 21 Brasileira**. Brasília: MMA/PNUD, 2002.
- ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: Globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005. pp.133-168.
- FERREIRA, L. da C. **A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- GUGELMIN, E. E. Agenda 21 local no Brasil. In: LITTLE, Paul E (Org.). **Políticas Ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IIEB, 2003. pp. 79-94.
- HERCULANO, S. C. Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz. In: GOLDENBERG, M (org.). **Ecologia, ciências e política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992. pp. 22-34.
- IANNI, O. **A sociedade global**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- LEE, E. La insoportable levedad de La globalización: La capitalización de La naturaleza y las estrategias fatales de La sustentabilidad. In: **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, vol. 07, nº1. 2001. pp 149-160.
- LEIS, H. R. Ambientalismo: um projeto realista utópico para a política mundial. In: VIOLA E. J. (Org). **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1995. pp. 23-35.
- MARTÍNEZ ALIER, Juan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valorização**. Trad. Maurício WALDMAN. São Paulo: Contexto, 2007.
- MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, William W. Limites do crescimento. **Um relatório pa-**

ra o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade. 2ª ed. Trad. Inês M. F. LITTO. São Paulo: Perspectiva, 1978.

PIRES, M. O. A Perspectiva do desenvolvimento sustentável. In: LITTLE, Paul E (Org.). **Políticas Ambientais no Brasil:** análises, instrumentos e experiências. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IIEB, 2003. pp. 373-384.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável. In: **Revista Terra Livre** (São Paulo: Marco Zero/AGB). nº 11-12. 1993. pp. 91-101.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (dês) caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 1996.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2000.

SACHS, I. Prefácio. In: VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. pp. 09-11.

SACHS, W. Meio Ambiente. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento:** guia para o conhecimento como poder. Trad. Vera Lúcia M. JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. pp. 117-210.

SANT'ANA JÚNIOR. H. A. de. **Florestania:** a saga acreana e os povos da floresta. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

SANTILLI, J. **Sociambientalismo e novos direitos:** proteção jurídica à

diversidade biológica e cultural. São Paulo: Petrópolis/IEB/ISA, 2005.

SOUZA, R. S. **Entendendo a questão ambiental.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

VEIGA, J. E. da. A insustentável utopia do desenvolvimento. In: LAVINAS, L.; CARLEAL, L. & NABUCO, M. R. (orgs.) **Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil.** São. Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993. pp. 149-169.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento Sustentável:** o desafio do século XXI. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VIEIRA, L. Cidadania e Globalização. In: GOLDENBERG, M (org.). **Ecologia, ciências e política.** Rio de Janeiro: Revan, 1992.

VIOLA, E. J. e LEIS, H. R. O ambientalismo multisetorial no Brasil para além da Rio 92: o desafio de um estratégia globalista viável. In: VIOLA E. J. (Org). **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania:** desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1995. pp 87- 110.

VIOLA, E. J. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, M (org.). **Ecologia, ciências e política.** Rio de Janeiro: Revan, 1992. pp 49-75.

11

Tempo do aço: modernidade, desenvolvimento e progresso na Amazônia Legal brasileira¹

Bartolomeu Rodrigues Mendonça

Desde o ano de 2001, os jornais locais, “Jornal Pequeno”, “O Imparcial”, “O Estado do Maranhão”, entre outros, iniciaram a divulgação do processo de instalação de um projeto de produção de aço no município de São Luís.

Diante do aumento de informações sobre o projeto siderúrgico, mas com raras divulgações dos seus objetivos, iniciou-se um forte debate entre os patrocinadores do projeto (Companhia Vale do Rio Doce – CVRD e Governo do Estado do Maranhão) e diversos grupos do movimento social organizado em conjunto com os moradores dos povoados passíveis de deslocamento, para instalação do projeto.

Admitindo que este projeto de produção de aço faça parte da estratégia de ocupação e industrialização da Amazônia Legal Brasileira², pretende-se, neste artigo, rememorar os processos de ocupação, avanço e conflitos na busca de um suposto desenvolvimento e industrialização desta região.

1. Este artigo é resultado da monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais apresentada à Universidade Federal do Maranhão, em 2006, e intitulada “Cajueiro: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço”.

2. Conforme dados do IBGE (2005), a Amazônia Legal Brasileira é constituída pelos estados do Amapá, Pará, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima e parte do Maranhão.

1 As alterações do modo de ocupação do espaço amazônico

O governo brasileiro utilizou diversas estratégias no afã de modernizar o setor produtivo nacional. Notadamente, a partir da década de 1960, com a ditadura militar, ou “civil-militar”, como prefere Porto-Gonçalves (2005), marcou-se a corrida para efetivamente ocupar com o propósito, segundo o governo, de desenvolver as forças produtivas da Amazônia Brasileira.

Entender como se inventou e se “vendeu” a idéia de Amazônia, seguramente, torna-se importante para prosseguir na análise que se norteará pelos conceitos de modernidade, desenvolvimento e progresso, sempre muito presentes no discurso oficial e das corporações que investiram e/ou investem no espaço sócio-cultural amazônico e mesmo no imaginário coletivo dos diversos grupos sociais que constituem os espaços amazônicos.

Historicamente, desde o Brasil Colônia, a forma de ocupação do território nacional se deu a partir da divisão de terras entre aqueles que eram considerados “*amigos do rei*”, ou mesmo filhos de algum amigo do rei, ou seja, os *fidalgos* (filhos de algo), por ocasião da divisão do País em Capitanias hereditárias e de sua entrega para esses ditos amigos do rei (PORTO-GONÇALVES, 2005). Com esta visão, desde a empresa colonial as sociedades nativas, antigos habitantes, tornaram-se invisíveis ou foram invisibilizadas e, posteriormente, o Estado brasileiro herdou esta visão que, historicamente, considera o território como vazio demográfico. Desde o primeiro momento, até hoje, tem-se desconsiderado os povos indígenas, os demais segmentos da população nativa e colonos chegados mais recentemente, que têm sido sistematicamente excluídos das políticas sociais.

A Amazônia, efetivamente, não viveu processos muito diferentes dos que ocorreram em todo o país, mas há peculiaridades que levam a outras análises. Ora, se o território brasileiro fora ocupado, violentamente, pelo colonizador europeu, desconsiderando os seus primeiros habitantes, a Amazônia, por seu turno, teve essa ocupação realizada de forma mais interna, “uma certa colonização interna”: “... o Brasil não-amazônida, continua a ter uma visão sobre a região como se ela fosse colônia, cuja importância se deve às rique-

zas naturais, aos estoques naturais que podem ser exploradas (pelo colonizador)” (PORTO-GONÇALVES, 2005).

As investidas nacionais para colonizar a Amazônia, conforme explicita Porto-Gonçalves (2005, p. 21), consideram que: “mesmo as populações não indígenas, em virtude de não manipularem um aparato tecnológico sofisticado como das populações das regiões desenvolvidas, são tomadas, por isso como atrasadas e tradicionais vivendo muito próximas da natureza”.

Um aspecto importante é o fato de que esta grande área constituída, hoje, pelos estados do Amapá, Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima foi homogeneizada numa palavra: Amazônia. Disso resultou, até hoje, inúmeros conflitos, uma vez que cada espaço socialmente organizado, mesmo interno a cada uma dessas unidades da federação, cria/criou dinâmicas próprias que, por vezes, nem se considera parte dessa idéia de Amazônia.

Entretanto, como sabemos que os Estados-nações gozam da prerrogativa e legitimidade, inclusive empunhando a força, de dizer quem é e o que é seu território, assim fez o Governo brasileiro em relação a essa ampla região. O Estado Brasileiro não mediu esforços para criar uma imagem dessa região como sendo, conforme aponta Porto-Gonçalves (2005, p. 25), o lugar do “*vir-a-ser*” “... a Amazônia nunca é o presente, mas sempre o futuro que será redimido pelos seus recursos imensos reais e imaginários. Assim a Amazônia nunca é; é sempre o *vir-a-ser*. E esse *vir-a-ser* nunca é o *vir-a-ser* das populações. É, na verdade, uma reserva de recursos”.

Na visão dos planejadores, governo e iniciativa privada, toda esta área (embora habitada e com lógicas próprias de produção e de relações sociais objetivas e simbólicas), que não apresenta uma urbanização consolidada, com suas estradas, ruas e terrenos (loteados e com propriedade garantida em cartórios de registro de imóveis), foge, ou não tem como cerne da organização de sua população, dos ideais de produção em grande escala para gerar excedente e riqueza nos parâmetros das sociedades modernas³ capitalistas. Então, muitos estudiosos e planeja-

3. Sobre modernidade, mais a frente, farei uma pequena exposição para melhor situar o leitor acerca de como utilizo este conceito teórico, ou categoria analítica, conforme muitos preferem.

dores passam a considerar um vazio, não só demográfico, mas de cultura, de saber, de *visão* de mundo. Seus habitantes são, não raramente, considerados ignorantes, débeis, subdesenvolvidos e que carecem da tutela ora do Estado, ora dos letrados para lhes dizer qual a direção a tomar em suas organizações de espaço, tempo, produção, cultura.

Podemos verificar que esses espaços, em que vivem grupos com lógicas sociais e culturais diferentes daquela dita moderna, são sempre vistos como lugares com potencial de ocupação, vazios, como se tudo e todos que deixem de contemplar e seguir os estatutos da modernidade, ou do seu núcleo gerador (SANT'ANA JÚNIOR, 2005), passassem ao “não-ser”, ao “não-existir” sócio-culturalmente ou, então, como se esse *ser* e *existir* fosse de menor importância, de menor valor; vistos como incapazes, débeis, ignorantes.

Entretanto, como escreve Porto-Gonçalves (2005, p. 16), esse espaço amazônico, está longe de ser um vazio demográfico e cultural:

É uma realidade dura de miséria e violência e que desafia essa ecologia conservadora a pensar a questão social junto com a questão ecológica. Há milhões de famílias de trabalhadores rurais; as diferentes culturas dos povos da floresta; centenas de milhares de garimpeiros; milhões de habitantes nas suas cidades, onde hoje está a maior parte dos amazônidas, que precisam ser alimentados. Há vários e poderosos interesses em disputa por seu subsolo, pela sua enorme riqueza em biodiversidade, por sua riqueza em metros cúbicos de madeira ou megawatts de energia.

Porto-Gonçalves ajuda a perceber, na prática, como a Amazônia sempre foi ocupada, mas que, ideologicamente, a idéia de “vazio demográfico” se consolidou e até se transformou, numa visão mais contemporânea, em “vazio cultural”, conforme argumento neste artigo.

Mesmo as formas de colonização da Amazônia, ao longo dos anos, foram se modificando. Os padrões de organização e ocupação do espaço amazônico foram se modificando mediante o avanço das frentes de expansão (VELHO, 1972), a política oficial de colonização e o emprego de novas tecnologias.

Segundo Porto-Gonçalves (2005, p. 80-95), a Amazônia experimentou duas formas principais de organização do seu espaço: o de

“rio – várzea – floresta” e o de “estrada – terra firme – subsolo”.

O primeiro, diz respeito ao período em que a Amazônia viveu, ou sofreu, a catequese das Ordens Religiosas autorizadas pelo Governo Colonial; a expropriação das “drogas do sertão”; a administração Pombalina, que se pautava na doação de terras, na introdução do trabalho escravo e no incentivo da implantação da pecuária; além da extração da borracha, que dominou a produção amazônica durante todo o “ciclo da borracha”. Essa forma de organização do espaço, segundo este autor, criou uma elite local extrativista, manteve algum convívio com outras formas de produção como pequena agricultura, pesca e outras formas de extrativismo e caracterizou-se pela capacidade limitada dos agentes sociais em penetrar o interior da Floresta Amazônica, o que resultava em ocupação apenas de áreas ribeirinhas das várzeas e pouca penetração floresta adentro (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 80)

O segundo padrão de organização do espaço amazônico (estrada – terra firme – subsolo), conforme este mesmo autor, emergiu com o advento dos militares ao executivo nacional. Foi a partir desse período, década de 1960, que o Estado brasileiro montou uma estrutura político-administrativa capaz de captar recursos junto a instituições financeiras internacionais com o propósito de desenvolver a Amazônia brasileira. Sobre isso, Porto-Gonçalves (2005: 95) afirma que:

Agindo como uma verdadeira política de intervenção, o Estado a partir dos seus pólos hegemônicos, e expressando o papel secundário das elites regionais, criará áreas diretamente subordinadas à tutela federal, como as faixas de 100 Km de cada lado das estradas federais construídas; a área do Projeto Grande Carajás, além da criação de instâncias administrativas federais para atuar especificamente no Baixo Amazonas, no Araguaia-Tocantins, como o Gebam e o Getat, respectivamente.

É a partir deste momento, e depois, durante as décadas de 1970 e 1980, que, de forma planejada, o Estado brasileiro consolida o processo de construção de infra-estrutura capaz de suportar os projetos de desenvolvimento urbano-industrial; a abertura de estradas,

a construção da Estrada de Ferro Carajás, e o investimento na, então, estatal CVDR (Companhia Vale do Rio Doce) com vistas a montar estrutura para explorar o minério de ferro das recém identificadas minas paraenses. Esta opção estatal desarticulou o padrão rio – várzea – floresta, que indispunha de recursos técnicos e políticos que garantissem maior alcance mata adentro e, conseqüentemente inaugurou um padrão arrojado e bem preparado técnica e politicamente para chegar aos mais distantes pontos da mata, o que favoreceu a opção de explorar mais efetivamente o subsolo. Esse é o padrão, segundo Porto-Gonçalves (2005, p. 95), de “organização do espaço estrada – terra firme – subsolo”.

Este argumento de Porto-Gonçalves dará base para o que passarei a denominar de “tempo do aço” vivido na Amazônia Legal Brasileira, principalmente na porção oriental com ênfase aos Estados do Maranhão e do Pará.

A partir da década de 1960, com a identificação de uma das maiores reservas de minério de ferro do mundo, na Serra dos Carajás, no estado do Pará, juntamente com a política nacional voltada para implantação de grandes projetos de exploração mineral e agropecuária extensiva, o Estado brasileiro abriu estradas, atraiu investimentos nacionais e internacionais com a isenção de impostos, estimulou a migração de mão-de-obra para as obras de infraestrutura e, com o passar de duas décadas, o cenário amazônico mostrou-se outro. É esse processo sócio-econômico-político-cultural planejado, operacionalizado e monitorado pelo Estado brasileiro e, em certa medida, imposto (a partir de 1960) às populações amazônicas que passo a chamar de “tempo do aço”.

2 O “tempo do aço” como “vocação natural” da Amazônia Legal Brasileira

No debate sobre modernidade, não raro, faz-se necessário entender os conceitos de *desenvolvimento* e *progresso* que, no mais das vezes, nos ajudam a compreender melhor essas relações muito presentes na Amazônia Brasileira.

Em diversos casos, os conceitos de modernidade, desenvolvimento e progresso são tomados como sinônimos, senão como complementares entre si e não se pode, necessariamente, falar em um deles sem que os demais estejam presentes, ainda que seja apenas no campo do simbólico ou no debate discursivo ante justificativas de ações que são apresentadas como capazes de trazer redenção aos “desqualificados”, “ignorantes”, “indolentes”, mediante promessas de emprego, geração de renda e investimento em qualificação profissional⁴.

Sant’Ana Júnior (2005, p. 23), ao estudar as contribuições de Berman, Giddens, e Bauman, faz uma revisão do conceito de modernidade destacando cinco pontos que, neste trabalho, nos ajudarão a compreender melhor o objeto de nossas reflexões: a relação de moradores de áreas amazônicas com o processo de desenvolvimento dessas áreas. O autor afirma que ao analisar trechos das obras desses três autores, “pode-se destacar: 1. uma compreensão básica do que seja modernidade; 2. sua origem temporal e espacial; 3. as forças sociais e intelectuais que agem para sua realização; 4. sua difusão e alcances; 5. derivando dos dois anteriores, a relação entre moderno e tradicional”.

Frente a essas primeiras considerações, Sant’Ana Júnior (2005, p. 23), mais à frente, tece um conceito de modernidade dizendo:

... mais do que como um modelo de organização social ou como uma civilização nova e distinta, neste trabalho pensar-se-á a modernidade como um “movimento societário” que, apesar de sua fluidez e dinamicidade ou por isto mes-

4. Embora escape aos objetivos desta reflexão, uma nota sobre noções do par qualificação x desqualificação é necessária. No contexto aqui analisado os qualificados seriam os que dominam técnicas que interessam à indústria, às empresas com grande potencial de realizar mais-valia (lucro), enquanto os desqualificados seriam os que dominam técnicas tradicionais de cultivo da terra, de extrativismo, de artesanato, geralmente vinculadas ao atendimento das necessidades do grupo doméstico ou de comunidades com pouca densidade demográfica. Portanto, ao operar com estas categorias de análise, ainda que involuntariamente, se faz opções de noções de desenvolvimento, mercado, progresso, qualificando um grupo e desqualificando outro, conforme o quantum de poder sociopolítico e econômico cada um domina no cenário sociocultural em que as disputas se dão.

mo, atinge sociedades e regiões inteiras, interagindo e alterando suas mais diferenciadas dimensões (culturais, sociais, econômicas, políticas, religiosas, ambientais) sem, contudo, deixar de sofrer as influências e alterações emanadas destas mesmas dimensões.

O autor em questão mostra um conceito que amplia as possibilidades de análise e prevê as reações dos agentes, que têm sido alvo das investidas do núcleo gerador da modernidade. Nas explicações de porque é “societário” e “movimento”, o autor aponta questões que facilitam nossa compreensão desse conceito tão plástico, escoregadio e multifacetado, ao afirmar que:

..é societário porque surge e atinge amplas coletividades... gerando o que se convencionou chamar de sociedades modernas. E é movimento, em primeiro lugar, no sentido ser dinâmico, de conformação pouco precisa e sujeito permanentemente a alterações. Num segundo sentido, é movimento em função de sua fluidez e expansibilidade, facilmente demonstrável numa rápida olhada para a história do planeta nos últimos séculos, nos quais seus valores, instituições, costumes atingem regiões cada vez mais distante de seu centro gerador. Por fim, podemos definir a Modernidade como movimento, também, em função do fato de que se há um primeiro centro gerador (...) o mesmo não está imune às influências advindas das regiões atingidas posteriormente, transformando-se conforme estas influências tornam-se mais ou menos expressivas (SANT’ANA JÚNIOR, 2005, p. 23. Grifos meus).

As partes destacadas da citação acima serão úteis para mostrar em que sentido me refiro à modernidade, neste artigo. E a idéia de “um primeiro centro gerador” dessa modernidade, localizado na Europa ocidental, terá relevante importância para entendermos as “ofensivas modernizadoras vindas de cima” na Amazônia.

E, a despeito de existir e concordar que se faz necessário um forte e acirrado debate sobre a localização histórica de um centro gerador da modernidade, Sant’Ana Júnior (2005, p. 24), opta por afirmar que: “é somente a partir do século XVII, através das revoluções

inglesas e francesa, que são efetivamente formadas as instituições, o modo de vida, os valores, a cultura posteriormente considerados modernos e que se consolidarão no século XIX”.

Sant’Ana Júnior (2005, p. 24) destaca, ainda, a importância histórica das “influências advindas das grandes navegações ibéricas com a descoberta de ‘novos mundos’..., devido às formas de comércio e de compreensão do mundo”. Isso, de certa forma, impulsionou a criação e, posteriormente, a consolidação de um mercado mundial explorado pelos indivíduos e pelas instituições européias. Nessa direção, o autor destaca que:

...a criação de um mercado mundial bastante unificado, com regras muito definidas e influência muito forte sobre os outros campos da vida social, não foi suficiente para garantir a implantação de um modelo único de modernidade. No entanto, seu alto grau de penetração, bem como das outras premissas da modernidade ocidental, interferem no conjunto de premissas e características de cada sociedade invadida (SANT’ANA JÚNIOR, 2005, p. 33).

Como esse “cada sociedade invadida” se materializa nas ofensivas modernizadoras, no caso em apreço, a Amazônia brasileira tem sofrido fortemente os impactos dessas ofensivas. Importa ressaltar, apoiado na citação acima, que os resultados de fato não foram os que desejaram os ofensores modernos, porque, de certa forma, os atores e movimentos sociais da Amazônia ainda resistem e tem conseguido um relativo êxito em evitar a destruição total do que foi/é a Amazônia Legal Brasileira, natural e simbolicamente.

As ofensivas modernizadoras vindas de cima operam opondo-se à idéia do *não-moderno*, que caracteriza o que foge ao modo de vida pautado no saber ocidental, que privilegia o individualismo, a ciência, a técnica instrumental, a dicotomia homem-natureza. O não-moderno situa-se do outro lado, e é tomado (por muitos planejadores, intelectuais, órgãos públicos) como tradicional, arcaico, primitivo, subdesenvolvido e ultrapassado, sempre carecendo de intervenção e tutela do mundo moderno. Essa intervenção do mundo moderno traria a modernidade a partir do *desenvolvimento e progresso*. Como já discutimos, este resultado esperado nem sempre se

efetiva, pois as ofensivas modernizadoras vindas de baixo têm se articulado e dado, também, o seu direcionamento nesse dito processo de desenvolvimento, que seria levar as sociedades chamadas tradicionais a compartilhar os mesmos signos e visão de mundo daquela difundida pelo núcleo gerador da modernidade.

Como o autor entende ser mais coerente vislumbrar a relação dialética permanente, quando das ofensivas modernizadoras, evita trabalhar com esses pares de oposição. Subsidiado por diversos autores das ciências sociais, propõe a utilização de “modernidades” (no plural), entendendo que há reações às investidas da modernidade e o que resulta daí, segundo ele, não necessariamente é a “modernidade” tal qual se analisa e observa no modo de vida europeu ou, mais recentemente, estadunidense, mas “modernidades” que dependem de diversos fatores, como a organização social e política dos grupos sociais que sofrem a ofensiva modernizadora. Dessa forma, dialogando com José Maurício Domingues, Sant’Ana Júnior (2005, p. 35) afirma:

...respostas diferenciadas às invasões modernizadoras, partindo de pontos diferenciados de entrada no mundo, têm gerado, portanto, não a “modernidade”, como gostaria de crer, ainda hoje, grande parte da literatura sobre o assunto, mas uma série, se não ilimitada, bastante ampla de “modernidades”, cuja compreensão exige “[...] deixar de lado o molde geocronológico, ‘ocidentocêntrico’, de modernidade” (DOMINGUES, 1993, p. 289).

As “ofensivas modernizadoras”, quase sempre, são acompanhadas de “respostas diferenciadas” e contextualizadas. As reações dos grupos que têm sido alvos dessas ofensivas modernizadoras vindas de cima têm se pautado em várias estratégias, inclusive fazendo concessões, utilizando seu conhecimento local ou apropriando-se de técnicas e signos ditos modernos para atender seus interesses de revidar, o que se tem constituído, como já vimos, em “ofensivas modernizadoras vindas de baixo”.

Na busca de compreender estas facetas da modernidade, nos resta perceber como a teoria sociológica tem entendido, analisado e contribuído para o debate sobre o par de oposições modernidade-tradição.

Veremos que o núcleo gerador de modernidade, embora insista em dicotomizar e criar pares de oposição, como “social-natural”, ou “ciência-senso comum”, “objetividade-subjetividade”, “rural-urbano”, no caso do par de conceitos modernidade-tradição, se nos filiarmos à proposta de Sant’Ana Júnior (2005), deverá ser entendido como faces de uma mesma moeda, imbricadas numa dada rede de relações, em que os agentes acionam diversos argumentos em suas relações conflituosas e, não raro, buscam desqualificar ou desmoralizar o saber do outro em busca de hegemonia, por um lado, ou simplesmente sobrevivência material e simbólica, por outro.

Neste sentido, Sant’Ana Júnior (2005, p. 37), afirma que:

A rejeição da dicotomia entre modernidade e tradição implica na aceitação de que existe uma tensão dialética entre estes dois momentos lógicos e empíricos que, sendo contraditórios, se relacionam, se complementam, se confrontam, se interpenetram, de forma tensa e segundo condições históricas, sociais, políticas empiricamente diferenciadas. Assim sendo, esta rejeição implica na necessidade de ampliar o conceito de modernidade, incorporando nele o seu oposto lógico e abandonando as leituras de modernidade que partem exclusivamente das significações imaginárias da modernidade que justificaram e justificam a ação de agentes modernizadores.

A ocupação da Amazônia se generalizou, a partir do final da década de 1960, quando o governo brasileiro passou a ver esta parcela do território como alvo de ações de “segurança nacional”. O que se deve ressaltar é que por trás desta necessidade de investir em segurança nacional, ainda que inconscientemente como alguns advoguem, o Estado autoritário brasileiro passou a ser o agente patrocinador das “ofensivas modernizadoras vindas de cima”, que contaram com grandes volumes de capital internacional à procura de novos mercados e novas fontes de recursos naturais e, com o apoio de uma elite civil nacional ávida por garantir seus lucrativos negócios. Isso extrapolou os limites dos projetos econômicos e interferiu diretamente no modo de vida (melhor dizendo, nos modos de vida) amazônico(s).

A proposição de Ianni (1999, pp. 24-25), ao tratar da “era do globalismo”, que seria, também, a era da expansão de capitais, colabora para percebermos o cenário que possibilitou os investimentos na Amazônia brasileira, a partir de 1960:

O que era local e nacional pode tornar-se também mundial. O que era antigo pode revelar-se novo, renovado, contemporâneo. Formas de vida e trabalho, imaginários e visão de mundo diferentes, às vezes radicalmente diversos, encontram-se, tensionam-se, subordinam-se, recriam-se. ... A globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e **processo civilizatório** (grifo meu).

E, conforme Porto-Gonçalves (2005) já alertou, essas, que denominamos aqui de ofensivas modernizadoras vindas de cima, já experimentadas pela Amazônia, que Ianni (1999) chama de a “Era do Globalismo”, “trouxe para os diversos grupos atingidos desestabilização, fome e miséria, da mesma forma que fez inchar as cidades e aumentar a violência e a periferização”. Por outro lado, fez emergir uma atuação mais sistemática de parte dos movimentos ambientalistas que, durante o período de atuação dos agentes modernizadores, atuou de modo a frustrar os objetivos das suas ações⁵, embora não tenham tido força para impor hegemonia, o que reflete o quadro acima descrito por Porto-Gonçalves.

As investidas de desenvolvimento e progresso (leia-se de modernização) da Amazônia a partir do final da década de 1960, com o advento do grande capital, dos grandes projetos de desenvolvimento (estradas, hidrelétricas, indústrias, ferrovias, siderúrgicas, metalúrgicas e agropecuária extensiva) inauguram, ou melhor, consolidam o início de um novo tempo para os “amazônidas” (no dizer de Porto-Gonçalves, 2005). Este modo de organização do espaço amazônico em “estrada – terra firme – subsolo”, já analisado neste traba-

5. Em São Luís, os movimentos de “Defesa da Ilha”, no passado, e agora o “Reage São Luís” foi/é, respectivamente, no passado e no presente organizações sociais que cumpriram/cumprem o objetivo de frustrar as investidas históricas do capital sobre os modos de vida considerados tradicionais e subdesenvolvidos.

lho, será considerado, para efeito de análise teórico-empírica como sendo o referente ao “tempo do aço”⁶.

Neste período, compreendido dos anos 1960 até hoje, os governos que se sucederam à frente do Estado brasileiro buscaram, cada um ao seu modo, descobrir (ou quem sabe inventar) a “vocação natural” para da Amazônia Brasileira. E, embora vários e diversificados projetos tenham sido experimentados, o que pudemos observar foi a nítida opção pela mineração, mesmo que, é evidente, o Tempo do Aço não se restrinja a esta atividade.

O Estado Brasileiro, paulatinamente veio investindo em infraestrutura para o “negócio do aço”. E precisamos entender que o Tempo do Aço não se caracteriza somente pelo aumento da exploração e benefício do minério de ferro. Vai muito além, interfere no modo de vida dos que habitam a Amazônia.

Conforme alerta Porto-Gonçalves (2005, p. 116), sobre as novas investidas do capital internacional:

Se antes o capital comercial convivia com o caboclo ribeirinho, com as diferentes comunidades indígenas ou com as populações remanescentes de quilombos, agora o capital financeiro e industrial irá disputar seus recursos naturais. No lugar dessa convivência teremos a barragem dos rios que aprisionará suas forças, sua energia e, com isso, aumentará a capacidade desse novo capital de transformar a natureza, tornando, com isso, maior o seu potencial de apropriação de outros recursos naturais como a bauxita, o ferro, o caulim, o manganês, o ouro, ou ainda explorar a celulose.

Este tem sido o tempo de ótimos resultados para o capital transnacional (ou melhor para os agentes deste capital), é hora de colher os lucros dos investimentos que, verdade seja dita, em grande parte são desonerados de impostos e, mesmo com a chamada moderni-

6. Quando opto por analisar as investidas desenvolvimentistas na Amazônia Brasileira, supondo o *Tempo de Aço*, não o faço de modo denotativo, mas considero os avanços de infra-estrutura, da ampliação de áreas de monocultivos, do aumento da base energética (hidrelétricas), gerando um cenário que ameaça modos de vida tradicionais que não apenas pelas indústrias de produção de aço.

zação do Estado, com a introdução das chamadas políticas neoliberais, os empreendimentos na Amazônia continuam tendo sua energia elétrica subsidiada (PORTO-GONÇALVES, 2005).

Para a economia nacional, o tempo do aço na Amazônia, tem se apresentado com ótimos resultados, conforme relata Porto-Gonçalves (2005, p. 116): “A Amazônia, que nos anos 1960 contribuía com pouco mais de US\$ 200 milhões para a balança comercial do país, passa para algo em torno de US\$ 2,5 bilhões a US\$ 3 bilhões nos negócios dos anos noventa. É uma performance econômica invejável”.

A Amazônia estaria mostrando seu potencial de geração de divisas para o Estado brasileiro, conforme acreditavam os militares quando investiram maciçamente na região. O que não tem sido feito nem considerado é o levantamento do outro lado da moeda: os custos sociais e ambientais, além das perdas com os juros pagos aos investidores internacionais em infra-estrutura, somadas aos subsídios de energia elétrica.

Desta performance de lucratividade, o que impressiona é a proporcionalidade dos lucros da mineração. Dos cerca de US\$ 3 bilhões, na participação na balança comercial nacional, US\$ 2,5 bilhões são de minérios, contra apenas US\$ 400 ou US\$ 500 milhões de recursos vegetais. Daí a opção deliberada pelo aço, pelo minério e pelo subsolo. E quase nenhum projeto de manejo sustentado dos ecossistemas amazônicos ou políticas de incentivo ao pequeno produtor, isso porque não tem se mostrado economicamente viável do ponto de vista dos investidores ou dos planejadores estatais.

Mas não é apenas a economia nacional que se esbalda como a atividade de mineração. A CVRD, a quarta maior mineradora do mundo, desde sua privatização em 1997 até 2005, acumulou em “lucro líquido R\$ 31,38 bilhões”. O curioso é que ela custou para seu comprador, em 1997, apenas “R\$ 3,33 bilhões”, ou seja, em apenas oito anos lucrrou dez vezes o que pagou por todo o patrimônio da empresa. Lembremo-nos que neste valor estavam embutidos os prováveis custos sociais e ambientais, sem contar a concessão de explorar (ou melhor destruir) o subsolo. Nesse mesmo período, suas “despesas com pessoal diminuiu de 16,8% para apenas 5% do faturamento anual”. No tempo do aço, as mineradoras lucram, os empregados são substituí-

dos por outros que recebem menores salários, a pequena agricultura é desmantelada e, conseqüentemente o modo de vida que se impõe, embora não absoluto, é, como já vimos, o do centro gerador da modernidade. Neste caso quem paga a conta é o colossal patrimônio cultural e natural amazônico (ZAGALLO, 2006, p. 7).

Talvez, situações parecidas com estas, de intenso investimento em grandes projetos de desenvolvimento que têm garantido lucro efetivo apenas para os capitais que se instalam sobre a tutela e proteção estatal, tenham levado Morin (2002, p. 79) a afirmar que “O mito do desenvolvimento determinou a crença de que era preciso sacrificar tudo por ele (...) As crueldades das revoluções do desenvolvimento agravaram as tragédias do subdesenvolvimento”.

As idéias de “desenvolvidos e subdesenvolvidos” (ESCOBAR, 1996) são utilizadas para justificar a necessidade de abertura dos mercados, que no tempo do aço pode ser uma floresta (Amazônica) que, além de disponibilizar matéria e energia, nos últimos anos tem sido vista como espaço econômico promissor que vai desde o vasto mercado consumidor de produtos industrializados nos grandes centros, ou mesmo na indústria local, passando por fornecedor de exemplares da sua fauna e flora, até o seu consumo estético, com o avanço da indústria do turismo e hotelaria.

É no tempo do aço que a floresta sofre a maior sangria da história da Amazônia. Aumentam os desmatamentos, inovam as tecnologias no sentido de dominar a exploração do subsolo pela mineração, incentiva-se a implantação de empreendimentos agroindustriais ao longo das ferrovias, estradas, portos. É também tempo de respostas, não só dos grupos atingidos pelo avanço das ofensivas de modernização, mas da própria natureza, que escasseia as chuvas e aumenta as temperaturas na Amazônia brasileira (PORTO-GONÇALVES, 2005)

No caso do Programa Grande Carajás, é importantíssimo pensar o tempo do aço, porque ele aponta para o “tempo do fim”, vejamos parte da entrevista de Guilherme Zagallo⁷ sobre a vida útil das minas de Carajás:

7. Zagallo é advogado e membro do Movimento Reage São Luís.

...por maior que sejam as minas de Carajás, um dia elas irão à exaustão, o que ficará para a sociedade dos estados do Pará e do Maranhão quando essas minas se exaurirem? O que será feito dessa ferrovia que hoje opera, que faz transporte de pessoas e de mercadorias, mas, sobretudo, de minério entre os estados do Pará e do Maranhão? ...pouco antes da privatização... as jazidas da Vale foram reavaliadas para menor, por exemplo, Carajás foi reavaliada como se tivesse apenas 2 bilhões de tonelada de minério de ferro, quando, na verdade, as jazidas de Carajás, são jazidas, na época da descoberta, de 19 bilhões de tonelada de minério de ferro. Isso significou uma redução no preço de venda da empresa, que foi leiloada por um valor muito baixo em relação ao que ela realmente valia, e desde então, desde 1995 a Vale nunca fez a atualização das suas reservas. Pelos números que a Vale informa ao mercado, as minas de Carajás iriam se exaurir em cerca de 20 anos, quando na verdade a previsão de exaustão dessas minas é de 85 a 100 anos, isso se for mantido o ritmo atual de exploração que é um ritmo de 85 milhões de toneladas/ano. Mas esse ritmo já foi no passado de 35 milhões de toneladas/ano, ou seja, o crescimento da exportação de minério de ferro, da exploração, pode significar uma redução da vida útil dessas minas... (Entrevista realizada com Guilherme Zagallo em 14/08/2006).

A CVRD, desde o início do processo de instauração do tempo do aço na Amazônia, coordenou os estudos e a implantação de infraestrutura do PGC (Programa Grande Carajás) e se investe do signo de empresa ambientalmente responsável⁸. O que é plenamente possível, afinal, por um lado ela investe em áreas de proteção ambiental (recentemente inaugurou o Parque Botânico de São Luís) para que lhe seja garantida a exploração, até à exaustão, de outras áreas (por exemplo, a Serra dos Carajás, onde indígenas foram expulsos

8. "Responsabilidade sócio-ambiental", o slogan que a CVRD mostra em sua página na Internet (www.cvr.com.br, acesso dia 03/09/2006), vai de encontro às suas operações e relações com os grupos sociais expulsos dos lugares para receber as instalações de infraestrutura da empresa.

em favor dos empreendimentos do PGC). É um tempo de dissimulação empresarial, que por um lado investe em pequenos projetos de educação, cultura, lazer, sustentabilidade⁹, a maioria debitados em imposto de renda, e, de outro lado, destrói modos de vida, ecossistemas e cria uma estrutura cara para o Estado brasileiro, para a sociedade brasileira. Se pensarmos no custo-benefício, o montante investido no PGC será daqui a algumas décadas observado nas imensas crateras na Serra dos Carajás, num um corredor de exportação (EFC – Complexo Portuário de São Luís) fantasma, pois, uma vez que o modelo imposto de exploração do subsolo seja exaurido, esta infra-estrutura perderá seu sentido e os capitais transnacionais engordados no período da exploração alçaram vôo para novos mercados. Fica a pergunta: o que restará para os estados do Maranhão e Pará? Poderíamos pensar que novas minas serão identificadas, mas surge outra questão: os ecossistemas amazônicos têm capacidade de agüentar outra Serra dos Carajás sendo explorada diuturnamente, outro PGC? E as promessas feitas aos moradores da área rural de São Luís de que seriam remidos pela siderurgia, se sustentarão?

O caso das comunidades ameaçadas de deslocamento para a instalação do pólo siderúrgico é emblemático para se pensar esse processo. Uma das justificativas da instalação deste projeto no município de São Luís seriam as milhares de oportunidades de emprego a serem geradas. Mas não só, o *slogan* dos que advogam sua construção é que finalmente chegará o *desenvolvimento*, com o incremento da economia e a consolidação da indústria. Entretanto, curioso é que esse discurso já se arrasta há décadas, mas sempre se renova nos programas de candidatos a cargos eletivos, ou de secretários de governos que insistem em investir em setores que são alie-nígenas para a maioria dos moradores da região.

O que se pode inferir, mais uma vez, é que, no caso das comunidades da área rural, ameaçadas de deslocamento compulsório¹⁰, a

9. Não entrarei no debate sobre os conceitos “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade”, “ecologia econômica” (ver Capítulo 10 deste livro), mas conhecer estas categorias facilita a leitura e compreensão deste artigo.

10. No passado (em 2004), em razão da suposta instalação do Pólo Siderúrgico, e agora, pelo fato de que o legislativo municipal aprovou lei que transformou parte desta área,

ação pedante do núcleo gerador da modernidade, a partir de ofensivas modernizadoras vindas de cima, lança toda sua força e experiência acumuladas, por séculos de invasões de lugares e culturas, sob o signo de levar a redenção e resolver os problemas, no mais das vezes, gerados por essas ofensivas, daqueles tidos como incapazes, ignorantes, desqualificados e, por isso, subdesenvolvidos (SANT'ANA JÚNIOR, 2004).

Essas investidas têm servido para criar/inventar e validar a opinião generalizada de que os moradores da área rural, em relação ao núcleo urbano de São Luís, são desqualificados, ignorantes que devem ser tutelados e ajudados a saírem do atraso, da estagnação e de que o grande capital nacional e internacional que, muito benevolmente, se compadecem, disponibilizam uma grande oportunidade de se sair da condição de atraso e debilidade (lembramos que isto é apenas o discurso, na prática, o que se verifica são os imensos custos socioambientais gerados por estas ações). É como se o fato de ser ludovicense já garantisse o enquadramento no conceito de subdesenvolvido, naturalmente. E que, no dizer de Esteva (2000, p. 70), essa naturalização do desenvolvido em oposição ao subdesenvolvido, torna comum o entendimento de que os ditos subdesenvolvidos deixam de ser diversificados, portadores de identidades e padrões culturais, para se tornarem homogêneos, passíveis de ser “transformados” pelos desenvolvidos, para que cheguem a ser como eles, modernos civilizados.

Corroborando com essa busca ou esse avanço incessante da modernidade, a partir do seu núcleo gerador, Adorno (1995, p. 38) traz à luz as pretensões, jamais alcançadas, do irmão gêmeo do desenvolvimento: o *progresso*. Conforme afirma, é nas situações de falta, de catástrofe que a possibilidade de *progresso* aparece como “resposta à dúvida e esperança de que finalmente as coisas melhorem, de que, enfim as pessoas possam tomar alento”, e continua de-

até então de uso rural para uso industrial, facilitando a retirada de moradores daqueles povoados, como é o caso em franco desenrolar da instalação da Termelétrica Porto do Itaqui, que deslocou toda a comunidade de Vila Madureira e, em sua fase de construção, já impacta outras tantas, direta e indiretamente (informações obtidas em trabalho de campo e participação em audiências públicas).

monstrando o conteúdo vazio da palavra, ao compreender que “... não há como dizer de modo preciso o que elas devem entender por progresso, uma vez que o aflitivo da situação consiste em que cada indivíduo o experimenta enquanto falta a palavra salvadora”.

Talvez esta seja a explicação de progresso mais razoável para o propósito deste trabalho, uma vez que, o que ocorre é que as pessoas experimentando desemprego, violência urbana falta de acesso aos serviços públicos básicos como saúde, educação e transporte se apegam ao que lhes é vendido como “possibilidade de afastar a catástrofe extrema, total” (ADORNO, 1995, p. 38), e as mazelas do desenvolvimento que cedo ou tarde aparecerão, geralmente, num plano negado à reflexão e à contestação.

Paira sobre o imaginário coletivo, porque antes foi inculcado pelas ofensivas de modernização, o engodo da esperança de que a redenção virá de fora, dos desenvolvidos, e que cabe aos subdesenvolvidos esperarem com fé no *progresso* e no *desenvolvimento* que trarão a *modernidade* com todas as suas benesses. De outro lado, porém, os processos históricos mostram quão difícil tem sido consolidar as ofensivas modernizadoras vindas de cima, porque sempre há reações articuladas que, pouco ou muito, redirecionam os efeitos nefastos das ações dos núcleos geradores da modernidade. E, em São Luís, tem sido assim, os movimentos sociais e ambientalistas têm confrontado de forma, como vimos, bem articulada as intenções subsumidas no projeto de desenvolvimento da indústria siderúrgica e agora da termelétrica que se pretende sediar na área rural de São Luís.

3 Considerações Finais

Subsumidas no tempo do aço, estão as investidas de criar e difundir um sistema de signos, tornando-o único e inelutável, expandindo-o a todos os modos de vida, como arbitrário cultural dominante (BOURDIEU, 2002) que se quer legítimo e legitimado, mesmo por aqueles que são submetidos às violências simbólicas para o manter e o difundir cada vez mais.

O modo de vida dos moradores da área rural de São Luís ainda se aproxima daquele que se relaciona de forma mais ou menos di-

reta com os recursos naturais e se mostra organizado num sistema de relações do qual emergem solidariedades recíprocas. Entretanto, a proximidade espacial e simbólica com a capital maranhense faz com que os meios de vida dessas pessoas sejam contestados, tanto por ofensivas de modernização (o pólo siderúrgico e a termelétrica, por exemplo) quanto por eles mesmos, ao buscarem, de maneira embora implícita, migrar para a lógica do núcleo gerador da modernidade.

Sendo assim, o discurso e as primeiras ações de implantação de um pólo siderúrgico na Ilha de São Luís interferiram no momento de sua notificação e continuará interferindo no modo como as pessoas se percebem e se relacionam, não apenas com os modos de produção, mas com uma idéia de mundo, de sociedade, de modernidade. Então, por detrás das cortinas da implantação de grandes projetos urbano-industriais, que se materializaram na Amazônia brasileira em indústria de mineração, siderurgia, metalurgia, hidroelétricas, termelétricas, agropecuária extensiva, se revela o projeto, para não dizer ideológico, de criação de um sistema de significantes e significados capazes de orientar, constranger, reorientar a visão de mundo de todos os envolvidos no processo de modernização. E esta visão de mundo, de homem, de sociedade se baseia no conceito de modernidade *stritu sensu*, ou seja, naquela forjado no núcleo gerador de modernidade.

Mas, como vimos, os resultados alcançados pelos patronos da modernidade têm sido constrangidos pelo embate permanente interno às instâncias que se combatem neste cenário, bem como destas entre si. Porque, embora o objetivo das ofensivas modernizadoras vindas de cima seja, dentre inúmeros outros, forjar um modo de vida homogêneo tendo como núcleo gerador a Europa Ocidental, o que se observa é que os indivíduos de *habitus* (BOURDIEU, 2002) criado nas relações diretas com outras lógicas que privilegiam o tempo da natureza, ao se relacionarem com a proposta modernizante re-significam os signos a eles impostos e isto resulta em modernidades outras que não a idealizada pelo núcleo gerador.

Entretanto, mesmo constrangendo os objetivos e resultados das ofensivas de modernização, o que se verifica, pelos argumentos

presentes neste artigo é que a maior parte dos grupos vítimas destas ofensivas tem visto seus mínimos vitais, sociais e culturais serem destruídos, senão desestabilizados, levando a uma situação de completo desarranjo das redes e relações sociais e sem perspectivas de rearranjo eficiente e de curto prazo, embora existam grupos de resistência bem organizados que se contrapõem sistematicamente aos persistentes ataques modernizantes.

Referências

- ADORNO, Theodor W. **Palavras e sinais: modelos críticos 2**. Trad. Maria Helena Huschel. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- ANDRADE, Maristela de Paula (Org.). **Expropriação de famílias na periferia de São Luís pelo projeto Carajás**. Relatório da SMDDH. São Luís: SMDDH, 1981. Mimeo
- ANDRADE, Maristela de Paula; CORRÊA, Célia Maria. Mataram a pobreza: condições de vida de famílias de trabalhadores rurais expropriadas pela Companhia Vale do Rio Doce e assentadas no “morro pelado”, em São Luís, Maranhão. In.: **Revista Pará Desenvolvimento: A face dos grandes projetos**. nos 20/21, Belém, 1986/1987.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. **O poder simbólico**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- DIAGONAL URBANA CONSULTORIA LTDA. **Diagnóstico Sócio-organizativo**. São Luís, 2005. Mimeo.
- DOMINGUES, José Maurício. **Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Contra Ponto, 1999.
- ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ESCOBAR, Arturo. **La invención Del tercer mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo**. Barcelona: Norma, 1996.
- ESTEVA, Gustavo. Desarrollo. In: VIOLA, Andreu (Comp.). **Antropología do desarrollo: teorías e estudios etnográficos en América Latina**. Barcelona/ Buenos Aires: Paidós, 2000. (pp. 67-101)
- FERREIRA, Noraney. **A implantação da Alumar e o deslocamento de famílias camponesas: expropriação e relocação em Vila Coquilho**. São Luís: UFMA, 1997. Monografia de conclusão do Curso de Ciências Sociais.
- GEERTZ, Clifford. **Conocimiento local**. São Paulo: Paidós, 1994.
- GISTELINCK, Frans. **Carajás: usinas e favelas**. São Luís: Minerva, 1988.
- HALL, Anthony L. **Amazônia: Desenvolvimento para quem? – Desenvolvimento e conflito social no Programa Grande Carajás**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **Lauda sócio-econômico e biológico para criação da reserva extrativista do Taim**. São Luís, 2006. Mimeo.

MARTINS, Carlos Benedito. A pluralidade dos mundos e das condutas sociais: a contribuição de Bourdieu para a Sociologia da Educação. In MEC/INEP. **Em aberto**; órgão de divulgação técnica do Ministério da Educação. Brasília: nº 46, (Contribuição das Ciências Humanas para a Educação: A sociologia), mar. 1991.

MARTINS, José de Sousa (org). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MENDONÇA, Bartolomeu. **Cajueiro**: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço. São Luis – MA: UFMA, 2006. Monografia de conclusão do Curso de Ciências Sociais.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Siderurgia e carvoejamento na Amazônia**: drenagem energético-material e pauperização regional. Belém: Editora UFPA, 1998.

MORIN, Edgard. KERN, Anne-Brigitte. **Terra pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

NASCIMENTO, Ivete. Tempo da natureza e tempo do relógio – tradição e mudança em uma comunidade pesqueira. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Antropologia, vol. 11, Belém: Museu Goeldi, 1995.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, amazônias**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Modernidade e tradição: aspectos de um debate sociológico sempre retomado. In: **Revista de Políticas Públicas** / Universidade Federal do Maranhão, - São Luís: EDUFMA, 2005. vol. 9, nº 1.

_____. **Florestania: a saga acreana e o governo da floresta**. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. Rosaura Elchemberg. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

VELHO, Octávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1972.

WEBER, Max. A “**objetividade**” do conhecimento nas ciências sociais. In. COHN, Gabriel (Org.). Weber. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2004. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. **Os pensadores.** São Paulo: Abril Cultural, 1985.

ZAGALLO, Guilherme Carvalho (org.). **Considerações preliminares sobre a implantação de um pólo siderúrgico na ilha de São Luís.** São Luís, 2004. Mimeo.

_____. **CUT Vale: CVRD acordo coletivo 2006/2007.** São Luís, 2006. Mimeo.

12

A questão ambiental numa indústria de alumínio

Antonio Marcos Gomes

Horácio Antunes de Sant'Ana Junior

1 Introdução

O Consórcio Alumínio do Maranhão (Alumar) é a principal indústria do estado do Maranhão e uma das principais do mundo na produção de alumina (óxido de alumínio, extraído do minério bauxita) e alumínio primário (resultante da redução de alumina, através de processos que demandam elevada quantidade de energia). Seus produtos são do tipo *commodities*¹ e distribuídos de acordo com a participação acionária de cada membro do Consórcio, composto por Alcoa, RioTintoAlcan e BHP Billiton. Segundo dados da empresa, em 2007, foram produzidas 450.000 toneladas de alumínio e 1.500.000 toneladas de alumina. Atualmente, enquanto estamos terminando este artigo, a Alumar conclui obras de expansão para produzir 3.500.000

1. Palavra inglesa que significa mercadoria. No mercado financeiro é empregada para designar um tipo de produto, quase sempre agrícola ou mineral que, por ser produzido de forma homogênea, transportado em grande volume e amplamente negociado entre exportadores e importadores, adquire grande importância econômica internacional, havendo bolsas de valores específicas para negociar esse tipo de produto. No caso do Alumínio, seu preço é negociado na Bolsa de Metais de Londres (Inglaterra).

toneladas de alumina por ano, isso mais do que dobra sua capacidade produtiva (www.alumar.com.br/Institucional, consultado em 10/08/2009).

A Alcoa é acionista majoritária e responsável pela implantação do Consórcio Alumar, portanto, as tecnologias empregadas e os modelos de gestão e organização da produção e do trabalho utilizados são provenientes dessa multinacional, que se constitui numa das principais corporações industriais dos Estados Unidos e a maior produtora mundial de alumínio.

2 Conflitos ambientais desde a implantação da Alumar

A implantação do Consórcio Alumar no Maranhão, no início da década de 1980, foi marcada por inúmeros conflitos. De um lado, havia um grupo de ambientalistas e militantes de movimentos sociais que se posicionou contra a implantação do empreendimento industrial na Ilha do Maranhão, alegando que o processo de fabricação do alumínio provocaria riscos ambientais. Alegava, também, que a implantação do complexo industrial traria inúmeros problemas sociais, em decorrência do deslocamento de milhares de famílias dos povoados localizados na área a ser implantado o projeto e da vinda de outros milhares para as redondezas, atraídos pelas promessas de emprego e progresso para a região.

Os que se mostraram contrários ao empreendimento aglutinaram-se no Comitê para a Defesa da Ilha, movimento criado em agosto de 1980, reunindo diversas entidades da sociedade civil organizada. O Comitê buscava influenciar a opinião pública contra a indústria de alumínio e pressionar o Estado para que o projeto da Alcoa não fosse instalado em São Luís.

Sobre a ação do Comitê para a Defesa da Ilha, comenta Adrian-ce (1996, p. 87):

O Comitê para a Defesa da Ilha iniciou uma campanha de esclarecimento ao público, por meio da imprensa nacional e internacional, sobre os perigos de uma refinaria de alumínio naquele local. O Comitê também providenciou amparo jurídico para os moradores dos povoados, desafiou judicialmente a Alcoa três vezes por ações ilegais, promoveu deba-

tes na televisão, estimulou o debate em programas de rádios e em jornais e trabalhou em solidariedade com organismos ambientalistas internacionais.

Aliado à questão sócio-ambiental, permeava a luta contra o empreendimento industrial o fato de ser um investimento feito por uma empresa de capital norte-americano e de contar com o apoio do governo militar brasileiro que, além de restringir vários direitos dos brasileiros em nome da Segurança Nacional, naquele momento histórico, operava uma série de transformações na Amazônia brasileira em prol do chamado desenvolvimento econômico da região.

Esses processos podem ser relacionados com o que, posteriormente, seria percebido como conflitos ambientais (ACSERALD, 2004) ou, ainda, como ambientalização dos conflitos sociais (LEITE LOPES, 2004), pois o conflito aberto com a implantação da Alumar estava associado a diferentes elementos que estão inter-relacionados.

Um desses elementos compreende a questão da conservação do meio ambiente que, sobretudo a partir dos grandes desastres ambientais constatados, principalmente, na Europa e no Japão no decorrer da década de 1960 e da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, de Estocolmo, promovida pela ONU em 1972, se constituiu numa questão pública e, por conseguinte, passou a ser tema gradualmente incorporado em conflitos sociais.

Segundo Leite Lopes (2004), esses conflitos passaram a ser marcados por um processo de interiorização, pelas pessoas e pelos grupos sociais, da *questão ambiental*, resultando na “ambientalização” dos conflitos sociais, que estaria transformando as formas e a linguagem de conflitos sociais e estimulando a institucionalização parcial da questão ambiental.

Como efeitos desse processo, dentre outras possibilidades, o autor cita: uma maior participação da população no controle da poluição industrial, a difusão da noção de risco e perigo industrial e a utilização da questão ambiental como uma nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos sociais.

Outro elemento pertinente ao conflito socioambiental na implantação da Alumar está relacionado à efetivação de grandes pro-

jetos de desenvolvimento na Amazônia. Estes projetos podem ser associados à idéia de ataque à “soberania nacional”, pois permitem o acesso das empresas estrangeiras aos recursos naturais da Amazônia e aos recursos financeiros e incentivos fiscais estatais, acionados com o fim de facilitar a exploração econômica da região por essas empresas.

A Amazônia, segundo Sant’Ana Júnior (2004, p. 56), se constitui num gigantesco mosaico, historicamente configurado e em permanente configuração, composto de uma grande diversidade de ecossistemas e de distintas situações sociais, econômicas, culturais, políticas, ecológicas. A incorporação da Amazônia ao território brasileiro, desde o período colonial, ocorreu em consonância com os interesses dos centros mais dinâmicos da economia mundial moderna, de maneira gradativa e irregular, baseada na extração de produtos naturais, de origem animal, vegetal ou mineral, segundo os interesses, necessidades e possibilidades de extração por parte dos grandes centros econômicos.

A Alumar é fruto de um desses processos que se inaugura com os governos ditatoriais a partir 1964 e é marcada pela implementação de políticas para a modernização da Amazônia e sua integração ao desenvolvimento nacional, com a execução de grandes obras de infra-estrutura (estradas, hidrelétricas, portos, aeroportos), a promoção e incentivo de deslocamentos de trabalhadores rurais e, principalmente, a implementação de incentivos fiscais para instalação de projetos privados voltados para a agropecuária, mineração ou atividade madeireira (SANT’ANA JÚNIOR, 2004, p. 112).

Contudo, a forte intervenção do estado brasileiro na região, pensada e realizada de “cima para baixo” e, portanto, desconsiderando a presença de variados grupos sociais e de suas formas de organização social e produtiva, desembocou num cenário de enormes tensões e conflitos agrários, com ondas de devastação, exploração, violência e resistência (PORTO-GONÇALVES, 2005b, p. 13).

O projeto de desenvolvimento e integração pensado pelos militares sofreu um arrefecimento no bojo de uma série de problemáticas vivenciadas na primeira metade da década de 1980, como o aumento da dívida externa brasileira e a perda do poder de in-

vestimento estatal. Assim, houve uma “(...) reorientação da política de desenvolvimento regional, especificamente para a Amazônia, quando se passou a privilegiar os projetos minero-metalúrgicos em detrimento de uma política mais abrangente” (SILVA, 1998, p. 132).

Os projetos minero-metalúrgicos surgiam a partir de volumosos investimentos de capital estrangeiro e se inseriam numa nova divisão internacional do trabalho que sempre reservou um lugar importante para a Amazônia, enquanto exportadora de produtos naturais e que, naquele momento histórico, exportava, sobretudo, minério/energia, madeira e pasta de celulose (PORTO-GONÇALVES: 2005b, p. 117).

No Maranhão, a Alumar foi implantada tendo à sua disposição, além dos incentivos governamentais para a região amazônica, uma grande reserva de bauxita na Serra do Oriximiná, no Pará e uma infra-estrutura que incluía a hidrelétrica de Tucuruí, fator determinante, já que as indústrias de alumínio são eletrointensivas; a Estrada de Ferro Carajás, que liga a província mineral de Carajás, no Pará, a São Luís, Maranhão; e o Complexo Portuário de São Luís, por onde se pode facilmente escoar a produção para os mercados consumidores da Europa e dos Estados Unidos.

Portanto, a questão da conservação do meio ambiente, a crítica aos grandes projetos de desenvolvimento implantados na Amazônia e a idéia de ataque à “soberania nacional” se constituíram em importantes catalisadores de opiniões adversas à implantação da Alumar.

Por outro lado, o empreendimento industrial da Alumar/Alcoa era visto por parte da sociedade local como possível gerador de empregos e de desenvolvimento econômico para a região e, por isso, contou com o apoio de diversos segmentos sociais, encabeçados por entidades empresariais, e dos governos municipal, estadual e federal, tendo suas obras iniciadas em julho de 1980 e sua inauguração em 1984. Não se pode deixar de ressaltar também que, para o deslocamento dos povoados e para a garantia da realização das obras, contribuiu de forma significativa o clima de repressão às reações populares, às oposições políticas e aos movimentos sociais que marcaram as políticas de segurança nacional implantadas pelos governos ditatoriais.

Em torno deste grande empreendimento, estavam em jogo disputas relacionadas a diferentes perspectivas sobre as formas de apropriação e significação do mundo material, o que, em última instância, nos leva a uma reflexão sobre o modelo societário que se quer instaurar ou preservar e as escolhas que a sociedade faz em relação aos usos, significações e fins dos recursos naturais.

Assim, no caso da Alumar, a área onde essa indústria foi instalada e os lugares de onde provêm os insumos e matérias-primas necessários à produção do alumínio, possuem significados diferentes para a empresa e para os grupos que ocupam/ocupavam essas áreas, já que se apropriam de forma distinta dos recursos naturais existentes.

De acordo com Acserald (2004, p. 16), a diferença de significados com relação ao lugar se explica pelo fato das sociedades produzirem sua existência tendo por base tanto as relações sociais que lhe são específicas quanto os modos de apropriação do mundo material que lhes correspondem, articulando, nos modos sociais de apropriação do mundo material “formas técnicas, definidas por sua espacialidade e temporalidade; formas sociais, que exprimem os padrões de desigualdade de poder sobre os recursos ambientais e formas culturais que encerram os valores e racionalidades que orientam as práticas sócio-técnicas”.

Nesse sentido, o conflito ambiental em torno da implantação da Alumar surgiu entre grupos que se apropriam, significam e fazem usos diferenciados do território. O litígio ocorre quando a forma de apropriação social do meio feita pela empresa e apresentada por ela própria e por órgãos oficiais como mais legítima e eficiente coloca em ameaça as formas de apropriação de outros grupos sociais, seja pela disputa por territórios seja pelos impactos indesejáveis na água, no solo, no ar ou sistemas vivos que levam à desestruturação das formas de apropriação social realizada por pequenos lavradores, pescadores, extrativistas e demais moradores das áreas em disputa.

Esse conflito ambiental, portanto, pode ser entendido como expressão de tensões no processo de reprodução do desenvolvimento (ACSELRAD, 2004). Na disputa entre as populações desalojadas ou impactadas e um grande empreendimento industrial como a Alumar, no modelo societário capitalista moderno, este seria mais le-

gítimo do que aquelas, pois este modelo se pauta por critérios hegemônicos de “eficiência”, “competitividade” e pelos conceitos de desenvolvimento econômico e progresso.

Entretanto, considerando que tal legitimidade é resultante de uma configuração de dominação que pode ser revertida, desde sua instalação até o presente momento, a estratégia da empresa para se legitimar, busca a despolitização dos conflitos ambientais, através de táticas de negociação direta, anunciadas como capazes de prover ganhos mútuos. Com o passar do tempo e levando em conta o processo denominado de “redemocratização” do país², a crescente institucionalização da questão ambiental e a consolidação da legislação ambiental brasileira, a empresa buscou, cada vez mais, aquilo que Acserald (2004, p. 10) chama de psicologizar o dissenso, prevenindo o conflito e tecnificando seu tratamento através de regras e manuais.

Para esse autor, tais táticas se baseiam em projetos voltados para a disseminação de “tecnologias de resolução de conflitos ambientais” que, geralmente, são procedentes de instituições sediadas em países centrais e estão voltadas para a capacitação de entidades e comunidades de países periféricos.

Tais iniciativas, segundo Acserald (2004), buscam difundir modelos de análises e de ação que pressupõem “a falta de instituições” como origem dos conflitos ambientais, sendo que a paz e a harmonia deveriam proceder de um processo de despolitização dos conflitos através de táticas de negociação direta que seriam capazes de prover “ganhos mútuos”. Daí a idéia de transformar pontos quentes (áreas em conflito) em comunidades de aprendizado, conforme tentaremos perceber no caso da Alumar no Maranhão.

3 Responsabilidade Ambiental enquanto tecnologia gerencial

Desde a década de 1970, com o processo de reestruturação da produção capitalista, as empresas têm se deparado com mercados

2. Esse processo tem como marcos expressivos o Movimento Diretas Já, de 1984; a eleição indireta de um presidente civil, em 1985; a promulgação da Constituição Federal de 1988 e as eleições diretas para presidente da República, em 1989.

cada vez mais abertos, globalizados e competitivos, fazendo com que estas passem a introduzir inovações no plano tecnológico, produtivo, financeiro, patrimonial e organizacional.

Tais inovações são demandas internas das próprias empresas diante dos cenários de intensa competitividade, levando-as a assumir o discurso da responsabilidade social e ambiental. Por outro lado, surgem também devido às pressões da sociedade e dos movimentos sociais organizados e por solicitações do Estado, após a difusão da idéia de Estado mínimo durante a década de 1980.

Dessa forma, nesse cenário de mudanças e flexibilidade, as empresas precisariam estar antenadas, integradas e harmonizadas com o ambiente que as envolvem, a fim de apreender as tendências e variações postas por ele e, ao mesmo tempo, neutralizar ou se antecipar àquilo que possa comprometer sua imagem ou existência.

Um dos mecanismos para as empresas atuarem nesse novo contexto consiste na utilização da chamada *cultura de negócios* que, segundo Barbosa (2002, p. 213), pode ser definida como “uma série de fluxos culturais (repertórios de imagens, valores, símbolos e significados) que permeiam o discurso e a atividade empresarial e gerencial das empresas transnacionais, multinacionais e/ou globalizadas”.

Segundo essa autora, a cultura de negócios funcionaria como um arcabouço ideológico do mundo empresarial, explicando e justificando as constantes mudanças tecnológicas e gerenciais a que as empresas estão submetidas nos últimos vinte anos e o que elas devem fazer para continuar sobrevivendo com sucesso, não possuindo, contudo, qualquer sistematização ou formalização. Para Barbosa (2002), a cultura de negócios seria responsável pela adoção, por parte das empresas, das chamadas tecnologias gerenciais, na medida em que atua como intermediária na relação destas com as sociedades contemporâneas.

Essa relação se justifica na medida em que a cultura de negócios oferece “um repertório de imagens, discursos e valores” que fazem com que as empresas adotem algumas questões da agenda social e política da sociedade contemporânea, especialmente, aquelas trazidas pelos movimentos sociais, e as transformem em *tecnologias gerenciais*, disponíveis no mercado como empreendedorismo

social, *learning organization*, cultura organizacional, diversidade, empresa ecologicamente responsável, capital intelectual, qualidade, dentre outras.

Há de se ressaltar, como nos alerta Barbosa (2002), que a implementação dessas tecnologias gerenciais não indica um abandono da lógica econômica por outra lógica de cunho social por parte das empresas transnacionais. Mesmo que a adoção de certas tecnologias gerenciais contrarie certas lógicas econômicas de custos e benefícios, como a questão ambiental, a segurança do trabalho e a noção de diversidade, a aferição de lucro continua a ser a mola propulsora dessas empresas. O interessante é compreender por que elas têm, hoje, “que obter lucro de uma determinada maneira e, em particular, por meio da transformação da agenda social e política em tecnologias gerenciais” (BARBOSA, 2002, p. 212).

Essa relação torna-se mais complexa devido à multiplicidade de processos culturais envolvidos na transformação de temas, idéias e valores, outrora considerados periféricos, em parte do negócio (do *business*) e, posteriormente, em diferencial competitivo e em política de marketing institucional, num mundo globalizado.

É nesse cenário que a questão ambiental, inicialmente colocada como uma bandeira dos movimentos contestatórios à implantação da Alumar, é incorporada pela empresa sob a forma de tecnologia gerencial, sob a designação de responsabilidade ambiental.

4 A Responsabilidade Ambiental como pauta da agenda sóciopolítica da Alumar

Segundo Ciccantell (2005), a indústria do alumínio vem se destacando como uma das pioneiras no processo de globalização, desenvolvendo, desde o final do século XIX, quatro fases distintas de globalização, que articulam as estratégias competitivas das corporações transnacionais (CTN) com as três maiores estratégias de desenvolvimento empregadas pelos estados periféricos e semiperiféricos a fim de promover o crescimento econômico: a industrialização para substituição de importações (ISI), a industrialização para aumento de exportação (IAE) e a reestruturação econômica.

Segundo esse autor, a indústria do alumínio foi estabelecida nas décadas de 80 e 90 do século XIX. Assim, o final do século XIX e início do século XX corresponde à primeira fase da globalização dessa indústria, que se configurou sob a forma de um oligopólio de seis empresas que dividiam o mercado mundial de alumínio entre si, por meio de mecanismos de cooperação formal e informal, incluindo cartéis e um sistema de liderança de preços e restrição da produção (CICCANTELL, 2005, p. 48).

A segunda fase da globalização da indústria do alumínio começou com o final da II Grande Guerra e estendeu-se durante o processo de descolonização que se seguiu. Nessa segunda fase, a hegemonia econômica e política dos EUA era manifestada pelas empresas transnacionais, sediadas naquele país, cujas principais estratégias durante esse período foram: expandir-se globalmente para vender produtos *made in USA* em outros países; investir nas instalações de produção em outros países para suprir a demanda dos mercados locais, quando necessário, repatriando os lucros para as matrizes nos Estados Unidos; exportar produtos feitos nessas fábricas para os EUA; finalmente, exportar matérias-primas para as indústrias norte-americanas (CICCANTELL, 2005, p. 44).

Na terceira fase, iniciada em meados da década de 1970, as estratégias de desenvolvimento dos estados periféricos e semiperiféricos, antes baseadas na industrialização para substituição de importações (ISI), migraram para a promoção das exportações mediante políticas de industrialização para aumento de exportação (IAE).

Nessa terceira fase, intensificou-se o interesse dessas indústrias pelas riquezas naturais da Amazônia brasileira, quando o país buscava aumentar suas exportações para pagamento das dívidas com seus credores, se tornando um país estratégico para as grandes empresas transnacionais do alumínio, devido ao grande potencial de bauxita encontrado na região amazônica.

A quarta fase de globalização é marcada pelo desenvolvimento de *joint ventures*³, contratos a longo prazo e outros mecanismos de coo-

3. Parcerias empresariais, permanentes ou não, com fins lucrativos.

peração interempresarial, sendo que as grandes empresas da indústria do alumínio foram as pioneiras no uso desse mecanismo em todo o mundo, como parte de seus esforços para manter sua posição dominante na indústria global do setor (CICCANTELL, 2005: 65).

A estratégia de *joint venture* foi utilizada na implantação dos dois complexos industriais de alumínio na Amazônia: a Alumar e o complexo Albrás/Alunorte, formado pela Companhia Vale do Rio Doce em consórcio com um conjunto de empresas japonesas (CARMO, 2000). Esses complexos industriais tem se destacado tanto pelo volume de capital econômico investido, que os tornam os maiores do mundo, quanto pelos impactos sócio-ambientais na região em que estão inseridos.

Entretanto, o que chama a atenção nessas indústrias, são as constantes certificações que vêm recebendo, sobretudo em relação às chamadas tecnologias gerenciais, que as colocam como empresas de referência na difusão de uma *cultura de negócio* para a região onde estão situadas e para o ramo de negócios no qual estão inseridas.

Nesse sentido, pretendemos apresentar como vem se dando a implantação de programas de responsabilidade ambiental no Consórcio Alumar que transformou a questão ambiental em uma das principais pautas da sua agenda sociopolítica, e quais consequências podemos perceber nesse movimento.

Baseados em Gomes (2006), podemos afirmar que a implantação da Alumar em São Luís pode ser dividida em vários momentos: construção (1980-1984), estruturação da empresa (1984-1990), reestruturação (1990-1997), consolidação (1997-2007).

Nos dois primeiros momentos, caracterizados pela construção das instalações físicas e formação dos primeiros trabalhadores, a empresa tinha suas políticas voltadas para a questão social e ambiental feitas basicamente sob a forma de patrocínios a eventos e projetos de diferentes grupos que a procuravam e na organização de visitas de pessoas e grupos que queriam conhecer a fábrica, havendo pouco envolvimento dos funcionários nessas atividades que ficavam a cargo da Gerência de Relações Públicas.

Na década de 1990, com o processo de reestruturação produtiva efetuado na empresa, já sob a ótica de novas tecnologias em-

presariais, a Alumar escolhe como pauta primeira da sua agenda sociopolítica a questão do meio ambiente, implantando programas como: Coleta Seletiva de Lixo (1992), Reabilitação da Área de Disposição de Resíduo de Bauxita (1992), Redução das Emissões de Fluoreto (1993), Sistema de Gerenciamento Ambiental (1995).

Naquele momento, percebe-se, segundo o que Leite Lopes (2004) define como “ambientalização dos conflitos sociais”, um processo de institucionalização da questão ambiental no âmbito da empresa, com a constituição de um departamento incumbido de tratar do Meio Ambiente, e com a ênfase que passa a ser dada à noção de risco e perigo industrial, tanto pelos programas mencionados acima, quanto na implantação de programas visando à segurança do trabalho, o que também foi uma das demandas colocadas pelos movimentos de contestação à Alumar.

A partir da segunda metade da década de 1990, pode-se falar verdadeiramente em novas tecnologias ambientais na Alumar, pois já não se tem apenas a implantação de programas que desenvolvem ações desarticuladas do conjunto da empresa, mas passa-se a executar ações no sentido de promover e requerer mudanças nos aspectos atitudinais e comportamentais das pessoas, quando a educação ambiental emerge como novo código de conduta individual e coletiva (GOMES, 2006).

A partir desse momento, a *preocupação* com o meio ambiente passa a ser um valor universal que deve ser incorporado por todos os funcionários da empresa. Tais preocupações passam a normatizar o trabalho realizado por eles, sendo o cumprimento rigoroso das normas e procedimentos relacionados ao meio ambiente e aos riscos ambientais condição *sine qua non* para a permanência do empregado na empresa.

Tal precaução é estendida aos processos seletivos de novos funcionários na Alumar, quando a *preocupação com o meio ambiente* torna-se um dos principais itens sabatinados nas entrevistas. É incorporada, também, nas atividades fora do trabalho, com a realização de atividades de educação ambiental com familiares dos empregados.

Como resultante de tais políticas, podemos perceber a demanda por um perfil de trabalhador atento às chamadas *questões da agen-*

da sociopolítica da empresa, que exige deste uma nova postura/atitude frente a essas questões e, conseqüentemente, formata um novo *saber-ser* operário (GOMES, 2006).

Como marco inicial do momento mencionado anteriormente, pode-se destacar a criação do Parque Ambiental da Alumar, em 1996, uma área de 1.800 hectares, que teria como objetivo a pesquisa e conservação da fauna e flora local, ao mesmo tempo em que se destinaria às atividades de educação ambiental para os funcionários, seus familiares e visitantes da empresa.

Além do parque ambiental, a empresa desenvolve outros programas voltados para a questão ambiental, como o Programa 10 milhões de árvores, a partir das orientações vindas do grupo Alcoa, que até o ano de 2020, pretende plantar essa quantidade de árvores em localidades onde possui negócios.

Este programa está relacionado, de certa forma, àquilo que Becker (2007, p. 40), denomina “mercado do ar”, que se baseia numa proposta feita através do Protocolo de Quioto⁴ pelas indústrias de países centrais, para compensarem suas emissões maciças de dióxido de carbono (CO²) através de investimentos na preservação e/ou replantio de florestas em países periféricos, para que esse carbono seja capturado pela vegetação.

Outros programas e ações relacionados ao meio ambiente são desenvolvidos pela Alumar, como a semana do plantio, semana do meio ambiente, criação de viveiro de mudas para doação, dentre outros, além dos programas específicos voltados para determinados setores da empresa e em parcerias com os governos municipal, estadual e federal.

Tais programas concorrem a certificações e premiações advindas da própria Alumar, dos governos ou de empresas que compõem o Consórcio, além daquelas que são concedidas por organizações como a International Organization for Standardization (ISO), como o OHSAS 18001, que é uma certificação em Sistema de Gestão do Meio Ambiente.

4. Tratado internacional assinado em 1997 com vistas a reduzir as emissões de gases que agravam o efeito estufa e, conseqüentemente, o aquecimento global.

Tais certificações ambientais são medidas regulatórias que surgem como efeito do aumento das preocupações ambientais e do crescimento da pressão pública, estando no bojo da chamada cultura de negócios, buscando mostrar para os clientes e consumidores uma imagem politicamente correta dos produtos e dos processos pelos quais eles são fabricados.

Estes programas e políticas implantados pela empresa concebem a natureza na mesma lógica apontada por Porto-Gonçalves (2005b), para quem a sociedade ocidental, com o desenvolvimento da racionalidade que lhe é inerente, buscou sempre dominar a natureza. Para o autor, isto consiste em considerar o homem enquanto não-natureza, um ser que necessita dominar a inconstância, o imprevisível, os instintos, as pulsões e as paixões, objetivando se tornar um ser racional.

Ocorre que, no momento atual, além do homem ocidental tentar dominar a natureza a fim de extrair os recursos que ela pode oferecer, tenta preservá-la segundo os mesmos princípios da lógica racional que está exaurindo os recursos naturais, acreditando que, com a tecnologia disponível, pode monitorar, controlar e recuperar o ambiente natural depredado pelos seres humanos.

É este discurso que as empresas vêm difundindo, sobretudo a partir da virada do milênio, quando se consolida a idéia de “desenvolvimento sustentável”, que busca conciliar a preservação ambiental com a economia de mercado.

Na Alumar, o discurso sobre desenvolvimento sustentável se fez sentir com a participação dessa empresa na Cúpula Mundial de Meio Ambiente em Johannesburg (África do Sul), realizada em 2002, quando integrou o relatório sobre desenvolvimento sustentável, apresentando experiências nessa área.

A partir do ano de 2006, as empresas consorciadas da Alumar injetaram uma grande quantidade de capitais na duplicação e modernização das instalações físicas do complexo industrial. Esse momento é o ápice da incorporação do discurso do desenvolvimento sustentável, com a série de investimentos sendo denominada “mudar para crescer sustentavelmente”. A busca de expansão industrial é anunciada como sendo orientada pela obtenção

do mínimo de impacto ambiental e social e pela racionalização do consumo de recursos naturais e de insumos utilizados na produção do alumínio.

Os investimentos econômicos alinhados às chamadas políticas de sustentabilidade, verificados na Alumar, podem ser compreendidos dentro da dinâmica dos conflitos ambientais (ACSELRAD, 2004), quando os empresários buscam apresentar seus empreendimentos como “sustentáveis”, na disputa com grupos que lhe fazem oposição, pela definição legítima da noção de “sustentabilidade”.

Dentro do conflito ambiental, a postura da empresa pode ser vista também como uma reação discursiva que busca preservar a distribuição de poder decisório sobre os recursos ambientais em disputa, incorporando a preocupação ecológica na técnica e na eficiência industrial, aproveitando suas capacidades adaptativas e constituindo dessa forma uma estratégia que é pode ser caracterizada como “modernização ecológica” (ACSELRAD, 2004, p. 21).

Segundo Sachs (2000, p. 120), durante muito tempo, houve uma dissociação entre desenvolvimento e meio ambiente. Entretanto, sob a influência de um movimento tecnológico que buscou este fim, foram oferecidas condições para que se buscasse essa união, apresentando-se alternativas tecnológicas ao final da década de 1970 que dessem uma nova compreensão à difícil conjuntura ecológica, fazendo com que os “‘limites para o crescimento’ não fossem mais vistos como barreira intransponível bloqueando a enxurrada do crescimento, mas como obstáculos discretos forçando o fluxo da torrente a tomar um rumo diferente”.

Uma importante contribuição a essa discussão foi oferecida pelo “Clube de Roma”, entidade formada por intelectuais e empresários que publicou, em 1972, “Limites do Crescimento: um Relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade” (MEADOWS *et al.*, p. 1978), obra relacionando quatro grandes questões que deveriam ser solucionadas tendo em vista a sustentabilidade do planeta: controle do crescimento populacional, controle do crescimento industrial, insuficiência da produção de alimentos e o esgotamento dos recursos naturais.

Nesse contexto de busca de alternativas, a idéia de desenvolvimento sustentável é apresentada no Relatório Brundtland⁵ (1987) como fruto do casamento entre o desejo de desenvolvimento e a preocupação com o meio ambiente, voltando-se “não mais para alcançar a felicidade do maior número de pessoas, mas para conter o desastre ambiental para as futuras gerações” (SACHS, 2000, pp. 121-122).

Para Shiva (2000), o conceito de desenvolvimento sustentável surge como um abrigo conceitual que serve tanto para sanar o meio ambiente quanto para agredi-lo. Esse conceito busca reunir as idéias de desenvolvimento, que tem como princípio norteador a acumulação de capital, e de crescimento econômico que, para cumprir seus objetivos, tem que alterar ou destruir a natureza e a base de sustento de populações, com a idéia de sustentabilidade, que preconiza uma lógica na qual mercados e processos produtivos devem ser reformulados segundo os limites que a natureza estabelece para a economia.

O perigo, segundo Sachs (2000), é quando a sustentabilidade é associada com o próprio desenvolvimento, e não com a natureza, encobrindo a expansão ilimitada do mercado e dos processos produtivos, prejudicando a estabilidade ecológica.

Dessa forma, a elevação da questão ambiental como uma das principais pautas da agenda sociopolítica das empresas, ao mesmo tempo em que surge em decorrência das pressões dos movimentos sociais e como recurso de marketing institucional utilizado pelas empresas, aponta para uma discussão maior sobre o modelo de sociedade que temos e aquela que podemos construir, considerando os limites e possibilidades que a natureza nos oferece.

5 Considerações

O processo de constituição da Alumar foi marcado por uma série de conflitos sociais. Entretanto, na medida em que a empresa foi se reestruturando, as demandas requeridas ou protestadas pelos movi-

5. Ver Capítulo 10, deste livro.

mentos sociais foram transformadas em tecnologias gerenciais pela empresa, como é o caso das políticas de responsabilidade ambiental.

A preocupação ambiental na Alumar, e as políticas dela oriundas, foram inseridas na agenda sócio-política da empresa a partir de estruturas verticais, sendo iniciada pela empresa multinacional que gerencia o Consórcio Alumar. Tal preocupação ambiental pode ser percebida como resultante da chamada cultura de negócios, que visa orientar as empresas quanto a como elas devem agir nas suas estratégias de negócios, não possuindo, contudo, qualquer sistematização ou formalização. Essas políticas fazem parte das estratégias do Consórcio para ganhar legitimidade junto à sociedade local diante da oposição feita por diversos segmentos da sociedade civil, quando da implantação do Consórcio no início da década de 1980, e, também, junto aos seus consumidores no plano internacional.

Por outro lado, como efeito das políticas ambientais implantadas na Alumar, pode-se destacar a exigência por um perfil de trabalhador atento e cumpridor rigoroso de tais políticas, sobre quem recai grande parte da responsabilidade sobre a questão ambiental.

Além disso, percebe-se a continuidade de uma lógica que concebe a natureza como algo a ser controlado, baseada na crença dominante nas sociedades modernas de que o ser humano seria capaz de dominar a natureza. Após se lançar na exploração e quase exaustão dos recursos naturais, poderia, através da racionalidade humana, conservá-la para as gerações futuras.

Com isso, surge a idéia de desenvolvimento sustentável que, ao mesmo tempo em que busca conciliar a lógica mercadológica com a lógica da natureza, é um conceito cuja definição ainda encontra-se em disputa por diferentes grupos sociais. No entanto, esse conceito vem sendo apropriado como instrumento de legitimação das ações de grandes empreendimentos e, conseqüentemente, de controle e amenização de conflitos socioambientais. Esse é um dos motivos para que autores como Escobar (2005) proponham que ao invés de se buscar alternativas de desenvolvimento ou a implantação de certo desenvolvimento sustentável, deve-se partir para a busca de “alternativas ao desenvolvimento”.

Referências

- ADRIANCE, Madeleine Cousineau. **Terra Prometida: as comunidades eclesiais de base e os conflitos rurais**. São Paulo: Paulinas, 1996.
- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (org). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. pp. 13-35.
- BARBOSA, Lúvia. Globalização e Cultura de Negócios. In: KIRSCHNER, Ana Maria; GOMES, Eduardo R; CAPPELLIN, Paola (Orgs.). **Empresa, empresários e globalização**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2002.
- BECKER, Bertha. **Amazônia: geopolítica na virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- CARMO, Eunápio Dutra do. **Gestão do trabalho na indústria do alumínio ALBRÁS: a noção de qualidade e seus interlocutores**. Belém: UFPA / NAEA, 2000.
- CICCANTELL, Paul. Globalização e desenvolvimento baseado em matérias-primas: o caso da indústria do alumínio In: **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 2, p. 41-72, dez. 2005.
- ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: Globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005. pp.133-168.
- GOMES, Antonio Marcos. **Transformações no mundo do trabalho e a emergência de um novo trabalhador: a experiência do Consórcio de Alumínio do Maranhão**. São Luís: Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, 2006. Monografia de final de curso.
- MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jørgen; BEHRENS III, William W. **Limites do crescimento**. Um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade. 2ª ed. Trad. Inês M. F. LITTO. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (dês) caminhos do meio ambiente**. 12ª ed. São Paulo: Contexto, 2005a.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônia**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005b.
- LEITE LOPES, José Sérgio. A “ambientalização” dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo

de Antropologia da política/UFRJ,
2004.

SANT' ANA JÚNIOR, Horácio
Antunes. **Florestania**: a saga acreana
e os Povos da Floresta. Rio Branco –
AC: EDUFAC, 2004.

SACHS, Wolfgang. Meio
Ambiente (verbete). In: SACHS,
Wolfgang (Org.). **Dicionário do
Desenvolvimento**: guia para o
conhecimento como poder. Petró-
polis (RJ): Vozes, 2000. pp. 117-131.

SHIVA, Vandana. Recursos Naturais
(verbete) In: SACHS, Wolfgang (Org.).
Dicionário do Desenvolvimento:
guia para o conhecimento como
poder. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.
pp. 300-316.

www.alumar.com.br/Institucional,
consultado em 10/08/2009

Sobre os autores

Allan de Andrade Sousa é Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão.

Ana Caroline Pires Miranda é graduada em Ciências Sociais e Direito pela Universidade Federal do Maranhão e mestranda em Ciências Sociais, pela mesma Universidade.

Ana Maria Pereira dos Santos é graduada em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Antonio Marcos Gomes é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), tendo sido bolsista do Convênio entre Coordenação da Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (CAPES/FAPEMA).

Bartolomeu Rodrigues Mendonça é sociólogo e mestre em Sustentabilidade de Ecossistemas pela Universidade Federal do Maranhão, professor do Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão.

Carla Regina Assunção Pereira é doutora em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Pesquisadora do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente.

Elena Steinhorst Damasceno é bióloga formada pela Universidade de Brasília (UnB), Mestre em Saúde e Ambiente e doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Elio de Jesus Pantoja Alves é doutorando em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Coordenador do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente.

Elizângela Maria Barboza é geógrafa formada pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Fernanda Cunha de Carvalho é graduada em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal do Maranhão e mestranda em Geografia pela Universidade de Brasília.

Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior é doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ); Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e coordenador do Grupo de Estudos: Modernidade, Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Lenir Moraes Muniz é Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), tendo sido bolsista do Convênio entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Maranhão (CAPES/FAPEMA).

Madian de Jesus Frazão Pereira é doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba; Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Pesquisadora do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente.

Maiâna Roque da Silva Maia é graduanda em Filosofia e Graduada em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Rafael Bezerra Gaspar é graduado e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão.

Raphael Jonathas da Costa Lima é doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ).

Sislene Costa da Silva é mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e professora das redes de ensino do estado do Maranhão e do município de São Luís.